

COORDENAÇÃO

Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa

Representações do Campo de Batalha em Portugal (1521-1621)

Imagens e textos



REPRESENTAÇÕES
DO CAMPO DE BATALHA
EM PORTUGAL

(1521-1621)

IMAGENS E TEXTOS

Ana Paula Avelar
Luís Costa e Sousa
(Coordenação)

REPRESENTAÇÕES
DO CAMPO DE BATALHA
EM PORTUGAL

(1521-1621)

IMAGENS E TEXTOS



Edições Colibri

Obra publicada ao abrigo do projeto “*De Re Militari: Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)*” (PTDC/ART-HIS/32459/2017), financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e com o apoio do CHAM-NOVA/FCSH, através do projeto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020).

Título: Representações do Campo de Batalha em Portugal (1521-1621):
Imagens e Textos

Coordenação: Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Raquel Gil Ferreira

Imagem da capa: Pormenor de Anónimo flamenco. *El cerco de París* (1.º quartel do séc. XVII), MSLE, *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014926

ISBN 978-989-566-233-3

Depósito legal n.º 524 750/23

Lisboa, julho de 2024

Esta obra encontra-se em acesso aberto.

ÍNDICE

Introdução	7
Introduction	
Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa	15
1. Das representações da guerra e seus atores	
A imprensa e a difusão do livro na era do Renascimento	
Antonio Espino Lopez.....	25
Representações nas escritas de guerra dos homens e das ações bélicas (1578-1613)	
Ana Paula Avelar.....	33
1576: Filipe II e D. Sebastião em Guadalupe. Aspectos cerimoniais	
Ana Isabel Buescu	53
Nos palcos de guerra no Além-Mar (sécs. XV e XVI). Recortes de participação das mulheres	
Ana Paula Avelar e Vítor Gaspar Rodrigues.....	69
“Que coisa será mais proveitosa para os assuntos e empreendimentos de guerra do que a pintura?”: a pintura de batalhas nos palácios de Filipe II	
Carmen García-Frías Checa	85
Alcácer Quibir, 1578. A iconografia da batalha e as representações contidas no Raguaglio de Ciro Spontone	
Sandra Sansone.....	113
Rui Barreto e D. Sebastião: percursos de um reformador militar nas vésperas de Alcácer Quibir (1563-1574)	
Nuno Vila-Santa	135
As gentes do mellah face à batalha de Alcácer Quibir: convivências e resistências	
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim	149

2. Dos aparatos e itinerários bélicos

As três escalas da guerra	
Luís Costa e Sousa	161
Despojos de guerra: espólio quinhentista no Musée des Armes de Fez	
Hafid Mokadem, Luís Costa e Sousa e Mostafa Zekri.....	175
As armaduras dos príncipes: Emanuel Filisberto de Saboia e D. Sebastião I de Portugal	
Marco Merlo.....	187
O arnês dito de D. Manuel	
António Conduto Oliveira.....	205
Armas de fogo individuais portuguesas na Ásia	
André Murteira e Roger Lee de Jesus	215
A noite em contexto militar português, no Norte de África (1415-1521)	
Paulo M. Dias	229
Do castrum romanorum à cidade, na interpretação de Sebastião Serlio	
Francesco Paolo Fiore	249
De Arzila a Alcácer Quibir: itinerário de uma cidade em movimento	
Luís Costa e Sousa e Luís Falcão Fonseca.....	267
Marchar e lutar ao som dos tambores: os ritmos militares no século XVI	
Pedro Marquês de Sousa e Luís Costa e Sousa	283
Abreviaturas	299
Fontes	301
Bibliografia	308

INTRODUÇÃO

Desde já importa ter em atenção aquela que foi uma proto-história, algo recente, do projeto *De Re Militari* (do qual a seguir se falará), que se enquadra naquela que foi a Arte da Guerra portuguesa, nos alvares da Modernidade. A linha de investigação *A Europa do Renascimento – Os Velhos e Novos Mundos*, que integrava a estrutura orgânica do CHAM-Centro de Humanidades foi o espaço de acolhimento, por excelência, para desenvolvermos diálogos e debates com colegas de várias áreas, alguns dos quais nos acompanharam neste trabalho, pertenceram à nossa equipa de trabalho e estão representados aqui, conosco, neste livro que agora oferecemos.

No seio da nossa equipa de investigação, dialogámos multi/ interdisciplinarmente, em espaços específicos, como foi o dos encontros que organizámos, as investigações que foram sendo gizadas e trabalhadas, os artigos que escrevemos, muitas vezes, em conjunto, as bolsas de investigação que foram abertas e que permitiram que preparássemos e desenvolvêssemos, com sucesso, este projeto, que intitulámos *De Re Militari: da escrita da guerra à imagem do campo de batalha, no espaço português (1521-1621)*. O financiamento do mesmo, pela FCT, permitiu: reforçar linhas de reflexão muitas vezes só anteriormente enunciadas; consolidar toda uma série de ferramentas investigativas, nomeadamente, a construção de uma base de dados e de um *site*; continuar a acolher bolsas de investigação; publicar fontes; elaborar toda uma série de materiais audiovisuais de disseminação de alguma da nossa investigação; projetar exposições e uma *Massive Open Online Course*, conhecido por MOOC. Mas, a esta questão, regressaremos de um modo mais detalhado.

De imediato, uma questão se levanta: porque é que escolhemos trabalhar a *Coisa Militar*/a “*Re Militari*”, tomando como objeto de análise o percurso investigativo que partiria “*Da escrita da guerra*”, indo até “*à imagem do campo de batalha*”, naquele que era um solo preciso, o do “*espaço português (1521-1621)*”, atendendo, necessariamente, a geografias e contextos epocais alargados?

Como importa recordar, no nosso século XVI, emergiram novas formas de combater, tendo a arte, tomada no seu espectro amplo e algo

totalizante e nas suas múltiplas expressões, ganho protagonismo e a imprensa e a circulação da palavra escrita aproximado múltiplas geografias. É certo que a guerra se entretetece numa malha de soldados, engenheiros/arquitetos, escultores e pintores, que se manifestam nos vários espaços de uma cultura material globalizante, corporizada por diferentes fontes iconográficas, que vão desde retratos de aparato, encomendados por reis e figuras da alta nobreza, à escultura ou armaria, entre muitas outras manifestações.

Por outro lado, e ainda que uma das atuais correntes historiográficas, a da análise dos discursos sobre a *Arte da Guerra*, frequentemente, se debruce sobre as questões de tática e estratégica, presentes tanto em relatos bélicos como em tratados militares, considerámos, e provámos, que ainda não tinha sido aprofundado o estudo sobre uma das práticas correntes do nosso século XVI, a da aliança entre o desenho e a narrativa. Foi exatamente a partir desta evidência histórica que nos centrámos num tipo de fontes específicas. Assim, um dos nossos primeiros e últimos propósitos foi desocultar, rigorosamente, os discursos sobre a *ars bellica* e o modo como se foi (re)construindo e transmitindo um saber, tanto narrativa como visualmente. Sempre presente, nesta nossa hermenêutica de uma análise discursiva, esteve, para além de todo um aparato crítico em torno dos diferentes tópicos, o cumprir de um princípio de confrontar/examinar a representação, atendendo, intrinsecamente, ao carácter visual da imagem, o que não se reduz a saber identificar um conteúdo, mas exige a participação, de uma forma original, da experiência do ler e do ver.

Contudo, impunha-se circunscrever o nosso solo analítico, pelo que, no projeto *De Re Militari*, iniciámos o levantamento exaustivo das fontes escritas e iconográficas, durante 100 anos de guerra, no espaço de influência portuguesa, analisando a receção dos modelos militares e a forma como estes se manifestaram na construção da imagem bélica portuguesa, entre 1521-1621. Escolhemos esta cronologia, porque o arco temporal entre o reinado de D. João III e Filipe II de Portugal expõe uma época de contrastes e contradições, onde, anacronicamente, se vão vislumbrando manifestações de um “espírito de cruzada”. Este foi um tempo de profunda reorientação imperial, marcado por profundos confrontos intra e extraeuropeus e por um extenso processo de reformulação do poder militar.

Tendo como proposição fundacional que a prossecução da guerra é um instrumento de poder, e a atualização dos fatores associados ao combate são essenciais para a construção de uma imagem bélica con-

sistente, tomámos vários objetos e os seus contextos histórico-situacionais. Determinante para a nossa investigação é o reconhecimento do princípio de que a guerra não se esgota no ato bélico em si, limitado ao estudo dos dispositivos táticos ou do armamento. Trata-se de “uma forma específica de comunicação, um espetáculo visual de autoafirmação e intimidação, e uma forma de ocupação do espaço, com regras e estruturas funcionais próprias”.

Por isso, a emergência de novas formas de combater, o protagonismo da produção de vários objetos artísticos, o impacto da imprensa como potenciador da circulação da palavra escrita e o contacto com diferentes geografias fazem do Renascimento uma época em que a relação entre a Arte e a Guerra é particularmente relevante. Este é, pois, o cosmos que tomámos como o nosso primeiro solo de investigação. Assim, iniciámos a (re)construção das imagens do *campo de batalha português (1521-1621)*, centrado em três vertentes, sendo a primeira das quais a sinalização e levantamento das fontes portuguesas relevantes para o estudo da arte militar, como sejam os tratados, a legislação, e a crónica, entre outros. Uma segunda vertente de trabalho foi a sistematização do material que ia sendo levantado, seriando-se os resultados obtidos, e a derradeira vertente consubstanciou-se na análise e articulação entre o material iconográfico compulsado e os suportes escritos, na perspectiva de uma análise arquitetónica do campo de batalha, com especial foco na relação entre a teoria e a prática da guerra, em Portugal (1521-1621).

Em 2018, iniciámos o nosso projeto, mas, rapidamente, os constrangimentos provocados pela pandemia de Covid-19 obrigaram a alterar os nossos trabalhos de campo. Assim, centrámo-nos na pesquisa nos fundos arquivísticos e iconográficos *online*, dos quais escolhemos um conjunto que foi, intensa e exaustivamente, explorado. Tivemos, igualmente, de alterar algumas das estratégias de disseminação da nossa investigação. No entanto, conseguimos, para além de sinalizar mais de 1.000 entradas a explorar em ocasião propícia, alimentar uma base de dados com cerca de mais de 700 entradas devidamente pré-analisadas e classificadas.

Foram também firmados diferentes tipos de convénios institucionais que permitiram a colaboração com diferentes fundos museológicos, como o Museu Militar de Lisboa, o Museu do Palácio Ducal de Vila Viçosa, o núcleo militar do Museu de Angra de Heroísmo, o *Musée des Armes de Fez*, o Museu Municipal de Mértola e o Centro de Interpretação de Montemor-o-Novo, estando ainda previstos, neste nosso

projetar de um futuro, os convénios com o Arquivo e Museu da Marinha. As colaborações efetivadas foram selecionadas em função daqueles que seriam os espécimes sinalizados e inventariados na nossa investigação, e tendo em atenção o carácter inovador da nossa leitura hermenêutica. Estas redes de leituras estão presentes na nossa proto-classificação dos dados inventariados, na nossa base de dados, e no facto de termos considerado que a disseminação da investigação tinha que ser realizada através de um *site* facilitador da exposição e da apresentação dos resultados.

Do mesmo modo que o nosso projeto não surgiu como um *em si*, mas integra uma fita do tempo, em que os nexos investigativos se entrelaçam, também o futuro da nossa investigação se projeta como um solo integrador de saberes e espaços analíticos de uma *Ars Bellica*. Deste modo, o nosso *site* não é apenas um espaço de facilitação do conhecimento produzido no seio do nosso projeto *De Re Militari*, mas projeta-se para além de, e visa permanecer como de espaço de disseminação de um saber sobre um *Imaginarium Bellica*, a denominação por nós encontrada para este recurso virtual.

Para além dos *workshops* virtuais, da discussão em vários *forae* dos dados/análises que íamos atingindo, da publicação de vários artigos, o surto pandémico obrigou a reajustes significativos, sendo que a nossa aposta foi reforçada na oferta de materiais em suporte virtual e, sempre que possível, em acesso aberto. E, neste âmbito específico, permitam-me que, desde já, me centre na lógica que presidiu à escolha dos livros preparados. Decidimos que, sendo este um projeto que iniciava uma inovadora vertente analítica, a da intrínseca aliança entre palavra e imagem, deveríamos evidenciar essas linhas hermenêuticas na publicação de duas fontes que, claramente, expunham como a imagem é um nódulo essencial no processo de descrição de que a palavra participa, transpondo as coisas do mundo e, neste nosso solo investigativo, de um mundo da Guerra.

A desocultação analítica dos tratados militares quinhentistas impunha-se. Assim, começámos por publicar aquele que seria, no século XVI, uma matriz para o exercício da *Arte da Guerra*, o tratado de Gian Battista Della Valle, ou, melhor, da sua tradução para português. O nosso *Livro de Valo. Um tratado de re militari português do século XVI* expõe a receção de uma obra que circula numa Europa de Quinhentos, analisa a voz de um autor italiano referencial e do seu tradutor para português. Através dos vários ensaios introdutórios, evidenciámos leituras intertextuais e interdisciplinares, como a análise laboratorial do

suporte físico do tratado, e procurámos aproximar o presente leitor a um passado e a um artefacto, “um tratado bélico”, contextualizando-se uma obra paradigmática, na prática da Arte da Guerra, não só no espaço europeu, mas, também, exemplar, em Portugal.

Assim e após a edição desta fonte, decidimos que importava oferecer a um público mais alargado um texto, agora de um autor português, Martim Afonso de Melo, e daquele que foi o seu exercício expositivo de um “Regimento de Guerra”, num tempo (recorde-se que este regimento é datado de finais de 1560, inícios de 1570, como já havia sido proposto no decurso da anterior investigação, e agora confirmado pelo trabalho recente, no âmbito do projeto *De Re Militari*) em que a singularidade da presença portuguesa no Norte de África é uma das temáticas presentes no governo do império português, visto a ameaça otomana aos reinos e impérios europeus, no espaço mediterrânico, ser uma constante. Este livro, intitulado *Um tratado português do século XVI revisitado: o Regimento de Guerra de Martim Afonso de Melo*, corresponde a uma necessidade, a de apurar práticas militares numa conjuntura de reorganização dos contingentes bélicos, sendo um exercício explicativo, pelo que a sua análise é nuclear, no contexto deste trabalho.

Ainda no que concerne ao debate investigativo, e visando a formação, foram desenvolvidos dois projetos de mestrado, um diretamente relacionado com a análise das fontes narrativas, a cronística da expansão, mais concretamente os textos de Gaspar Correia e os desenhos das suas *Lendas da Índia*, de Filipa Geirinhas, e a dissertação de mestrado, já defendida, de Jesús García Blázquez, em torno da representação da rainha Njinga Mbandi, na *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega, e na obra *Istorica Descrizione de 'tre' Regni Congo, Matamba et Angola*, do padre capuchinho italiano António Cavazzi da Montecuccolo. Ainda no espaço formativo, foi orientado um estágio no âmbito da licenciatura em História de Arte, oferecida pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, da licenciada Alexandra Elena Boriceanu, que trabalhou no códice manuscrito da épica de Jerónimo Corte-Real, sobre o Segundo Cerco de Diu, alguns cantos da mesma e respetivas iluminuras, e ainda o material disponibilizado pelo doutorando da universidade de Coimbra António Conduto de Oliveira. Como se pode verificar, o diálogo interdisciplinar presidiu sempre aos nossos trabalhos.

Ainda no âmbito da reconfiguração dos resultados do projeto *De Re Militari*, e reforçando a vertente de oferta virtual dos mesmos, resol-

vemos produzir, no *site* denominado *Imaginarium Bellica*, vários itinerários virtuais, que cobrem uma ampla geografia e que demonstram como a leitura da *Ars Bellica* não se circunscreve somente a expedições militares. Neste contexto, podem seguir-se como que ciclos militares, onde o tempo sebástico domina, desde o itinerário do Alentejo ao Algarve (1573), evidenciador do modo como se prepararam e organizaram forças militares, passando pela primeira jornada a Marrocos (1574), o encontro de Guadalupe (1576), a inevitável campanha de Alcácer Quibir (1578), culminando no itinerário de Cascais a Alcantâra (1580) e naquele que legitima numa nova ordem reinícola e imperial, o itinerário do Terceiro Funeral de D. Sebastião (1583). A esta vivência de um conturbado tempo, iniciámos a exposição de outras vias analíticas, tocando outras expedições, como a da Abissínia (1541-1543), ou a expedição ao Monomotapa (1568-1578), ou ainda a intromissão europeia pelo sertão de Angola (1582-1617), não deixando de pontuar o espaço brasileiro e o asiático.

A última publicação ao abrigo deste projeto é este livro que agora se publica e que historia, sintética e reflexivamente, os vários vetores das nossas análises, sob o título *Representações do campo de batalha, em Portugal (1521-1621): imagens e textos*. Foi construído em torno de duas realidades distintas, mas complementares, o espaço da representação da guerra, e o espaço físico onde decorre o fenómeno bélico. Na primeira parte, fala-se das representações escritas e iconográficas, desde a imprensa e a difusão do livro na era do Renascimento, como se plasmaram neste suporte os homens da guerra e as ações bélicas, a coreografia do cerimonial, o papel da mulher nos palcos de guerra de além-mar, as representações iconográficas da guerra, nas duas e três dimensões. A finalizar esta primeira incursão, chegamos aos indivíduos e comunidades que se encontram, direta e indiretamente, relacionados com o conflito armado. A segunda parte é dedicada ao espaço físico da guerra; introduz-se uma abordagem ao carácter arquitetónico do campo de batalha quinhentista, dividido nas três escalas que o compõem, seguindo-se a leitura da tradição militar, plasmada nas armaduras do Renascimento e Maneirismo utilizadas pelos príncipes de Sabóia e Portugal. A abordagem aos instrumentos físicos da guerra continua, através da análise de uma armadura ainda pouco estudada, que teria pertencido a D. Manuel, e a despojos da guerra, nomeadamente, tratando-se do possível destino do armamento dos vencidos. Passamos, depois, para a abordagem da *Modernidade* representada pela tecnologia pirobalística individual, e como esta se disseminou pelas várias

geografias do espaço de influência portuguesa. Para concluir, aborda-se o espaço-tempo da guerra, desde a implantação da cidade militar no território, à mobilidade dos exércitos na sua (eterna?) marcha para o conflito, tendo como caso de estudo o itinerário do exército que o rei D. Sebastião levou a Marrocos, em 1578, e a coreografia da batalha, traduzida pelos sinais dos tambores de guerra.

Finalmente, ainda se poderá efetuar, no *Imaginarium Bellica*, uma visita guiada virtual ao *campo de batalha português (1521-1621)*. Nesta visita, propedeuticamente, introduzimos o visitante no universo da *Arte da Guerra*, e convidamo-lo a mergulhar nos interstícios daquela que foi a feliz aliança entre a palavra e a imagem, na descodificação do princípio renascentista de ligação orgânica entre micro e macrocosmo, de que o *Imaginarium Bellica* participa.

Estas duas publicações, uma de cariz textual e outra em suporte audiovisual, fecham este ciclo investigativo, iniciado pelo nosso projeto “*De Re Militari: Da escrita da Guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)*”, ponto de partida para um novo caminho de leitura de um tempo, o dos alvores da nossa Modernidade.

Ana Paula Avelar (Universidade Aberta e CHAM – NOVA/FCSH)

Luís Costa e Sousa (CHAM – FCSH/NOVA)

INTRODUCTION

First of all, it is important to pay some attention to what can be described as a proto-history, even if somewhat recent, of the De Re Militari project (which will be discussed below), which fits into what was the Portuguese Art of War, at the dawn of Modernity. The research line Renaissance Europe – The Old and New Worlds, as part of the organic structure of the CHAM-Center for Humanities, was the place where we developed dialogues and debates with colleagues from various knowledge areas. Some of them belonged to our project's working team and are represented here, with us, in this book that we now offer to the public.

Our research team discussed multi and interdisciplinarily in the meetings we organized, within the investigations that were designed and worked on, and in the articles we wrote – often together –, and through the research grants that were opened and allowed to successfully prepare and develop this project, which we entitled “De Re Militari: from the writing of war to the image of the battlefield, in the Portuguese space (1521-1621)”. As it was financed by FCT, it was possible to achieve several goals: to reinforce lines of reflection that were often only previously mentioned; consolidate a whole series of investigative tools, namely, the construction of a database and a website; continue to host research grants; publish sources; prepare a series of audiovisual materials to disseminate some of our research; designing exhibitions and a Massive Open Online Course, known as MOOC. But we will return to this issue in more detail.

A first question arises: why did we choose to work on the military issue/the “Re Militari”, taking as the object of analysis the research path that would start “From the writing of war”, going to “the image of the battlefield”, in what was a precise ground, the “Portuguese space (1521-1621)” within those broader geographies and epochal contexts?

As it is important to remember, new ways of fighting emerged during our 16th century. Art, taken in its broad and somewhat totalizing spectrum with its multiple expressions, gained prominence, just as the

press and the circulation of the written word reached multiple geographies. It is true that war is woven into a web of soldiers, engineers/architects, sculptors and painters, who manifest themselves in the various spaces of a globalizing material culture. This was embodied in different iconographic sources, ranging from individual portraits commissioned by kings and high nobility to sculpture and arms and armour, those among many other manifestations.

On the other hand, as current historiographical analysis of discourses on the Art of War often focuses on tactical and strategic issues, present both in war reports and in military treaties, we have considered – and proved –, that the one of current 16th century practices, the alliance between the graphic and written narratives, have not yet been studied in-depth. It was precisely from this historical evidence that we focused on a specific type of sources. Thus, one of our first and last purposes was to rigorously uncover the discourses about the ars bellica and the way in which it was (re)constructed and its associated knowledge transmitted, both narratively and visually. The fulfilment of a principle of confronting/examining the representation, taking into account, intrinsically, the visual character of the image, which It is not reduced to knowing how to identify content, but requires participation, in an original way, in the experience of reading and seeing. This has always been present, in our hermeneutics of a discursive analysis, in addition to an entire critical apparatus around the different topics.

However, it was necessary to limit our analytical soil. So, the De Re Militari project began with an exhaustive survey of written and iconographic sources, during 100 years of war, in the space of Portuguese influence, analysing the reception of military models and the how these manifested themselves in the construction of the Portuguese war image, between 1521-1621. We chose this chronology because the temporal arc between the reign of D. João III and Filipe II of Portugal presents a time of contrasts and contradictions, with glimpses of anachronistic manifestations of a “crusading spirit. This was a time of a profound imperial reorientation, marked by extensive intra- and extra-European clashes and a comprehensive process of reformulation of military power.

Stating that the pursuit of war is an instrument of power, and that any consistent military imagetic construction needs the updating of the factors associated with combat as a foundational proposition, we took several objects and their historical-situational contexts. So, the

recognition of the principle that war is not limited to the act of warfare itself, limited to the study of tactical devices or weaponry was determinant for our investigation, as war is “a specific form of communication, a visual spectacle of self-affirmation and intimidation, and a way of occupying space, with its own rules and functional structures”.

The emergence of new ways of fighting, the leading role in the production of various artistic objects, the impact of the press as a promoter of the circulation of the written word and contact with different geographies make the Renaissance a time in which the relationship between Art and War is particularly relevant. This is, therefore, the cosmos that we took as our first research ground.

We began the (re)construction of images of the Portuguese battlefield (1521-1621) focusing on three aspects: the first was to signal and survey Portuguese sources relevant to the study of military art, such as the treatises, legislation, and chronicles, among other material. A second phase was the systematization of the collected materials; and the final stage of our work was the analysis and articulation between the iconographic material and the written supports, taken from an architectural perspective of the battlefield, with a special focus on the relationship between the theory and practice of war in Portugal (1521-1621).

We started our project in 2018, but the constraints caused by the Covid-19 pandemic quickly forced us to change our working schedule. We therefore focused on research in selected online archives and iconographic funds, which we explored comprehensively. We also had to change some of our research dissemination strategies. In spite of those major restrictions, we still managed to survey some 1.000 iconographic specimens to feed a database with more than 700 referenced and catalogued entries.

Various institutional agreements were also signed that allowed collaboration with different museum funds, such as the Museu Militar de Lisboa, the Museu do Palácio Ducal de Vila Viçosa, the military nucleus of the Museu de Angra de Heroísmo, the Musée des Armes de Fez, the Museu Municipal de Mértola and the Centro de interpretação de Montemor-o-Novo, with further collaboration with the Arquivo and Museu da Marinha also being foreseen in the future. The collaborations carried out were selected based on our investigation, both previous and current, and taking into account the innovative nature of our hermeneutic reading. These networks of readings are present in our

proto classification of the inventoried data of our database, and in the fact that we considered that the dissemination of the research had to be made via a website to facilitate the presentation of results.

As our project did not emerge an isolated object, but is part of a chronological thread in which investigative links are intertwined, the future of our research is also projected as an integrating soil of knowledge and analytical spaces of an Ars Bellica. As such, our website is not just a space for the presentation of the knowledge produced by the De Re Militari project, but goes beyond, and aims to remain as a space for disseminating knowledge about an Imaginarius Bellica, the name found by us for this virtual resource.

In addition to the virtual workshops, the discussion in various forae of the data/analysis we were producing, and the publication of several articles, the pandemic outbreak forced significant readjustments. The offering of materials in virtual support (in open access, always as possible) was, thus, reinforced. Within this specific context, we will focus on the logic that presided the choice of the books to be prepared. As this was a project that initiated an innovative analytical aspect, the intrinsic alliance between word and image, we decided that these hermeneutic lines should be highlight in the publication of two sources that clearly exposed how the image is an essential node in the descriptive process in which the word participates, transposing the things of the world world of War – our investigative soil.

The analytical unveiling of sixteenth-century military treaties was necessary. Thus, we began by publishing what would be, in the 16th century, a matrix for the exercise of the Art of War, the treatise by Gian Battista Della Valle, or, better, its translation into Portuguese. Our Book of Valo. A Portuguese re militari treatise from the 16th century that exposes the reception of a work that circulated in 16th century Europe, analyzing the voice of a reference Italian author and his translator into Portuguese. Through the various introductory essays, we highlighted intertextual and interdisciplinary readings, such as the laboratory analysis of the physical support of the treaty, bringing the present day reader closer to a past and an artefact, “a war treatise”, contextualizing a paradigmatic work, in practice of the Art of War, not only in Europe, but also, exemplarily, in Portugal.

After the publishing of this source, we decided that it was important to offer a wider audience a text, now by a Portuguese author, Martim Afonso de Melo, and what was his expository exercise of a “Regimento de Guerra”, at one time (remember that this regiment dates from the

end of 1560, beginning of 1570, as had already been proposed during the previous investigation, and now confirmed by recent work, within the scope of the De Re Militari project) in which the uniqueness of the Portuguese presence in North Africa is one of the themes present in the government of the Portuguese empire, as the Ottoman threat to European kingdoms and empires, in the Mediterranean space, was a constant. This book, entitled “A Portuguese treaty of the 16th century revisited: the War Regiment of Martim Afonso de Melo”, address a need, that of investigating military practices in a situation of reorganization of military contingents; being an explanatory exercise, its analysis is nuclear in the context of our work.

Still within the investigative debate, and regarding with students training, two master projects were developed, one directly related to the analysis of narrative sources, the chronicle of expansion, more specifically the texts of Gaspar Correia and the drawings of his “Lendas da Índia”, by Filipa Geirinhas, and the master’s dissertation already defended by Jesús García Blázquez, around the representation of Queen Njinga Mbandi, in the “História geral das guerras angolanas”, by António de Oliveira de Cadornega, and in the “Istorica Descrizione de’ tre ‘Regni Congo, Matamba et Angola” by the Italian capuchinho priest António Cavazzi da Montecucolo. Still within the training space, an internship was carried out within the scope of the degree in History of Art, offered by the Faculty of Social and Human Sciences, of the Universidade Nova de Lisboa, by the graduate Alexandra Elena Boriceanu, who worked on the manuscript codex of the epic by Jerónimo Corte-Real about the Second Siege of Diu, dealing with some of its cantos and respective illumination representations, and the researched material provided by António Conduto de Oliveira within his PhD project grant in the Universidade de Coimbra. So, interdisciplinary dialogue has been at the of our work.

Still within the scope of reconfiguring the results of the De Re Militari project, and adding to the virtual materials offered in the Imaginarius Bellica website, we decided to produce several virtual itineraries, covering a wide geography and which demonstrate how the reading of the Ars Bellica is not limited to military expeditions. Cycles of war can be followed where the sebastianic time dominates, from the Alentejo and Algarve itinerary (1573), which highlights the way in which military forces were prepared and organized, through the first journey to Morocco (1574), the meeting of the Iberian kings at Guadalupe (1576), the inevitable campaign of Alcácer Quibir (1578),

culminating in the itinerary from Cascais to Alcantâra of the annexation war (1580), and finally in the last itinerary that legitimizes a new reign and imperial order – that of the Iberian Union –, the itinerary of the Third Funeral of D. Sebastião (1583). Within this experience of a troubled historical time, we began to expose other analytical paths, touching on other expeditions, such as that of Abyssinia (1541-1543), the expedition to Monomotapa (1568-1578), or even the European interference in the interior of Angola (1582-1617), not forgetting to refer the Brazilian and Asian spaces.

The last publication under the “De Re Military” project is the book that is now published and which summarizes, synthetically and reflexively, the various vectors of our analyses, “Representations of the battlefield, in Portugal (1521-1621): images and texts”. It was built around two distinct but complementary realities, the space for the representation of war, and the physical space where the war phenomena takes place. In the first part we talk about written and iconographic representations, from the press and the dissemination of books in the Renaissance era, how men of war and warlike actions were shaped in this medium, the choreography of the ceremonial, the role of women in theatres of overseas war, the iconographic representations of war in two and three dimensions. This first insight is concluded with the individuals and communities that are, directly and indirectly, related to the armed conflict. The second part is dedicated to the physical space of war, starting with an approach to the architectural character of the 16th century battlefield, divided in the three scales that compose it, following by the visual reading of the military tradition, reflected in the Renaissance and Mannerist armour used by the princes of Savoy and Portugal. The approach on the instruments of war continues with an insight on a particular case of a well-known Portuguese king’s and his (still) somewhat obscure suit of armour, and a first insight on the spoils of war – the fate of weaponry of the vanquished. We then move on within the realms of Modernity represented by individual pyrobolic technology, and how this was disseminated across the various geographies of Portuguese influence. To conclude, the relation between the space and time of war is addressed, from the implantation of the military city in the territory, to the mobility of armies in their (eternal?) march to war, taking as a case study the itinerary of the army that King D Sebastian took him to Morocco in 1578, and the actual choreography of battle, epitomised by the battlefield’s drumming signals.

Finally, you can take a virtual guided tour on the Portuguese battlefield (1521-1621) at the website Imaginarius Bellica. On this visit, we propaedeutically introduce the visitor to the universe of the Art of War, and invite him to dive into the interstices of what was the happy alliance between word and image, navigate in decoding the Renaissance principle of organic connection between micro and macrocosm of that Imaginarius Bellica participates in.

Finally, you can take a virtual guided tour of the Portuguese battlefield (1521-1621) at Imaginarius Bellica website. On this visit, we propaedeutically introduce the visitor to the universe of the Art of War, and invite him to delve into the interstices of what was the happy alliance between word and image, in decoding the Renaissance principle of organic connection between micro and macrocosm.

These two publications, one of a textual nature and the other in audiovisual support, close this investigative cycle, initiated by our project “De Re Militari: From the writing of War to the image of the battlefield in Portuguese space (1521-1621)”, a point of departure for a new path of reading a time, that of the dawn of our Modernity.

1. Das representações da guerra e seus atores



A IMPRENSA E A DIFUSÃO DO LIVRO NA ERA DO RENASCIMENTO

Antonio Espino López
(Universitat Autònoma de Barcelona)*

O conceito histórico de *Renascimento* evoca, como poucos outros o fazem, uma intensa recriação da antiguidade clássica na literatura, arte, pensamento, atitudes e comportamento, que teve lugar num tempo particular e, em especial, no espaço geográfico de Itália. Grosso modo, o Renascimento desenvolve-se entre o século XIV e meados do século XVI, primeiro em Itália e, mais tarde, noutros países, mas mais como um conceito reservado à renascença das letras clássicas e dos valores culturais a que estas deram origem. Desde os primeiros autores que refletiram sobre a Renascença, cronologicamente, geograficamente e em termos do espírito que lhe está implícito (Jacob Burckhardt, Johan Huizinga), até aos mais recentes, como Peter Burke, medeou um considerável intervalo cronológico. De facto, Burke considera a Renascença não como um período específico, mas como uma dinâmica expansiva que se desenvolveu na Europa, do ano 1000 até 1800.

Sem dúvida que a imprensa estimulou e favoreceu o Humanismo, na medida em que incrementou a informação, alargou os horizontes mentais, favoreceu a reflexão individual e, por tudo isso, contribuiu para um olhar crítico sobre os estilos de vida tradicionais e em relação às autoridades estabelecidas. Precisamente perante estes, o humanista utilizou os clássicos para defender um modelo de cidadão ativo e independente de uma república; mas, como a maioria dos estados europeus eram governados por monarquias, o humanista acabou por desenvolver modelos estoicos encorajados pela sua leitura do filósofo Séneca: serenidade e fortaleza perante a tirania, virtudes não de cidadãos, mas de súbditos. No entanto, embora novos escritos científicos e técnicos da antiguidade tenham sido redescobertos (Arquimedes, Plínio, Vitru-

* orcid.org/0000-0003-2856-3035

vio, Ptolomeu, Galeno, Hipócrates), o facto é que o humanismo cultural científico não atingiu o nível do humanismo artístico. Todavia, os progressos realizados em vários domínios técnicos tiveram uma rápida aplicação, como na mineração, na metalurgia, na arte da navegação e na guerra; de facto, a figura do engenheiro-artista, como Leonardo, rapidamente cedeu o lugar à do técnico-arquiteto-engenheiro militar, que desenvolverá muitas invenções, muitas vezes, vanguardistas, em grande medida graças ao estímulo da guerra. Os avanços da matemática (álgebra, trigonometria) foram aplicados a muitos ofícios e técnicas da época. Na medicina, a anatomia de observação de Vesalius prevaleceu sobre os conhecimentos tradicionais representados por Galeno. Em astronomia, Copérnico defendeu a teoria heliocêntrica do universo, em oposição à tradicional teoria geocêntrica de Ptolomeu, explicando o duplo movimento da terra.

Existiram quatro grandes centros humanistas em Itália: Florença, com momentos de grande esplendor, no tempo de Cosme de Médici (1434-1464) e Lourenço, o Magnífico (1469-1492), onde figura a academia neoplatónica de M. Ficino; o reino de Nápoles, sob o patrocínio de Alfonso V de Aragão (1442-1458), onde Lorenzo Valla (1407-1457), promotor da língua clássica latina, foi proeminente; a cidade de Roma, que contou com o apoio de papas, como Nicolau V e, sobretudo, do humanista E. S. Piccolomini, papa de Roma, que foi o fundador da Academia S. Piccolomini, e do papa Pio II (1458-1464), até um novo relançamento, com os papados de Alexandre VI, Júlio II e Leão X, entre 1492-1521. Finalmente, Veneza, onde a sua classe dominante se identificou com um humanismo republicano, destacando-se a imprensa de Aldo Manuzio (1449-1515) como transmissora de textos clássicos e estudos humanistas. Manuzio chegou ao ponto de fundar uma pequena academia em Veneza, onde encontraríamos o próprio Erasmo de Roterdão. O tipógrafo e humanista parisiense Robert Estienne (1503-1559) chegou a publicar mais de 300 títulos, a partir de 1526, incluindo o *Thesaurus linguae latinae*. A partir de 1480, o número de edições diretamente inspiradas pelo Humanismo multiplicou-se, sendo o maior sucesso editorial o de *Adagia* e os *Colóquios* de Erasmo. A primeira edição da *Adagia* incluiu oitocentos provérbios antigos acompanhados de um comentário do autor; este número aumentou, gradualmente, para três mil e quatrocentos provérbios na edição de 1521, e para quatro mil e quinhentos pela altura da morte de Erasmo, em 1536. O seu ditado, que bem o descreve, é bem conhecido: “Quando tenho um pouco de dinheiro, compro livros. Se sobrar algum dinheiro, compro roupa e comida”.

A difusão do humanismo relaciona-se com uma nova pedagogia e com a renovação do ensino. A formação projeta-se como uma educação geral, integrando atividades físicas, intelectuais e espirituais. No cerne, encontra-se a consciência idealista de um homem concebido como uma criatura divina e aperfeiçoável. E, para isso, também os autores antigos deixaram modelos a imitar. Mais do que as universidades tradicionais, as novas fundações – as academias da literatura clássica – contribuíram para o renascimento humanista. Tradicionalmente, estas práticas culturais italianas da Renascença entendiam-se como tendo sido exportadas e difundidas para o resto da Europa ocidental. Hoje em dia, considera-se que, tal como os italianos recriaram a antiguidade clássica à sua maneira e desenvolveram uma nova abordagem, os europeus os imitaram, por sua vez, reinterpretando os modelos vindos de Itália, de acordo com as suas necessidades, circunstâncias e possibilidades de acolhimento. A dualidade estabelecida entre uma Itália inovadora e uma Europa recetiva e subordinada foi, assim, quebrada.

Os canais através dos quais a difusão cultural fluiu foram vários: as visitas e viagens feitas à Itália por numerosos intelectuais, artistas, diplomatas, políticos e soldados europeus; a contra emigração, ou seja, a partida de Itália, para vários destinos, de humanistas e artistas italianos, ansiosos por encontrar novos patronos e bem-recebidos, na ausência de humanistas e artistas nativos. A imprensa de tipo móvel foi fundamental para aumentar a divulgação das edições impressas de autores clássicos que então circulavam. Após a sua invenção na década de 1440, por volta de 1500, a imprensa foi instalada em duzentas e trinta e seis cidades, com centros de produção em Veneza, Basileia, Lyon, Paris, Nuremberga e Antuérpia. Entre 1450 e 1500, foram impressos, na Europa, até 15.000 textos, em várias edições. Nessa altura, 80% eram impressos em latim, e metade das obras eram religiosas. A difusão do livro permitiu expandir os círculos minoritários dos humanistas, até então transmitidos oralmente, e alguns deles, como Erasmo, alcançaram fama durante a sua vida. Por outro lado, fenómenos como a divulgação das ideias de Lutero não teriam sido possíveis sem a imprensa: entre 1517 e 1525, foram produzidas nada menos que duas mil edições dos escritos do monge reformista.

Em todo este processo de difusão cultural, pelo menos, numa fase inicial, as universidades com raízes medievais não desempenharam papel de grande relevo. O latim clássico recuperado pelos humanistas colidiu com o latim escolástico das universidades. Estas, após alguma

dúvida e hesitação, incorporaram algumas cadeiras de línguas clássicas, especialmente, o grego, mas isto não significa que estivessem imbuídas do espírito renascentista. Contudo, a necessidade de fornecer argumentos nas controvérsias religiosas entre católicos e protestantes, bem como a necessidade de os novos Estados terem uma burocracia jurídica e administrativa eficiente, formada em direito romano, levou a uma expansão da instituição universitária por toda a Europa, no século XVI.

Relativamente ao livro como objeto, no primeiro século da existência da tipografia, o papel desempenhado por vários agentes pode ser diferenciado: o editor é quem encomenda e financia a publicação do livro, e este papel coincide frequentemente com a figura do livreiro e/ou comerciante, ou seja, aquele que tem uma loja-armazém, as licenças apropriadas para negociar com livros e vender as de outras editoras; mas também pode coincidir com a figura do impressor, ou seja, o tipógrafo, que pode tanto aceitar encomendas de terceiros como decidir imprimir um título por conta própria. Por vezes, as três funções podem até coincidir na mesma pessoa, ou é o próprio autor que tem o privilégio de imprimir o seu livro. A comissão para imprimir um livro pode também vir de um particular, a quem a obra é dedicada regularmente, ou pode ser uma comissão institucional. Obviamente, o sucesso de um título pode ser medido pelo número de edições produzidas, assim como pelo número de cópias produzidas em cada uma delas, e pelas traduções. Assim, houve aquilo a que Robert Darnton chamou um “circuito de comunicação”, que abrangia desde a produção do livro, até ao consumo da informação.

Não havia dois livros iguais, nos dias da impressão manual, pelo menos, até ao final do século XVIII. Isto é explicado muito claramente por um grande estudioso do mundo do livro, o maiorquino Jaume Moll, professor de Bibliografia na Universidade Complutense de Madrid e diretor da Biblioteca da Real Academia Espanhola. E, embora a citação seja longa, vale a pena transcrevê-la:

La unidad básica del libro en el período de la imprenta manual es la edición, la cual puede presentar variaciones, que determinan la existencia, dentro de una misma edición, de emisiones y estados. El concepto de edición viene definido como el conjunto de ejemplares de una obra, impresos de una composición tipográfica única o que ofrece ligeras variaciones. En la imprenta manual, los moldes no se conservan para un uso posterior ni se puede obtener, hasta finales del siglo XVIII, un estereotipo que

permita reconstruí-lo. Tirado un pliego, su material tipográfico es distribuido enseguida, para ser utilizado en la composición de nuevas páginas, conservándose sólo algunos elementos aprovechables, como pueden ser, por ejemplo, los titulillos. Si la obra tiene que ser impresa de nuevo, aunque el tiempo transcurrido sea breve, se precisa componer otra vez todas sus páginas, y el producto resultante será distinto del anterior, pues es imposible, aunque se componga a página y renglón, lograr una igualdad absoluta en la distribución de las letras y los blancos, en el uso de letras defectuosas o de otras suertes, en las erratas, etc., además del reflejo de los usos habituales de cada componedor. En este caso, nos encontraremos con una nueva edición, o sea, con una reedición. (Moll, 1994).

O livro tem sido, é, e deve continuar a ser um dos objetos mais importantes na história da transmissão de sabedoria e conhecimento e, em geral, na história da civilização. É realmente difícil não relacionar o livro, num dado momento, com a formação de sociedades cada vez mais complexas, necessitadas de novos desenvolvimentos administrativos e económicos. Uma vez que, em todas as circunstâncias, os livros sempre cumpriram funções sociopolíticas, culturais, religiosas e económicas que, além disso, refletiam a realidade vivida em cada momento histórico; por conseguinte, foram definidas como autênticas janelas, através das quais se pode contemplar o seu tempo. Se, da análise de uma biblioteca podemos deduzir numerosas características, a todos os níveis, do seu proprietário, da mesma forma, também o podemos fazer com os livros, pois cada livro impresso é uma possibilidade eficaz de estudar a época na qual nasceu. É o que acontece, sem ir mais longe, com uma das obras de Giovanni Battista della Valle. Mas o mesmo se poderia dizer da sociedade que estava interessada em traduzi-la, num determinado momento. Tal como é possível pensar nos livros mais representativos de cada período, dos códices medievais, e também nos livros de horas, nos cancioneiros ou nos livros de hinos, o facto é que, se os livros de cavalaria e as obras impressas sobre livros de viagens e crónicas ultramarinas tiveram muito sucesso no século XVI, não podemos esquecer a enorme importância dos tratados militares, em toda a Europa, entre os séculos XV e XVIII.

Porém, nem todos os livros traduzidos chegaram à tipografia, daí a importância da disponibilização destas fontes¹. Para o caso que se

¹ É o caso das duas fontes, *O livro de Valo* e o *Regimento de guerra*, publicadas no

encontra mais próximo do autor deste estudo, a tipografia da cidade de Barcelona, levaram-se ao prelo 1.055 trabalhos, entre 1501 e 1600, graças ao trabalho de trinta e seis tipografias. Pois bem, apenas dois títulos sobre temas militares foram impressos, um deles com duas edições. Mas o que é significativo é que ambas foram traduções. Em qualquer caso, Barcelona talvez não seja uma cidade significativa, a este nível, quer em termos de volume de produção, quer em termos da qualidade das obras impressas. Já mencionámos como, no caso da Itália, se destaca a tipografia veneziana da Aldo Manuzio. Foi um importante editor de autores gregos clássicos, mas em pequenos formatos (8.º, 12.º) e com uma tipografia elegante, mas simples. Continuou a imprimir obras para compradores exigentes, em grande formato e pergaminho, com belas encadernações, no entanto, também tornou o livro acessível a outros públicos. Caracterizou-se pela utilização de dois tipos de letra, que tornavam o livro legível: redonda ou *bembo*, e itálico ou *griffa*, em referência direta ao seu criador, Francesco Griffo, uma solução que lhe permitiu poupar espaço e reduzir o formato das suas obras impressas. A gráfica Florentine Giunta tentou competir com Manuzio, utilizando o tamanho 8 nas suas impressões de autores clássicos e tipografias em itálico. A importância da impressão na difusão da Reforma Protestante também foi mencionada.

Na Alemanha, foi impresso um enorme número de livros e panfletos, sempre com a intenção de atingir o maior número possível de leitores, tornando-se, assim, um instrumento de uso diário, especialmente a Bíblia, no vernáculo. Os principais centros de impressão foram Estrasburgo e Frankfurt, em termos de comércio de livros, embora Wittenberg também se tenha destacado, onde o tipógrafo Hans Lufft produziu a primeira edição da Bíblia completa, traduzida por Martinho Lutero. Outra região fortemente influenciada pela Reforma Protestante foi a Suíça. Genebra, um paraíso para os impressores reformistas franceses e ingleses, e Basileia, com Johann Froben, cuja oficina foi colocada ao serviço de Erasmo, para divulgar as suas ideias e fixar os textos antigos, foram de particular destaque. À exceção de algumas obras em alemão, toda a sua produção foi em latim e grego e permaneceu dentro da ortodoxia católica. Também em França, as guerras civis entre protestantes e católicos arruinaram, em certa medi-

âmbito do projeto “*De Re Militari*”, da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621) (PTDC/ART-HIS/32459/2017), e disponíveis no site do projeto <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/>.

da, o comércio do livro, no século XVI. O impulso inicial dos reis bibliófilos da dinastia Valois, Francisco I e Henrique II, desvaneceu-se na segunda metade de Quinhentos. Impressoras como Estienne e Tory, baseadas principalmente em Paris e Lyon, mostraram uma forte influência italiana, pois começaram a imprimir em pequenos formatos e utilizaram caracteres de tipo romano e itálico. Em Inglaterra, contudo, a intensa instabilidade política e religiosa, a partir do reinado de Henrique VIII, significou que havia apenas cinco tipografias no reino que não podiam satisfazer a procura de livros religiosos, que tinham de ser importados de França, Itália, Holanda e Suíça.

No caso de Espanha, o patrocínio do cardeal Cisneros, corregente de Castela e fundador da Universidade de Alcalá de Henares, que promoveu a publicação da famosa *Biblia Políglota Complutense* (1517), cujo texto, impresso em grego, latim e hebraico, deve ser sempre destacado. Um grande trabalho do impressor Guillén de Brocar, pois trata-se de uma obra de grande complexidade, onde colaborou uma equipa de rabinos, historiadores e filólogos, como Antonio de Nebrija. Nela se misturaram os tipos góticos, romanos e itálicos, sem esquecer os caracteres gregos e os hebraicos. Seiscentas cópias foram impressas em papel e seis em velino. Mas, uma vez perdido este impulso inicial, poder-se-ia dizer que, afeto ao próprio Cisneros, o país se tornou um mercado para livros, impressores e livreiros estrangeiros. Os livros espanhóis publicados ao longo do século XVI caracterizavam-se pela permanência do tipo gótico, enquanto ilustrações de estilo renascentista eram introduzidas. De um modo geral, em Aragão e Castela, o papel utilizado pelos impressores era de qualidade bastante fraca, exceto na Catalunha e Valência, onde foi produzido em muito boa qualidade. Em geral, ao longo do século XVI, o gosto pelos grandes formatos não se perdeu, enquanto os principais locais de produção, amplamente dispersos, evidenciaram uma indústria muito localizada e fraca: Salamanca, Granada e Sevilha – onde se destacaram os Crombergers, gráficas com influência na América –, Saragoça, Valência e Barcelona. Em Madrid, a impressão apareceu em 1556, como consequência de se tratar da capital, e do estabelecimento da Imprensa Real. Na América, os livros espalharam-se rapidamente, para ajudar a evangelização (a circulação de romances de cavalaria foi proibida, durante algum tempo) e fixar a língua. A primeira tipografia foi aberta na Cidade do México, e era uma filial da oficina sevilhana dos Crombergers. Finalmente, na Holanda hispânica, Christopher Plantino transformou Antuérpia na capital do livro, com uma grande produção sobre

vários temas e numa multiplicidade de línguas, incluindo a *Biblia Políglota* ou *Biblia Regia*, encomendada pelo próprio Filipe II, que foi publicada em quatro línguas: siríaco, grego, latim e hebraico. A tipografia Plantino também se distinguiu na publicação de mapas. Gerard Kremer, mais conhecido pelo seu apelido latino Mercator, autor de mapas da Europa e do mundo segundo a projeção ptolemaica, foi o primeiro a aplicar a palavra atlas a uma coleção de mapas.

Em última análise, tal como noutros campos de estudo, a imprensa também transformou a escrita sobre a guerra, na Europa cristã. Os livros, que circularam com certa profusão, reforçaram a consciência de uma tradição militar específica, especialmente, quando os manuais impressos, quer sobre artilharia, táticas, exercícios, cercos ou fortificações, divulgaram técnicas muito mais rapidamente do que as palavras ou manuscritos, embora estes não tenham desaparecido ao longo dos séculos do Período Moderno Primitivo. Uma boa prova disso é esta tradução portuguesa de Vallo. Manuais com conteúdo militar permitiram um tal grau de disseminação de conhecimentos padronizados que ajudaram a aumentar a eficiência militar e foram muito importantes para a utilização de recursos militares, em toda a Europa. De um modo mais geral, a impressão e a alfabetização encorajaram a discussão da organização e métodos ou sistemas militares, e, no processo, incorporaram as essências culturais de cada uma das tradições militares em jogo. A informação foi um aspeto-chave da mudança para a coerência, regularidade e homogeneidade das forças militares europeias, uma vez que codificou certas características e as reproduziu, sendo esta uma das características mais salientes da chamada cultura impressa. A imprensa gráfica tornou, assim, possível divulgar relatórios, conhecimentos e opiniões rapidamente e a grandes distâncias. Mas há ainda muito a saber sobre a receção destas obras, em diferentes áreas geográficas, e sobre a forma como influenciaram o posterior desenvolvimento de sujeitos militares, a nível local. Em suma, a publicação de fontes, pelo projeto *De Re Militari*, tenta aliviar esta falta de conhecimento, lançando as bases para abordagens subsequentes ao mundo dos manuscritos e obras impressas de cariz militar.

REPRESENTAÇÕES NAS ESCRITAS DE GUERRA DOS HOMENS E DAS AÇÕES BÉLICAS (1578-1613)

Ana Paula Avelar

(Universidade Aberta e CHAM – NOVA/FCSH)

Desde já, importa delimitar o meu campo de análise, pois, se, nuclearmente, toco a(s) “escrita(s) de uma batalha, dos homens e das ações bélicas”, devo, igualmente, registar que subjaz a esta reflexão o *tópos do herói*, tendo em atenção o que ao tempo era a sua modelação narrativa, enquanto exemplo e *persona chiara/scura*. É a sua presença e eco, tanto em crónicas sebásticas, como naquele que considero ser um “tempo longo”, socorrendo-me do conceito operativo de Ferdinand Braudel, que é um dos objetos desta reflexão. Assim, e pela centralidade discursiva que ganha nesta(s) escrita(s) de uma batalha, dos homens, tomo um Homem (o monarca) e o perfil recriado em torno da sua ação/decisão bélica.

Como ainda muito recentemente Hervé Inglebe assinalou: “Il faut d’abord souligner que tout récit sur le passé n’est pas nécessairement de l’histoire. (...) on peut dire qu’une *story about the past* est rarement une *history of the past*” (Inglebert, 2018: 18). Mas os discursos que aqui tomo formularam-se como Histórias sobre um acontecimento, o momento da batalha de Alcácer Quibir, reverberando os ecos das atuações de diferentes intervenientes no conflito, seja quando toco na *Jornada del-rei dom Sebastião a África...*, seja na *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

Toco exatamente nesses textos portugueses, porque enquadro esta reflexão na receção que a historiografia portuguesa fez do acontecimento e da sua repercussão, sinalizando o solo conceptual de um(ns) Orientalismo(s) em Portugal, entendido igualmente num tempo longo e tomando toda uma geografia, que é subsidiária, não só de projetos políticos e sociais, mas de atitudes e vivências, tendo em atenção a historicidade de agentes, atos e artefactos.

É exatamente neste entre-espacos, o do momento da batalha, descrito pelos seus contemporâneos, e o da sua evocação, num Orientalismo finissecular, que inscrevo a receção de José Daniel Colaço e do seu sobrinho Júlio Rey-Colaço, sobre a Batalha de Alcácer Quibir, dedicada à Sociedade de Geografia, por ocasião do Congresso dos Orientalistas, projetado para Lisboa, em 1892, o qual não se chegou a realizar¹. Para este orientalista:

É uma verdade histórica universalmente conhecida que a tentativa de D. Sebastião foi temerária, pois que acometeu uma empresa verosimilmente impossível com um reduzido número de homens e, entre outras descrições dessa Jornada, que, em substância, põe, como todas, em relevo a desproporção do pequeno exército Português com a enormidade numérica do Marroquino, que, ainda pelas imprudências de El-Rei anunciando a sua expedição contra Marrocos e pelas prolongadas demoras ocorridas entre a saída do exército de Lisboa e a sua chegada aos Campos d'Alcácer, deram tempo a que as forças do Rei Mouro engrossassem desmesuradamente de dia para dia (...). (Avelar, 2019: 214).

Assim, é num constante exercício analítico face ao seu presente, o de 1892, que José Colaço considera heroico o seu rei, apesar de “(...) prazenteiro e enlevado de jovial entusiasmo, como se duma revista ou dum torneio El-Rei D. Sebastião partiu para nunca mais voltar.” (*Ibidem*: 211).

Como Christine Peltre enunciou: “Orientalism cannot be separated from the host of impressions and sensations recorded in artist's letters and memoirs, nor from an entire body of literature...” (Peltre, 2004: 14). As suas geografias, entenda-se, geografias culturais, passam pela inscrição que Ary Renan efetiva na *Gazette des Beaux Arts*, em 1894, declarando que o termo “Oriente” abrange um vasto espaço que inclui uma substantiva parte da Ásia e o norte da costa africana, sendo que a Índia e o Cáucaso participavam do pintar o espaço oriental. Esta geografia africana toma uma “África” de Tânger a Tunes, espaço onde a mitografia de Alcácer Quibir se inscreve.

Por outro lado, nesta análise, entendo o *tópos* como “nódulo de associação activa para ideias”, representando categorias e relações que podem funcionar como modelos heurísticos, espaço onde as situações ou acontecimentos podem ser colocados, categorizados e organizados no seu próprio lugar. No caso das crónicas sebásticas e da receção de

¹ Sobre esta figura e os seus escritos, cf. Avelar, A. P., 2019: 204-207.

uma memória *finissecular*, tomo, como, aliás, já foi afirmado, o *tópos* do herói. Contudo, ao analisar esta cronística, inscrevo a sua escrita naquele que foi o seu propósito e modelo, considerando que a narrativa histórica é algo que culturalmente marca a sociedade na qual é produzida e que faz parte do processo histórico.

Não subscrevo o empirismo modernista que, desde o século XIX, assumiu a explanação histórica como a emergência do discurso que, explícita, impessoal e transparentemente, relata o facto, isto é, a assunção de uma escrita considerada como expurgada de máscaras ou artificios. Alain Munslow sintetiza esta questão:

The modernist empiricist historical method handed down from the nineteenth century requires and assumes historical explanation will emerge in a naturalistic fashion from the archival raw data, its meaning offered as interpretation in the form of a story related explicitly, impersonally, transparently, and without resort to any of the devices used by writers of literary narratives, viz., imagery or figurative language. Style is deliberately expunged as an issue, or relegated to a minor problem of presentation. This vision of the history as a practice fails to acknowledge the difficulties in reading the pre-existing narrative constituted as evidence, or the problems of writing up the past. (Munslow, 2003: 10).

Defendo que o discurso histórico é um repositório de um passado, entendido este enquanto *texto* que se entretetece entre vozes e silêncios, que se assume como passível de sentidos (Avelar, 2022: 23-26). A escrita da História formula-se como instrumento de legitimação de um poder e, no caso dos textos interrogados, este é um relato de um tempo mais curto, o da última Jornada a África do jovem monarca português, D. Sebastião. Este, que é a cabeça do *regnum*, entendido como um *corpus mysticum*, o qual se identifica neste nosso século XVI com o *corpus morale et politicum*, sinónimo, como assinala E. Kantorowics, da noção de nação e de pátria, intuída como corpo místico corporativo (Kantorowics, 1984: 133).

A jornada do jovem monarca constrói-se numa dimensão contrastiva de claro/escuro, onde impera o serviço a el-rei, o lutar pela *pátria* e o morrer por ela. *O sumário de todas as coisas sucedidas em Berberia, desde o tempo (em) que começou a reinar o Xarife Mulei Mahamet no ano de 1573, até ao fim do ano da sua morte, 1578, no dia da Batalha de Alcácer-Quibir, em que se perdeu D. Sebastião, Rei de Portugal* reflete o olhar e a vivência de um dos criados de D. António, prior do

Crato, do qual desconhecemos o nome. A expedição é o tema central do discurso histórico e o autor testemunha o que teria visto, como combatente, tendo sido feito cativo depois da batalha e encarcerado em Fez, onde recolheria outros testemunhos que referiria ao longo da narrativa. O perfil de seu amo, D. António, é traçado, nomeadamente, expondo as desavenças que este teria tido com o monarca:

Tal foi o sucesso e a causa dos agravos do Sr. D. António, que determinei escrever na forma em que sucedeu segundo averigui pelos que foram presentes; mas por que a minha narração não seja suspeita, juro solenemente por todos juramentos que um cristão licitamente pode fazer, que nenhuma coisa destas alterei, nem o Sr. D. António soube de mim que as escrevia porque o faço cativo em Fez, tão longe dele, seguindo em tudo a pura verdade segundo a especulei dos que se acharam com ele, pessoas dignas de fê, confrontando e confirmando seus ditos por saber a realidade do caso, que foi esta, posto que no mesmo tempo a contavam muitos por diversas maneiras e o que disse depois succedeu, diremos em seu lugar. (Anónimo, 1987: 101).

Retenha-se que este é um discurso sobre um tempo disfórico, pois deste acontecimento resultaram, como escreve na abertura do seu primeiro capítulo, para o “... triste Reino de Portugal, tantas calamidades, tantos infortúnios e tão vários acidentes, matéria, pela variedade e grandeza dela, digna de memória.” (*Ibidem*: 37).

Já o texto atribuído ao memorialista Fernando de Góis Loureiro², intitulado *Jornada de ElRei Dom Sebastião as partes de Africa aonde se perdeu na Batalha que deu aos Mouros em o ano & Era de 1578*, subcreve, sinodicamente, a crónica régia, ainda que se centre na expedição. O autor anónimo visa transmitir o exemplo da História, pois esta é a disciplina do saber e do exercício dos reis e do ensino dos príncipes:

(...) quis por em lembrança, as cousas que passaram em meu tempo, e de que fui testemunha de uista de huas E de outras tiue relações mui uerdadeiras, pa com isso atalhar nossa costelacaõ antiga, e pagar este antiguo tributo a minha patria, que como foram cousas grandes e varios Sucessos dignos de memoria, Sempre Seruirão de aduertencia e bom exemplo aos que estam

² Remetemos os leitores para os considerandos elaborados por Francisco Sales Loureiro, no prefácio que redigiu à referida impressão desta Jornada. Cf. Loureiro, 1978: XL-XLVI.

por uir com que das cousas passadas e seus acontecimentos tirem o remedio nas occasiões que lhe forem presentes, fazendo-se cautos nos erros alheos, e sempre nos casos semelhantes, apartando se das varias opiniões que teueram mau Sucesso, ponderem nas cousas, a rezam dellas. (s.a., 1978: 3-4).

Recordo só muito brevemente como, logo aquando do seu nascimento, foram oferecidas a D. Sebastião as *Sentenças de diversos autores pelas quaes amoestão aos príncipes como na paz e na guerra se devem reger*. O príncipe é aquele que, por um lado, deve dominar o exercício das armas e que, por outro, deve conhecer o passado, que é fonte de ensinamento e expõe o exemplo que serve o bom governo. Como escreveu Frei António da Beja, em 1525, a D. João III, na sua *Breve doutrina e ensinança dos príncipes*:

Nem eu creio, excelentissimo Rey e Senhor, que as pessoas de boõ juyzo diram ser mal despendido aquelle tempo em que se leem e buscam as vidas e mortes dos virtuosos varões, nem que por isto perca o verdadeiro rey o vertuoso exercicio das armas ca a sciencia nom embota o ferro da lança nem faz fraca a espada em a mão do cavaleiro. (Beja, 1965: 130-131).

D. Sebastião foi o monarca que, aos catorze anos de idade, escreveu um *Breve Memorial* onde defende como o governante deverá ser, afirmando, como assinala Ana Isabel Buescu, no seu estudo sobre as imagens do príncipe, que este deve ser: “(...) temente a Deus e propagador da fé, defensor das leis, da justiça e dos bons costumes, que castiga os maus, premeia os bons, exemplo dos súbditos nas palavras, no vestir e no comer, liberal e dadivoso.” (Buescu, 1996: 249).

Contudo, as faces do monarca desmultiplicam-se nas vozes autorais que sobre ele discorrem. Mas, na *Iornada...*, D. Sebastião é o monarca *Desejado*:

(...) primeiro deste nome, assim chamado por nacer no dia daquelle Sancto: E assi como se lhe pos este nome nouo, assi como nouos e desacustumados extremos procedeo em grandes danos daquelle miseravel pouo, que com lagrimas o alcançou, e com lachrimoso e triste expectaculo o ueo a perder de todo. (s.a., 1978: 3).

Neste discurso historiográfico, subscreve-se uma evidente prosódia retórica, invadida pela sentenciosidade metafórica. Assinale-se como, ao longo da menoridade e dos primeiros anos do governo de D. Sebastião,

imperava um domínio muçulmano, devendo-se ter em atenção o conjunto dos impérios turco, safávida, dos mouros magrebinos e povos islami- zados presentes no Índico, o qual ameaçava o movimento expansionista dos reinos europeus, muito em particular das potências ibéricas.

A vitória de D. João de Áustria, em Lepanto, estanca esta irradiação muçulmana, embora fosse necessário que as potências europeias refor- çassem as suas posições, reequilibrando-se as forças em presença no Mediterrâneo. Contudo, como recorda Gábor Ágoston:

(...) Lepanto acabou com o complexo de inferioridade do cristia- nismo. Além disso, destruiu a supremacia marítima otomana. Apesar de os Otomanos não tardarem a reconstruir as suas galés, precisaram de décadas para substituir os seus hábeis fuzileiros navais, arcabuzeiros, marinheiros e arqueiros navais muçulma- nos. (Ágoston, 2023: 235).



Fig. 1. Jerónimo Corte-Real, BNP³.

³ Cf. <https://purl.pt/15186> e <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/>.

A emulação do herói surge na épica portuguesa de Jerónimo Corte-Real, quando ele escreve a *Felicissima victoria concedida del cielo al senior don Iuan d'Austria, en el golfo de Lepanto de la poderosa armada othomana, En el ano de nuestra salvacion de 1572*, a qual sai impressa em Lisboa, em 1578. As armas de D. João d'Austria são, nas palavras do poeta, no seu canto sexto, forjadas por Vulcano, a pedido de sua esposa Vénus, e, no escudo, *são debuxadas as vitórias do imperador Carlos V e de Filipe II, rei de Espanha*. Ecfrasticamente, o poeta descreve o trabalho, considerando que:

Pintô com tal vieueza, y tan guardado /Fue por el sabio artifice, el decoro,/ Co realços, y sombras tan perctas,/Com perfil tan igual, medido y justo./Assi todos hazian sus efectos/Com tal varios sucessos de fortuna:/Y tal era el diseño, que pacescen/Mas vivuas que pintadas las figuras. (Corte-Real, 1578: 96).

Também na representação de D. Sebastião se plasma a sombra do imperador. O *desejado* receberá, segundo os seus cronistas, uma celada e uma sobrecota de armas usada por seu avô, Carlos V, quando conquistou Tunes (s.a., 1978: 86). Mas, e desde já, refira-se, ainda que em breves traços, um contexto epocal. Portugal intenta alargar e consolidar um *império português* na Berberia e ainda que não se esboce toda uma conjuntura longa que lê a expedição de Alcácer Quibir, assinalo alguns vetores conjunturais que iluminam os discursos históricos analisados neste estudo.

Tanto *O Sumário...*, como a *Jornada...* debruçam-se sobre um passado próximo, que surge presentificado. O primeiro texto é escrito por um português cativo em Fez, após a batalha, enquanto que o segundo é redigido entre 1588 e 1595, sendo atribuído a Fernando Góis Loureiro, que consultara diversas fontes e recolhera vários testemunhos. Ainda que de modo diferenciado, a atuação de D. Sebastião nos palcos de guerra berberes é o espaço, por excelência, da narração. A estadia do jovem monarca, no verão de 1574, em Ceuta e Tânger, apontava para a escolha do espaço magrebino como território onde se desenrolariam as ações portuguesas destinadas a deter o expansionismo turco, no mediterrâneo ocidental (Farinha, 2002: 79).

A sucessão dinástica, em Marrocos, surge como a razão próxima da intervenção portuguesa. Após o assassinato, em 1557, de Muhammad al-Shaykh, subiu ao trono o seu filho Mawlay' Abd Allâh al-Galib, tendo os seus irmãos, os xarifes Abd al-Malik (Mulei Maluco, de acordo com a designação das nossas crónicas) e Ahmad (Mulei Amet),

abandonado Marrocos, oferecendo os seus serviços aos turcos. Após a morte, em 1574, do rei de Abd Allâh al-Galib, sucedeu-lhe o seu filho Muhammad al-Mutawakkil (Mulei Mahamet), o que não cumpria os desígnios sucessórios instituídos pelo fundador da dinastia. Abd al-Malik, que se tinha evidenciado ao serviço dos turcos, ganha apoios vários, na sua pretensão ao trono marroquino, combatendo o seu sobrinho, vencendo-o e sendo, deste modo, proclamado sultão.

Muhammad al-Mutawakkil busca auxílio em Espanha, o qual lhe foi negado, tendo D. Sebastião oferecido o seu apoio. A expedição seria organizada, apesar das dificuldades sentidas, devido à falta de homens e de recursos financeiros. A voz do *Sumário* é, a este nível, eloquente, salientando a dificuldade da empresa, defendendo-se, porém, o desígnio sebástico:

Embarcou no rio de Lisboa na segunda semana do mês de Junho, que se nunca viu, no qual tempo havia naquela cidade a maior pressa no aviar que se nunca viu, com grandíssima dissolução e carestia dos ofícios mecânicos, porque como a gente nobre fazia esta jornada contra vontade, pretendendo se não fizesse, todos os senhores e fidalgos tinham por aperceber a maior parte dos seus aviamentos, que foi causa de lhos fazer todos muito mais custosos, assim nas matérias como nos artífices, posto que com grandes penas tinha El-Rei muito proibido que se não alterassem os preços das coisas (...). (Anónimo, 1987: 83).

Também na *Jornada...* se referencia o enorme dispêndio das fazendas e a *tanta devassidão* na preparação da expedição:

E assi uindo de Guadalupe com grande pressa mandou aparelhar as cousas da Iornada, começando a procurar dinheiro das Rendas do Reino, E de o pedir a particulares do que tinham manso e quieto em suas cazas, mandando uir o que se possuísse nos cofres dos orfaños, E per outras uias fazendo se toda a diligencia por se iuntar moeda. As preparações de Naos E nauios se punha em ordem: leuantandose Soldados de todas as cidades do Reino: os grandes E senhores Se apercebiam de //cauallos, armas, E gentes em suas terras e finalmente as preuencoes Se aiuntauam com incrediuel diligencia, posto que as rendas do Reino nam Estauam tam florentes, porque os gastos eram grandes, as merces muitas,e o desamor E desordem dos officiaes E ministros (...) E ouue tanta devassidão no procedimento delas e gasto de dinheiro com que se faziam (...). (s.a., 1978: 43).

A 4 de agosto de 1578, o exército português, ao qual se tinham juntado forças mouras de Muhammad e alguns mercenários flamengos, alemães, italianos, comandados por D. Sebastião, defrontou Abd al-Malik, que contava com o apoio do seu irmão Ahmad, os quais venceram a batalha. Ahmad morreria afogado e Abd al-Malik de doença ou, presumivelmente, envenenado, e D. Sebastião desapareceria em combate. Estes acontecimentos são amplamente descritos nos dois textos, seja através das vozes sibilantes do criado de D. António, no *seu Sumário...*, onde se presentifica um tempo, através da expressão da sua vivência, ou na *Jornada...*, atribuída a Fernando Góis Loureiro, onde se historia, sinodoquicamente, a ação de um rei, o jovem *desejado* monarca, D. Sebastião. Nesta última narrativa, e ainda que se siga o modelo de escrita de uma crónica régia, naquela que é a inscrição da História do reino de Portugal, não se subscreve o princípio de relatar os acontecimentos ocorridos durante a vida do monarca, enunciando-se as marcas da sua governação. Nesta narrativa da História, o *pathos* flui, logo nas primeiras páginas:

(...) a frieza e pouco zello que em outros se ue claramente assi pa o Seruico de seu Rey e senhor, como para o bem comũ de sua patria, tirando se do caminho direito, e dando comsigo por despenhadeiros: E destes de que o numero nam he pequeno, se deuem entender os queixumes que faco, de minha nacam, e nam dos que fazendo o que deuem, conseruam // a honrra e valor de seus progenitores, e mostrariam em grandes effeitos, se pa as occasioens fossem chamados. (*Ibidem*: 11).

A par do qual corre a trágica *húbris*:

E assi como se lhe pos este nome nouo, assi com nouos e desacustumados extremos procedeo em grandes danos daquelle miseravel povo [Portugal] que com lagrimas o alcançou, e com lachrimoso e triste expectaculo o ueo a perder de todo. E assi muitas ueses procuram os homens e deseiam conseguir couzas que alcançadas Sam abreuiada destruição do que pretendem. (*Idem*).

O tempo de ambos os textos é um tempo curto, sendo na intensidade de um presente disfórico que se registam os factos e se exercita a *Arte da História*. Narra-se a memória dos feitos, descrevendo-se a ação dos homens e do seu *príncipe*. Este é o *príncipe*, que recebeu das mãos do capitão espanhol Francisco de Aldana, enviado pelo duque de

Alba, uma celada, isto é, uma armadura férrea de cabeça, e uma sobrecota usada pelo seu avô, Carlos V, quando conquistou Tunes (s.a., 1978: 86).

D. Sebastião reflete a face especular de seu avô Carlos V, daquele que, como Baltasar Gracián y Morales declarou, no seu *Herói* (1637):

Veio a ser maravilha de linhagens a augustíssima Casa da Áustria, fundando a sua grandeza na que é cifra das maravilhas de deus. E rubricou o seu sangue imperial com o de Cristo, Nosso Senhor, sacramentado. (...) Ser herói do mundo, pouco ou nada é; sê-lo do Céu é muito, a cujo grande Monarca se preste o louvor, se preste a honra, se preste a glória. (Gracián y Morales, 2003: 86).

Ou seja, o herói que, num Estado Moderno, num Estado regulado, é o sábio guerreiro, servidor de uma nação.

D. Sebastião aspira a ser o herói auroral, existindo para a ação e para a honra, sendo, ao mesmo tempo, um eu e uma *persona*, tendo a consciência da liberdade e sentindo-se como um corpo alienado (Medelénat, 1986: 55). Face especular do herói é o perfil traçado de *Mulei Mafamede*, pelo nosso português cativo em Fez. Segundo o seu registo, este tinha muitas qualidades, *não de rei bárbaro, senão de príncipe muito excelente*. Seria um *valeroso soldado*, apazível no trato, muito magnânimo e liberal, de branda e afável condição, *tão ladino em línguas, que, além de ser muito eloquente na sua e na turquesca, sabia muito bem a francesa e espanhola, a italiana*. Nas palavras do nosso cativo, era um admirador de Carlos V:

Um mercador levantino me afirmou em Fez que, vindo na sua companhia, caminhando ele com exército, muitas vezes o vira ler por Orlando Furioso e por outros livros portáteis que trazia guarnecidos de ouro com muito galantes encadernações; e sabia que tinha muito e muito curiosa livraria das línguas que sabia, porque a um mercador genovês, fizera muita mercê por um presente que lhe trouxera de livros italianos e que ao mesmo tempo que me contou isto, encomendara muito que lhe mandasse trazer todos os livros que houvesse feitos da história do imperador Carlos V a cuja pessoa e feitos se mostrava grandemente afeiçoado e que assim mesmo tinha grandíssimo respeito a El-Rei Filipe seu filho desejando em extremo ter muita correnteza com sua Católica Magestade, cujo poder e prudência exalçava grandemente. (anónimo, 1987: 69).

Defrontando este príncipe *muito excelente*, e naquela que foi a voz do autor da *Jornada a África*, D. Sebastião procura cumprir a caractereologia do rei aúlico, aquele que se consubstancia como o *espelho universal* de todas as *maximidades*, o que procura ser:

(...) émulo comum de todos os heróis a quem é centro de todas as proezas, e equivoque-se o aplauso em braços com eminente pluralidade: o afortunado, pela felicidade; o animoso, pelo valor, o discreto, pelo engenho; o catolicíssimo, pelo seu céu; o destemido, pela sua airocidade; e o universal, por tudo. (Gracián y Morales, 2003: 77).

Nesta crónica, a disforia do presente revela-se na gramática laudatória do príncipe. O autor impõe o tom elígiaco, redimindo o seu rei de todas as culpas e imputando-as aos mestres. O seu príncipe é o que, pela educação:

(...) não contente com a gloria de seus mayores quis alterar seu assocego, e perturbar o repouso e quietação de seus vassalos e finalmente procurar sua ruina na desnecessaria perigosa e difícil conquista de reinos alheios. (s.a., 1978: 17).

Ele é aquele que, face ao perigo, em combate, “(...) uio morrer diante de si tantos e tam bons fidalgos deseioso de acabar com elles Se meteo nos maiores perigos mas de todos seu animo inuenciuel o tirou com uida” (*Ibidem*: 116). Ele é o intrépito cavaleiro cristão.

Também o anónimo criado de D. António, apesar de criticar *O Desejado*, chegando até a contestar as suas decisões militares, reconhece-lhe valor no combate. Para ele, os portugueses são o *exemplum*. No fim daquele 4 de agosto de 1578:

(...) andavam muitos outros pela batalha, desarranjados, buscando El-Rei tão afervoradamente que foi coisa maravilhosa ver o ardor dos fidalgos portugueses, que se viam pelo campo andar bramando pelo seu Rei, de que se não sabiam dar razão uns aos outros, porque nunca teve lugar certo, antes, havendo-se muito com a desordem com que governava todas as outras coisas, andava solto pela batalha e desacompanhado como qualquer homem particular, de maneira que sobre o buscarem se perderam muitos dos seus e outros foram mortos em sua presença (...). (Anónimo, 1987: 204).

O rei teria ouvido ambiciosos aduladores, que defendiam que a honra não se ganhava por meios de fraqueza:

(...) razões muito conformes do humor del-Rei, em quem se via um ânimo em extremo desejo de conquistar, mas menos para isso que para todas as outras cousas, assim pela falta de experiência e entendimento, como por uma natural segura e aspereza escandalosa, que aos homens de valor tiraria totalmente o gosto de o seguirem. (*Ibidem*: 164).

Nestes textos, a descrição da vivência atravessa o testemunho, expondo-se retoricamente as paixões, assistindo-se como que a um lamento elegíaco, na *peroração* que impera na descrição do trágico fim de um rei, e no ocaso de uma dinastia: “Um *chiaro/scuro* perpassa, afinal, as escritas pretéritas de uma jornada a África, a do Desejado, monarca, D. Sebastião de seu nome.” (Avelar, 2022: 171).

Analisemos, porém, aquele que foi o recorte das modalidades de uma escrita da Guerra, nos finais do século XVI, princípios do XVII, a qual prossegue formas anteriores e foi concebida no contexto de um compósito imaginário imperial hispano-português, forjado na união das coroas ibéricas. Tome-se o *Memorial* de Jorge de Henin, sobre os reinos de Marrocos, entre 1603-1613, e analise-se como, atendendo a este contexto, se incorporaram modelos discursivos. Henin escreve uma história recente de Marrocos, a que baliza entre 1603 e 1613, seguindo o princípio coevo da aliança entre a escrita e o desenho, na representação do espaço (Avelar, 2011). A expressão do que se considera ser inovador, neste presente histórico, formula-se na procura do reconhecimento e prestígio individuais (Godin, 2008: 7). O *Memorial* de Jorge Henin e a sua descrição de um passado recente destinam-se a ser um instrumento que concorra para que o seu autor tenha um presente melhor.

Quando Henin relata a história dos reinos de Marrocos, entre 1603-1613, recorre a desenhos que, para ele, complementam a sua narrativa. Contudo, o autor não explica como os mesmos integram e devem ser compreendidos, no seu fluxo narrativo: ao leitor, cabe a escolha de como e quando proceder à sua leitura. No manuscrito que analisamos, possuímos duas representações gráficas, que esboçam panorâmicas aéreas e que se decompõem em três cenas de uma das batalhas narradas por Henin (Henin, 1614).

O primeiro desenho, inserido no início do manuscrito, traça a disposição oval das tendas beduínas fora do forte, a fortificação e as reservas

de água, a lagoa, os poços e o rio. Esta representação visual está confinada à estrutura do espaço, sem que encontremos nenhuma figuração humana, ao contrário do que acontece nas três cenas finais, que compõem a panorâmica final.

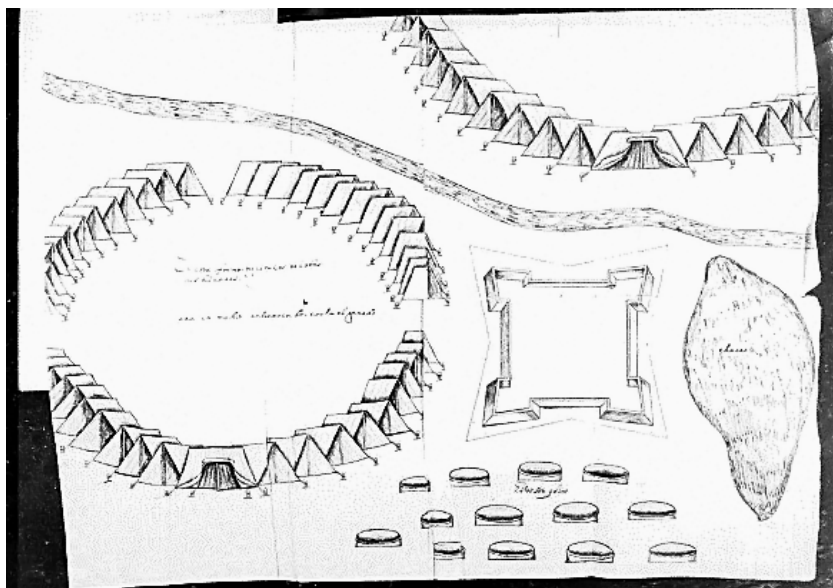


Fig. 2. *Descrição do reino de Marrocos (1603-1613): Memorial de Jorge de Henin, BNE. Desenho colocado no início do manuscrito.*

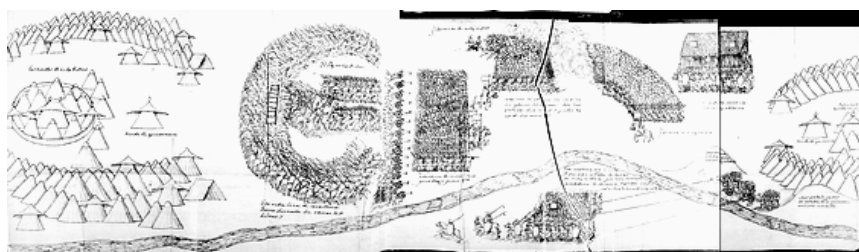


Fig. 3. *Descrição do reino de Marrocos (1603-1613): Memorial de Jorge de Henin, BNE. Desenho apostado no fim do manuscrito.*

Nesta, retratam-se os diferentes movimentos da batalha de *Mars al-Ramad*, que ocorreu a 14 de novembro de 1606, entre Abd Allah Abu Faris, o Muley Bufers da crónica e o seu sobrinho al-Shaykh, referido como Muley Abdalá. No texto, Henin descrevera o movimento das tropas em combate e os sucessos e fracassos assim alcançados. O

desenho detalha o posicionamento dos exércitos e da artilharia, atendendo às características do terreno, figurando, esquematicamente, os combates, recorrendo-se a diferentes cenas, que revelam o movimento das tropas, como acontece com a movimentação da cavalaria de Abd Allah Abu Faris e a luta travada com os corsários ingleses que apoiavam al-Shaykh. O autor serve-se de legendas explicativas que identificam tanto os beligerantes como os seus aliados⁴.

Neste *Memorial*, flui uma tradição, a do registo de atos militares. A sua inovação reside no facto de se enleiar na escrita da História uma memória pessoal e de, através da sua leitura analítica, se detetarem intenções autorais, distintas redes de contactos e ambientes culturais. Nesta obra, expõe-se uma época – o final do século XVI e inícios do XVII –, registando-se um conjunto de acontecimentos históricos dentro de um arco de tempo específico. Desoculta-se o encontro entre diferentes culturas, emergindo um registo onde, explicitamente, se declara que a escrita da História serve o império.

Os relatos históricos são frequentemente usados como instrumentos que visam a obtenção do reconhecimento social e, no caso específico do *Memorial* de Jorge de Henin, o seu autor procurou o mecenato de Filipe III de Espanha. Assim, ao dedicar a sua narrativa ao monarca, o autor esclarece que, no seu texto, fornece informações úteis ao reforço da presença espanhola, em Marrocos. Espanha é, então, o centro de “uma monarquia compósita” (Elliott, 1992: 48-71) espalhada pela Europa, o que consagra um enorme poder do rei da Espanha, gerando uma forte atração gravitacional sobre os seus súbditos (Yun-Casalilla, 2019: 102).

A expansão ultramarina foi a resposta de Espanha, tanto à geoestratégia otomana para o Mediterrâneo, como à indisciplina que percorreu o seu império. Recorde-se que o Mediterrâneo foi um espaço que permitiu a expansão imperial, quer do império otomano, quando avançou através do Mediterrâneo ocidental, quer da dupla monarquia ibérica, quando procurou assegurar o seu controlo, no Norte de África.

Limitados pela volatilidade da soberania na Europa, Carlos V, Filipe II, Filipe III e Filipe IV uniram a Espanha europeia e as suas ramificações americanas, através de vários fatores, como o de um governo assegurado por um único monarca, afinidade religiosa, capacidade coerciva e administrativa do estado e proteção contra outros impérios.

⁴ Estas legendas estão no espaço inferior direito da figura 3.

O espanhol transformou-se na *língua imperial* e o catolicismo foi imposto como a religião. A estreita interdependência entre uma igreja, a católica, e uma dinastia, bem como entre a monarquia e os senhores da terra, como que consubstanciou um *novo universalismo*, baseado numa só civilização europeia cristã, espalhada por vários continentes. Refira-se que, para o império otomano, a universalidade imperial concretiza-se através da inclusão pragmática dos espaços conquistados, sob o governo de um sultão, oferecendo a proteção das práticas religiosas e consuetudinárias já existentes, assistindo-se a uma fusão subtil entre a lei islâmica, a imperial e um aparelho burocrático idealmente afastado de teias familiares permanentes (Cooper, 2010: 145).

É no quadro destes dois macroimpérios – o otomano e o habsburgo – que o *Memorial* de Henin deve ser lido. Através dos seus dados biográficos, apercebemo-nos de como este esteve sujeito a distintas práticas de governação imperial, ainda que o seu percurso de vida evidencie como que um padrão. Em 1597, Henin deixou a Flandres e deambulou por toda a Europa. Durante quatro anos, permaneceu na Turquia, sob proteção imperial, e serviu como alfaqueque, ou seja, resgatou cristãos cativos, no tempo do sultanato de Mehmed III (1595-1603). A sua permanência no império otomano revela a anteriormente referida pragmática inclusão social, sob o domínio do sultão.

Em 1605, e quando já reinava Abu Fâris Abdallah, estabeleceu-se em Marraquexe, onde continuou a resgatar cristãos cativos. Ainda como alfaqueque, continuou a servir o novo monarca, Muley Zaidân (Cuzmán, 1997: 17). Note-se que os mouriscos que se tinham refugiado em Marrocos, após a sua expulsão de Granada (1571), pressionavam os governantes, no sentido de estes entrarem em guerra contra Espanha, uma vez que Marrocos tinha formado alianças com alguns inimigos da coroa espanhola, tais como a República dos Países Baixos. Henin testemunhou os esforços de Muley Zaidân (1608-1609) para conquistar Tetuão e controlar outros lugares estratégicos no Norte de Marrocos (García-Arenal, M. Wieggers, G., 2014: 309-313).

Após a derrota de Muley Zaidân por Abu Mahali, Henin foi obrigado a deixar Marrocos e a fugir para Espanha, onde chegou em novembro de 1612, sem possuir quaisquer bens. Antes de partir, Henin gastara todo o seu dinheiro no resgate de cinco prisioneiros cristãos. Uma vez em Málaga, Henin entregou esses cristãos às autoridades locais, fixando-se, de seguida, na corte espanhola, onde procurou a proteção de Filipe III. A sua antiga rede de contactos, a sua experiência com os sultões otomanos e o seu conhecimento da política marroquina repre-

sentaram uma mais-valia. Os seus conhecimentos das línguas italiana, francesa, inglesa, flamenga, árabe e castelhana facilitaram o desempenho dos cargos que ocupou, como declarou nos textos que redigiu em Espanha.

Na corte de Filipe III, Henin recebeu a proteção de um dos validos do imperador, o duque de Lerma, que o convidou a escrever sobre a sua experiência marroquina. Como Henrique Kamen atentamente observa, Filipe III aplicou estratégias diplomáticas que têm sido utilizadas no mundo contemporâneo para a chamada “coexistência pacífica”, isto é, procurou “coexistir”, sem minar os princípios ideológicos (Kamen, 2003: 310). A política externa de Filipe III foi desenhada procurando pôr fim aos conflitos em curso. Em 1609, o imperador assinou um cessar-fogo com a Inglaterra e, em 1611, estabeleceu uma aliança com a França (Bogdan, 2005: 198).

O conhecimento de Henin sobre a realidade marroquina poderia contribuir para o reforço da presença espanhola naquele espaço. Os relatórios que escreveu influenciaram, efetivamente, a estratégia desenvolvida pelo conselho do rei, no sentido de reforçar Mamora. No entanto, este órgão governativo não pretendia prosseguir com outras ações militares e, em 1613-14, Jorge de Henin escreveu o seu *Memoorial*, visando inverter esta situação. Neste seu apelo direto ao imperador, Henin argumentou que os reinos marroquinos deveriam ser conquistados, tendo sido aconselhado pelo duque de Lerma a explicar quais as ações que deveriam ser tomadas, com vista ao manter do controlo espanhol, depois da vitória sobre tais territórios. Este valido de Filipe III esperava que um relato das recentes guerras em Marrocos (1603-1613) levasse o imperador a intervir, procurando, assim, resolver as tensões que ainda subsistiam.

Contudo, Henin não conseguiu transmitir as suas ideias ao imperador, tendo as suas propostas ficado enredadas nos corredores da burocracia. Sempre escrevendo, aos grandes e poderosos em Espanha, sobre assuntos europeus, e usando as suas redes de contacto, Jorge de Henin forneceu informação privilegiada, até Filipe III ter falecido, em 1621.

Nos seus diferentes textos, encontramos informações tão distintas, como as que descrevem o que estava a acontecer no Danúbio, a atividade inglesa na América, a presença holandesa nas Filipinas, e as influências austríacas, dinamarquesas e polacas noutros cenários diplomáticos (Fernández, 2019: 81). Já no que concerne aos assuntos internos, Henin debruça-se sobre os problemas económicos que afetam a monarquia

espanhola. No seu *Discurso que trata de los requisitos Y órdenes que debe haber en la economía conventual de la Monarquía española, para que sea perfecta*, ele traça os requisitos que devem ser satisfeitos para se atingir o *perfeito bom governo*, apoiando o estabelecimento de duas empresas comerciais, uma para o Báltico, com sede em Sevilha, e outra para o Atlântico, com sede em Lisboa (Henin, 1620: fl. 127v-128). Neste extenso manuscrito, ele defende um ideário reformista e, apesar de visar soluções inovadoras, respeita a tradição, no que esta, segundo ele, oferece de bom. Tal é o caso de, por exemplo, quando examina a formação e função do conselho do rei e declara que não quer mudar nada, sugerindo apenas a criação de uma junta, que deveria funcionar como primeira instância de governo (*Ibidem*: 57v).

Os seus conhecimentos serão muito úteis a Filipe IV (1621), que sucedera no trono imperial espanhol. O novo homem-forte do imperador, Gaspar de Guzmán y Pimentel, o conde duque de Olivares, irá protegê-lo e, entre 1621 e 1622, Henin irá para Londres, encarregado dos assuntos diplomáticos. Nos anos seguintes, viajou pela Polónia e Alemanha, fechando-se este círculo em 1627 (Conde Pazos, 2016: 258). Saliente-se, porém, que foi exatamente em 1614 que Henin esboçou aquela que era a sua ideia de império habsburgo, no seu *Memorial às Guerras Marroquinas (1603-1613)*. O bilinguismo do autor permitiu-lhe escolher o espanhol como metáfora para a unidade e autoridade imperial. Na sua visão, a guerra contra os infiéis era um símbolo de um rei católico que assim servia a Deus e ao cristianismo, o cavaleiro cristão, como anteriormente fora D. Sebastião, para os cronistas do seu tempo. Apesar das pesadas despesas envolvidas, a guerra, segundo Henin, garantiria a paz no império cristão de Filipe III, imperador à data da escrita do *Memorial*. A referência a estas guerras marroquinas seria, assim, instrumental para moldar o domínio dos Habsburgo, em terras africanas.

Um novo universalismo é, pois, inerente ao texto de Henin, o de um império que representaria uma nova e única civilização cristã e europeia. O *Outro* é o muçulmano, retratado, por Henin, através de um estereótipo, o do infiel, que deve ser subjugado, a fim de que se alcance a sua ideia de império. O ato de escrever a História serve o império, e a guerra é um dos seus principais instrumentos.

No seu *Memorial*, Henin utiliza a cronografia para enfatizar a relação entre um facto e outro, e entre um conjunto diferente de acontecimentos e circunstâncias: os episódios assinalados são definidos pelas suas relações com outros episódios. Assiste-se, assim, a uma sucessão

de acontecimentos únicos, bons ou maus, alegres ou dolorosos. Ele não recorre a uma cronografia cíclica, nem linear, expõe aquilo que podemos classificar como sendo o uso de uma cronografia amorfa. Assiste-se ao entretecer de uma crónica, com a posição do narrador/autor (Ricoeur, 2004: 156).

Embora o manuscrito não estivesse formalmente organizado em secções, Henin explicou a sua estrutura, num outro texto, o seu *Discurso que trata de los requisitos Y órdenes que debe haber en la economía conventual de la Monarquía española, para que sea perfecta* (Henin, 1620: 16). A informação aí contida permite-nos perceber que o *Memorial* foi escrito em quatro partes: na primeira, descreve, brevemente, as condições geográficas, económicas e sociais dos reinos de Marrocos, sublinhando o facto de estes não beneficiarem plenamente da sua riqueza (Cuzmán, 1997: 39-44). A segunda secção relata, através de um conciso discurso historiográfico, as guerras civis entre 1603 e 1613, explicitando os esboços da batalha as lutas (*Ibidem*: 45-152). Além disso, a narrativa adota o estilo convencional dos relatos bélicos, seguindo uma tradição descritiva, onde se apresentam as fases subsequentes da ação militar, ainda que inovando, quando se serve do desenho para clarificar e completar a escrita, como acontece quando, ao retratar a vitória de Muley Abdalá, Henin assinala a presença dos corsários ingleses.

Ele assinala, no seu manuscrito, que todos os derrotados já tinham fugido e os cristãos continuavam, em vão, pois a pólvora não era suficientemente potente, e a maioria das peças eram de ferro, o que limitava o seu uso. Se fossem demasiado carregadas, de modo a alcançar os inimigos, elas rebentariam:

Toda la gente vencida ya se había huído y los cristianos con la artillería todavía tiraban, pero sin provecho porque la pólvora no tenía fuerza de alcanzar y las muchas piezas, como estaban [hechas] la mayor parte de hierro y cargadas en demasia para que alcanzasen, reventaban; y no fueron de provecho. (*Ibidem*: 77).

A terceira secção do *Memorial* é dedicada ao governo e aos rendimentos dos reinos marroquinos: Marraquexe, Fez e Sus (*Ibidem*: 153-160). Henin argumenta que estes reinos tinham sido devastados por guerras internas, que apenas levaram à morte e destruição, e que a injustiça tinha prevalecido. Ele alerta o imperado para o facto de os reinos marroquinos serem frequentemente devastados por lutas entre

os seus reis, que provocavam muitos mortos, sofrendo longos anos de peste e fome:

Vuesta Majestad sea servido [en] considerar si puede haber Reino más assolado, con tantas mudanzas de Reyes, tantas batallas, todas las cabeceras muertas y toda la gente milicia, y tan largos años de peste y hambre; y de ira de sus Reyes, que maliciosamente y a sangre fría mararon [a] toda la gente más granada del Reyno. No les queda forma de justicia. (*Ibidem*: 153).

A quarta e última secção é o corolário de uma narrativa, baseada nos acontecimentos que tinham sido eficazmente descritos, onde se expusera o que o autor defendia serem as principais razões para a conquista de Marrocos. Henin considerava que a primeira obrigação imperial era o serviço a Deus, devendo, por isso, serem conquistados estes por si designados *infiéis reinos*. Tal posição seria reforçada pelo facto de, em tempos passados, os reinos de Espanha terem estado submetidos ao poder muçulmano, e os senhores de Espanha desejarem que tal conquista vingasse o passado (*Ibidem*: 161). Na sua opinião, a riqueza marroquina traria mais rendimentos a Espanha do que as Índias, uma vez que a presença física do império espanhol, nestas áreas, seria amplamente reforçada.

Henin não deixa de traçar o quadro geopolítico de Marrocos no contexto da política europeia. Nas suas palavras, ecoa a noção de Espanha como uma terra imperial, cujo epicentro seria o continente europeu, sustentado pelo espaço marroquino. Ele acreditava que, nesta conquista, os ganhos seriam superiores aos gastos, residindo a chave do sucesso de Filipe III na capacidade de identificar os fatores que tinham levado ao fracasso das tentativas anteriores de conquista de Marrocos, sendo, para isso, o seu *Memorial* um excelente auxiliar. Segundo Henin, o imperador possuía, no seu vasto império, um grande número de guerreiros, que eram custeados pela coroa, pelo que alguns deles poderiam abraçar este projeto. A conquista destes reinos daria substantivos rendimentos, e Henin reinscreveria o simbólico lema imperial de Carlos V “Plus ultra”, isto é, “Mais além”:

Vuesta Majestad tiene en Flandres, en Italia y en otras muchas partes del mundo gran cantidad de gente de Guerra que cuesta a Vuesta Majestad muchos milliones. Con menos de la decimal parte de toda esa gente, puede intentar {264/265} tan justa empresa y ser señor de un gran Reino que dará a Vuestra Majestad

muchos milliones de rentas, como a su tiempo se dirá, Y pondrá a los mahometanos un no[n] plus ultra. (*Ibidem*: 162).

Tanto nas crónicas sobre Alcácer Quibir, *Jornada del-rei dom Sebastião a África...* e *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, onde reverbera a aspiração de D. Sebastião a ser um *herói auroral*, vivendo para a ação e para a honra, ainda que, em si, coabite um eu e uma *persona*, como no *Memorial* de Jorge Henin, retrata-se a guerra como um fenómeno secular, feito pela mão humana, subscrevendo-se aquela que foi uma das contribuições do Humanismo, neste período (Hale, 1998: 38-39).

Estes textos demonstram como, tanto na segunda metade do século XVI, como nas primeiras décadas do século XVII, se forja e consubstancia uma *nova* ideia de império e universalismo, baseado numa única civilização cristã e europeia, em que o espaço africano/marroquino é o palco paradigmático, e por onde os seus autores peregrinam, vivendo naqueles que são os modernos impérios europeus.

1576: FILIPE II E D. SEBASTIÃO EM GUADALUPE. ASPECTOS CERIMONIAIS*

Ana Isabel Buescu
(FCSH-UNL – CHAM)**

Muito se escreveu, com as mais diversas interpretações e apreciações, sobre os projectos africanos de D. Sebastião. Não é aqui o lugar nem é nosso propósito avaliar ou, de algum modo, “tomar partido” na inesgotável questão sobre os desígnios de D. Sebastião e sobre a sua reverberante figura, antes e depois de morto, que a passagem dos séculos, em vez de tornar mais nítidos, foi acrescentando em complexidade e fascínio; mas não podemos pretender que D. Sebastião estivesse só na visão e no impulso que o haviam de levar ao derradeiro momento de Alcácer Quibir, em Agosto de 1578.

Na verdade, como foi notado em inovadora biografia do monarca, o problema deve ser analisado deixando de o acantonar na sempre invocada obsessão ou “monomania” (Llanos y Torriglia, 1923: 68) de D. Sebastião pela cruzada e pela conquista em Marrocos – que não deixou, em todo o caso, sobretudo a partir de dada altura, de existir –, para ser visto, nos seus fundamentos, também como um projecto

Partilhado e defendido por outras figuras políticas do país [que] visava, de facto, a salvaguarda de uma zona atlântica, frente ao estreito de Gibraltar, crucial não só para a defesa das praças portuguesas no Norte de África, das populações do litoral português, em especial as do Algarve e das ilhas atlânticas, mas também para a segurança dos diferentes interesses marítimos e continentais do império português. (Cruz, 2006: 211-212).

* Este artigo teve o apoio do CHAM (NOVA/FCSH), através do projecto estratégico, financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2019). Por vontade expressa da Autora, a ortografia deste texto não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

** orcid.org/0000-0002-1569-8463.

É certo que muitos, como a partir de certo momento o próprio cardeal D. Henrique, manifestaram a sua reserva ou mesmo a sua oposição aos projectos do rei em Marrocos. Em carta datada de 14 de Setembro de 1573, sobre a passagem do rei a África, escrita em Alcobaça e dirigida ao duque de Aveiro, o cardeal acusava de forma crua os “favorecedores e louvadores de tamanhos males”, a seu ver, recorrendo a uma infeliz imagem, não menos merecedores da fogueira do “que os judeus que queimaram nos autos da Santa Inquisição”¹. Em alguns casos, essa oposição dizia respeito ao facto de D. Sebastião querer envolver-se pessoalmente em tão incerta e temerária expedição, e, sobretudo, que concebesse fazê-lo partindo solteiro e sem que a sucessão do trono de Portugal estivesse assegurada (Cruz, 2006: 225). Quando se tornou notório que o rei queria partir, chegou a tomar forma a ideia, liminarmente rechaçada pelo rei, “que nunca ouvia de boa vontade falarem-lhe em sucessor do reino”, de deixar príncipe jurado no reino antes de passar a África².

Na realidade, além dos seus validos e conselheiros, em que, para além dos irmãos Câmara – que agora manifestavam reservas à jornada (Rebello, 1925, cap. 9, 37) –, então pontificavam Alcáçova Carneiro, novamente nas graças do rei, depois do afastamento a que fora votado em 1569, Lourenço Pires de Távora, D. Álvaro de Castro e Jorge da Silva (Serrão, 1980: 65-66; Cruz, 2006: 204), não poucos fora desse círculo mais restrito o incitavam à empresa africana – como sucedia com Francisco de Holanda, em 1571, que exortava o rei a ir “ao campo d’Ourique e ao Algarve que ainda não viu, e passe a África, e tome-a, e triunfe dela” (Holanda, 1984: 2), como é patente no sentido profundo de *Os Lusíadas* (1572) e na dedicatória de Luís de Camões ao jovem rei, “novo temor da Maura lança,/maravilha fatal da nossa idade” (Camões, I, 6, 5-6, s/d: 56). Não se tratava de meros efeitos retóricos, mas de um genuíno *ar do tempo*, difusamente partilhado por muitos sectores do reino.

Depois, os próprios acontecimentos pareciam favorecer o exacerbar, em D. Sebastião, de uma ideia que ia subsumindo todas as outras, tornando-se exclusiva no seu espírito – a memória ainda fresca da heróica defesa de Mazagão, em 1562, era o rei menino, que concitou o entusiasmo geral o triunfal regresso a Lisboa, em Julho de 1572, do vice-rei

¹ Cópia da carta a D. Jorge, duque de Aveiro, escrita em Alcobaça, de 14 de Setembro de 1573, publicada por Serrão, doc. XXVIII, 1958: 85.

² *Colectânea*, publicada por Ribeiro, 1960, doc. 2, s/d: 201.

da Índia, D. Luís de Ataíde³, coberto de glória, que o rei recebeu e distinguiu com honras de herói (Machado, III, 1747, Liv. II: 443-446; Cruz, 2006: 208-209), facto que fez ainda o rei acalentar a ideia de passar à Índia, para depois se fixar em África (Baião, 1737, Liv. II: 247-251; Machado, III, 1747, Liv. II: 319). Num outro plano, eram bem recentes os ecos da estrondosa vitória cristã da Santa Liga, em Lepanto, sobre a poderosa frota dos turcos, comandados por Ali Pachá, consumada pela mão e pela espada de D. João de Áustria, a 7 de Outubro de 1571. E, recuando cerca de dez anos, não pediram então expressamente os povos, nas cortes de 1562, “que se não largassem os lugares de África”, que se construíssem fortalezas no Algarve e que duques e senhores se empenhassem na guerra de África?

Quando, em Dezembro de 1571, D. Catarina escrevia com desasombro um memorial que confiou ao cardeal Alexandrino, a rainha falava longamente do neto D. Sebastião, apontando, de forma incisiva, o dedo a quem o rodeava e, na sua opinião, o manipulava e lhe moldava o espírito. Retenhamos a seguinte passagem:

Como o vêem [a D. Sebastião] com tão altos espíritos e desejo de grandes façanhas, têm-no metido em coisas conformes a eles que não são deste tempo, em tomar África e em que há-de conquistar toda a Índia, para que metido em pensamento nestas coisas de que gosta se distraia das [coisas] do governo presente do seu Reino, a que está obrigado e não goste de entender nelas e as deixe nas mãos de quem as tem. (Danvila, 1900: 176).

Como se torna patente num documento que tinha uma clara leitura política, já em 1571 era nítido para a rainha D. Catarina e motivo da sua explícita preocupação o desígnio que tomava forma na mente de um jovem rei que haviam educado para ser, fora do tempo, um rei cavaleiro (Cruz, 2006: 205), sonhando tomar África e consumir a conquista de toda a Índia. E, na verdade, a sua partida para Évora e a jornada que, entre 2 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 1573, o levou e à sua comitiva a percorrer o Alentejo e o Algarve, se bem que profusamente pontuada de justas, canas, música e toiros, como testemunha o roteiro cronístico de João Cascão (Cascão, 1984: 77-136), criado do

³ 3.º conde de Atouguia, 10.º vice-rei da Índia (1568-1571), cargo que voltou a desempenhar em 1578, depois de ter estado nomeado para o comando da empresa marroquina. Não cumpriu este segundo mandato de três anos como 12.º vice-rei, pois faleceu, em Goa, em 1580.

senhor D. Duarte, condestável do reino, teve uma feição e uma finalidade eminentemente militares, revestindo uma dimensão preparatória em clara articulação com o seu projecto político (Cruz, 2006: 214-218). Tratava-se de inspeccionar fortalezas, “tomar o pulso” e avaliar a capacidade defensiva das costas portuguesas, numa província, como o Algarve, cujas populações viviam em constante sobressalto pelos frequentes ataques mouros a que eram sujeitas: em causa estava a defesa do reino, mas essa concepção era indissociável, para o rei, de uma dimensão ofensiva de luta contra os muçulmanos. Os próprios desenvolvimentos da política interna marroquina, na sua articulação com a ameaça turca sobre o Mediterrâneo ocidental, apesar da vitória de Lepanto em 1571, pesaram na visão estratégica de D. Sebastião (Serrão, 1980: 70-73).

Nos anos de 1573-74, na mente de D. Sebastião era agora claro o único fito de combater os muçulmanos em Marrocos, e todos os seus actos pareciam comandados por esse exclusivo desígnio. Uma carta, de 10 de Dezembro de 1573, do embaixador Juan de Borja ao monarca espanhol, dizia bem do estado de espírito de D. Sebastião. Expressara Filipe II o desejo de obter um retrato recente do sobrinho, para o que instruíra o seu embaixador nesse sentido. Este respondia não ter encontrado nenhum, e acrescentava, não sem ironia, referindo a actividade febril a que o rei se entregava, que “nem me parece que haja quem o faça estar quieto para se deixar retractar”, embora – acrescentava – pudesse tentar que a rainha D. Catarina interferisse nesse sentido⁴.

O projecto do monarca português, do qual momentos preliminares e preparatórios foram, portanto, a sua jornada ao Alentejo e ao Algarve, em 1573, e a Tânger, em 1574, amadureceu e foi tomando forma, num quadro de crescente tensão entre grupos e cliques na corte, apoiando uns a pretensão do rei, por lisonja ou interesse, outros mostrando reservas ou a ela se opondo frontalmente.

De entre estes destacamos D. Catarina de Áustria, sua avó, e o cardeal D. Henrique, seu tio-avô, como acima referimos. Ambos, de formas e com recurso a estratégias e argumentos diferentes, procuraram dissuadir D. Sebastião da jornada de África. Neste processo, bem como no do ansiado casamento de D. Sebastião – que não analisaremos aqui –, Filipe II entrou, pela mão de D. Catarina, de modo directo,

⁴ Carta de Juan de Borja a Filipe II, datada de 10 de Dezembro de 1573, cit. por Serrão, 1987: 305.

mas sempre ambíguo, na cena política portuguesa, de que o encontro, no mosteiro de Guadalupe, entre ambos os monarcas ibéricos, no final do ano de 1576, foi a expressão maior.

No quadro do conjunto de iniciativas que D. Sebastião levou a cabo para preparar e cumprir a jornada de África, o encontro com o seu tio, Filipe II, em Guadalupe, no final do ano de 1576, constituiu, a vários títulos, um encontro singular e decisivo entre dois monarcas reinantes. Este encontro concretizar-se-ia após a embaixada do experiente Pero de Alcáçova Carneiro, como referimos agora de novo nas boas graças de D. Sebastião⁵, à corte de Madrid.

O antigo secretário de D. João III viajou incumbido de apresentar a Filipe II duas questões centrais: assegurar o seu apoio militar à jornada de África e assentar o casamento do monarca português com uma das filhas do rei espanhol, que até então “o dito Rey D. Filipe nem negava claramente nem acabava de prometer” (Santos, 1735: 338), e que constava de um memorial – quase uma súplica – a entregar ao rei da parte de D. Catarina. Alcáçova Carneiro avistou-se com o duque de Alba, D. Fernando Álvarez de Toledo e o prior D. António de Toledo, estribeiro-mor de Filipe II e do seu Conselho. Sendo que tal encontro foi inconclusivo, foi o próprio Alcáçova Carneiro, a mando de D. Sebastião (Baião, 1737: 387-388), como constava dos memoriais enviados a Filipe II (*Ibidem*: 389-395), a propor um encontro pessoal entre ambos os monarcas (Santos, 1735: 338), no mosteiro de Guadalupe, que ficou acordado para Dezembro daquele ano.

Como dissemos, não abordaremos aqui as reuniões de carácter político que se desenrolaram entre Filipe II e D. Sebastião, ao longo dos catorze dias de permanência em Guadalupe, cujos conteúdos, contornos e consequências de vária ordem são sobejamente conhecidos. Centremo-nos na viagem, nas suas incidências e em algumas das suas componentes cerimoniais.

Depois de consultado o Conselho de Estado, que mostrou as fracturas então existentes (Machado, IV, 1751: 50-54), iniciaram-se os preparativos para a jornada. Para além dos oficiais, os fidalgos que haviam

⁵ O novo valimento de Carneiro junto de D. Sebastião é registado por Fr. Manuel dos Santos, que sublinha ser o antigo secretário de D. João III “muyto inteligente nas matérias políticas [...] e em breves dias o fez El Rey [D. Sebastião] do Conselho de Estado, e casou ao filho Luiz de Alcáçova com a irmã do valido Christóvão de Tavora” (Santos, 1735: 338).

de acompanhar D. Sebastião fizeram todos “muy custosos vestidos e outros atavios”; mas, sabendo-se da notícia da morte do imperador Maximiliano II, sogro de Filipe II, e morrendo, entretanto, o senhor D. Duarte, o rei tomou luto e “mandou a todos os Fidalgos, que deixadas as galas, e os ornamentos de festa, se vestissem de panno preto, sem guarnição alguma a modo de dó” (Baião, 1737: 400).

A comitiva régia era constituída pelos oficiais da Casa do rei, entre os quais Cristóvão de Távora, seu estribeiro-mor, Pedro de Alcáçova Carneiro, do seu Conselho, e algumas das mais destacadas figuras da nobreza, como D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro, D. Francisco Portugal, conde de Vimioso, D. Álvaro da Silva, conde de Portalegre e seu mordomo-mor, D. Diogo da Silveira, conde de Sortelha, guarda-mor do paço, além de muitos outros fidalgos e servidores. Os aposentadores do rei e 30 moços de câmara, bem como 18 cozinheiros, partiram três dias antes, para “terem tudo prompto antecipadamente, com tempo, todos vestidos de preto pela causa referida”⁶; “outra muita gente, que hia disfarçada a ver a vista dos dous Reys, afastados, ou diante ou de traz das jornadas del Rey, que chegarião a numero de seis centos” (Baião, 1737: 401).

D. Sebastião e comitiva saíram de Lisboa a 11 de Dezembro, atravessando o Tejo em galés, até à Aldeia Galega (actual Montijo), onde o monarca foi recebido pelo almotacé-mor, pernoitando numas casas preparadas para o receber, armadas de panos de seda verde e ouro, bem como a cama, e o pavimento com boas alcatifas. Na sala “pendia hum dossel de brocado que coroava uma grande mesa, coberta por hum panno de tela orlado de franja de ouro. Nas extremidades de toda esta armação se viam bordadas as Armas de Portugal, e debaixo da Coroa huma Setta”, que evocava a seta do mártir S. Sebastião (Machado, 1751: 56. Sousa, *PHGCRP*, 1744: 406).

No dia seguinte, dia 12, depois de ouvir missa na igreja matriz, D. Sebastião seguiu para o lugar de Landeira, a cinco léguas da Aldeia Galega, onde pernoitou, partindo a 13 para Montemor, onde chegou depois do anoitecer. No dia 14, ouvida a missa, seguiu para Évora, onde o aguardavam o seu tio-avô, cardeal D. Henrique, o cabido e a nobreza. Um único cronista, Barbosa Machado, escreve que o rei se deslocou ainda a Estremoz, onde o duque de Bragança lhe beijou a mão e quis acompanhá-lo, no que o rei não consentiu.

⁶ V. elenco dos que seguiram com D. Sebastião, em Baião, 1737: 401.

A comitiva chegou a 16 de Dezembro a Elvas, tradicional fronteira entre Portugal e Castela, onde foi recebida em ambiente de festa, e aí aguardou os preparativos para a sua entrada no reino vizinho⁷.

A 18 de Dezembro D. Sebastião entrou em Badajoz, onde foi recebido com todas as honras, no meio de muito povo. Os governadores da cidade conduziram o rei, sob um rico pálio, até à Sé, em cuja porta esperava o bispo e todo o cabido, que o receberam debaixo de outro pálio. Em solene procissão, ao som de salmos e hinos festivos, D. Sebastião foi conduzido à capela-mor, onde fez a sua oração. Já no exterior, no seu cavalo, conduzido à rédea pelo estribeiro-mor, Crisóstvão de Távora, foi-lhe oferecido o pálio da cidade, que, por sua vez, ofertou a Nossa Senhora de Guadalupe (Baião, 1737: 401). D. Sebastião não pernitoiu em Badajoz, mas em Talavera la Real, onde foi magnificamente hospedado⁸, entrando depois em Mérida, onde lhe foram também prestadas todas as honras cerimoniais. Todos os cronistas, com maior ou menor pormenor, assinalam como Filipe II fez questão de arcar, com “primorosa liberalidade”, com todas as despesas em mantimentos e alojamento da grande comitiva portuguesa em todos os lugares, desde a sua entrada em Badajoz, proibindo fosse quem fosse de vender ou receber dinheiro dos portugueses. Filipe II mandou ainda publicar, em todos os lugares por onde D. Sebastião passasse, que “elle [D. Sebastião] podesse mandar soltar quaesquer presos, abrir Cadeyas, perdoar dillictos; e que todas as Justiças lhe obedecessem em tudo” (Baião, 1737: 402).

A comitiva portuguesa partiu de Mérida, sendo recebida pelo conde de Medellin, pernitoando no seu paço, cujo fausto para acolher o régio viajante é minuciosamente descrito (Machado, 1751), passando depois por Madrigalejo⁹, e entrando, finalmente, em Guadalupe, no dia 22 de Dezembro. A viagem durara, com as paragens assinaladas, 12 dias. Por seu turno, Filipe II, com a sua comitiva, em que pontificava o duque de Alba, muitos oficiais, fidalgos e servidores, saíra de Madrid, também a 11 de Dezembro, para o Escorial. Daqui partiu, no dia 15, para Guada-

⁷ Importantes discrepâncias nesta cronologia de viagem, nos cronistas, alguns deles sustentando que D. Sebastião dormiu apenas na Aldeia Galega, e teria chegado, no dia 12, a Elvas. Seguimos Barbosa Machado, por nos parecer o mais informado e verosímil: 56-58.

⁸ V. descrição, em Machado, 1751: 59, sobre o local onde morrera a rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel, em 1558.

⁹ Todas estas paragens são detalhadas por Barbosa Machado.

lupe, onde chegou no dia 20, dois dias antes de D. Sebastião (Baião, 1737)¹⁰.

No próprio dia 22 ocorreria o primeiro encontro entre ambos os monarcas ibéricos. As origens do Real Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, na província de Cáceres, Extremadura, remontam ao século XIII, quando um pastor chamado Gil Cordero terá encontrado uma imagem da Virgem nas margens do rio Guadalupe, segundo a lenda escondida pelos cristãos aquando da invasão muçulmana no século VIII. Seja como for, uma pequena capela foi erguida no local, e desde cedo se tornou objecto da devoção dos monarcas. *Afonso XI* (1311-1350) de Leão e Castela deslocou-se com frequência à pequena capela, e aí foi em peregrinação nas vésperas da batalha do Salado, em 1340, para invocar a protecção da Virgem.

Após a decisiva vitória das forças cristãs, atribuída pelo rei à intercessão da Virgem de Guadalupe, o monarca quis erguer, no lugar da pequena capela, um santuário, iniciando-se uma importante campanha de obras para a construção de um grandioso mosteiro que contava, doravante, com a protecção régia, entregue à ordem dos Jerónimos em 1389, e que se viu ligado, nos séculos posteriores, a acontecimentos marcantes da realeza castelhana. Os Reis Católicos aí receberam Cristóvão Colombo, em 1486 e 1489, aí se acolheram após a conquista de Granada em 1492, e a este mosteiro o navegador fez a sua primeira peregrinação de acção de graças após a viagem que, nesse mesmo ano, levou à descoberta das Américas. Mesmo após a construção do Escorial, mais próximo de Madrid, o mosteiro de Guadalupe manteve intacto o seu prestígio e a protecção régia. Foi, portanto, num lugar de significado simbólico intimamente ligado à monarquia castelhana, e que contava também com uma tradicional devoção dos reis de Portugal, que se realizou o encontro entre D. Sebastião, rei de Portugal, e Filipe II, rei de Espanha.

Enfatizando a solenidade do momento, o encontro inicial entre ambos teve como primeiros protagonistas os dois reis: Filipe II saiu, cerca das duas horas da tarde, no seu coche, para o local apazado para ter lugar esse primeiro encontro, a cerca de meia légua, ou $\frac{3}{4}$ de légua do mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, num terreiro ou, como refere o

¹⁰ Saída de Madrid, a 11, chegada ao Escorial, a 15, chegada a Guadalupe, a 20 do mesmo mês. Cabrera de Córdoba (1619: 885) regista uma cronologia diferente para a viagem de Filipe II até Guadalupe, onde afirma que o rei chegou a 15.

cronista, “uma praça, ou planícia [sic], que para esse efeito se tinha mandado fazer”. Ao contrário de outros relatos, que afirmam ter-se dado o encontro em simultâneo, Baião afirma que Filipe II chegou antes de D. Sebastião, e aguardou no seu coche cerca de meia hora, até chegarem os portugueses. Aí, sim, chegou D. Sebastião no seu cavalo, ambos os monarcas se apearam em simultâneo, caminhando um em direcção do outro e, tirando os chapéus, abraçaram-se, trocando algumas palavras. Segundo Baião, Filipe II saudou D. Sebastião, dizendo “Sea Vuestra Majestad muy bien benido a estes sus Reynos”, a que o sobrinho lhe terá respondido “com vida, e saude, de Vossa majestade” (Baião, 1737: 407), havendo, no entanto, variantes assinaláveis, no registo desta troca de palavras, pelos cronistas.

Os coches, já comuns noutras cortes europeias, e que Filipe II tivera oportunidade de ver pela primeira vez na sua viagem de 1548, para se juntar a Carlos V, nos Países Baixos, fizeram a sua entrada na corte espanhola precisamente em meados do século XVI, sobretudo após a fixação da corte em Madrid, em 1561. Este veículo tornou-se progressivamente mais um instrumento do aparato cerimonial e de representação dos monarcas, rapidamente imitados pela nobreza, como sucedeu em Guadalupe, em 1576, e pelas elites urbanas, sempre atentas aos mecanismos de afirmação de *status* e de diferenciação social (Hortal Muñoz e Labrador Arroyo, 2014: 394-396).

A relação coeva seguida por Baião, provavelmente da autoria de um castelhano, aqui traduzida pelo cronista, nota a forma como D. Sebastião vestia – não esqueçamos o luto que então observava – e faz o seu retrato físico:

Vinha vestido S. A. de huma roupa de gorgorão preto, forrado de arminhos, e huma capa do mesmo, de talho curto, calças da mesma cor, com botas joelheiras de vaca, chapeo de tafetà preto de muita roda, pespontado com sua trança de avelorios; parecesse muyto no rosto com o Archiduque Alberto; he ruivo, muy corado, poucas barbas, bem assentadas, parece mais nascido em Alemanha, ou Flandres, que em Lisboa: em fim, tem muito da Caza de Austria, serà dous dedos mais alto que S. Majestade, muito mais gordo, e refeito, tem algumas pintas, e dizem ser de muita força, inclinado a cousas de guerra; porque nunca trata de outra cousa; he muy alegre e come muito bem. (Baião, 1737: 409).

Seguiu-se o beija-mão, em que a simetria do gesto régio sublinhava as hierarquias: em pé, em cada um dos lados do terreiro, os reis espe-

ravam os fidalgos: Filipe II, acompanhado por D. Juan de Silva, seu embaixador em Portugal, que foi sucessivamente apresentando ao monarca os fidalgos portugueses, e, do outro lado, o mesmo sucedia com D. Sebastião, a quem Miguel de Moura apresentava os fidalgos castelhanos. A primazia do cumprimento e o gesto régio sublinhavam a preeminência social dos fidalgos. Atentemos na descrição:

Chegou primeiro a el Rey D. Felipe o Duque de Aveiro [...] e elle o recebeo com o chapeo na mão e se lhe abaixou muyto, e quasi a mesma Cortezia fez ao conde de Portalegre, Môrdomo-Môr [...] que se seguiu ao Duque; e cubrindo-se recebeo a todos os mais Cavalheiros portuguezes com prazer, abraçando-os somente, e mandando cobrir os Titulos. O mesmo usou D. Sebastião com os Castelhanos: de sorte que ao Duque de Alva recebeo com o chapeo na mão, abaixando-se-lhe muito, e pouco menos ao Prior, e ao marques de Aguilar; e aos mais coberto, abraçando-os somente [...] e mandou cubrir os Titulos. (Baião, 1737: 407-408).

Todos estes e outros detalhes cerimoniais, bem como quantos acompanhariam D. Sebastião e o modo como seriam recebidos em terras espanholas, ao longo da jornada até Guadalupe, haviam sido acordados entre as duas cortes, em Novembro desse mesmo ano (Baião, 1737: 408; Cabrera de Córdoba, 1619: 880-883)¹¹.

Dirigindo-se ambos ao coche, sempre à mão direita de Filipe II, D. Sebastião quis dar a precedência ao rei, “como a tio, e mais velho, a quem respeitava como pay”, mas Filipe II insistiu, e D. Sebastião entrou primeiro no veículo, dando Filipe II a volta ao coche e entrando pelo outro lado, o que sucedeu em todas as saídas que fizeram juntos, até à partida de D. Sebastião, a 7 de Janeiro de 1577¹². Os membros do séquito português seguiram nos coches dos fidalgos castelhanos¹³, tomando o caminho do mosteiro. Aqui, os dois monarcas foram recebidos em solene procissão à porta da igreja pelos monges jerónimos, dirigindo-se à capela-mor, ao som de um *Te Deum Laudamus*, onde veneraram a relíquias e oraram à Virgem de Guadalupe.

¹¹ V. a detalhada descrição de Machado, 1751.

¹² Santos, 1735: 340, que segue Cabrera de perto.

¹³ Novamente discrepâncias entre os cronistas. Barbosa Machado, por exemplo, diz que alguns nobres seguiram neste coche.

Em seguida, Filipe II acompanhou D. Sebastião até à primeira sala dos seus aposentos, para que pudesse descansar. Situavam-se estes na Hospedaria Real do mosteiro, construída no início do século XVI, que o monarca castelhano “mandara aparelhar com muita grandeza [...]”. Destacavam-se, naturalmente, as tapeçarias. No quadro de uma tradição das cortes régias e principescas desde a Idade Média, as tapeçarias, representando episódios bíblicos, históricos, mitológicos ou, ainda, motivos heráldicos e florais, cobriam as paredes nuas dos castelos, estabeleciam a descontinuidade entre espaços, protegiam do frio, cobriam portas e janelas, decoravam os quartos. Mas, para lá das suas qualidades práticas e estéticas, a grande atracção das tapeçarias, por parte das elites, devia-se ao elevado custo, o que fazia delas um dos elementos primordiais de ostentação e de afirmação de riqueza e poder (Hallett e Cristóvão, 2018: 155). Era precisamente esse o caso, uma vez mais, neste régio acolhimento de Filipe II ao seu sobrinho e rei D. Sebastião.

Assim,

[...] os quartos do seu aposento [...] encontravam-se armados de rica Tapeçaria de prata, e ouro, em que estavam figurados vários Passos da Escripura Sagrada, e fabulas dos Gentios.

Outro elemento de interiores próprio de momentos cerimoniais eram os dosséis, que sublinhavam a centralidade e a superioridade da figura régia; assim, nas três salas dos aposentos de D. Sebastião, encontravam-se três dosséis: o primeiro de veludo leonado¹⁴, o segundo de tela branca de ouro, e o terceiro de brocado encarnado, este último “com mesas, e cadeiras de baixo – ou seja, cadeiras baixas – cubertas de pannos do mesmo lote; e o pavimento todo esteirado e alcatifado de muy boas alcatifas de seda, e lã”. Esta última sala, descrita com maior pormenor, era a câmara de dormir de D. Sebastião: a “cama era de tela de ouro morada¹⁵ [roxa], e tela de prata branca, cuberta de rede meuda de ouro e prata, e armação da mesma tela roxa adamascada, dossel, e cadeira do mesmo”. Também para os nobres que acompanhavam o rei foram preparados bons aposentos, por ordem de Filipe II (Baião, 1737: 406-407).

¹⁴ O mesmo que “aleonado”. “Da cor que tira a russo, como a do cabello do leão. *Fulvus*”. Bluteau, 1716: 81.

¹⁵ Ou seja, roxa.

Em termos públicos, as crónicas aludem aos festejos populares de dia e de noite, assinalando os lugares a passagem dos reis com danças e folguedos, e de noite com “fogos artificiais, luminárias e outros regozijos” (*Ibidem*: 408).

Para além do aparato do recebimento e do fausto dos aposentos destinados a D. Sebastião, sublinhemos ainda como todas as crónicas enfatizam a questão da simetria de procedimentos cerimoniais por parte dos reis e seus séquitos. Esta questão é muito clara no que diz respeito a um dos instrumentos mais importantes da sociabilidade cortesã: o momento das refeições, a que a cronística sebástica dá particular relevo. Várias indicações, que não podemos aqui desenvolver, são interessantes sobre o cerimonial cortesão observado nos banquetes, em particular no dia de Natal, em que Filipe II convidou D. Sebastião “a jantar em publico com elle na sua caza”¹⁶, e a que D. Sebastião respondeu, no dia 27, com banquete idêntico.

Similarmente, os fidalgos castelhanos convidaram os portugueses, no dia 30, “para hum banquete, que foy de carne; e os Portugueses para outro banquete no dia seguinte, que foy de peixe, competindo-se na abundancia, e regalo das iguarias” (Santos, 1735: 340-341). Neste último, “fez-se a meza em hum corredor junto do aposento del Rey D. Sebastião, donde os vio comer” (Baião, 1737: 413), estando a mesa posta com 36 talheres de prata, “para outros tantos convidados”, em que as figuras de mais alta hierarquia eram o duque de Alba e o jovem duque de Pastrana (Machado, 1751: 72). Duas foram, por seu turno, as refeições tomadas pelos monarcas com os monges no refeitório conventual: a primeira, oferecida por Filipe II, no dia de Ano Novo, depois da missa solene; no dia 6, dia de Reis, foi por seu turno a vez de D. Sebastião oferecer o jantar, “o qual foi guizado da sua Cozinha pelos Moços da Camera, e Reposteiros do Paço, e mais pagens, conduzidos pelo Conde Môrdomo Môr” (Baião, 1737: 415).

Uma memória coeva dá grande destaque ao pescado e mariscos, que de Portugal foram transportados por recoveiros, abastecendo a comitiva régia ao longo de todo o seu trajecto, em direcção a Guadalupe; naturalmente, o pescado português, como o salmão, salmonetes, besugos, linguados e azevias, bem como ostras e grandes lagostas (Machado, 1751: 72), “que ca em Portugal ha em grande abundancia e em Castella carecimento”, teve lugar de honra nos banquetes oferecidos

¹⁶ Descrição do fausto desta refeição, em Machado, 1751: 69-70.

pelos portugueses. Assim, no repasto oferecido a 31 de Dezembro pelos fidalgos portugueses aos castelhanos, o destaque foi para diversas iguarias

De tantos, e tão grande variedade de peixes, e tão frescos, como se o banquete se desse dentro na Villa de Setubal, donde hya a maior parte deste peixe. As quaes iguarias contadas foraõ cento e noventa pratos, todos diversos, entre assado, cozido, ençopado de vários molhos, frito, empadas, e outros escabeches. (Baião, 1737: 414).

Um outro produto esteve também em destaque nos banquetes oferecidos pelos portugueses: o açúcar. Estava então em marcha uma mutação profunda na confecção dos alimentos doces, com replicações na transformação dos “núcleos de gosto”, através da qual o contributo português para as transformações da culinária europeia veio, no que toca à doçaria, a ser decisivo. O açúcar tornara-se, com as especiarias e os animais exóticos, uma das *imagens de marca* e de prestígio da monarquia portuguesa no século XVI, sendo também usado como arma diplomática. Quando, em 1529, o rei D. João III procurou alcançar uma aliança política com o reino da Polónia, enviou a Cracóvia o alto funcionário da feitoria portuguesa da Flandres e humanista Damião de Góis, para encetar negociações com vista ao casamento do infante D. Luís com a filha do rei Segismundo I. Entre os presentes levados por Góis ao monarca polaco conta-se um carregamento do mais fino açúcar da Madeira – o primeiro jamais provado na corte de Cracóvia. No já citado banquete de 31 de Dezembro, as iguarias doces tiveram idêntico protagonismo ao do pescado, facto devidamente sublinhado nas crónicas:

E porque Portugal também tem tão grande abundância de conservas por rezão da Província do Brazil, & a Ilha da Madeira, S. Thomé, & Cabo-Verde, terem infinitos assucares, de que Castella muito carece, não forão em menor quantidade as diversidades dos doces, nem menos louvados pelas diversidades, & delicadezas, que a dos pescados¹⁷.

A música sacra esteve também presente no encontro de Guadalupe, com particular destaque para as vésperas e as matinas do dia de Natal,

¹⁷ Santos, 1735: 341. Texto quase idêntico em Baião: 414.

com o concurso de músicos portugueses e castelhanos de Toledo e Plasencia, tocando instrumentos de boca e arco e entoando hinos religiosos. Domingos Madeira e Alexandre de Aguiar cantaram a solo vários versos do *Magnificat*, acompanhados pelo organista Afonso da Silva, também ele português (Machado, 1751: 68).

A devoção pelas relíquias, pedaços de santidade cujo culto se exacerbava no quadro da sensibilidade contra-reformista, teve também um momento de profundo significado no último dia do ano de 1576. Após assistirem às Vésperas da Circuncisão do Senhor, solenemente cantadas, os dois monarcas deslocaram-se à sacristia da igreja para ver o grande santuário das relíquias do mosteiro de Guadalupe. D. Sebastião pôde também apreciar as magníficas peças de prata e ouro, para uso litúrgico e do tesouro, e ainda algumas peças particularmente significativas e que testemunhavam o prestígio e o poder de atração do mosteiro também em Portugal. Assim, entre outras preciosas peças, o rei viu o magnífico cálice em ouro, oferecido ao mosteiro por Nuno da Cunha, um colar de ouro guarnecido de diamantes, oferecido por Gonçalo de Albuquerque, pai de Afonso de Albuquerque, e uma imagem do arcanjo S. Miguel em prata dourada, oferta de D. João I (*Ibidem*: 73).

Na entrevista de Guadalupe houve também lugar à troca de presentes. A rainha Ana de Áustria (1549-1580), terceira mulher de Filipe II e prima direita de D. Sebastião¹⁸, mandou visitá-lo, no dia 26 de Dezembro, pelo seu *menino*, o duque de Pastrana, filho de Rui Gomes da Silva, príncipe de Éboli¹⁹, “e por elle lhe mandou hum regalo de luvas de ambar, lenços e outras peças semelhantes”, que D. Sebastião muito apreciou. O cronista espanhol Luis Cabrera refere, de forma vaga, além das luvas, a oferta de “cueros [...], ropa blanca, i otras cosas de regalo y curiosidade” (Cabrera de Córdoba, 1619: 885). D. Sebastião retribuiu, oferecendo ao jovem duque, depois do banquete de 31 de Dezembro, “hum espadim ou adaga com guarnição de ouro e pedras preciosas” (Baião, 1737: 420)²⁰. Não há referência nas crônicas portuguesas aos presentes trocados entre os dois monarcas; apenas Cabrera alude, de forma breve, à oferta de Filipe II ao sobrinho de “unas armas

¹⁸ Filha do imperador Maximiliano II e de Maria, irmã de Filipe II. A rainha Ana morreu, vítima de peste, em Badajoz, em 1580, quando Filipe II se preparava para entrar em Elvas e ser aclamado rei de Portugal.

¹⁹ Sobre esta figura, v. Guillén Berrendero, Hernández Franco e Alegre Carvajal (eds.), 2018.

²⁰ “Hum punhal guarnecido de ouro, e pedras preciosas”. Santos, 1735: 342.

ricas i fuertes, i cavallos, entre otros dones”, bem como jóias aos fidalgos portugueses e “ayudas de cosas grandes a los demas criados” (Cabrera de Córdoba, 1619: 885). D. Sebastião fez ofertas semelhantes aos castelhanos (Baião, 1737: 420).

D. Sebastião permaneceu em Guadalupe de 23 de Dezembro a 7 de Janeiro de 1577, período em que se sucederam as reuniões de carácter político, algumas algo tumultuosas, as missas diárias, as solenes celebrações litúrgicas de Natal e de Ano Novo, os passeios pelas dependências do grande mosteiro e os banquetes. No dia da partida, Filipe II e D. Sebastião e as respectivas comitivas, depois de alguns equívocos que enfureceram D. Sebastião, seguiram no coche real até meia-légua do mosteiro de Guadalupe, no terreiro onde, 14 dias antes, o rei português fora recebido, e onde se despediram.

Regressado D. Sebastião ao reino, sem o apoio militar que desejava, nem a promessa expressa de um casamento, a entrevista de Guadalupe significara, em termos políticos, na síntese retrospectiva de um dos seus cronistas, um “prognostico da transmigração do Reyno para lá” (*Ibidem*: 402). Mas, sob o ponto de vista que aqui nos ocupou, os testemunhos cronísticos, pela sua riqueza e pormenor, que apenas explorámos, permitem-nos surpreender momentos e compreender mecanismos de funcionamento da sociedade de corte no século XVI, no momento em que os dois monarcas reinantes na Península Ibérica se encontraram, naquele final de 1576, em Guadalupe.

NOS PALCOS DE GUERRA NO ALÉM-MAR (SÉCS. XV E XVI). RECORTES DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Ana Paula Avelar

(Universidade Aberta e CHAM – NOVA/FCSH)

Vítor Gaspar Rodrigues

(CH/FLUL – Universidade de Lisboa) *

Esta análise não visa apenas narrar aqueles que terão sido historiografados como “grandes feitos” realizados por mulheres, mas expor aquelas que foram as suas intervenções, frequentemente, silenciosas e ocultas em operações militares, e onde as mulheres estão presentes e são agentes ativas na organização das sociedades e ações em que participam (Scott, 1988: 27). Assim, esta nossa reflexão decorre de uma análise detalhada das fontes, atendendo ao seu contexto histórico e ao facto de se considerar “the idea of a world in flux, which seemed totally malleable, exerted a strong attraction. In it, an authoritative truth and striven-for objectivity were detrimental concepts made stable by means of referentiality and binary oppositions” (Breisach, 2003: 186). Neste processo de construção historiográfica em que a contraposição binária de argumentos foi um dos nossos instrumentos analíticos: “La guerre a aussi contribué à redéfinir les rapports symbolique du masculin et du féminin” (Delacroix, 2010: I, 215).

É precisamente neste âmbito que refletimos sobre o papel das mulheres nos diferentes palcos de guerra em que os portugueses intervieram, tendo em conta o espaço extraeuropeu. Na maioria dos casos, a sua ação tem sido esquecida ou analisada como se fosse uma situação marginal na historiografia portuguesa. As mulheres têm sido consideradas meros acessórios na “arte da guerra”, desempenhando tarefas logísticas ou de apoio aos combatentes feridos. Nas ações militares do reino de Portugal, as mulheres são frequentemente retratadas como

* orcid.org/0000-0003-1822-1402.

vítimas, seres indefesos que sofrem a violência das forças beligerantes. Nesta longa linha temporal – séculos XV e XVI – e tendo em atenção o espaço de atuação da coroa portuguesa, o papel dos elementos masculinos, no Norte de África e, mais tarde, nas zonas asiáticas, destaca-se. Durante várias décadas do século XVI, o embarque de mulheres nos navios da carreira da Índia era estritamente proibido, embora algumas mulheres casadas acompanhassem os seus maridos, nomeadamente, nobres, não deixando de ser significativo que se encontrem várias referências a viagens clandestinas.

Contudo, importa salientar que são escassas as informações sobre a participação feminina nos vários conflitos militares, visto a maior parte das descrições feitas pelos cronistas ser dedicada aos feitos praticados pela nobreza, naquela que é a esfera de atuação da coroa. Apesar da escassez de fontes, é possível traçar dois modelos distintos de participação feminina, no palco da guerra: a que teve lugar em Marrocos, na costa ocidental africana, e a que ocorreu no Estado da Índia. Através da sinalização de alguns estudos de caso, é possível demonstrar estes dois modos de intervenção. Começamos pelo que se passou em Marrocos e na costa ocidental africana.

Marrocos e a Costa Ocidental Africana

Desde as primeiras lutas dos portugueses, em Marrocos, encontramos a ação das mulheres. De facto, já em 1418, aquando do cerco à fortaleza de Ceuta, que se encontrava sob o controlo da coroa portuguesa, o cronista Gomes Eanes de Zurara relata a participação das mulheres. Elas não só apoiavam os soldados, “caa continuamente andaram ally acarretando pedras e almazém, com todallas outras cousas que aos homens eram necessárias, de guisa que algum deles nom teve causa de se afastar do lugar que lhe era assinado” (Zurara, 1997: 474), mas também participavam como combatentes, não obstante “o estado feminil seja daquela flaqueza que a Deus prouve que fosse, tanto merece mayor louvor quanto se esforça com mayor vontade a seguyr o que a natureza lhe repugna” (*Ibidem*). Como o cronista evidencia, seria a grande virtude das mulheres e a falta de homens que as levava a pegar em armas, ferindo e matando inimigos. Tais teriam sido os casos da *boa e honesta* Leonor Afonso, casada com Lopo Martins, da solteira Catarina de Santiago e da mulher de Rui Gomes, que, como relata Zurara, ajudou valentemente o marido, ambos feridos (*Ibidem*: 485).

Casadas ou solteiras, oriundas dos estratos sociais mais baixos, ou mesmo da nobreza, elas participavam nos cercos militares, multiplicando-se as notícias sobre mulheres da alta nobreza que se juntavam, por vezes, aos maridos, na aventura norte-africana.

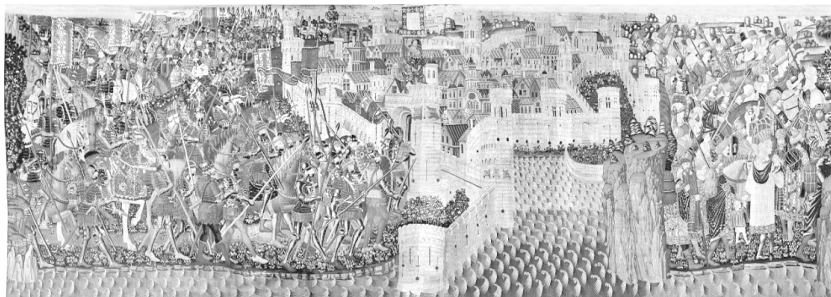


Fig. 4. Tapeçarias de Pastrana: A queda de Tânger, MPTP¹.

De facto, numa das tapeçarias de Pastrana (fig. 4), encomendada por D. Afonso V para celebrar a ocupação de Tânger (1471), a presença feminina prevalece. A alteridade surge numa espécie de contraponto às relações simbólicas do masculino e do feminino. Como escreve Miguel Ángel de Buenes Ibarra:

“In the tapestry, the armour and trapping of the Portuguese, which occupy half the composition, are counter posed with the civilian dress of the Muslims and the large numbers of women seen fleeing with their goods and children (...). The weapons of those in flight are limited to round or oval shields and a few helmets, with no armour or standards to be seen.” (Aguilar, Henriques, 2010: 85).

Todavia, nesta figuração, o armamento ligeiro dos homens contrasta com a representação simbólica da mulher, como mãe e guardiã dos bens (fig. 5).

Já no século XVI, talvez o caso mais significativo tivesse sido o da condessa de Borba, que se instalou em Arzila, levando na sua comitiva um grande número de mulheres. O seu estabelecimento na praça, para além do que representou em termos político-militares, encerrou ainda uma forte componente psicológica, exercida não só sobre os morado-

¹ https://en.wikipedia.org/wiki/Pastrana_Tapestries#/media/File:Fall_of_Tangier.jpg.

res, mas também sobre a população marroquina mais próxima, pelo que significou em termos do aprofundamento da presença portuguesa na região.

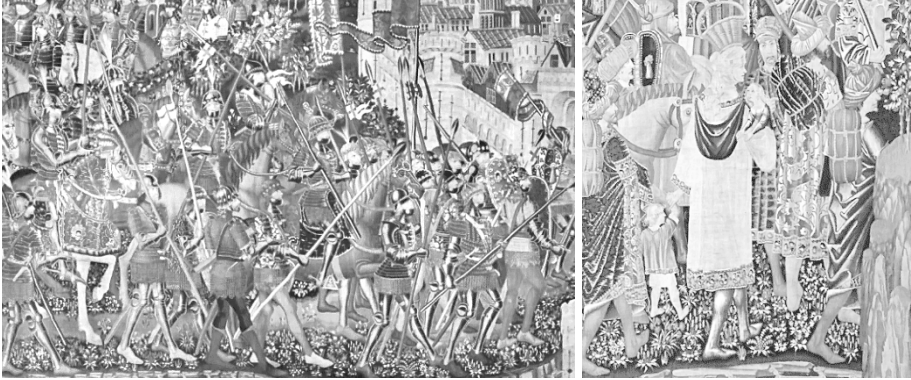


Fig. 5. Tapeçarias de Pastrana: A queda de Tânger – Detalhes.

Foi graças à sua ação, bem como à das demais mulheres presentes em Arzila, que os portugueses conseguiram resistir, em 1508, a um dos mais apertados cercos impostos à praça, pelas tropas marroquinas. Com o conde ferido, foi sob as suas ordens que as mulheres, muitas delas suas familiares, não só conseguiram entulhar a porta da fortaleza, atrasando significativamente a entrada das forças muçulmanas na praça, mas também produziram e arranjaram todo o tipo de artefactos – setas e pelouros, por exemplo, com que foram municinando os soldados. O aprovisionamento, confeção e distribuição dos mantimentos aos soldados, nos seus postos de combate, e a sua ação enquanto agentes de motivação dos homens de armas foram outras das tarefas que desenvolveram até à chegada dos reforços oriundos do reino, que permitiram pôr fim ao cerco (Rodrigues, 2004: 175-189). Bernardo Rodrigues traça um quadro muito vivo deste acontecimento, afirmando:

andando a condessa e suas filhas neste socorro e ajudas dos que no muro pelejavão, viram um morador que cansado estava com ha besta sem fazer com ela nada, e parecendo mal a Dona Isabel de Castro, filha do conde e mulher de Jorje Barreto, posto que nesta entrada e presa estava prenhe, e com a barriga à boca de hua filha que logo pario, (...) disse ao da besta: «Amigo, prestem-vos as mãos e ajudai a defender com esa besta tantos inocentes como vedes»; ao que ele respondeu: «Já não ha que defender, que os mouros são já dentro do Albacar e pola torre do

Sino entrão como vedes». Tornou ela a dizer: «Deixai vós esses que não vemos, que lá tem quem lhe resista, que é o conde meu pai e Jorje Barreto, e vós armai-me a besta que eu tirarei com ela». [...] Não nomeio quem era polo não saber, mas que ouvir dizer que Dona Isabel, filha do conde, tomou hua besta e tirou com ela aos mouros, mas a verdade foi que por ela tornou este homem ao muro; e outras muitas molheres fizêrão finezas, asi em tomar lanças e adargas e andar polo muro, como em acodirem com pedra e mantimento [...]. (Rodrigues, 1915: 17).

O cronista prossegue a sua detalhada e vívida descrição da atuação feminina, no cerco de Arzila. Ele menciona, igualmente, como Isabel de Castro, a filha do conde de Borba e mulher de Jorge Barreto, contribuiu para manter o moral dos soldados. Ela, que se encontrava já nas últimas semanas de gravidez, perante o desalento de um homem que afirmava não haver mais nada a defender na fortaleza, incitou-o a preparar uma flecha cruzada, para que, apesar de grávida, pudesse atirar aos inimigos.

A chegada de reforços do reino de Portugal fez com que o cerco terminasse, tendo o instinto de sobrevivência destas mulheres contribuído para que, no momento da batalha, integrassem, como um todo, o contingente dos sitiados, desempenhando tarefas que, em situações normais, lhes estariam vedadas, quer por serem nobres, quer, como diz Zurara, pelo seu “estado feminino” (Zurara, 1997: 474). Nalguns casos, tiveram um papel determinante, no sucesso das armas portuguesas.

Atente-se no facto de, desde 1482, em S. Jorge da Mina, a fortaleza portuguesa que viria a ser o pilar da presença portuguesa na costa africana, as mulheres apoiarem, permanentemente, a guarnição. Os oficiais da coroa tentavam evitar o contacto entre os oficiais, a soldadesca enclausurada na fortaleza e as populações locais. O objetivo era dissuadir quaisquer desvios do ouro aí comercializado. Ao serviço das tropas portuguesas permaneceu, na Mina, um grupo de mulheres, que, para além de se ocuparem dos trabalhos domésticos, serviam como meretrizes. Em 1529, o regimento da fortaleza estipulava um total de 56 indivíduos, afetos à sua defesa e ao funcionamento ordinário da feitoria. Destes 56, quatro eram mulheres, que deviam trabalhar na enfermaria, cuidando dos doentes, na lavandaria e servindo de prostitutas. Este documento estipulava não só a quantia que as mulheres deveriam receber de cada indivíduo sempre que fossem solicitadas (40 reais), como também fazia referência às condições em que poderiam

recusar prestar tais “serviços”, por exemplo, sempre que estivessem doentes ou menstruadas (Ballong-Wen-Mewuda, 1993: 562). Destas mulheres, das que pertenceriam aos estratos sociais mais baixos, não ficou qualquer registo da sua participação em combate. De facto, os cronistas dificilmente relatariam os seus feitos, tendo em atenção aqueles que seriam os seus propósitos historiográficos, deste modo, cumpria-se o decoro discursivo.

Nos espaços asiáticos

Como já referimos, sobretudo, na primeira metade do século XVI, a presença de mulheres a bordo dos navios da “Carreira da Índia” era objeto de uma vigilância rigorosa, a fim de se evitar o aumento dos conflitos a bordo. Ainda assim, não raras vezes, embarcavam clandestinamente, como atestam várias cartas enviadas ao reino. As notícias da sua presença no palco da guerra são laterais e difusas, mas vários textos revelam a sua presença na defesa de algumas das principais fortalezas portuguesas, construídas no espaço oriental. Ao longo do século XVI, Diu é o tópico decorrente das narrativas sobre a resistência portuguesa a cercos militares, não só pela dimensão do esforço de resistência ao cerco imposto por uma confederação de forças indianas aliadas aos turcos, mas, também, por se tratar de uma praça-chave para o domínio português. Era necessário, para o “Estado da Índia”, preservar a fortaleza, dada a sua localização estratégica, à entrada do Golfo de Cambaia.

Encontramos várias referências à participação das mulheres, tanto no primeiro (1538) como no segundo cerco (1546) de Diu. Relativamente ao primeiro, Lopo de Sousa Coutinho, no seu *Liuro primeyro [-segundo] do cerco de Diu que os Turcos poseram à fortaleza de Diu* (1556), refere o inestimável apoio das mulheres, que, para além de ajudarem nos esforços de guerra, incitaram os combatentes a se defenderem. Tome-se os casos de Isabel da Veiga e Ana Fernandes. A primeira teria sido quem, como escreve este combatente e cronista do referido cerco, ajudara a congregar as vontades dos sitiados, para que a resistência portuguesa continuasse:

Manuel de Vasconcellos marido d’esta virtuosa dona, temendo que sobrevindo algum infortunio esta sua mulher fosse despojo dos barbaros inimigos, poz em ordem de a mandar (...) a seu pai d’ella, que em Gôa estava e como lhe notificasse esta determina-

ção; foi por ella respondido que não quereria Deus que se ella fosse d'onde elle ficava: e que se tinha conhecido em ella alguma fraqueza ou descuido em seu serviço que lho dissesse, e que se emendaria, mas dar-lhe tão aspera pena como era aparta-la de si, ella o não merecia; e que não cuidasse que a segurava, pondo-a em lugar apartado d'aquelles perigos e estrondos; porque em sua companhia doces eram taes temores, o que lhe não aconteceria estando em outra parte; porque seu espirito seria sempre acompanhado de grandes medos e desastres; e que d'esta maneira cuidaria que a tinha segura dos inimigos e que a mataria com os pensamentos; pelo qual lhe pedia que com tal remedio a não matasse. Mas porque não tivesse muitas cousas de que temer, que mandasse uma pequena filha que de entre ambos havia; porque se Deus d'aquella fortaleza alguma desventura tivesse ordenada, que sua pequena idade a não condemnasse. Poderam estas honestas e justas palavras tanto com seu marido, que proposto sua determinação e receio, quiz antes sua companhia com taes temores salva-la apartando-a de si. (Coutinho, 1890: 172-173).

Já na mulher do físico mestre João, Ana Fernandes,

se viram as humanidades de virtuosa mulher, e astucia, vigilancia e esforço de valentissimo homem. Esta era resguardo e mãe de todo o ferido pobre desamparado: seus panos e ataduras em todos os feridos d'estes se achavam, suas conservas e comeres (segundo o tempo) tinha-as todo o necessitado. Esta com um bordão e umas contas em todos os quartos ou velas da noite rondava a fortaleza, e muralha, dizendo a cada um quão obrigado era a ser esforçado assim para defender a vida como para adquirir a honra. Esta, quando os combates e bravas pejeas faziam perder a côr do rosto a muitos, não se recolhia a sua casa a segurar-se dos tiros, antes como se tivera a obrigação do mais valente, era posta mui em breve no muro; e que cahia morto ella com suas mãos o cobria e afastava, e ao ferido apartava e ajudava a descer, e ao triste que perante ella fazia cobardia fôra-lhe melhor fazela ante seu capitão. (*Ibidem*: 173).

Ainda tomando como tópico a intervenção feminina no palco de guerra, no espaço de Cambaia, mais concretamente no segundo cerco de Diu, Diogo do Couto, nas suas *Décadas* da Ásia, refere-se ao “esquadrão feminino”, que participaria na sua defesa (Couto, 1974: 164), descrevendo Leonardo Nunes, quando se debruça sobre este mesmo



Fig. 6. Iluminura do poema épico de Jerónimo Corte-Real sobre o segundo cerco de Diu, ANTT².

² <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908673>.

acontecimento, a efetiva intervenção de Gracia Rodriguez, Catarina Lopes e Isabel Dias (Ford, 1932: 87), que eram mulheres de Rui Freire e António Gil, respetivamente, sendo a última referida casada com o feitor da praça Gaspar Rodriguez. Todas eram mulheres de condição, razão pela qual surgem mencionadas nas crónicas, muitas outras aí terão servido sem que delas nos chegasse qualquer outra informação.

Tanto no primeiro como no segundo cerco de Diu, a descrição da atuação destas mulheres surge como sendo um instrumento catalisador dos esforços de guerra, pois preparavam e transportavam refeições para o topo das torres e muralhas, cuidavam dos doentes e, ocasionalmente, combatiam o inimigo. Há relatos de mulheres, solteiras e casadas, que, vestidas de homem e usando *chuças* ou *alabardas*, lutaram, lado a lado, com os seus homens na defesa das muralhas e tranqueiras de Diu. A elas também cabia a tarefa de enterrarem os mortos, retirando-os dos locais de combate, deste modo, evitando a propagação de epidemias.

As mulheres contribuíram igualmente para o reforço e reparação das fortalezas, não deixando de ser significativo que, num poema épico, como o de Jerónimo Corte-Real, uma das iluminuras claramente as represente. Como o poeta declara no seu prólogo à obra, a invenção da pintura deverá satisfazer aquilo que ele determina como a rudeza do verso. Para além das suas intervenções em combate, do tratamento dos feridos, do dar sepultura, o poeta exalta, exemplarmente, algumas dessas figuras femininas, que o iluminador, gracilmente desenha:

Estas, quanto durou o estreito cerco/ (Trazendo cada hũa ali consigo/ / Os mais pequenos filhos, & criados/ Que na casa auia) trabalhauão/ Trazendo muitas dellas nas cabeças/ Louras, cestos de cal, de pedra, & terra./ E do grande trabalho, aquelles rostos/ Que a natureza mostra tenra idade./ Em cor de alexandrina rosa acesos./ Cansauam piedade em quem os via/ De espesso pó, de grosso suor cheos. (Almeida, 1979: 128-129).

O desenhador/iluminador desenha e completa a palavra do poeta, esboçando uma jovem loura, mãe, cujas faces enrubesceram, qual alexandrinas rosas, ao acartar pedras, levando pela mão o seu pequeno filho. Pelo pincel do poeta, esta figura feminina corporiza todas e cada uma das mulheres que:

Nesta tam virtuosa obra diuina,/ Principal era ali Isabel madeira,/ De Mestre João molher formosa, & moça,/ Que sempre trabalhou, andando prenhe./ Accarretando terra, & pesos grandes:/

Iustamente deuidos a outras forças/ Mayores, & a robustos fortes membros./ Gouernaua, & regia o esquadram fraco/ Dos femininos braços, que contino/ Acarretauam pedra, & grossas vigas:/ Com que se repairauam, & entupiam/ Os lugares batidos, com pelouros/ De ferro, cujo peso tinham certos,/ Nam menos, antes mais nouenta arrateis. (Almeida, 1979: 130-131).

À poetização da palavra, corresponde o loquaz, mas delicado traço do desenho.



Fig. 7. Entrada triunfal de D. João de Castro, KHM, KK_T_XXII_10³.

Ainda que num distinto recorte temporal e presente num outro suporte artístico, também nas tapeçarias conhecidas como as de João de Castro se retratam a presença de mulheres. Estas tapeçarias evocam, graficamente, a entrada triunfal do governador português na cidade de Goa, a 22 de abril de 1547, após a vitória obtida sobre os sitiantes, no segundo cerco de Diu, e as subsequentes campanhas militares. Embora não surjam representadas no campo de batalha, as figuras femininas aparecem seja com João de Castro (fig. 7), ou ainda no momento em que, simbolicamente, se representa o desembarque em Dabul e a destruição do castelo de Portugal (figs. 8 e 9).

³ https://www.academia.edu/3854337/Moving_Images_The_D_Jo%C3%A3o_de_Castro_Tapestries.



Fig. 8. Descanso antes da Batalha de Salsete, KHM, KK_T_XXII_2⁴.



Fig. 9. Desembarque em Dabul, antes da destruição da cidade, KHM, KK_T_XXII_6⁵.

⁴ *Ibidem.*

⁵ *Ibidem.*

Esta última estratégia de representação da alteridade feminina é semelhante à empregada nas tapeçarias Pastrana (cf. figs. 10 e 11).



Fig. 10. A destruição do castelo de Pondá, KHM, KK_T_XXII_3⁶.



Fig. 11. Tapeçarias de Pastrana: A queda de Tânger – Detalhe.

⁶ *Ibidem.*

Os nossos dados históricos permitem-nos afirmar que as mulheres participaram na defesa de diversas fortalezas portuguesas espalhadas pelas costas do Índico e do Pacífico, especialmente, aquelas de menor importância. Geralmente, era esse o caso, quando a guarnição militar era escassa. Ficavam, então, ao lado dos seus maridos, participando na defesa da fortificação, muitas vezes, junto com os seus servidores e escravos (Lemos, 1982: 12). Muitas dessas mulheres eram asiáticas ou luso-descendentes, resultantes do sistema institucionalizado por Albuquerque, a partir da segunda conquista de Goa, em novembro de 1510, que favoreceu a realização de casamentos mistos, entre soldados portugueses e mulheres hindus de baixas castas, “convertidas” ao catolicismo e a quem foram doados bens e terras confiscados aos muçulmanos. Procurava-se, assim, proceder à miscigenação dos portugueses com os locais, com o objetivo de criar, a médio prazo, no “Estado da Índia”, uma sociedade luso-asiática que assegurasse a defesa dos interesses da Coroa portuguesa.

Esta forma de integração e defesa foi replicada, uns anos mais tarde, em 1536, por Duarte Galvão, em Maluco, na ilha de Ternate. Este tinha sido enviado como capitão, e permitiu os casamentos mistos, que, como João de Barros assinala, visavam a consolidação da presença da coroa, fixando uma comunidade portuguesa naquele espaço (Barros, 2001).

Disseminados um pouco por todo o Oriente, em especial, nas zonas onde a presença oficial portuguesa menos se fazia sentir, acabaram por dar origem à criação de colónias espontâneas, como sucedeu, por exemplo, no golfo de Bengala ou no sueste asiático, onde a presença dos oficiais e soldados da Coroa era, em geral, pouco mais que simbólica, o que os levava a ter de assumir um papel ainda mais decisivo na sua defesa. Foi o caso, por exemplo, do ataque holandês a Macau, cujo desembarque, ocorrido em 1622, foi travado pelos seus moradores e respetivos escravos, com as mulheres principais a refugiarem-se em S. Paulo e as demais a fornecerem o apoio logístico, mas não só. Com efeito, Montalto de Jesus, baseado nos “arquivos do Senado”, afirma que, combatendo ao lado dos escravos, “(...) uma negra, vestida de homem, matou dois holandeses com uma alabarda (...)” (Jesus, 1992: 82), contribuindo para pôr em debandada a força invasora.

Em Malaca, fortaleza fronteira e uma das mais importantes do Estado da Índia, foi, segundo Jorge de Lemos, graças à ação dos casados e dos seus dependentes (familiares, criados e escravos) que os sucessivos cercos impostos pelos javaneses e pelo Achém à cidade acabaram por

fracassar, uma vez que a falta de soldados sempre foi uma constante, nunca se encontrando o seu presídio provido com os 300 soldados que o regimento da fortaleza impunha. Na maioria dos casos, esses homens encontravam-se embarcados em navios ao serviço da Coroa e, sobretudo, dos seus capitães, ou tinham simplesmente rumado a outras paragens, vendendo os seus conhecimentos militares aos soberanos orientais, que lhes pagavam principescamente. Não espanta, por isso, que homens como Manoel Anrique, Fernão de Lemos, Francisco de Lima, João Troche, Pero Diaz de Leão, Nuno Rodriguez do Basto e Aires Pinto, casados, de Malaca, fossem, em conjunto com os seus agregados familiares, no dizer de Lemos, fundamentais para a manutenção da fortaleza, por altura da grande crise militar da década de 1570 que atingiu todo o “Estado da Índia”. Refira-se que, como Fernão Lopes de Castanheda, um dos nossos cronistas da expansão portuguesa, sublinhou, em 1509, quando Diogo Lopes de Sequeira chegou a Malaca, onde pretendia estabelecer um entreposto comercial, as mulheres eram usadas como espias. Uma estalajadeira chegou a informar Duarte Fernandes, cristão-novo e alfaiate, de que o sultão e o seu bendara⁷ planeavam realizar um ataque surpresa à frota portuguesa, enquanto decorriam as negociações (Castanheda, 1976: 464-466). Este não foi um caso isolado, porque, conhecendo a língua e tendo maior liberdade de movimentos, as mulheres podiam fornecer informações sobre o poderio e posição militar, bem como possíveis estratégias de combate.

Situação idêntica à descrita por Jorge Lemos, em Malaca, ocorreu em Goa, por essa mesma altura, onde a ação dos “casados”, com os seus escravos, foi igualmente decisiva para evitar que a ilha fosse invadida pelas forças do Hidalcão. Referindo-se ao exército de Bijapore, António Pinto Pereira afirma que o arraial comportava, para além de um grande número de mulheres e mancebas, que compunham o harém do sultão, um grande número de bailadeiras, que “(...) os capitães costumavam de noite, depois de terem provido a guarda, visitar nos alojamentos, levando consigo gente graciosa e de folgar (...)” (Pereira, 1987: 353). Disso se aproveitaram os portugueses, para, numa noite em que aqueles se encontravam face a um grupo de moças, que, à luz de tochas, dançavam e cantavam segundo o seu costume, foram atacados por um tiro de leão⁸, matando “(...) o capitão e alguns dos

7 Oriundo do malaio *Bendahara*, tesoureiro, vedor da fazenda, governador do estado, em Malaca.

8 Peça de artilharia de grande calibre.

que levavam as tochas e quatro ou cinco daquelas dançantes, que foram pelo ar em pedaços (...)" (*Ibidem*: 359).

Noutros casos, como sucedeu em Malaca, por altura da primeira tentativa de conquista por Diogo Lopes de Sequeira, as mulheres foram utilizadas como espias. De acordo com a narrativa de Fernão Lopes de Castanheda, teria sido uma estalajadeira a transmitir a Duarte Fernandes, cristão-novo e alfaiate, os planos do sultão e do seu bendara, para atacar de surpresa a armada portuguesa, enquanto decorriam as negociações. Conhecendo a língua e movimentando-se mais à vontade do que os homens entre as forças inimigas, eram, muitas vezes, utilizadas pelos portugueses e, naturalmente, pelos seus adversários, para a passagem de informações vitais sobre o potencial e o posicionamento das forças contrárias, bem como dos seus reais objetivos e estratégias de combate. Seria, aliás, graças a uma dessas espias, "uma mulher turca de nação, casada com um homem da terra [Diu], que se fez alli Cristiano" (Couto, 1797: 50), que o capitão da praça soube que Coge Sofar, isto é, Safar al-Salmanî, por altura do segundo cerco, se preparava para introduzir na praça, através das estâncias do mar e com o apoio de dois portugueses que haviam chegado do Surrate – um deles identificado por Diogo do Couto como "o mulato Francisco Rodrigues", um grande número de soldados pela calada da noite (*Ibidem*: 51).

Enfim, nesta desocultação de como, numa prática bélica, foi dada voz à ação das mulheres, revelaram-se exemplares fragmentos da sua participação em ações militares, no espaço extraeuropeu (sécs. XV-XVI). Foi, assim, possível detetar formas semelhantes de intervenção feminina, em diferentes cenários de guerra, o que contribuiu para a redefinição das relações simbólicas do masculino e do feminino (Scott, 1988: 27), nos alvares da modernidade.

“QUE COISA SERÁ MAIS PROVEITOSA PARA OS ASSUNTOS E EMPREENDIMENTOS DE GUERRA DO QUE A PINTURA?”: A PINTURA DE BATALHAS NOS PALÁCIOS DE FILIPE II

Carmen García-Frías Checa

(Conservadora, Patrimonio Nacional de España)*

Na terceira parte dos seus *Diálogos de la Pintura* (1548), Francisco de Holanda põe na boca de Miguel Ângelo o quão “proveitosa” podia ser a pintura no “negócio e empreendimento de guerra”. Não apenas para conhecer “las máquinas y instrumentos bellicos, (...), la orden de las hileras, medidas de esquadrones para la extrañeza y debuxo de las armas, (...) las insignias de las vanderas y estandartes, (...)”, mas também “para mostrar en debuxo el sitio de los lugares apartados, las hechuras de las montañas y de los puertos, hechura de las ciudades y fortalezas altas y baxas, las murallas y las puertas (...)”. Esta é a razão pela qual, ao longo de todo o século XVI, as pinturas de batalha desempenharam um papel cada vez mais importante na decoração dos palácios reais e das residências dos príncipes e magnatas. No final do século XVI, outro dos grandes tratadistas das artes, Giovanni Paolo Lomazzo, escreveu, no seu *Trattato dell'arte della pittura* (1584):

Ne'palazzi et altri luochi principali edificati per stanza et abitazione di re e principi, convenientissimamente si dipingono i fatti più degni et onorati de' gran principi e famosi capitani: come sono trionfi, vitorie, consigli militare, battaglie sanguinose¹.

Era comum que estas proezas de guerra fossem apresentadas nestes espaços representativos, juntamente com os retratos dos protagonistas

* orcid.org/0000-0002-5708-1695

¹ Lomazzo, 1584 (ed. 1974): 299. Alguns tratadistas espanhóis do Século de Ouro, como Vicente Carducho (Carducho, 1633: fols. 109r.-109v.) retomam as mesmas ideias programáticas, cinquenta anos mais tarde.

que as tinham conduzido, “i cui fatti eccelsi et imprese gloriose hanno consacrato la sua fama nel tempio dell’eternità”; o objetivo era mostrar ao visitante do palácio a situação privilegiada dos seus proprietários, através de um passado e presente memoráveis (Portús, 2006: 3-27). Outra nova manifestação de poder – diga-se, territorial – que surgiu na altura foi a própria cartografia, pois permitiu a consolidação do poder económico e a integridade dos domínios de qualquer Estado político. Assim, as paisagens e mapas dos territórios tornaram-se também um elemento fundamental na ornamentação dos palácios, e as salas eram decoradas, exclusivamente, com cartas geográficas, como a de Cosimo I de Medici no Palácio Vecchio de Florença, ou a de Gregório XIII nos Palácios do Vaticano.

Desde muito cedo que Filipe II mostrou um grande interesse pelas artes visuais, e o seu prazer pessoal por elas combinou com uma clara intenção política (Elliott, 1987: 9-11; Bouza, 1998: 31-68; Checa, 1998: 25-55). O rei compreendeu que a melhor forma de manifestar o poder da monarquia hispânica seria através de representações pictóricas dos mais famosos feitos vitoriosos da Casa de Áustria Espanhola, nomeadamente nos programas decorativos dos seus palácios, que a maior parte das vezes partilhavam espaço com as galerias de retratos dinásticos, criadas na mesma altura (Tormo, 1916: 57-62; Checa, 1994: 142-147; Pérez Sánchez, 1994: 176-195; Jordan, 1998: 399-422; Falomir, 2000: 60-77; Mulcahy, 2000: 473-496; Checa, 2000: 144-150; García-Frías, 2010: 89-101, aqui, 93-94). Filipe II também atribuiu grande importância à geografia, o que teve repercussão imediata no campo das artes, com a comissão real para a realização das famosas vistas de paisagens das mais importantes cidades espanholas, executadas por Anton van den Wingaerde, a partir de 1562²; ou a promoção dos 165 mapas dos diferentes reinos do mundo, compilados por Abraham Ortelius e levados à estampa por Cristobal Plantino, no seu *Theatrum Orbis Terrarum* (1570) (Checa, 1995); ou a aquisição de paisagens das cidades mais importantes do século XVI, a partir da enorme coleção de 546 imagens urbanas que compunham o *Civitates Orbis Terrarum*, compilado por Georg Braun e gravado por Franz Hogenberg em desenhos de vários artistas, executados entre 1572 e 1618. O rei logo decidiu que tais peças poderiam decorar as salas mais representativas das suas residências reais, sabendo-se que os mapas iluminados já tinham chegado à corte

² Sobre a figura e produção do artista, v. Gale, 1998.

filipina, pelo menos, em 1576³. Frei José de Sigüenza (1605) é um dos que melhor definem o importante papel que estas imagens desempenharam nos salões, quando se refere a “las descripciones o mapas de quantas provincias conocemos” da galeria de passeio do palácio d’El Escorial, descrevendo-os como “excelente entretenimiento para caballeros y príncipes y de provecho, para que no padezcan ignorancia de lo que cada día se trata en ellos: reinos, provincias, navegaciones, islas, puertos...” (Sigüenza, 1605, ed. 1988: 270).

O Alcázar de Madrid

Desde que Filipe II decidiu estabelecer a capital em Madrid, em 1561, o *Alcázar* madrileno adquiriu uma nova dimensão representativa, tornando-se o centro da monarquia mais poderosa do seu tempo e a residência mais frequentada pelo monarca (Checa, 1992: 153-161; *ibidem*, 1994: 142-7, 196-219 e 379-81; Gerard, 1998: 331-341; *id.*, 1984; *id.*, 1998: 331-341; e Pérez de Tudela, 2010). O sediar destas novas competências funcionais no local implicou uma série de remodelações arquitetónicas e decorativas, com o conseqüente rearranjo das suas coleções artísticas, que, contudo, não foram concluídas no final do reinado, ao contrário do que sucedeu com *El Pardo* e *El Escorial*. A descrição do *Alcázar* feita pelo viajante alemão Diego de Cuelbis, em 1599, que está incluída no seu *Thesoro Chorographico de las Espannas*⁴, e, sobretudo, o Inventário, de 1600⁵, escritos dois anos após a morte de Filipe II, são a melhor fonte documental para o conhecimento do edifício e as suas coleções artísticas, no final do século XVI (Checa,

³ Bilhete de Hopperus a Felipe II, Madrid, 1 de maio de 1576, in AGS, Estado (E), leg. 158, fol. 169, pub. por Pérez de Tudela, 2010: 113-31, nota 23.

⁴ A visita teve lugar a 5 de junho de 1599. O manuscrito original encontra-se na BM, ms. Harl. 3822, e uma cópia na BNE, ms. 18472, fols. 38v-45v. transcrito por Pérez de Tudela, 2010: 118-122. As descrições de outros cronistas ou viajantes da corte de Felipe II, como Giovanni Battista Venturino da Fabriano (1571), BCV, Cod. Urb. Lat., 1697; ou Hieremias Gundlach (1606), in Unterkircher, 1960, *Hieremias Gundlach: Nova Hispaniae Regnorum descriptio*. ONB, Cod. 6481, *Jahrbuch der Kunsthistorischen Sammlungen in Wien*, 56, 186-88, son menos precisas.

⁵ *Inventario Real de los Bienes que se hallaron en el Guardajoyas del Rey Don Phelipe segundo*, Sección Libros y Registros, legs. 235, 236, 237 e 238, transcrito por Sánchez Cantón, 1956-1959, e, recentemente, mais alargado, Checa, 2018.

1994: 142-7; *id.*, 2018: 9-20). A esta fonte junta-se, de forma mais esparsa, o Inventário do Alcácer de Madrid, de 1636, feito durante o reinado de Filipe IV (*in* Martínez Leiva e Rodríguez Rebollo: 2007), já que o palácio sofrerá grandes remodelações arquitetónicas e decorativas, nos anos seguintes (Orso, 1986; e Martínez Leiva e Rodríguez Rebollo, 2016).

Cuelbis apenas visitou as salas principais do *Alcázar*, ou seja, as salas prévias ou de audiência do rei, e, na sua descrição, dá uma visão das intenções propagandísticas do seu programa decorativo, uma vez que foram suspensos retratos de personagens reais, bem como as principais campanhas militares dos Habsburgo, na Europa, juntamente com as cidades e lugares mais importantes do mundo.

Na “Sala primera larga” (Cuelbis, 1599: fols. 40r.-41r), encontravam-se as paisagens de alguns palácios de Filipe II, tais como Aranjuez, *El Pardo* e Bruxelas, bem como paisagens das cidades de Dordrecht, Amesterdão, Gand, Mechelen e Lisboa. Ao lado delas, havia uma galeria de retratos de personagens reais, como Filipe II, o príncipe D. Carlos, D. Sebastião de Portugal, e toda uma série de reis portugueses, incluindo “don Emanuel”, “Alonso V”, “Juan I”, “Fernando”, “Alonso IV”, ou “Denys”⁶. E, “a mano derecha”, penderam vários retratos de reis castelhanos, tais como “Alonso XI”, ou “Fernando, rey de Hungaria y archiduque de Austria, hermano de D. Carlos V”, bem como uma imagem de “La batalla muy sangrienta y donde murieron muchos caballeros christianos de los Portugheses en Africa, quiriendo conquistar a la ciudad de Tunes, donde se perdió don Sebastiano Rey de Portugal”⁷, que não foi senão a famosa batalha de Alcácer Quibir, de 4 de agosto de 1578, na qual, como a descrição indica, pereceram não só o monarca acima mencionado e um número apreciável dos seus homens, mas também o sultão sádida Muley Abd al Malik⁸. Possivelmente, a composição da cena foi

⁶ Para a série de retratos de monarcas portugueses que ajudaram a legitimar a adesão ao reino vizinho, v. Dios, 1986: 139-86.

⁷ No Inventário de 1636, em Leiva e Rebollo, 2007: 44, n. 761, está listada na Galería del Cierzo como “Un lienço al olio, de veinte y tres pies de largo poco más o menos, de las guerras del Rei Don Sevastián en Africa, donde se muestra a caballo vestido de negro en medio de su exerçito...”, junto às batalhas de Carlos V, que nele estavam.

⁸ Para detalhes da batalha, ver várias fontes antigas: San Román, 1603; ou Sebastião de Mesa, 1630; ou a *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El Rei D. Sebastião*. E toda a bibliografia moderna, em Costa e Sousa, 2014; e *ibidem*, 2015: 289-319.

baseada em algumas das representações surgidas imediatamente após a derrota, tais como “La Reprodução verdadeira da desditosa batalha em que o futuro rei de Portugal foi derrotado na Barbaria contra os mouros e turcos”, que se encontra na Biblioteca Central em Zurique, feita pelo gravador alemão Hans Rogel, logo em 1578, com o objetivo de contar a história *verdadeira* do confronto entre os dois exércitos⁹.

Razões de laços afetivos e políticos são bem conhecidas para justificar a presença desta batalha no *Alcázar*. Com a morte do seu sobrinho, D. Sebastião, e a morte prematura do seu sucessor e tio, o cardeal Henrique (o futuro Henrique I), iniciar-se-ia a sucessão à coroa portuguesa. O interesse em realçar a legitimidade de Filipe II sobre a coroa foi reforçado pela existência da série muito completa de retratos da Casa de Avis, presentes na sala, que se destinava a recordar a relação direta do rei, uma vez que a sua mãe, Isabel de Portugal, era a segunda filha de Manuel I de Portugal¹⁰.

Continuando a seguir as indicações dos testemunhos escritos da época, na fila mais baixa na parede desta “sala primera grande”, encontrava-se uma série com “las batallas de Carlos V y victorias que hubo el Emperador don Carlos en Alemania de los príncipes protestantes, Electores Juan Federico y Landgravio de Hessen y la postrera la batalla de Mullberg quando los soldados españoles pasaron el gran rio Elba desnudos y con espadas en la boca y el rústico que mostró el passo a los de a caballo” [Cuelbis, 1599: fol. 41v], “cuyas victorias fueron excelsas y sus batallas poderosas”¹¹.

Os mais importantes feitos vitoriosos do imperador foram objeto de uma grande campanha de propaganda, em imagens gravadas, ainda durante a sua vida, mas também continuaram a servir como exemplos e lições, em épocas posteriores. Filipe II utilizou a imagem vitoriosa de Carlos V, para exaltar o poder da monarquia espanhola¹² (fig. 12),

⁹ As gravuras que aparecem no trabalho do veterano Miguel Leitão de Andrada, “Relato do episódio entre o rei e Jorge de Albuquerque durante a batalha de Alcácer Quibir”, in *Miscellanea*, constituem mais uma fonte importante para seguir a sequência de acontecimentos do dia 4 de agosto, embora a sua publicação, em 1629, seja posterior aos acontecimentos.

¹⁰ Existem várias fontes escritas que narram, de forma muito precisa, os diferentes acontecimentos relacionados com a sucessão à coroa portuguesa, tais como o texto do frade escurialense Juan de San Geronimo, 1584: 229-234.

¹¹ Carducho, 1633: fols. 109r.-109v, copiando a sugestão de Lomazzo, 1584: 299.

¹² Por exemplo, a importante série de doze estampas com os *Triunfos de Carlos V*,

intenção tornada bem clara pela presença destas imagens guerreiras em várias partes do *Alcázar*, onde permaneceram até bem dentro do século XVII.



Fig. 12. Maarten van Heemskerck, desenhador, e Dirck Volckertsz Coorhert, gravador. *El duque de Sajonia apresado* de *Los Triunfos de Carlos V*: “DIVI CAROLI V. IMP. OPT. MAX VICTORIAE”. Anvers (1556), Madrid, RBP.

A exploração favorita da iconografia imperial para decorar estas salas, porém, foi a guerra com os príncipes protestantes da Liga de Smalkalda, que resultou na grande vitória de Mülhberg (Marías, 2000: 398-400; Checa, 2002), mencionada na descrição. Para além da série da “sala primera grande”, Cuelbis regista outro conjunto com “las batallas y victorias que hubo don Carlos emperador de Alemania con los nombres de los más principales capitanes del campo y maestros de ambas partes”, na chamada “sala grande”¹³, que será o futuro “Salón de Come-

intitulada *Divi Caroli V. Imp. Opt. Max. Victoriae*, foi gravada por Dirck Volckertsz Coorhert, de acordo com desenhos de Maarten van Heemskerck, em 1556, logo após a abdicação de Carlos V, pelo que não poderia ter sido encomendada pelo imperador, mas talvez pelo seu filho Filipe II.

¹³ Cuelbis, 1599: fols. 42v. e 43r. Entre as “Pinturas que están colgadas en la casa del Tesoro”, no Inventário de 1600, figuram outros “tres lienços de pintura al temple de la guerra de Sajonia” e de duas jornadas – “de Hedim” e “de Sandesir” –, in Checa, 2018: 488.

dias”, sem esquecer o outro grande grupo que ficou exposto na parede-galeria de retratos do Palácio Real de *El Pardo*, registando-se o nome do seu autor, o flamengo Vermeyen¹⁴.

A razão desta escolha foi o facto de a escrita germânica ter sido a que melhor realçou o papel do imperador como pacificador, enaltecendo a grandeza e dignidade que demonstrou nas suas vitórias. Fundamental para esta representação foi o *Comentario de la guerra de Alemania*, de don Luis de Ávila y Zúñiga (1550). Zúñiga foi cronista oficial da campanha na Alemanha, e o facto de ser um companheiro de armas tornou-o testemunha excepcional de alguns dos acontecimentos mais importantes na vida de Carlos V, desde a sua coroação, em 1530, até ao afastamento e retiro para Yuste (García-Frías, 2008: 12-43). As suas explicações sobre os acontecimentos históricos ocorridos durante o mesmo são extremamente úteis, tal como as duas ilustrações gravadas por um artista anónimo que figuram no texto – *La campaña del Danubio cerca de Ingolstadt* e *La batalla de Mühlberg* –, (fig. 13), que possivelmente serviram de modelo para o desenvolvimento da representação gráfica das cenas do Alcácer¹⁵.

Numa “segunda sala más estrecha”, encontravam-se várias imagens relacionadas com a guerra contra a França, durante o reinado de Filipe II, com as quais o rei quis dar testemunho das suas atividades militares, que terminaram com a assinatura do Tratado de Paz de Cateau-Cambresis (1559), como a batalha de São Quintino, e várias paisagens de cidades conquistadas aos franceses, durante este confronto: São Quintino, o forte de Chatelet, Artois e Gravelines¹⁶. Estas foram, sem dúvida, as represen-

¹⁴ *Inventario de las cosas que al presente están en la Casa del Pardo a cargo de Juan Gil, conserje de la dicha casa. 1564*, en Archivo General de Palacio (AGP), Patrimonios, Pardo, C^a 9380, exp. 8; *Inventario del Palacio de El Pardo de 1591*, en AHPM, Prot. 924, fols. 161-170, transcrito en Kusche, 1991a, 18-19; Argote de Molina (1582), in Sánchez Cantón, 1941: 359.

¹⁵ Outros conjuntos pictóricos excepcionais sobre o tema das guerras alemãs, em Espanha, são os frescos de Cristoforo Passini, na Torreón de Alba de Tormes (Salamanca), nos quais se exalta a figura heróica do duque de Alba e a sua participação na campanha, v. Martínez de Irujo, 1962; ou os do Palácio de Óriz (Navarra), agora no *Museu de Pamplona*, que apresentam o mesmo desenvolvimento dos acontecimentos da guerra alemã, de acordo com a crónica histórica: o relevo de Ingolstadt, uma vista dos dois campos, o avanço do exército de Carlos V, a perseguição do exército da Liga e a rendição do duque da Saxónia. Para o tema, v. Sánchez Cantón, 1944; e Silva Maroto, 2002: 145-146.

¹⁶ Cuelbis, 1599: fols 41v. e 42r. Relacionado com estas questões da guerra com a

tações pintadas por Anton van den Wingaerde, quando estava ao serviço de Filipe II, naquela campanha militar, como cronista gráfico¹⁷, e foi aqui que González Dávila os descreveu, quando visitou a sala, alguns anos mais tarde (González Dávila, 1623: 310).



Fig. 13. Luis de Ávila y Zúñiga. *La batalla de Mühlberg*, in *Comentario del Illustre Señor don Luis de Ávila y Zúñiga, Comendador mayor de Alcántara: de la Guerra de Alemania, hecha de Carlos V*. Anvers (1550), Madrid, RBP.

A precisão geográfica, toponímica e militar com que estas cenas teriam sido executadas, seja na representação do destacamento dos exércitos do rei ou do material de guerra no campo de batalha, pode ser vista nas cinco telas existentes da guerra contra a França, da autoria do seu

França, aparece também, no Inventário do Alcázar de Madrid, de 1600, entre os “Mapas y cartas de marear”, “un lienço al temple description de gravelingas y del cerco y batalla que hubo entre el exercito del rey nuestro Señor y del rey Henrico de Francia”, que foi comprado “de la dicha Luisa de Reynalte, mujer del dicho Alonso Sanchez por diez ducados”, in Checa, 2018: 495.

¹⁷ Galera, 1998: 143, 184, 185, 188, 189, 190, 194, 195 e 208; García-Frías, 2003: 155, 2-20 e 19, nota 31; as composições de Wingaerde relativas a estas batalhas são recolhidas em conjunto; *ibid.*, 2006:138-143.

genro Rodrigo Diriksen ou de Holanda, que são mantidas no palácio d'El Escorial (fig. 14), ou os nove frescos que os artistas genoveses Niccolò Granello, Fabricio Castello e Lazzaro Tavarone pintaram, em 1590, tomando como modelo os originais de Diriksen, para a chamada “Sala das Batalhas” do Mosteiro Real de *San Lorenzo de El Escorial*. Estas representações de guerra foram acompanhadas de vários retratos, tais como o de Emanuel Filiberto de Sabóia, o grande capitão dos exércitos de Filipe II, nesta campanha militar, e o de Carlos V, entre outros.

Na “Sala Grande”, surgia a “entrada del exercito castellano en el reyno de Portugal, siendo general D. Antonio de Toledo, duque de Alba, capitán famoso de Carlos V emperador y batalla y presa deste reyno”¹⁸; esta representação era, nada mais, nada menos, que a famosa batalha de Alcântara, que teve lugar perto de Lisboa, a 25 de agosto de 1580¹⁹.



Fig. 14. Rodrigo Diriksen, chamado Rodrigo de Holanda. *La batalla de San Quintín* (ant. 1590), MSLE. *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014230.

¹⁸ Cuelbis, 1599: fol. 42v. Existe um desenho sem autor, na BNP, que dá um título muito preciso à descrição dada nesta representação: *Portraict du sitie et ordre de La bataille donnee entre Le sr. Don Antonio nomme roy de Portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp. ne general du Roy cath. Don Philippe 2, devant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. D'aoust 1580*.

¹⁹ O Inventário de 1636, na p. 44, n. 566, confirma que se tratava desta batalha: “Un lienço al olio de quatro baras de largo poco más o menos con moldura dorada y negra de la entrada que hiço el ejército del señor Rey Phelipe 2º en Lisboa donde se demuestra la batalla que ubo sobre la puente de alcántara y por mar y tierra”. Pérez de Tudela, 2010: 139, nota 87, diz que “sería la batalla de Lisboa que Felipe II encarga al duque de Alba, en plena campaña, a través de Gabriel de Zayas”.

A batalha terminou com a vitória do exército espanhol, comandado pelo referido duque, sobre as tropas do pretendente D. António, filho natural do infante Luís de Portugal e prior do Crato, o candidato preferido do baixo clero e de parte substancial do povo de Portugal. Filipe II seria, então, reconhecido como rei de Portugal, mais concretamente, como Filipe I, entrando, triunfantemente, em Lisboa, no ano seguinte, a 29 de junho de 1581. A par desta cena, voltam a ser representadas as já mencionadas “batallas de Carlos V que tuvo Don Carlos Emperador en Alemania”, bem como a entrada triunfal de Carlos V, “quando fue coronado en Roma cabalgando y teniendo en la mano derecha un ramo de un laurel”.

Carlos V fez a sua entrada triunfal, em Roma, a 5 de abril de 1536, seis anos após ter sido coroado imperador, em Bolonha, em 1530. Segundo a descrição dessa viagem, pelo cosmógrafo e cronista imperial Alonso de Santa Cruz, na sua *Crónica del emperador Carlos V*, “el traje de éste era muy simple, con un sayo de terciopelo morado y una gorra del mismo material adornada con algunas puntas y recamados de oro, una cadena grande al cuello con la Orden del Toisón”. O relato do italiano Andrea Sala indica que “Su Majestad montaba un caballo blanco bellissimo, e iba entre los reverendísimos de Siena y de Tranis”²⁰. Não terá existido a intenção de recordar as cerimónias triunfantes dos imperadores romanos, mas foi organizada uma procissão de receção, com um desfile de tropas.

A estampa de Christophorus Joannes Scheurl (Scheurl, 1536: 44.S.42) é representativa de como devia ser a imagem, hoje perdida, da entrada de Carlos V, com a diferença de o imperador empunhar um bastão, em vez do ramo de louro, com o qual é representado. Para além de uma vista de Roma e de outras partes do mundo, foram também aqui reunidas várias paisagens de cidades espanholas, incluindo Sevilha, Córdoba (fig. 15), Granada, Toledo, Jerez de la Frontera, Antequera, Burgos, Segóvia, Valência, Saragoça, Lérida, Barcelona, reproduzindo, em tela, os pontos de vista de cidades espanholas que Filipe II encomendou a Wingaerde²¹.

²⁰ Para uma descrição de Carlos V em Roma, ver Santa Cruz, 1920-1925: 322-329 e 568-ss; Sala (1536), *in* Cruciani, 1983: 575-579; e Carrasco, 2000: 81-101.

²¹ Argote de Molina, 1588, refere: “El retrato della se vee pintado al temple de mano de Antonio de las Viñas en un lienço, que su Magestad tiene en la galería del real palacio de Madrid”. Por outro lado, o Inventario de 1636 confirma que eram “lienços al olio”, ou “al temple”; *in* Martínez Leiva e Rodríguez Rebollo, 2007: 96-97. Para as vistas, Galera, 1998, especialmente, cap. 4.

O Inventário do *Alcázar*, de 1600, acrescenta novas pinturas noutras salas, ao longo do itinerário principal, onde, curiosamente, se encontram os retratos dinásticos mais importantes da coleção real, possivelmente porque ainda não tinham encontrado um lugar nas salas do complexo²².



Fig. 15. Georg Braun (compilador), Joris Hoefnagel (desenhador) e Franz Hogenberg (gravador). *Vista de Córdoba*, in *Civitatis Orbis Terrarum*, Colónia (1618), Madrid, RBP.

Na *Pieza primera* e na *Pieza segunda del Guardajoyas*, estavam os retratos de *Carlos V con un perro* (Museu Nacional do Prado) e o *doble de Carlos V e Isabel de Portugal* (perdido), ambos de Ticiano, ou os dois de *Felipe II en armadura*, de Ticiano (Prado), e a primeira versão desaparecida de *la jornada de San Quintín*, de Antonio Moro, ou o retrato do príncipe eleitor Johann Frederick da Saxónia, “armado con jaco y peto y morrión como le prendieron en la guerra de Saxonia”, de Ticiano (Prado); e na *Quinta pieza* da Casa do Tesouro, que era uma edificação anexa, situada à direita da fachada principal ao meio-dia, as duas obras mais emblemáticas da Casa da Áustria por Ticiano²³: *Carlos V en Mühlberg*²⁴ (Prado) e *Felipe II ofreciendo al*

²² Todos eles podem ser encontrados em Sánchez Cantón, 1959, II: 228, 230, 235-236 e 250-252; e Checa, 2018: 478-484 e 488-492.

²³ Como evidenciado pelo seu elevadíssimo valor de avaliação.

cielo al príncipe don Fernando, também chamada a *Alegoría de la victoria de Felipe II en Lepanto* (Prado), porque foi encomendado pelo rei, em 1573, para comemorar, tanto o nascimento do herdeiro de uma coroa espanhola, como a famosa vitória contra os turcos, acontecimentos estes que tinham ocorrido em 1571²⁵. Esta dupla celebração é expressa pelo anjo ou alegoria da Vitória entregando ao príncipe herdeiro uma palma triunfal e uma coroa de louros, enquanto o prisioneiro turco, no chão, e o barulho da batalha naval, no fundo, aludem diretamente a Lepanto.

Também na sala estava a *Alegoría de la educación de Felipe III*, obra de Justus Tiel (Prado), na qual o príncipe herdeiro veste uma esplêndida armadura²⁶ – obra do armeiro milanês Lucio Marliani, de cerca de 1585 – e está rodeado de figuras alegóricas relacionadas com as virtudes que o devem acompanhar, na sua formação como futuro governante dos reinos de Espanha.

Entre as “Pinturas que están colgadas en la pieza de la contaduría” do Inventário do *Alcázar*, de 1600, figura um curioso “lienço al temple” com a “discrepcion de la ciudad de Argel quando fue el emperador sobre él con toda su armada” (Checa, 2018: 486), que possivelmente será “otro lienço largo al temple en que está pintada la tormenta que tuvo el Señor Emperador Carlos Quinto junto a Arxél”, mencionado no Inventário de 1636, no “Passadiço Angosto hasta San Gil”, ou outra quase idêntica que está contida na “Galería del cierço” (Martínez Leiva e Rodríguez Rebollo, 2007: 72, n. 36, e 97, n. 756).

Após a notável conquista de Tunes, em 1535, o imperador decidiu lançar uma nova expedição militar ao Norte de África, no outono de 1541, desta vez, a Argel, onde o corsário turco Barbarossa – vassalo de Solimão I, o Magnífico – se tinha refugiado. Apesar do perigo para a navegação no Mar Mediterrâneo, nessa altura do ano, a frota espanhola zarpou de La Spezia. Os espanhóis foram surpreendidos por uma terrível tempestade, à qual se refere o Inventário de 1636, e “muchos

²⁴ Esta obra tornar-se-ia uma referência fundamental para compreender a posterior projeção da imagem imperial do imperador, utilizada para exaltar o poder da monarquia espanhola, ao longo do século XVII. V. Tanner, 1993; Checa, 1999; e *ibid.*, 2000: 139-155.

²⁵ Mulcahy, 2006: 5; e Mínguez, 2017: 397-398. Estes autores consideram que é a única comissão feita por Filipe II para exaltar a glória da dinastia austríaca para o triunfo de Lepanto.

²⁶ Que se encontra na ARM.

bajeles” foram perdidos. A grande campanha de Tunes, de 1535²⁷, que foi a primeira em que o imperador participou pessoalmente – como um novo Cipião marchando para as costas africanas –, foi imortalizada na extraordinária série de doze painéis da *Conquista de Túnez* (Junquera e Herrero, 1986: 73-92; Campbell, 2002: 385-391 e 428-434; Jordan, 2005: 91-113; Bunes Ibarra, 2006: 95-134; González García, 2007: 24-47), que glorificou esta vitória de Carlos V, tornando-se um dos maiores símbolos visuais do poder dos Habsburgo (fig. 16).

O imperador encomendou o trabalho em 1545, mas foi a sua irmã, Maria da Hungria, governadora dos Países Baixos, que contratou Jan Cornelisz Vermeyen como caricaturista, pois tinha notas e esboços dos acontecimentos, paisagens e personagens²⁸, executados no local, quando acompanhou o imperador a Tunes, com a missão para reproduzir o feito. Vermeyen contou com a ajuda do pintor e desenhador de tapeçarias Pieter Coecke Van Aelst, e tapeçarias foram tecidas na fábrica de Willem de Pannemaker, em Bruxelas, entre 1545 e 1554. Uma vez terminadas,

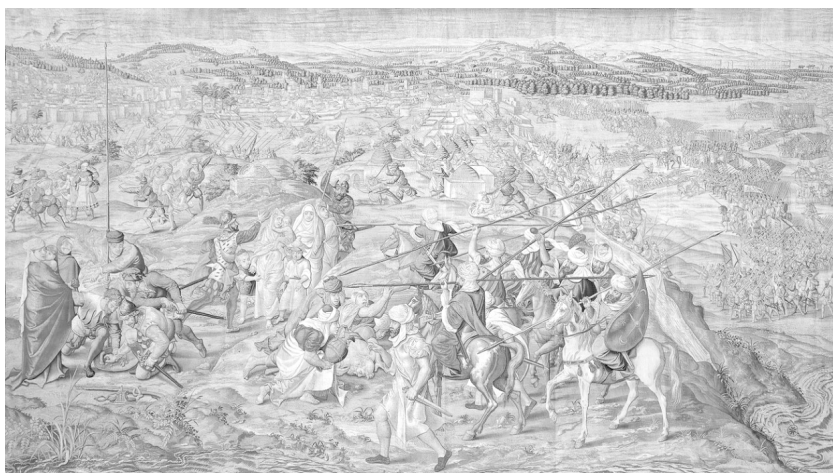


Fig. 16. Willem de Pannemaker, tapeceiro, e Jan Cornelisz Vermeyen e Pieter Coecke Van Aelst, pintores. *La toma de Túnez*. Manufatura de Bruxelas (1545-1554), Patrimonio Nacional, Inv. 10005917.

²⁷ No Inventário do *Alcázar*, de 1636, estão novamente listados no “Pasadiço angosto hasta San Gil”, com o n. 36: “Tormenta de Carlos. Otros lienço largo al temple en que está pintada la tormenta que tuvo el Señor Emperador Carlos quinto junto a Arxél”.

²⁸ Infelizmente, os desenhos não sobreviveram, mas os esboços para as tapeçarias foram preservados no KHM.

foram enviados para Inglaterra, para adornar a Catedral de Winchester, por ocasião do seu noivado com Maria Tudor, em 1554. Seguiram no ano seguinte para a Catedral de Antuérpia, por ocasião da reunião da Ordem do Tosão de Ouro. Foram enviadas definitivamente para Madrid, após a chegada de Filipe II, em 1559, sendo exibidos em importantes festividades da corte, cerimónias religiosas e outros eventos da coroa, realizados no *Alcázar* ou noutros palácios reais, de modo a não serem descritos por viajantes ou visitantes.

O Palácio Real de *El Pardo*

A utilização que Filipe II quis dar ao Palácio Real de *El Pardo* (fig. 17), como casa de lazer, dedicada fundamentalmente à caça e ao passeio, implicou, segundo os inventários e descrições oficiais, uma decoração alegórico-profana.

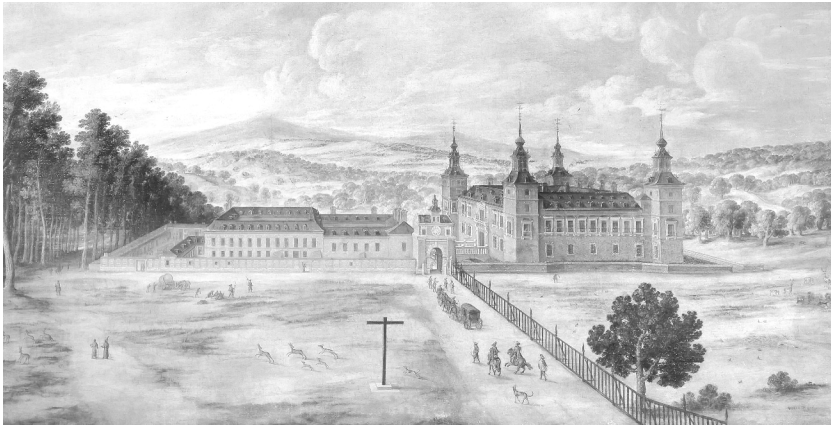


Fig. 17. Félix Castello. Vista del Palacio Real de El Pardo (c. 1634), Patrimonio Nacional, Inv. 10014337.

O rei queria que aí estivesse a galeria de retratos mais organizada e mais completa de todos os palácios reais, durante o seu reinado²⁹, a chamada *Sala Real de los Retratos*. Graças aos inventários de El Pardo, de 1564 e 1591, e, sobretudo, à descrição, de 1582, feita por Argote de

²⁹ Kusche, 1991a: 1-29; *ibid.*; 1991b; *ibid.*: 261-283; e *ibid.*, 1992: 1-22. Outras galerias de retratos ampliadas durante o reinado de Filipe II, com o mesmo sentido programático, foram as do *Alcázar* de Segóvia e do Reales Alcázares de Sevilha. Para mais dados, v. Falomir, 1998: 203-227; e *ibid.*, 2000: 61-77.

Molina³⁰, sabemos que a coleção seria composta por quarenta e cinco retratos dos principais pintores que trabalharam para o rei, tais como Ticiano, Moro, Sánchez Coello, Anguissola e Lucas de Heere; alguns destes retratos foram herdados da coleção da sua tia, Maria da Hungria, cuja galeria de retratos de família, no palácio Turnhout, estiveram na base da sua formação (Checa, 1992: 78-79 e 142-144). Para além dos seus trinta familiares, havia outros membros da sua corte retratados, os quais se tinham distinguido por algum feito militar, como o *duque de Alba*, ou por algum cargo oficial, como o *príncipe de Éboli*; e, curiosamente, também se incluiu *Mauricio de Sajonia*, o último grande inimigo de Carlos V, com quem assinou a paz, em 1552, e cuja presença se destinava a expressar a imagem do imperador enquanto pacificador. E figuravam também os seus pintores favoritos, como Ticiano e Moro, representados como os criadores das suas imagens oficiais de poder.

Este programa iconográfico foi completado com quatro paisagens de cidade (Madrid, Valladolid, Londres e Nápoles) e com “ocho tablas de pintura de las jornadas quel Emperador Carlos quinto, nuestro señor, hizo en Alemania, de mano de Ioan de Barbalonga, flamenco”, que era nada mais, nada menos, que o já mencionado Jan Cornelisz Vermeyen. A galeria foi completamente destruída no incêndio de 1604, pelo que não se sabe como seriam estas cenas de guerra da Alemanha, embora possam ter sido baseadas em “comentários” de Ávila³¹, dado que Vermeyen não acompanhou o imperador, nesta ocasião.

Após a destruição completa da galeria de retratos no dito fogo, Filipe III pretendeu continuar o programa de glorificação da Casa d'Áustria espanhola, concebido pelo seu pai. Por um lado, em 1607, encarregou Juan Pantoja de la Cruz de pintar uma nova série de trinta e cinco retratos da família real³², incluindo os monarcas católicos, como elo de ligação entre a dinastia Habsburgo e a dinastia anterior de Trastâmara³³; e, por outro lado, foram propostos novos triunfos de Carlos V

³⁰ Ver nota 15.

³¹ No seu *Comentario del Illustre Señor don Luis de Avila y Çuñiga, comendador mayor de Alcántara: de la Guerra de Alemaña, hecha de Carlos V*, Amberes, 1550.

³² Aguirre, 1923: 201-205. Com a morte de Pantoja, em 1608, a série foi completada pelo seu sucessor como pintor de câmara, Bartolomé González; in Moreno Villa, e Sánchez Cantón, 1937: 127-157.

³³ Para a reconstrução da nova galeria, Kusche, 1999: 119-132; Lapuerta, 2002: 405-442; e Kusche, 2007: 153-168.

para o teto, tendo Pantoja e Francisco López sido encarregados de os levar a cabo, em 1607 (Lapuerta, 2002: 397-400).

O desmantelamento da galeria, na segunda metade do século XVIII, e a perda de uma grande parte das suas pinturas murais torna bastante difícil uma reconstrução completa do seu programa iconográfico (Marías, 1989: 145; Lapuerta, 2002: 401-404). Mas, das descrições de Vicente Carducho, sabemos que “*algunas victorias del emperador Carlos V*” foram representadas, numa tentativa de imitar as *Ocho jornadas de Carlos V*, de Vermeyen, a partir da antiga galeria. De todo o conjunto, apenas uma cena sobreviveu, que não é de Carlos V, mas dos seus avós – a *Entrega de las llaves de Granada a los Reyes Católicos* –, sendo o objetivo fundamental deste facto o de destacar o seu reinado.

O Real Mosteiro de *San Lorenzo de el Escorial*

O mosteiro de *El Escorial* é um exemplo muito diferente, uma vez que, sendo um novo edifício, o rei foi capaz de apresentar programas decorativos bem fundamentados, desde o início da sua construção. Na chamada “*galería de la reina*”, mais conhecida como o “*Salão de Batalhas*”, foi planeado e realizado um programa muito importante de pinturas murais, pelos artistas genoveses Niccolò Granello, Fabricio Castello, Lazzaro Tavarone e Orazio Cambiaso, entre 1584 e 1591 (García-Frías, 2003: 2-20; *ibid.*, 2006: 138-143). O projeto decorativo visa exaltar a glória do príncipe, retratando alguns dos mais importantes triunfos militares do reinado de Filipe II, como a guerra contra a França (1557-1559) e a consequente hegemonia espanhola na Europa; assim como as façanhas nos Açores, que terminaram com a incorporação de Portugal e do seu imenso império na Coroa de Castela (1582-1583).

Ao mesmo tempo, uma série de deuses e heróis da antiguidade, tais como Júpiter, Neptuno, Mercúrio, Juno e Hércules, historicamente ligados aos reis espanhóis da dinastia Habsburgo, foram incluídos dentro dos templos da decoração grotesca, no teto da sala, cuja presença estaria de acordo com a grandeza dinástica dos Habsburgo espanhóis (García-Frías, 2002: 126-143). Um programa iconográfico complexo, com um claro sentido de exaltação do monarca, foi também concebido para a *Sala Real* da Torre de Paço da Ribeira, em Lisboa, durante o mandato do cardeal Alberto da Áustria, em 1593, apresentando deuses mitológicos, ao lado dos novos braços de Filipe II, agora

com os escudos de Portugal, bem como a representação dos sinais do zodíaco e outras figuras alegóricas (Bouza, 2000: 85-87 e 101-141).

No entanto, o acontecimento histórico que ocupa o enorme espaço na parede sul da sala refere-se a uma vitória da dinastia anterior, a Casa de Trastámara, com a representação da batalha de Higuieruela, contra o reino Nacérida, na planície fértil de Granada, em 1431. Esta foi uma vitória de enorme prestígio para João II de Castela, e, através dela, Filipe II procurou recordar a permanente luta que movia contra o infiel muçulmano e que contava com dois grandes sucessos, durante o seu reinado – Lepanto (1571) e a supressão da revolta moura nos Alpujarras (1578).

A campanha de Granada já havia sido mitificada noutros espaços, como nos relevos das bancadas do coro da Catedral de Toledo; contudo, nos palácios reais, apenas existiam representações menores, como a sarja de 130 pés de comprimento, com pinturas de claro-escuro guardadas nos cofres do antigo *Alcázar* de Segóvia. Sabendo da existência desta representação, Filipe II ordenou que fosse trazida ao Escorial, para servir de modelo aos pintores genoveses, para a respetiva transposição pictórica na sala. A curiosa disposição de todas as cenas de batalha, simulando tapeçarias, como se estivessem penduradas com pregos na parede, ou mesmo escondendo as portas da grande galeria, justificou-se como lembrança da série emblemática de tapeçarias de *La Conquista de Túnez*, por Panne-maker, sob fólho de Vermeyen, que foi montada em todos os eventos triunfantes mais representativos da monarquia.

Os episódios mais significativos da guerra contra a França foram retratados nos novos painéis das janelas. A batalha de São Quintino foi retratada em três cenas, destacando o facto de ter sido a vitória mais significativa do reinado de Filipe II, além de ter sido a causa decisiva que levou o rei a fundar o Mosteiro de *El Escorial* e a dedicá-lo a São Lorenzo, pois esta efeméride coincidiu com o dia do triunfo. No documento de encomenda, era exigido aos fresquistas genoveses que se ativessem a *los colores y esquadrones que se les han dado en los disinios y en los lienços que están pintados por Rodrigo de Olanda* (Zarco, 1932: 84-87, doc. 46), que não era outro senão Rodrigo Diriksen (fig. 18), o genro de Anton van den Wingaerde, com cuja filha Catherine o pintor teria desposado, por volta de 1576.

Estes “lienços” que serviram de padrão são os que hoje se encontram na *Galeria de Paseo* do Palácio d e *El Escorial*³⁴, sendo quase

³⁴ Hoje, restam apenas cinco: *La batalla de San Quintín* (PN 10014230), *El avance de las tropas españolas hacia Hayn después de la toma de San Quintín* (PN 100

idênticas às composições dos frescos da galeria. As únicas diferenças são a sua adaptação ao formato vertical da abertura entre as janelas da sala e a eliminação dos brasões de Filipe II, com figuras de pequenos anjos portadores de símbolos alegóricos relacionados com a *Victoria* e a *Fama*, as notas explicativas da batalha, que aparecem em seu lugar, e os desenhos e gravuras originais dos mesmos locais e fações de guerra contra os franceses, que o seu sogro Wingærde realizou quando serviu Filipe II, nesta campanha. Daí que estas pinturas de batalha estejam na tradição nórdica, cuja representação da guerra já havia sido



Fig. 18. Niccolò Granello, Fabricio Castello e Lazzaro Tavarone. *El cerco de San Quintín* (1590), MSLE. *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014003.

plenamente estabelecida, em exemplos tão antigos como a famosa *batalla de Alejandro en Issos*, de Albrecht Altdorfer (1529) (APM), ou a *batalla de Zama*, de Jörg Breu, o Velho (cerca de 1530) (BSM).

Nas extremidades da longa galeria, foram exibidas duas cenas retratando as expedições navais de Filipe II, nas ilhas dos Açores, finalmente consagradas como vitórias³⁵. A resistência militar portuguesa à entrada de Filipe II, encabeçada por D. António, prior do Crato, foi firme, no arquipélago atlântico dos Açores – em especial, na ilha Terceira – um ponto-chave na rota de regresso das Índias espanholas. D. António, que veio a ser coroado, em Santarém, como António I, foi ajudado pelas potências inimigas de Espanha, como a Inglaterra e a França³⁶.

A armada espanhola, sob o comando de Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz, derrotou, em 1582, a armada francesa capitaneada por Filippo Strozzi, facto que está representado na parede leste da galeria, com a cena da *Presa de Filippo Strozzi* (fig. 19), consumando um enorme desastre para os franceses. D. António e o resto da esquadra encontrou refúgio na ilha Terceira, mas, depois do *Desembarco español en la bahía de Mós*, no ano seguinte, 1583, representada no lado ocidental, Angra, a capital da ilha, foi conquistada, pondo fim às operações.

Um texto-chave, para compreender os eventos que tiveram lugar, é *El Comentario en breve compendio de disciplina militar en que se escribe la jornada de las islas de las Açores*, de Cristóbal Mosquera de Figue-

14229), *La Rendición del Fuerte de Chatelet* (PN 10014228), *El incendio de la villa de Ham y toma de su castillo* (PN 10014232) e *La revista de las tropas españolas entre Amiens y Douvens* (PN 10014231), embora devam ter existido mais, se considerarmos as cenas mencionadas com o tema da batalha de São Quintino, na chamada Galeria de Saint-Quentin, no Palácio Real de Valsaín, em 1568, especialmente, porque a presença do pintor é documentada pela produção de uma série de telas. Esta Galeria de Saint-Quentin é claramente precursora da *Galeria d'El Escorial*, em termos da sua representação do triunfo e do poder da monarquia. Para o tema, v. Martín González, 1992: 96-98; García-Frías, 2003: 2-20; e *ibid.*, 2006: 148-152.

³⁵ No Inventário do Alcácer de Madrid, de 1600, são registados os seguintes “*seis quadros de papel sobre lienzo pintados en ellos, de aguada, la jornada de la batalla naval de Lepanto*”, com os n.ºs 476-480, in Sánchez Cantón, 1959, II: 404. Também não devemos esquecer as representações realizadas ao mesmo tempo, ainda que de forma muito diferente, no palácio do Viso do Marquês de Santa Cruz, obra de Stefano Perolli (h. 1590), in De Antonio, 1972; López Torrijos, 2000: 229-244; ou no palácio de Guilio Spinola de Génova, por Aurelio e Felice Calvi, in Parma, 2000: 281-291.

³⁶ Sousa, 2015: 464-491. Esta ajuda foi crucial na defesa da ilha Terceira.

roa, “Auditor general de armada y exercito” de Filipe II, na sua campanha dos Açores, tendo sido publicada em 1596, após a conclusão das pinturas, em 1591. Este texto contém uma impressão com o título *Pintura del desembarco y assalto*, gravada por “B. Román”, em 1583, que pode ter servido de inspiração para a cena do mesmo tema na sala (García-Frías, 2003: 12, nota 16), uma vez que se trata de uma reprodução simplificada da cena retratada no fresco.

A famosa vitória naval conquistada pelos exércitos da Santa Liga, formada por Espanha, Veneza, o Papado, os estados italianos e a Ordem de Malta, a 7 de outubro de 1571, contra o Império Otomano no Golfo de Patras, ao largo do porto de Lepanto, teve consequências muito importantes na cena internacional, pois travou os turcos no Mar Mediterrâneo (Mínguez, 2017). A derrota turca destruiu a sua lenda de invencibilidade, e as fontes documentais otomanas referem-se a Lepanto como “la batalla de la armada derrotada” (*id.*: 351-367), que teve lugar sob o sultanato de Selim II, filho de Solimão, o Magnífico.



Fig. 19. Niccolò Granello, Fabricio Castello e Lazzaro Tavarone. *La presa de Filippo Strozzi* (1590-1591), MSLE, *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014922.

Um vasto leque de representações gráficas logo surgiu, para comemorar o triunfo, espalhando-se, propagandisticamente, por toda a Europa cristã, especialmente, na corte papal e em Veneza³⁷; curiosa-

³⁷ Pio V encomendou uma série de frescos comemorativos a Giorgio Vasari, para

mente, não teve o mesmo impacto na corte filipina, quando havido sido Espanha a suportar metade das despesas gerais com o exército cristão (López Serrano, 1971: 12-16; Mulcahy, 2006: 2-15; Mariás, 2007-2008: 65-74; Strunck, 2011: 217-240; e Mínguez, 2017: 387-413).

A série de seis grandes telas retratando a grande batalha naval de Lepanto, pelo genovês Luca Cambiaso (Junquera, 1971: 17-28; Checa, 1992: 172-73; Bustamante, 1991: 197-206, 200-2 e 205; García-Frías, 2006: 143-48; Mínguez, 2017: 13-29 e 283-304), que se destinava à galeria oriental, no rés-do-chão do palácio de *El Escorial*, durante o reinado de Filipe II, não foi encomendada pelo rei, mas, sim, um presente de Giovanni Andrea Doria, general da ala direita da esquadra espanhola, comandada por João de Áustria, presente esse destinado ao secretário de Filipe II, Antonio Pérez³⁸.

O documento do Processo de Denúncia feito contra Pérez, com acusações de alta traição contra a coroa e pelo assassinato de Juan Escobedo, em 1584, fornece a identidade do referido doador, que também tinha encomendado uma série de onze tapeçarias sobre a mesma batalha, para a *Galleria Aurea* do seu palácio familiar, em Génova, conhecido como Palazzo Doria, em Fassolo, cujos desenhos foram feitos pelo próprio Cambiaso, com a ajuda de Lazzaro Calvi (Boccardo, 1983-1985: 122-3; Stagno, L. e Cappelletti, F., 1997; Stagno, 1997: 16-25). A iconografia das telas é muito semelhante à das tapeçarias acima mencionadas, com um arranjo quase idêntico ao da representação dos destacamentos navais com tal precisão documental, mas com a única grande diferença de que as cenas das tapeçarias são enquadradas por colunas com alegorias femininas relacionadas com a exaltação das virtudes militares do príncipe Doria, e encimadas pelo brasão de armas da família genovesa.

As seis enormes telas lepantinas de Cambiaso retratam as façanhas de guerra, de acordo com a evolução histórica dos acontecimentos, desde a partida de Messina até ao regresso vitorioso, acompanhadas de grandes cartéis explicativos³⁹. Com exceção da primeira cena, são igualmente

a *Sala Regia do Vaticano* (1571-1572), a sala política e diplomaticamente mais importante do palácio, que foram divulgados em toda a cristandade, em 1577, graças à gravura de Giovanni Battista Cavalleriis. Também se deu grande relevância à vitória de Lepanto em Veneza, como atestam as numerosas representações, como a de Paolo Veronese, na *Galleria dell'Accademia*, ou a de Andrea Vicentino e Andrea Michieli, no *Palazzo Ducale*.

³⁸ Sobre a série exposta na “galería grande de abaxo” da sua casa de campo em Casilla, v. Delaforce, 1982:-742-52.

³⁹ *La salida de la Armada cristiana del Puerto de Messina* (PN 10014933), até *El*

introduzidas figuras alegóricas e deuses da Antiguidade, nos ângulos das composições e em maior escala: o deus *Neptuno*, juntamente com um tritão, está representado na reunião das duas armadas (fig. 20); a deusa *Fortuna* assiste ao combate; a deusa da guerra, *Belona*, está na abordagem, enquanto alegoria da *Victoria* com a palma e o louro, uma figura na cena da retirada dos turcos; e a alegoria da *Fama* proclama o triunfo, ao tocar as suas trombetas, no último quadro da série (Checa, 1992: 172-73; Mulcahy, 2006: 8-9; Mínguez, 2017: 394).



Fig. 20. Luca Cambiaso. *La Armada cristiana sale al encuentro de la del turco* (ant. 1579), MSLE. Patrimonio Nacional, Inv. 10014934.

Desde 1855, o Mosteiro de *El Escorial* acolheu duas séries pictóricas de formatos diferentes, com dezassete cenas das guerras nas províncias dos Países Baixos, após a sua passagem pelos palácios de *El Pardo* e, sobretudo, pelo de *Buen Retiro*, onde devem ter chegado por volta de 1634-1635, durante os anos de maior acumulação de pinturas

regreso de la Armada victoriosa a este mismo puerto (PN 10014938), passando por cenas de *La Armada cristiana sale al encuentro de la del turco* (PN 10014934), *Las dos armadas en línea de batalla* (PN 10014935), *El choque de las dos armadas* (PN 10014936) e *La Derrota de la armada turca* (PN 10014937).

nesse local (García-Frías, 2006: 152-64). A maioria destas cenas de guerra são erroneamente atribuídas, no Testamento de Carlos II (1700), ao artista italiano Antonio Tempesta, a quem, devido à sua grande fama como pintor de batalhas, eram atribuídas obras deste género⁴⁰. No entanto, a autoria das duas séries é claramente flamenga, do final do século XVI e início do século XVII, e foram possivelmente executadas por vários pintores, uma vez que se consegue distinguir a presença de várias mãos diferentes.

As guerras da Flandres constituíram um dos grandes problemas políticos com que o governo de Filipe II teve de lidar e que, à data da sua morte, ainda estavam por resolver. As batalhas retratadas nas duas séries têm lugar no último terço do século XVI do reinado de Filipe II, em terras francesas e em ambos os seus domínios, nos Países Baixos – *La batalla de Mook en las cercanías de Nimega* (1574) (PN 10014218), *El cerco de Maastricht* (1579) (PN 10014220 e 10014928), *El Cerco de Gravé por las tropas españolas al mando del duque de Parma* (1586) (PN 10014943). O exército espanhol, nos Países Baixos, interveio nos assuntos religiosos franceses, apoiando a Liga Católica, liderada pelos Guise, contra o huguenote Enrique de Navarra, ou de Bourbon – futuro Henrique IV. Não prevalecia a ideia de reivindicar os direitos ao trono da infanta Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II e de Isabel de Valois, mas, sobretudo, como resposta à ajuda dada pelos franceses aos rebeldes, nos Países Baixos.

No total, existem seis cenas: *La batalla en las cercanías de Yvri* (1589) (PN 10014222), *El socorro de París por las tropas españolas al mando de Alejandro Farnesio* (1590) (PN 10014219 e 10014926) (figs. 21 e 22), *El sitio de Cambray por las tropas españolas* (1595) (PN 10014226), *La toma de Calais* (1596) (PN 10014224 e 10014929), *La conquista de Ardres* (1596) (PN 10014223) e *El socorro de Amiens por las tropas del archiduque Alberto* (1597) (PN 10014942).

O fim da guerra com a França terminou com a assinatura da Paz de Vervins, entre Filipe II e Henrique IV, em maio de 1598. Muitos dos lugares ocupados foram restituídos à coroa espanhola, mas a guerra continuou nos Países Baixos, até à já mencionada Trégua dos Doze Anos. Por conseguinte, também avultam cenas do início do século XVII, já durante o reinado de Filipe III – mais especificamente, até 1609 –, em que foi assinada a referida trégua, através da qual a Espanha reconhe-

⁴⁰ *Inventarios reales. Testamentaría de Carlos II (1701-1703)*, in Bayton, 1982, II: 277-78, 316-17, 324, 336 e 340-41.



Fig. 21. Anónimo flamenco. El socorro de París por tropas españolas al mando del príncipe de Parma (1.º terço do séc. XVII), MSLE. Patrimonio Nacional, Inv. 10014219.



Fig. 22. Anónimo flamenco. *El cerco de París* (1.º terço do séc. XVII), MSLE. Patrimonio Nacional, Inv. 10014926.

ceu a existência das Províncias Unidas, o que deu origem a um período de paz, após mais de quarenta anos de guerra. A esta série pertencem: *La batalla de las dunas de Nieuwpoort* (1600) (PN 10014927), *El Socorro a la plaza de la Esclusa (o Sluis) por el marqués de Spínola* (1604) (PN 10014227), *La toma de Amberes* (1604) (PN 10014225) e *La toma de Grolla* (1606) (PN 10014221).

As composições desenvolvem-se dentro da mesma linguagem tradicional de testemunhar, tanto topográfica como historicamente, os acontecimentos militares da Casa dos Habsburgo. Para isso, contam com o modelo único das gravuras do gravador Franz Hogenberg (fig. 23), que foram utilizadas para ilustrar um dos livros mais famosos que surgiram na Flandres⁴¹ sobre a história turbulenta dos Países Baixos, cuja primeira



Fig. 23. Michael Eytzinger (compilador) e Franz Hogenberg (gravador). “Forma en que el Duque de Parma vino con el exercito del Rey de España a socorrer a París (...) y de la retirada del de Navarra”, em *Historias bélicas trágicas, figuradas y sucesivas de los Reynos de Carlos V y Phelipe II*, Colónia (1583), Madrid, RBP.

⁴¹ Martínez Cuesta, 1997: 4-19, foi o primeiro a relacionar as batalhas de *El Escorial* com as estampas do *De Leo Belgico*; cf. Pérez de Tudela, 2002: 452-53; García-Frías, 2006: 153.

edição foi impressa em 1583. Trata-se do *De Leo Belgico*⁴², desenhado maioritariamente pelo cartógrafo austríaco Michael Aitzinger, ou Eytzinger, que teve a oportunidade de testemunhar, em primeira mão, um grande número de eventos bélicos nos Países Baixos, durante a época em que viajou pelo país como representante diplomático (Bonacker, 1959: 950-966).

Um conjunto de quadros, de formato mais pequeno (119 por 169 cm), é composto pelos onze exemplares de *El Escorial*, juntamente com mais um – o *Asedio a la villa de Rinsbarch* –, que se encontra na coleção do *Museo Nacional del Prado*. Os *Musées Royaux des Beaux-Arts de Belgique*, em Bruxelas, têm também duas outras telas de características idênticas – incluindo as dimensões físicas –, representando o *Sitio de Ostende* (1604) e *La Toma de Wachtendonk* (1605) (Graaf, 2004: 101-11), sem dúvida, provenientes das coleções arquiduciais de Alberto da Áustria e Isabel Clara Eugénia. Todos eles têm um cartaz oval, no qual aparecem os nomes dos lugares e personagens principais representados, acompanhados dos seus respetivos números, que se encontram postos a vermelho, por cima da cena. Desta forma, os governadores dos Países Baixos e generais dos dois exércitos – espanhol e holandês – podem ser identificados, este último geralmente chefiado por um membro da família Nassau. As seis telas da série de maior dimensão (204 por 245 cm) ostentam apenas uma pequena inscrição no topo do quadro, para dar o título do acontecimento histórico representado, e apenas em algumas delas está identificado o nome da figura principal, ao lado da sua representação figurativa. Três episódios são repetidos em ambas as séries – o *Cerco de Maastricht*, o *Socorro de París* e a *Toma de Calais*.

Graças aos documentos “licencias de paso”, que registam os objetos artísticos enviados para o tribunal espanhol, sabe-se que, no verão de 1598, o arquiduque Alberto da Áustria enviou um importante carregamento de presentes ao seu tio e futuro sogro, Filipe II, o qual morreu antes de chegarem à corte⁴³. Na caixa n.º 8, encontravam-se algumas

⁴² A BR-PRM possui um álbum intitulado as *Historias bélicas, tragicas figuradas y sucesivas de los reinados de Carlos V y Phelipe II, en varias partes del mundo*, (Sign.: IX-M-153), que reúne trezentas e oitenta estampas da obra *Leo Belgico*, com feitos militares da Casa espanhola da Áustria, desde a campanha de Carlos V na Tunísia, até ao final de 1610. O álbum foi compilado no século XVIII, por Francisco Manuel de Mena, como um presente para Fernando VI.

⁴³ AGS, Cámara de Castilla, livro de cédulas 364, fols. 140v. e 152v., in García, 2000: 22-23.

telas de pinturas a fresco retratando cenas de batalha da guerra da Flandres, cujos temas coincidem com alguns dos quadros de *El Escorial*, e que retratavam as vitórias militares, durante o mandato de Alberto como governador dos Países Baixos, tais como *la Impresa, sitio y toma de Cales*, com outros três *del sitio y toma de Hulst*, e dois *del sitio y toma de Ardres*⁴⁴. Quando Isabel Clara Eugénia assumiu a governação conjunta dos Países Baixos com o arquiduque, continuou a enviar para a corte este tipo de representações sobre batalhas. Estas não só representavam os triunfos militares que deram prestígio à coroa espanhola, como algumas derrotas foram também reproduzidas, tais como *La batalla en las cercanías de Yvri* ou *La batalla de las dunas de Nieuwpoort*, porque o objetivo era mostrar, visualmente, o desenvolvimento destas campanhas, tão bem documentadas nos relatos escritos.

⁴⁴ *Ibid.*, 128r.-130v., in García, 2000: 23, identificam-se, pela primeira vez, com os de *El Escorial*.

ALCÁCER QUIBIR, 1578. A ICONOGRAFIA DA BATALHA E AS REPRESENTAÇÕES CONTIDAS NO RAGUAGLIO DE CIRO SPONTONE

Sandra Sansone
(Università Iuav di Venezia)*

A disciplina militar prestante/ Não se aprende, Senhor,
na fantasia./ Sonhando, imaginando ou estudando./
Senão vendo, tratando e pelejando.

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto X, CLIII.

Em Bolonha, no ano de 1601, foi publicado, pelo impressor Vittorio Benacci, o *Raguaglio fedele et breve de Cavalier Ciro Spontone*, sobre o evento militar que teve lugar a 4 de agosto de 1578, em Alcácer Quibir¹. Trata-se de uma crónica da batalha entre o exército cristão, liderado pelo jovem rei português D. Sebastião I (1554-1578) e o exército muçulmano do *xarife* da dinastia Sádida, Mawlay'Abd al-Malik (n-1578)².

O *Raguaglio* pertence a um género literário que se espalhou muito rapidamente, a partir da segunda metade do século XVI, compreen-

* orcid.org/0000-0003-0304-5231.

¹ Ciro Spontone, *Raguaglio fedele e breve del Cavalier Ciro Spontone del fatto d'arme seguito nell'Africa tra D. Sebastiano re di Portogallo et Mulei Avda Malucco*, Bologna, Vittorio Benacci, 1601.

² Há muitas crónicas sobre a batalha de Alcácer Quibir, algumas escritas por testemunhas oculares, outras baseadas nos relatos daqueles que participaram na batalha, e outras, como a de Ciro Spontone, baseadas em fontes diferentes e mistas. As principais incluem o manuscrito de Frei Luis Nieto. A partir deste manuscrito, redigido em espanhol, foram, posteriormente, impressas traduções em francês (1579) e latim (1580). A primeira crónica impressa em português é a *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça, de 1607. Em Itália, espalhou-se o trabalho crítico de Girolamo Franchi Conestaggio. Diversas fontes sobre a batalha são recolhidas em Castries, 1905.

dendo requisições, manifestos, folhetos, avisos, panfletos, constituídos por algumas páginas ou mais extensos; textos escritos comentando os acontecimentos recentes, relacionados com eventos políticos ou religiosos (Mandrou, 1975: 116). No caso do livro sobre o qual o presente estudo se debruça, foi escrito pelo cavaleiro Ciro Spontone, na altura, secretário do Conselho Maior de Bolonha, mas que seria, sobretudo, um cortesão de profissão³. Este era um homem de letras e da corte, ao serviço de pequenos e grandes senhores, laicos e eclesiásticos, para os quais desempenhou tarefas administrativas e diplomáticas⁴.

Nascido entre 1554 e 1556, em Bolonha, era membro de uma família não nobre, mas abastada. A carreira de Ciro Spontone começou em 1572, ao serviço de Cristoforo Boncompagni (1537-1603), sobrinho do papa Gregório XIII (1502-1585); no início, como chanceler, depois quando este foi nomeado arcebispo de Ravena, tornou-se seu secretário pessoal (Ventura, 1979: 189).

As primeiras produções editoriais a que Ciro Spontone se dedica são caracterizadas por um espírito artístico e literário, e orbitam em torno de temas de caráter poético e filosófico⁵. Nos anos seguintes, dedicou-se a temas políticos e mais estreitamente relacionados com a sua esfera profissional. A primeira prova disto é *La corona del principe*, de 1590, talvez a sua obra mais conhecida⁶. Através do expediente

³ A fonte mais valiosa sobre a vida de Ciro Spontone é uma memória autobiográfica, datada de 4 de março de 1600, escrita para concorrer ao cargo de secretário maior do Senado de Bolonha, in ASB, Reggimento, Instrumenti, Scritture, Lib. 14, n. 53.

⁴ Uma biografia sobre Spontone e a sua obra é esboçada em Fantuzzi, 1790. Mais informação pode ser encontrada em Ventura, 1979: 181-425. V. a contribuição monográfica mais recente, Continisio, 2014.

⁵ Estes incluem o “Pianto estático del Serenissimo Carlo Emanuele Duca di Savoya” (1593), escrito por ocasião da enfermidade do marquês Gonzaga; “Le differenze potiche di Torquato Tasso”, publicado em Verona, em resposta a Orazio Ariosto (1583-87); o diálogo “Il Bottigliaro overo del Nuovo verso enneasillabo”, de 1589 ou 90; e, finalmente, “Nereo, poema di Ciro Spontone et alcune altre sue rime” (1588).

⁶ Spontone, 1590. Cinco anos depois, em 1595, o editor Girolamo Discepolo, ao apresentar *Hercole difensore d’Omero*, de Ciro Spontone, aos seus leitores, sublinhou a futilidade da sua introdução, desde “as belíssimas composições do Signor Ciro Spontone anunciam e ressoam por si próprias os seus louvores” e recordou que ele próprio tinha publicado *La corona del Principe*, anos atrás, obra essa “pedida com tanta avidéz e lida com tanto gosto” que lamentou não ter imprimido mais exemplares, pois tinha ficado sem ela.

de descrever uma coroa e as diferentes gemas que compõem o seu diadema, utilizando um registo literário inteiramente figurativo, Spontone descreve as virtudes necessárias para um príncipe governar, aproximando-se, assim, do conteúdo da arte de governar e da educação de um príncipe. O livro pertence à tradição do *speculum principis*, sendo que é focado nas virtudes que a coroa colocada sobre as cabeças dos príncipes deveria inculcar neles (Continisio, 2014: 21).

Com a morte de Rodolfo Gonzaga, em 1593, Spontone passou ao serviço do duque de Mântua, Vincenzo I (1562-1612), que, apesar de lhe dar um salário baixo, o recompensava com títulos e honras. Nos dois anos seguintes, entre 1594 e 1595, Ciro Spontone foi nomeado cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, visconde e comissário de Rodigo, em Mântua (Ventura, 1979: 193).

Juntamente com o duque Vincenzo, Spontone participou, como furriel – o oficial que tratava de todos os trabalhos relacionados com o alojamento do exército –, na expedição à Hungria, em 1595, quando o duque, o único príncipe cristão a responder ao apelo do imperador Rudolf II de Habsburgo (1552-1612), armou trezentos homens, arcabuzeiros montados, para se juntarem a uma cruzada contra os turcos⁷. Esta experiência, a expedição com o exército de Vincenzo, a sua estadia em Viena, as muitas viagens que empreendeu e a sua frequência do ambiente militar influenciaram Ciro Spontone, que começou a escrever trabalhos não só de história e política, mas também sobre ciência militar, guerras e batalhas⁸. A esta segunda fase da produção de Spontone pertence o *Raguaglio*, que descreve a desastrosa expedição militar a Marrocos, que terminou com a derrota do exército cristão e a morte, sem um herdeiro, do jovem rei português⁹. Fernand Braudel chamou-

⁷ Fantuzzi, 1790: 32. Sobre a expedição à Hungria, ver as contribuições de Bertelli, 2006: 93-149; Venturelli, 2013: 375-404.

⁸ As principais obras deste período incluem *Hercole difensore d'Homero* (1595), que trata de certos tiranos e das conspirações contra eles; *Dodici libri del governo di stato* (1599), um tratado dedicado às virtudes dos príncipes e às diferentes formas de governo; *Attioni de re dell'Ungaria* (1602), que trata da expedição contra os turcos, na qual Spontone participou. *Il Savorgnano overo del guerriero novello* (1603), o *Avvertimenti della historia* (1608), constituído por seis discursos históricos sobre os ensinamentos da história e, finalmente, a *Historia della Transilvania*, póstumo (1638), dedicado ao conde de Lodrone, príncipe e arcebispo de Salzburgo (Ventura, 1979: 240, 191 e 263).

⁹ A bibliografia sobre Alcácer Quibir é vasta, mencionamos aqui apenas alguns textos: Bovill, 1912; Velloso, 1935; Valensi, 1996; Veiga, 2008.

-lhe “a última cruzada do Mediterrâneo”, porque as tropas portuguesas incluíam vários contingentes de países europeus, milícias italianas, alemãs, espanholas, todos unidos para combater o infiel (Braudel, 2010: 1265).

Na altura em que escreve o *Raguaglio*, entre o final de 1600 e o início de 1601, Ciro Spontone tem cerca de 46 anos e, pelas suas próprias palavras, sabemos que é “saudável, vigoroso, de boa constituição física, apto para todos os trabalhos (ASB, Reggimento, Instrumenti e scritture, Lib. 14, n. 35)”. A obra é dedicada ao príncipe Maximiliano da Baviera (1573-1651), que Spontone tinha conhecido durante a expedição de 1595 à Hungria, em Otting, perto de Viena, onde ele e o duque de Mântua tinham sido recebidos com grande honra (Ventura, 1979: 198). O editor da obra foi o bem conhecido bolonhês, Vittorio Benacci (1571-1629), que tinha publicado anteriormente uma série de edições de prestígio, incluindo a descrição dos arcos triunfais erigidos por ocasião da entrada do papa Clemente VIII em Bolonha, em 1598, enriquecida com muitas imagens. A oficina era tão famosa que, em 1603, publicou um panfleto sobre o funeral de Agostino Caracciolo que continha algumas gravuras de Guido Reni (1575-1642)¹⁰.

Na sua carta aos leitores, o editor informa que o “Cavalier Ciro Spontone” tinha sido convidado por muitos amigos para escrever sobre o acontecimento de África e

essendo egli sopra di ciò molte volte stato a ragionamento, nel Regno di Napoli, con soldati spagnoli, che di vantaggio gliene mostrarono diversi fogli scritti, dei quali presa copia, e particolarmente del discorso d’un Capitano che v’era rimasto prigionie; accoppiati i ragionamenti con le scritture e facendovi sopra alcune considerazioni, si è compiaciuto, ch’escano dalla mia stampa a pubblica luce. (Spontone, *Raguaglio*: 5-6).

Portanto, o *Raguaglio* é o resultado de alguns dias de reflexão, em Bolonha, com os soldados espanhóis do Reino de Nápoles e com Astorre Leoncelli, monteiro-mor do príncipe Maximiliano. É, assim, uma abordagem histórica e científica que Spontone utiliza: primeiro, recolhe as várias fontes à sua disposição e, depois, organiza-as num texto ao qual junta as suas considerações, com a intenção de transpor-

¹⁰ *Descrittione de gli apparati fatti in Bologna per la venuta di N. S. Papa Clemente VIII*, 1599; Benedetto Morello, 1603.

tar a matéria para um nível teórico¹¹. De facto, a condução da batalha pelo rei lusitano é proposta como um *speculum* comportamental para os príncipes, que devem, tendo em conta o comportamento imprudente do soberano, ter cuidado com os empreendimentos desenfreados e contemporizar, quando apropriado (Alonzo, 2010: 543–60 e 545). A intenção moralizadora da obra, como em *La corona del principe*, emerge das anotações seguintes, ao lado do texto, que são verdadeiros preceitos absolutos dirigidos aos leitores.

Contudo, a intenção moralizadora não é a única característica que diferencia a crónica de Ciro Spontone das suas predecessoras. De particular interesse são as duas representações iconográficas da batalha que, embora não sejam as primeiras a ser publicadas em termos cronológicos são, certamente, as mais expressivas e detalhadas.

A existência das imagens é anunciada logo no frontispício da obra: “são mostrados desenhos dos dois exércitos e da batalha”. Especificamente, trata-se de duas xilogravuras de página dupla, inseridas em extratexto. A primeira figura está encadernada entre as páginas 26 e 27, representando os dois exércitos alinhados e prontos para a batalha (fig. 24), a segunda, inserida entre as páginas 41 e 42, mostra o confronto entre as duas forças militares, que resultou no exército português ser esmagado pelas tropas muçulmanas (fig. 25). As duas imagens enquadram os acontecimentos, utilizando uma perspectiva de *voo de pássaro*, portanto acima do campo de batalha. É dada particular importância à paisagem, que é representada com grande abundância de detalhes naturalistas: o rio abaixo do qual riachos secundários atravessam verticalmente a cena, a aspereza do terreno, a vegetação, as árvores, e as montanhas, com as nuvens por cima fechando a composição do topo. Os diferentes contingentes militares estão também representados de forma realista, e podem distinguir-se canhões, carruagens de abasteci-

¹¹ Encontramos a mesma metodologia noutro trabalho de Spontone, *Le attioni del Re d'Ungheria*, de 1603, para o qual usou informações recolhidas no campo de batalha. É o que relata na carta que enviou a Annibale Chieppio, primeiro-ministro de Vincenzo I em Mântua, quando este último cercava Canissa com as suas tropas: “È uscito hora da questa stampa un mio Raggiuglio della battaglia seguita tra Don Sebastiano già Re di Portogallo et il Malucco et due copie d'esso aspettano in Mantoa il Ritorno di S. A. et di V. S. Ill.ma, la quale priego a favorirmi a quel tempo un raggiuglio succinto delle cose seguite costi, per poterle inserire nelle Attioni che hora scrivo de' Re dell'Ungharia” (AEM-Arquivo Gonzaga, Correspondência de Mântua e dos países do Estado, B 1167).

mento e homens armados com *piques* e espadas, ou homens a cavalo. Ambas as gravuras são acompanhadas por legendas colocadas no verso das xilogravuras.

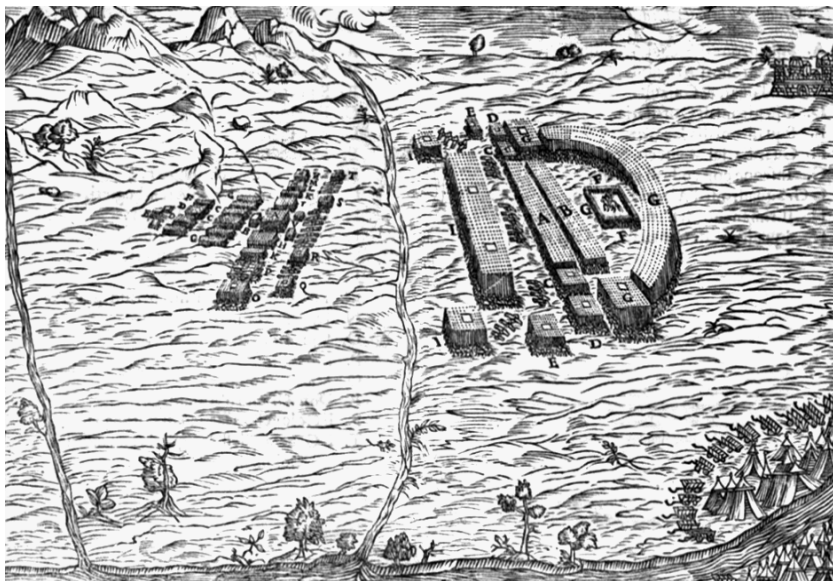


Fig. 24. A ordem da batalha. Ciro Spontone, Bologna, Vittorio Benacci, 1601.

Legenda do exército português: Ordinanza in battaglia dell'esercito del Re. A – Vanguardia. B – Squadrone d'Alemani. B (sic.) – Squadrone di Castigliani. C – Il corpo della battaglia. D – Retroguardia. E – Moschettieri. F – Maniche d'Archibugieri. G – Quattro maniche di Archibugieri. H – Ducento Ginetti di Tanger. I – Ducento Ginetti del Seriffo. K – Quattrocento Moschettieri. L – Quattrocento corazze. M – Luogo del Re e d'altri personaggi grandi. N – Ducento Ginetti. O – Squadrone di Cavalleria. P – Bagaglio. Q – Marchese d'Ester. R. Don Alfonso d'Anguillara. S – Il Colonnello Martino di Borgogna. T – Il Generale di Artiglieria con molti Colonnelli.

Legenda do exército muçulmano: Ordinanza in battaglia dell'esercito del Malucco. A – Squadrone d'Elchei Archibugieri. B – Squadrone d'Azuaghi. C – Andaluzi e Guizuli. D – Squadrone di Cavalleria. E – Squadrone di Cavalleria. F – Guardia del Malucco e ei nel mezzo. G – Insegne con code di cavallo. G – Squadrone d'Alai a cavallo. H – Il rimanente dell'esercito. I – Squadrone di cavalleria di Giaracchi.

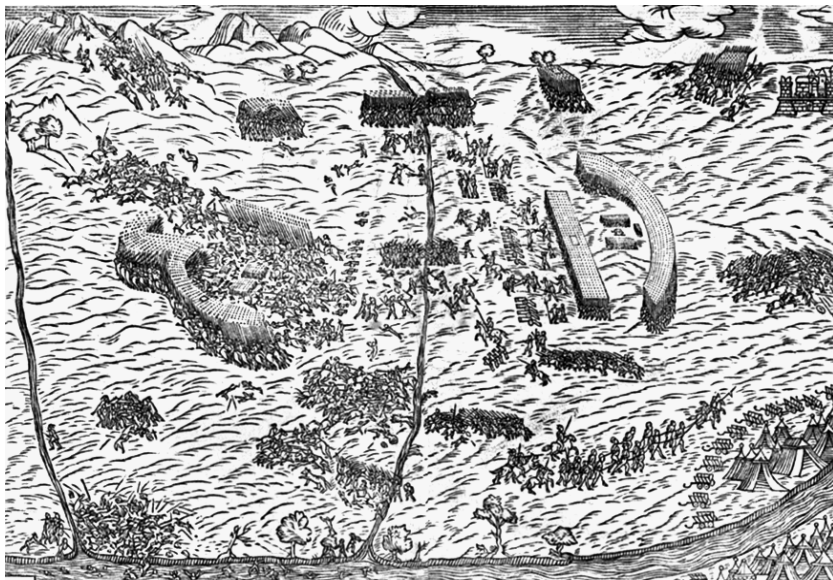


Fig. 25. O embate entre os exércitos. Spontone, *Raguaglio*, Bologna, Vittorio Benacci, 1601.

Nas representações temos letras do alfabeto que se referem à formulação desenvolvida na legenda. A característica principal destas é que, juntas as duas representações, formam uma narrativa em movimento cronológico, como dois fotogramas consecutivos do mesmo filme. Produz-se, assim, um efeito dinâmico, quase cinematográfico. Os exércitos alinhados enfrentam-se na planície marroquina, e a superioridade numérica do exército liderado pelo *sharif* Abd al-Malik é evidente. A cavalaria muçulmana lança o ataque e, literalmente, destrói o contingente português. Apenas estas duas figuras sucessivas são suficientes para contar o desenrolar e o resultado dos acontecimentos.

Algumas representações da batalha de Alcácer Quibir já circulavam antes da publicação do *Raguaglio*. Anteriores à batalha são os dois desenhos que aparecem em *Da Ciência do Desenho*, que Francisco de Holanda (1517-1585) dedica ao rei D. Sebastião. Estes testemunham o vento da cruzada cristã que sopra por Portugal já em 1571, e a intenção do artista é de apelar à beligerância do jovem governante¹². No centro do

¹² BNA, 52-XII-24, fol. 44r e v, Francisco de Holanda, *Da Ciência do Desenho*, 1571. O manuscrito ocupa as primeiras 34 páginas do códice, a parte restante compreende a outra obra de Holanda, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*.

primeiro desenho (fig. 26), a frota portuguesa estende-se através das águas do Estreito de Gibraltar, entre a África e a Europa, tendo no fundo as montanhas do Atlas. Os diferentes tipos de barcos estão dispostos, simbolicamente, para formar uma cruz, emblema cristão por excelência.

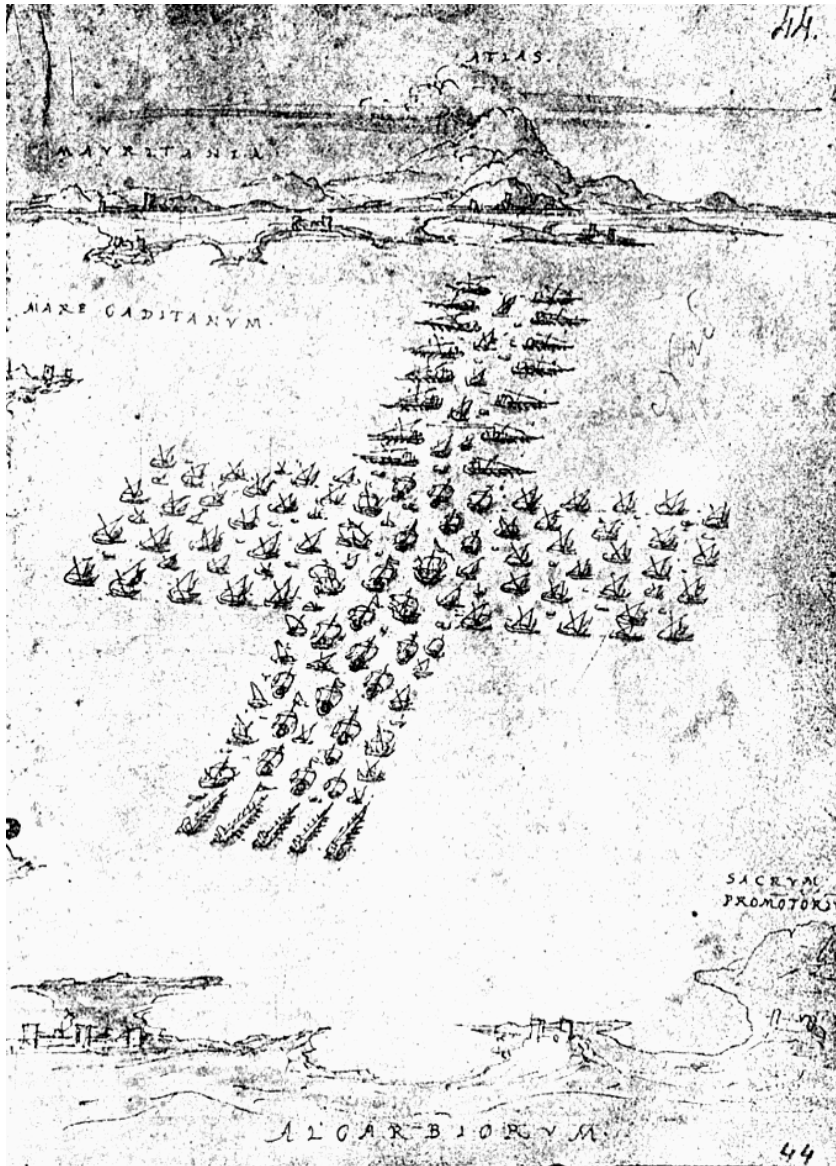


Fig. 26. Estreito de Gibraltar. Francisco de Holanda, *Da Ciência do Desenho*, 1571, BNA.

O outro desenho (fig. 27) representa, com detalhe, o interior africano entre Tânger e Ceuta. O exército português, neste caso, é destacado para formar um soldado gigantesco: os braços e as pernas são constituídos pela cavalaria, o acampamento com tendas forma a pélvis, os piqueiros formam o escudo, e vários canhões ameaçadores definem o rosto do colossal guerreiro. Uma manifestação de flagrantes intenções propagandísticas, não estranha a outros artistas da época, como Luís de Camões (c. 1524-1580), que, em *Os Lusíadas*, publicado em 1572, exalta o povo português e a cruzada africana.

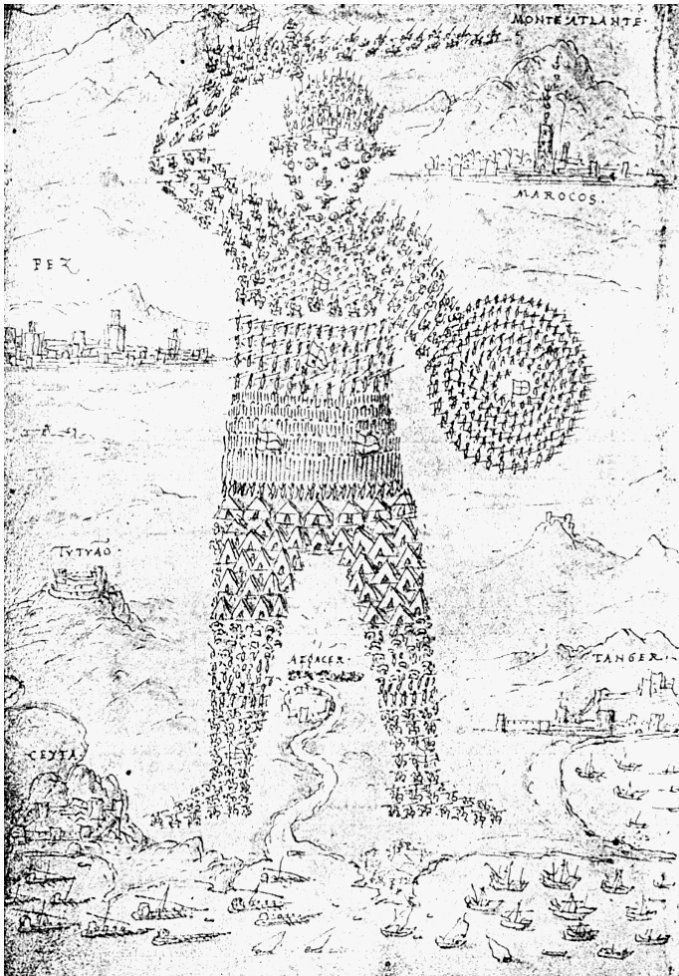


Fig. 27. O hinterland africano. Francisco de Holanda, *Da Ciência do Desenho*, 1571, BNA.

Até meados do século XVI na literatura militar especializada os diagramas eram, de facto, constituídos por letras e símbolos que representavam agrupamentos e manobras de milícias. Estes diagramas, conhecidos graças aos manuscritos gregos introduzidos em Veneza pelo cardeal Bessarion (1403-1472), em particular a *Tattica* de Aeliano, espalharam-se amplamente com o trabalho de Niccolò Machiavelli (1469-1527). Este autor utiliza-os no *Libro dell'arte della guerra*, para tornar inteligíveis aos leitores as diferentes formações de exércitos em batalha, e descrever os principais acontecimentos militares da sua época e da antiguidade¹³. Seguindo os diagramas simples de Aeliano, o estudioso humanista Francesco Robortello (1516-1567) inventou, em 1552, um novo código iconográfico para a representação da batalha. Os diagramas ganham vida através de uma representação antropomórfica de miniaturas de militares, cavaleiros e soldados de infantaria¹⁴ (fig. 28).



Fig. 28. Esquema militar. Francesco Robortello, *Aeliani De militaribus ordinibus instituendis*, impressum Venetiis, Andream & Iacobum Spinellos, 1552.

¹³ Niccolò Machiavelli, *Libro della arte della guerra* (Firenze: heredi di Philippo di Giunta, 1521). Sobre este assunto, v. Eramo, 2012: 35-60.

¹⁴ Francesco Robortello, *Aeliani De militaribus ordinibus instituendis more graecorum liber a Francisco Robortello Utinensi in Latinum sermonem uersus, & ab eodem picturis quàmplurimis illustratus*, (impressum Venetiis, apud Andream & Iacobum Spinellos, 1552). Sobre o trabalho de Robortello, v. Beltramini, 2008: 217-21; Hale, 1988: 290. A este propósito, v. Sousa, 2015: 111-135.

A evolução da representação da ordem de batalha, desde os diagramas de Aeliano até às miniaturas figurativas de Robortello, é a mesma que podemos observar nas duas gravuras que formam o núcleo das primeiras imagens contemporâneas da batalha de Alcácer Quibir. Estas estão contidas em *Histoire Véritable des dernières guerres advenues en Barbarie*, uma tradução francesa de um texto espanhol anterior, que aparece em Paris, em 1579, e na tradução latina que circula na área germânica, *Historia de bello africano*, publicada, em Nuremberga, em 1580 (figs. 29 e 30).

As duas representações diferem na forma como os contingentes militares são representados: com simples monogramas, no texto francês; com as miniaturas figurativas, na tradução latina. Apesar desta diferença substancial contêm, todavia, exatamente a mesma informação. As letras que se encontram na gravura referentes às legendas são as mesmas e estão colocadas na mesma posição. Alguns pequenos textos ajudam a identificar os dois comandantes, colocados no centro dos seus respetivos contingentes, e contribuem para descrever a paisagem onde teve lugar o confronto. Nos cantos, encontramos as inscrições dos pontos cardeais, e o campo de batalha é subdividido pelos rios “Alcaçar” e “Larache”; uma outra inscrição, na parte inferior esquerda, informa-nos que o lugar se encontra a quatro léguas de Arzila. A justaposição de textos e figuras do conjunto amplia o poder comunicativo destas representações de cenas militares. Um método já introduzido por Battista della Valle (1470-1550) no seu manual de 1521 destinado a capitães mercenários, sobretudo nas ilustrações dedicadas à organização de batalhões¹⁵.

No que diz respeito às representações de batalha, a tradição iconográfica alemã possui uma característica específica, manifestada na exaltação da representação figurativa e pictórica das imagens. A intenção parece ser a de sublinhar um impacto emocional, mais do que uma intenção analítica ou científica. Esta intenção é particularmente perceptível no trabalho de Leonhard Fronsperger (1520-1575), que se encontra entre os mais conhecidos e mais significativos no contexto militar germânico. O seu trabalho de síntese sobre a teoria e prática militar da

¹⁵ Battista della Valle, *Vallo Libro continente appartenente à capitani, retinere et fortificare una città con bastioni, con novi artificii de fuoco aggiunti*, Napoli, Antonio Frezza, 1521. Para a tradução portuguesa publicada no âmbito do projeto *De Re Militari*, (PTDC/ART-HIS/32459/2017), v. o link <http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/337/762/1335-2>.

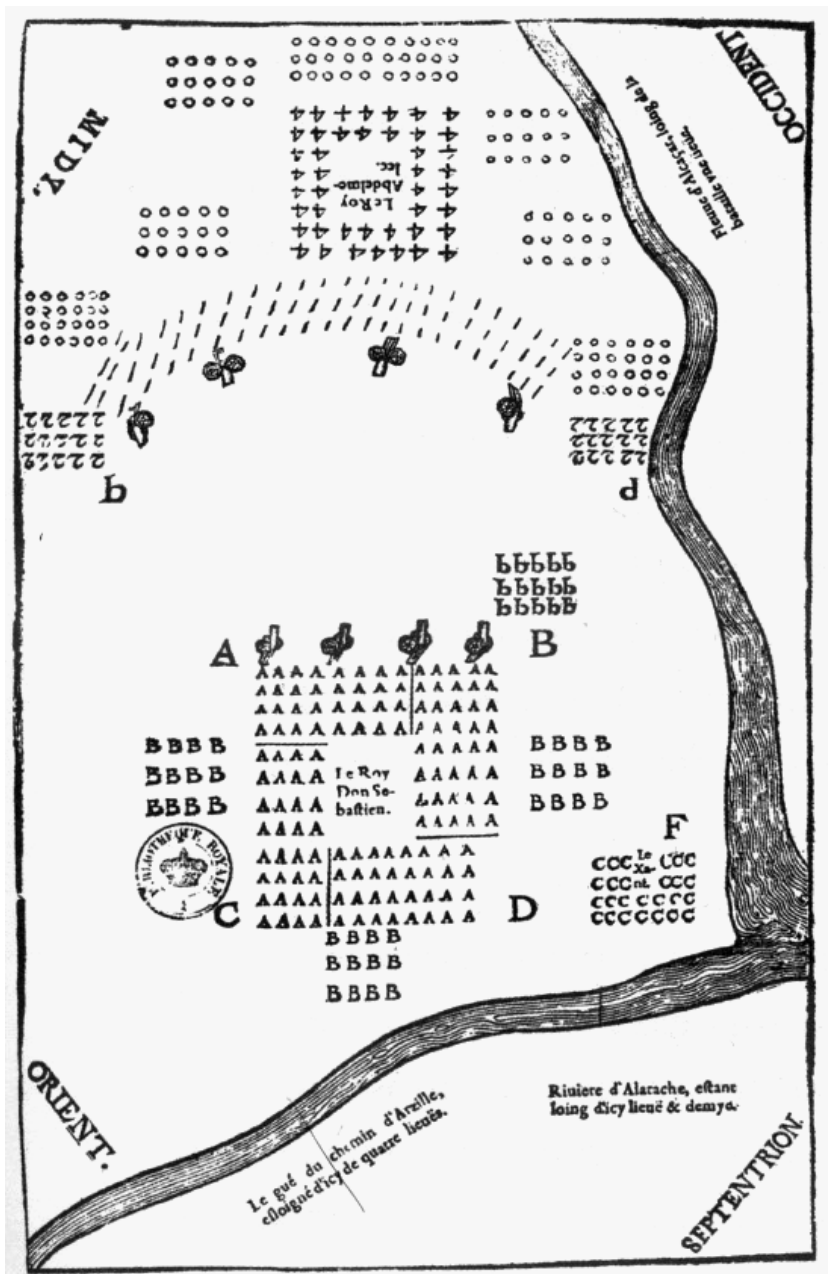


Fig. 29. A disposição dos dois exércitos na batalha de Alcácer Quibir, *Histoire Véritable des dernières guerres advenues en Barbarie*, Paris, Nicolas Chesneau, 1579.

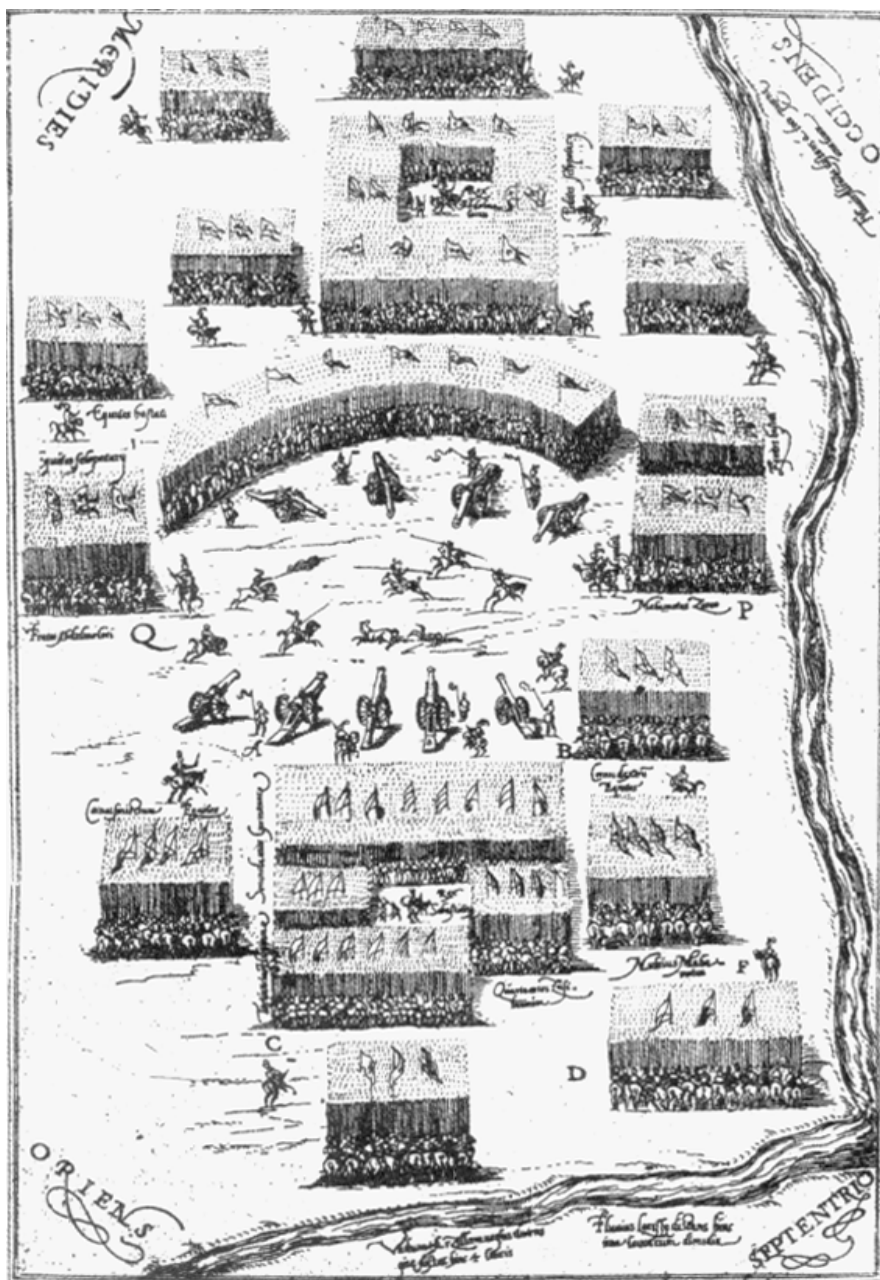


Fig. 30. A disposição dos dois exércitos na batalha de Alcácer Quibir, *Historia de bello africano*, Nuremberg, Catherina Gerlachin and heirs of Johann Montanus, 1580.

época contém várias representações de destacamentos em combate. Neste caso, porém, a tendência figurativa não nega nem a natureza científica da imagem, nem a leitura da ordem de batalha (fig. 31).

Também encontramos a mesma tendência pictórica naquela que é conhecida como a primeira ilustração da Batalha de Alcácer Quibir¹⁶. A grande xilogravura impressa em Augsburg, e datada, precisamente, de 1578, consiste em duas peças de madeira unidas entre si, medindo, aproximadamente, 56 cm de comprimento. Ao contrário das outras representações, não está incluída num livro. Trata-se de uma folha solta, uma forma de panfleto, portanto vendida individualmente, um tipo de gravura amplamente difundido nas cidades europeias do século XVI¹⁷.

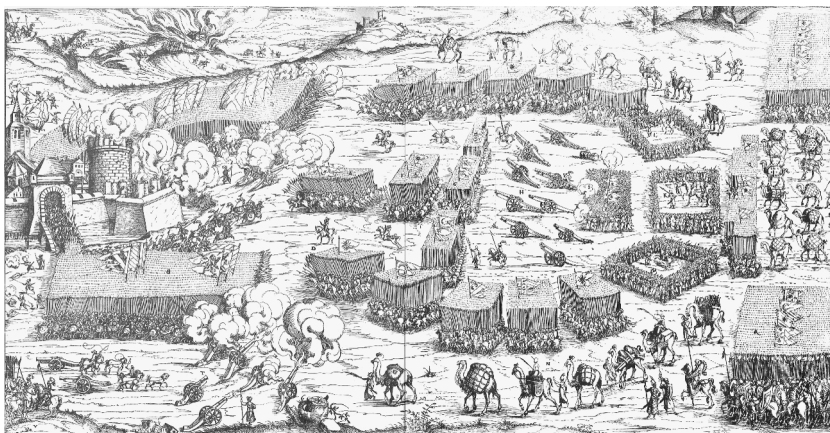


Fig. 31. Tav. LX. Leonhard Fronsperger, *Von Kayserlichem Kriegßbrechten, Malefitz vnd Schuldhändlen, Ordnung vnd Regiment...*, Frankfurt am Main, Feyerabend, 1564.

Avisos impressos, constituídos por folhas únicas, circulavam facilmente, divulgando informação frequentemente constituída por texto associado a imagens (Bulgarelli, 1967). A ilustração de Alcácer Quibir é acompanhada por uma legenda e um texto contendo um breve resumo dos acontecimentos (fig. 32).

¹⁶ O manuscrito anónimo *Relação da rota delrey dom Sebastião em Africa*, BNP, Cod. 8570/40, contém um desenho esquemático com a ordem da batalha do exército português, em Alcácer Quibir.

¹⁷ A propósito deste panfleto em particular, v. Ramalheira, 2002.

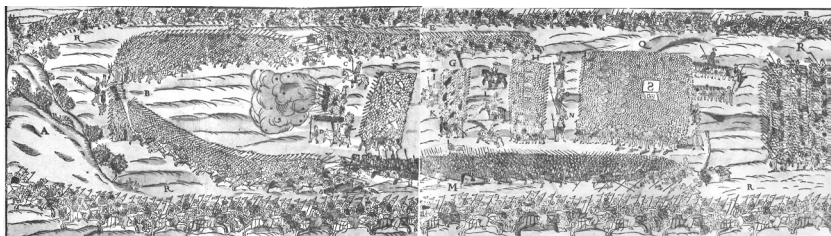


Fig. 32. O embate entre os exércitos na batalha de Alcácer Quibir, Hans Rogel, *Wahrhaffte Contrafactur der laidigen Schlacht...*, Augsburg, 1578.

O desenvolvimento da imagem de forma marcadamente horizontal faz lembrar a célebre estampa do *Cerco de uma Cidade Muralhada*, de Albrecht Dürer (1471-1528) (Fara, 1999), ainda que o trabalho de Rogel não pareça deter-se muito com a paisagem circundante ou mesmo com uma representação estritamente fiel dos factos. Pelo contrário, o objetivo do gravador seria disponibilizar rapidamente um produto que divulgasse, amplamente, a notícia da batalha de África.

Embora de algum modo relacionadas com todas estas experiências gráficas anteriores, as representações contidas no *Raguaglio* de Ciro Spontone valorizam uma tradição diferente. Referem-se, sobretudo, a uma iconografia militar específica que, na segunda metade do século XVI, foi enriquecida por algumas obras fundamentais. Em 1575, foram publicadas duas edições diferentes dos *Comentarii*, de Júlio César, textos por demais conhecidos na época, que relatam as campanhas militares do comandante romano. Uma é uma tradução em língua italiana do texto cesariano foi curada pelo arquiteto Andrea Palladio (1508-1580), que encomendou a impressão à famosa tipografia de Pietro de Franceschi, em Veneza. A outra é uma coleção de manuscritos latinos, realizada pelo antiquário e colecionador Jacopo Strada (1507-1588). Publicados em Frankfurt¹⁸, estes trabalhos encontravam-se em preparação desde, pelo menos, o início dos anos 70 do século XVI.

¹⁸ Andrea Palladio, a c. de, *I Commentari di C. Giulio Cesare*, Venezia, Pietro de Franceschi, 1575; Jacopo Strada, a c. de, *C. Iulii Caesaris Rerum gestarum commentarii XIV*, Francofurti ad Moenum, Georg Rab Corvinus, 1575.

Para o trabalho de Palladio, no âmbito militar, v. Beltramini, 2009; Puppi, 1982; Hale, 1983: 471-86. A obra de Jacopo Strada foi publicada no mesmo ano em que se publicou o *Il Settimo libro*, de Sebastiano Serlio (Jansen, 2019).

O primeiro privilégio de publicação é atribuído a Strada em 1572¹⁹, concedido pelo rei Carlos IX de França. Na dedicatória do texto de Palladio a Jacopo Buoncompagni (1548-1612), é feita referência explícita à morte dos filhos do arquiteto, Leonida e Orazio, que teve lugar nesse ano de 1572. Pela correspondência de que dispomos, percebe-se que Jacopo Strada teria, igualmente, preferido que o seu trabalho fosse publicado em Veneza. Veneza era a cidade com maior produção editorial de obras de âmbito militar, ao mesmo tempo que era reconhecida a qualidade das oficinas de impressão venezianas; diligenciou, de facto, nesse sentido, através do seu filho Ottavio,

Ambos os *Comentários* contêm várias ilustrações executadas em perspectiva de “voo de pássaro”, que mostram a disposição das tropas, o resultado do combate e, ao mesmo tempo, abrem grandes panorâmicas sobre a paisagem. O texto de Palladio possui 42 destas imagens, colocadas em folhas fora de texto coladas na encadernação (fig. 33), e 32; no trabalho de Strada foram intercaladas com o texto dentro da página, algumas impressas em formato de página dupla (fig. 34). A qualidade das imagens de Strada está aquém do texto paladiano, devido, sobretudo, ao *medium* utilizado.

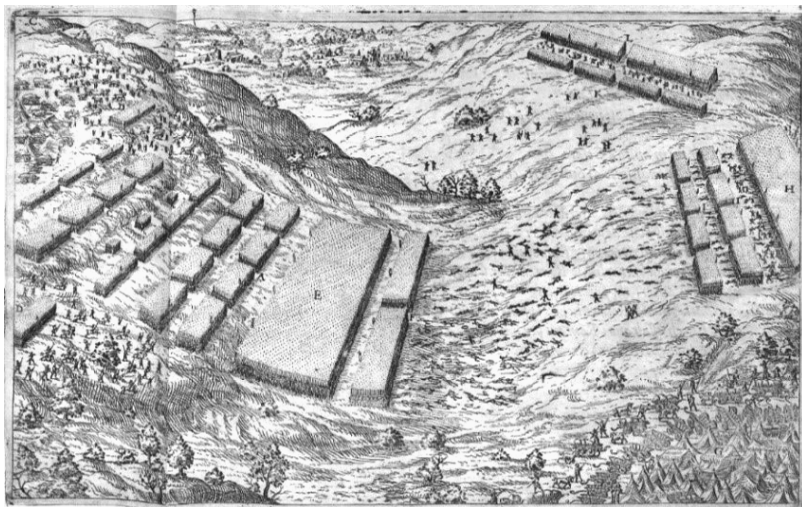


Fig. 33. Batalha de Bibrax. Andrea Palladio, *I Commentari di C. Giulio Cesare*, Venezia, Pietro de Franceschi, 1575.

¹⁹ O segundo privilégio de Strada foi emitido pelo imperador Maximiliano II, em 1574. Para a dedicatória de Palladio, v. Puppi, 1982: 13.



Fig. 34. A derrota dos romanos em Ambiorige. Jacopo Strada, *C. Iulii Caesaris Rerum gestarum commentarii XIV*, Francofurti ad Moenum, Georg Rab Corvinus, 1575.

Jacopo Strada adota a xilogravura, enquanto Andrea Palladio recorre à gravura em chapa de cobre. Contudo, o tamanho do formato de maiores dimensões, ‘in folio’, utilizado por Jacopo Strada, rivaliza com a finura da pincelada e a reprodução de detalhes das gravuras de Palladio. Estes dois textos constituem um sólido precedente para as ilustrações de Spontone, e em todos se deteta um interesse comum em situar os acontecimentos num contexto geográfico e paisagístico específico. A escolha da perspetiva de voo de pássaro, o destaque dado à

paisagem e o desenho realista dos homens em batalha, destacam-se como alguns dos elementos de afinidade. A semelhança entre as gravuras vai até ao pormenor, como é o caso da representação do acampamento.

Proteger os acampamentos, circundando-os com os carros das provisões, era um procedimento bem estabelecido na prática militar da época. O engenheiro italiano Filippo Terzi (520-1597), que acompanhou o exército português durante a expedição de 1578 a Marrocos, testemunha, nas suas cartas (Batelli, 1935), este facto. Ciro Spontone representa fielmente este detalhe específico, no canto inferior direito da representação da batalha de Alcácer Quibir, aliás tal como Palladio e Jacopo Strada (fig. 35).



Fig. 35. O acampamento. A – Jacopo Strada; B – Andrea Palladio; C – Ciro Spontone.

De Palladio, em particular, Spontone capta o poder narrativo das imagens colocadas em sequência. O arquiteto veneziano utiliza-as frequentemente, por vezes como simples *zoom* de detalhe: é o caso das duas imagens da batalha de Ilerda, onde a segunda imagem mostra os mesmos destacamentos representados na parte superior da primeira imagem, mas com maior detalhe. Outras vezes, Palladio constrói um verdadeiro guião através de múltiplas imagens, como para a batalha de Alésia, representada por quatro gravuras. E isto tanto no que concerne ao detalhe, como na sequência dos acontecimentos narrados. Contudo, das obras militares mais importantes da segunda metade do século XVI que contêm ilustrações, uma em particular possui um inequívoco paralelo com as duas estampas de Ciro Spontone, tanto no que à representação iconográfica diz respeito, na afinidade nas escolhas de visualização da cena, como ainda na semelhança dos caracteres gráficos e no desenho. Trata-se *Della Milizia Terrestre e Marittima*, de Mario Savorgan, publicada em Veneza no ano de 1599²⁰.

²⁰ Mario Savorgan, *Della Milizia Terrestre e Marittima*, Venezia: Francesco de

As representações das grandes batalhas, antigas e modernas, contidas no livro de Mario Savorgnan (c. 1510-1574), são caracterizadas por gravuras que contêm também breves partes textuais, não sendo utilizadas quaisquer legendas (fig. 36).

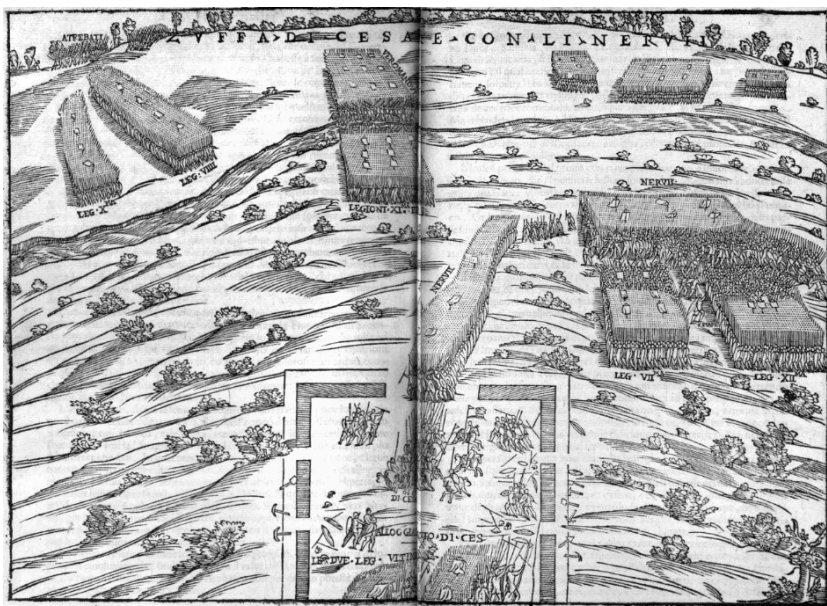


Fig. 36. A disputa de César com os Nervi. Mario Savorgnan, *Della Milizia Terrestre e Marittima*, Venezia, Francesco de Franceschi, 1599.

Esta parece ser, aliás, uma das poucas diferenças entre as gravuras das duas obras. De facto, tanto Spontone como Savorgnan utilizam a técnica da xilogravura, no que respeita às técnicas de representação. Não só a paisagem, com montanhas, árvores, arbustos, rios e água, é desenhada de forma semelhante, como também os homens, os soldados a pé com piques ou homens a cavalo, a maneira de identificar um regimento através de um padrão regular de pontos em que se destaca a parte quadrada do estandarte, e até a representação de corpos sem vida espalhados pelo campo de batalha (fig. 37).

Ciro Spontone certamente conhecia tanto o volume *Della Milizia Terrestre e Marittima*, como a fama do próprio Mario Savorgnan, a quem dedicou uma sua obra: *Il Savorgnano overo del guerriero novello*,

Franceschi, 1599. Sobre este texto, v. Lionello Puppi (Puppi, 1982: 11-32); Beltrami, 2008: 217-29.

pouco retém das representações mais técnicas de que falámos anteriormente (fig. 38).

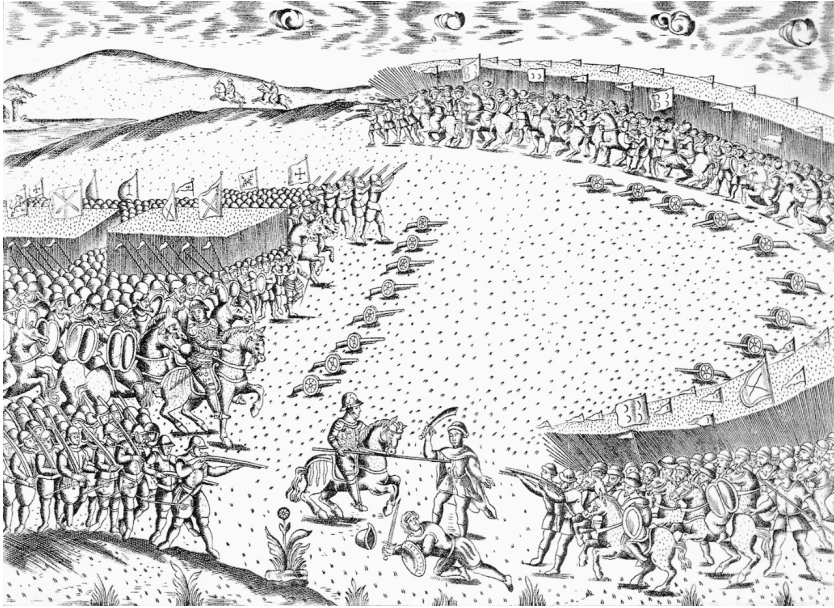


Fig. 38. Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea do sitio de N. S.ª da Luz do Pedrogão Grande*, Lisboa, Matheus Pinheiro, 1629.

Em conclusão, as imagens no *Raguaglio*, de Ciro Spontone, encontram-se estreitamente ligadas a uma tradição iconográfica editorial de carácter militar, que, juntamente com a vontade de narrar os *fatti d'arme*, fiel e eficazmente, combina uma vertente técnica dedicada a descrever a disposição e manobras dos exércitos, com a qualidade gráfica e a representação realista do contexto ambiental em que ocorrem as batalhas. Esta representação realista é uma característica que se tornará cada vez mais importante, inclusive, nas posteriores publicações *De Re Militari*.

RUI BARRETO E D. SEBASTIÃO: PERCURSOS DE UM REFORMADOR MILITAR NAS VÉSPERAS DE ALCÁCER QUIBIR (1563-1574)

Nuno Vila-Santa

(Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia,
CIUHC-UL/UNL)*

Monarca controverso, D. Sebastião foi o protagonista de um projecto de intervenção em Marrocos, cuja origem temporal ainda hoje é muito debatida, e que, como se sabe, foi contestada, desde o início¹. Entre as constatações reais, contam-se as da avó D. Catarina, do tio-avô D. Henrique e do tio Filipe II, mas outras se verificaram no seio da nobreza, como a de D. João Mascarenhas, um dos governadores do Reino indigitados por D. Sebastião, antes de partir². Parte destas resistências encontrava-se ligada ao projecto de reforma militar de D. Sebastião, baseado nas ordenanças, e que tantas resistências gerou entre a nobreza titulada, de que são exemplos paradigmáticos o senhor D. Duarte, duque de Guimarães, D. João, 6.º duque de Bragança ou D. Francisco de Melo, 2.º conde de Tentúgal³. O facto de *o Desejado* não ter sido um monarca pródigo em mercês à nobreza explica também parte da contestação que sofreu, e não deve ser desligado da controvérsia em torno das motivações da nobreza portuguesa para apoiar a jornada de Alcácer Quibir. Sendo o grupo nobiliárquico muito heterogéneo e sendo conhecidas diversas oposições nobiliárquicas à jornada, é difícil afirmar que a nobreza portuguesa apoiou, sem excepção, a jornada de 1578. Este artigo terá, assim, como objectivo procurar compreender, a partir do estudo de caso de Rui Barreto, titular de uma Casa algarvia, quem, no interior das

* orcid.org/0000-0002-5637-0364.

¹ Cf. Cruz, 2006: 228 e 232.

² Cf. Danvila y Burguero, 1954: 333-34.

³ Cf. Serrão, 2004: 29.

diversas hierarquias do universo nobiliárquico, apoiou a expedição de Alcácer Quibir e quais as suas motivações.

A aprendizagem de um reformador militar (1555-1567)

Nascido em data desconhecida, Rui Barreto, “O Bigodes”, foi o primeiro dos vários descendentes do casamento de Nuno Rodrigues Barreto, 5.º senhor da Casa da Quarteira, alcaide-mor de Faro, senhor do morgado da Quarteira e vedor da fazenda do Algarve, com D. Leonor de Milão, dama da rainha D. Catarina⁴. Nuno Rodrigues sucedera na Casa, em 1522, aquando do falecimento do avô homónimo de Rui Barreto, o qual foi o primeiro capitão de Azamor e o primeiro membro da Casa a ser nomeado vedor da fazenda do Algarve, em 1513.

Os consulados de Rui Barreto e Nuno Rodrigues Barreto foram marcados por um processo de curialização da Casa, bem patente em toda a estratégia matrimonial e reprodutiva desta, tendo como pano de fundo uma incessante troca de correspondência com D. Manuel I e D. João III, no âmbito da governação e defesa algarvias contra o corso e pirataria islâmicos e franceses. A documentação conhecida revela que o protagonismo de Nuno Rodrigues Barreto na defesa algarvia ficou ainda mais saliente durante o reinado do *Piedoso*, quer no contexto do agravamento do cenário marroquino, quer mesmo na fase posterior ao abandono de diversas praças norte-africanas⁵.

Jogando com estas circunstâncias e procurando alcançar maior nobilitação para a sua Casa, Nuno Rodrigues Barreto aproveitou a sucessão do seu irmão, Francisco Barreto, no governo da Índia, em 1555, para enviar o seu herdeiro para servir na Ásia. Naquela que é a primeira referência conhecida a Rui Barreto, é mencionado que, em 1559, participou na expedição de socorro à ilha do Bahrein. A ilha fora tomada por forças otomanas ao rei de Ormuz e o vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561) mandou D. Álvaro da Silveira para comandar o socorro. Durante os combates na ilha, em que as forças portuguesas foram derrotadas, Rui Barreto batalhou com os esquadrões otomanos, assistiu ao falecimento de D. Álvaro da Silveira e foi ferido⁶. É provável que tenha regressado a Portugal com o tio Francisco Barreto, em 1561.

⁴ Cf. Genealogia I.

⁵ Para mais pormenores, v. Vila-Santa, 2018: 26-29.

⁶ Cf. Machado, 1736, t. I: 271.

Já no ano seguinte, Rui Barreto ficou no Algarve, a preparar socorros para Mazagão, para cujo cerco o seu tio fora nomeado, pela regente rainha D. Catarina, para acorrer⁷. Findo o cerco, o seu pai e o seu tio marcaram presença nas Cortes de 1562⁸. Apesar de, em 1557, o pai ter aceite, sem comentários, a regência de D. Catarina⁹, tudo indica que, em 1562, falhada a hipótese de manutenção da rainha na regência, Nuno Rodrigues Barreto e Francisco Barreto tenham apoiado o início da regência henriquina. Desta forma, quando, em inícios de 1563, Nuno Rodrigues Barreto faleceu, o cardeal regente não terá tardado em confirmar a posição de Rui Barreto como herdeiro da Casa da Quarteira.

A provável jovem idade do fidalgo justifica que, naquele ano, o comando da armada de guarda-costa do Algarve tenha sido atribuído a Francisco Barreto, ficando Rui Barreto como capitão de um dos navios da armada¹⁰. O mesmo sucedeu, em 1564, quando o cardeal regente indigitou Francisco Barreto para o comando da armada portuguesa que auxiliou as forças de Filipe II, na reconquista do Pinhão de Velez. Novamente às ordens do tio, tudo indica que Rui Barreto acompanhou todos os passos da expedição, embora se desconheçam mais detalhes¹¹. Terminava então a fase da sua aprendizagem militar, nos três cenários que se consideravam relevantes para o titular da Casa da Quarteira: Índia, Algarve e Norte de África. Sinal evidente do fim da fase de tutela da Casa, pelo tio, Francisco Barreto, e pela mãe, D. Leonor de Milão, foi o facto de, ainda em 1564, o cardeal regente ter concedido a Rui Barreto a mercê de poder trazer 2 000 cruzados forros anuais da Índia e, sobretudo, de ter autorizado e patrocinado o seu casamento com D. Brites de Vilhena¹².

A consorte era filha de D. Pedro de Meneses, capitão de Tânger¹³. Isto é, o enlace demonstrava o interesse do fidalgo e do regente em

⁷ Cf. Martyn, 1994: 134.

⁸ Cf. Machado, *op. cit.*, t. I: 170.

⁹ Cf. Cruz, 1992: 216.

¹⁰ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 25.V.1563 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18, 198v.

¹¹ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Penhalonga, 9.VIII.1564 – *Idem*, 197v.

¹² Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (CDS DH)*, lv. 20, fl. 341 e lv. 36, fl. 58.

¹³ Cf. Gayo, 1992: 456.

reafirmar o compromisso de socorro ao Norte de África, que a Casa prestara, de forma particularmente visível, desde os inícios do século XVI. Esta reafirmação era particularmente relevante no momento em que o titular da Casa poderia ter optado por se limitar a exercer a vedoria da fazenda do Algarve, num âmbito estritamente local, evitando deslocações a Marrocos. Esse fora, aliás, o caminho escolhido pelo seu pai, nas décadas de 1550 e 1560, mas a participação de Rui Barreto na jornada do Pinhão de Velez fora já o sinal de que a Coroa e o fidalgo pretendiam inverter a opção estratégica anteriormente assumida. O interesse de Rui Barreto nesta opção não pode ser dissociado das mercês que a Casa recebera anteriormente, fruto do envolvimento no cenário marroquino, e que já tinham explicado a tão disputada escolha de Francisco Barreto, para comandar o socorro de D. Catarina a Mazagão, em 1562¹⁴.

Rui Barreto e a afirmação da Casa da Quarteira (1566-1570)

Efectivamente, os anos seguintes foram marcados por uma afirmação clara de Rui Barreto, à frente dos destinos da Casa. Assim, em 1566, perante o assalto francês ao Funchal, foi o fidalgo quem organizou, em Faro, as defesas da cidade, a mando do cardeal regente¹⁵. Em 1567, também a mando do regente, preparou a cidade para receber D. Juan de Áustria, caso este ali passasse¹⁶, mas, mais relevante que este facto, é o de ter sido, ainda em 1567, e ao que tudo indica, pela primeira vez, indigitado para o comando da armada de guarda-costa do Algarve¹⁷. A nomeação coincidia com a indigitação do tio para o comando geral das galés do Reino e foi acompanhada, da parte do cardeal regente, da sua nomeação como conselheiro do rei¹⁸. Não só a problemática da tutela do tio fora afastada, em 1567, e, posteriormente, de forma definitiva, quando, em 1568, este foi indigitado para a expe-

¹⁴ Relembre-se que várias figuras se voluntariariam para socorrer a praça. Entre os mais destacados, terão estado o próprio cardeal D. Henrique e D. Teodósio, 5.º duque de Bragança (Cf. Vila-Santa, 2018: 67).

¹⁵ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 22.IX.1566 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18, 225v.-226.

¹⁶ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 20.III.1567 – *Idem*: 199.

¹⁷ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 19.V.1567 – *Idem*: 196-196v.

¹⁸ Cf. ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, lv. 5, 125v.

dição do Monomotapa, como, ao iniciar-se o período de governo de D. Sebastião, Rui Barreto firmara já os seus créditos e se encontrava em posição de patrocinar, desde o início, o projecto marroquino do monarca.

Compreendendo a opção do fidalgo, a qual era, então, independente da estratégia cortesã do mais saliente tio Francisco Barreto, de retomar o compromisso da Casa com a defesa das praças marroquinas, D. Sebastião não tardou a passar a contabilizá-lo entre os seus apoiantes, para uma política marroquina. Este facto fica evidente em toda a troca de correspondência, entre ambos, que se conhece. Logo, em 1569, o monarca escrevia a Rui Barreto, pedindo-lhe que informasse o vedor da fazenda, D. Martinho Pereira, acerca dos navios de que dispunha¹⁹ e encarregava-o de socorrer Tânger, caso os rumores de que o sultão sávida a tencionava cercar se concretizassem²⁰. A tradicional interligação triangular dos assuntos algarvios, andaluzes e marroquinos levam-nos ainda a suspeitar que D. Sebastião terá confiado o comando da armada de guarda-costa do Algarve a Rui Barreto, nos anos de 1568 e 1569, em continuidade com o que fora já a decisão do cardeal D. Henrique, em 1567.

Para o ano de 1570, uma intensa troca de missivas demonstra que o fidalgo fora nomeado para aquele cargo, pois o monarca informou-o da vinda, do Levante espanhol, de uma armada turca, com possível destino a Faro²¹. Alertou-o ainda para a partida suspeita de navios franceses de La Rochelle, cujo destino se desconhecia, solicitando-lhe que, para ambos os casos, encetasse todos os preparativos necessários para a defesa algarvia²². Visto, nesse ano, se manterem as ameaças de cerco a Tânger e apesar das ameaças turca e francesa, o monarca autorizou ainda o fidalgo a comandar pessoalmente um socorro à cidade²³. Nesse contexto, o monarca confiou ao fidalgo dinheiro para enviar para os auxílios a Marrocos²⁴. O gesto de D. Sebastião era, assim, em tudo

¹⁹ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Óbidos, 21.VII.1569 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18, 225.

²⁰ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Montemor-o-Novo, 8.X.1569 – *Idem*: 192v.-193.

²¹ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Salvaterra, 4.IV.1570 – *Idem*: 227.

²² Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Sintra, 24.VII.1570 – *Idem*: 224v.-225.

²³ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, s.l., 1570 – *Idem*: 196v.-197.

²⁴ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Évora, 8.VIII.1570 – *Idem*: 199v.

semelhante aos de D. Manuel I, para com o seu avô Rui Barreto, e de D. João III, para com o seu pai Nuno Rodrigues Barreto, os quais, em diferentes ocasiões, foram encarregues de enviar os primeiros socorros para Marrocos. Desta forma, o ano de 1570 marcou, para Rui Barreto e para D. Sebastião, uma reafirmação clara de um compromisso de investimento em Marrocos.

Rui Barreto, um reformador militar escolhido por D. Sebastião (1572-1574/1578)

O sucesso e empenho do fidalgo na concretização destes objetivos motivaram D. Sebastião a avançar para uma nova fase, na qual o monarca procurou testar claramente o alinhamento do fidalgo, não apenas com o projeto marroquino, mas também com o seu projeto de reforma militar do Reino. Em extensa carta, datada de fevereiro de 1571, D. Sebastião nomeou formalmente Rui Barreto como capitão de ordenanças do Reino do Algarve, invocando a confiança pessoal que nele depositava e a experiência militar que adquirira na defesa do Algarve²⁵. A nomeação decorria, precisamente, após as primeiras iniciativas de reforma militar no Reino, por parte de D. Sebastião, em 1569-70²⁶. Como surgia mencionado na missiva de nomeação, a indigitação era realizada no contexto da preparação de 400 homens, em todo o Reino, para servirem na armada com que D. Sebastião se comprometera, junto do papa Pio V, a participar na Santa Liga.

Para o efeito, o monarca concedia a Rui Barreto, em detalhado regimento, poderes extraordinários, junto das Câmaras, oficiais de justiça, alcaides-mores e capitães de cidades, como Tavira e Lagos, para arregimentar homens, proceder à escolha dos melhores recrutas e seu treino e para assentar soldados. De tudo, Rui Barreto deveria prestar detalhado relatório a D. Sebastião da evolução no terreno. É possível que Barreto tenha exercido, naquele ano e nos anos seguintes, estes mesmos poderes, em Faro e Loulé, duas cidades onde a sua Casa também detinha privilégios e forte influência.

Apesar de se desconhecerem as metodologias adoptadas por Rui Barreto para cumprir o mandato régio, não há dúvidas de que foi bem-

²⁵ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Évora, Xabregas, 23.II.1571 – *Idem*: 193-195.

²⁶ Cf. Feio, 2003: 49 e seg.

-sucedido, pois foi nessa sequência que D. Sebastião não se limitou a agradecer-lhe, em missiva, a sua actuação²⁷. Ainda em 1571, confirmou-lhe, formalmente, a doação da alcaidaria-mor de Faro, a mais relevante no património da Casa, assim como o seu cargo de conselheiro régio²⁸, e acresceu os seus poderes, na área da justiça, para o comando da armada de guarda-costa do Algarve²⁹, ordenando-lhe ainda que colaborasse com D. Martinho Pereira, na protecção da costa³⁰. Estas mercês não podem ser desligadas das que recebeu já em 1572: confirmação de privilégios diversos, no seu morgado da Quarteira³¹, e, sobretudo, a concessão de 400 mil reais de fazendas diversas, em Faro³². Desta forma, Rui Barreto não apenas evidenciou partilhar com o rei o seu ideal de modernização militar do Reino, como foi politicamente agraciado por essa escolha.

Descontando o natural interesse do fidalgo em engrandecer a sua Casa, considera-se possível que a sua convicção acerca da necessidade de reforma militar do Reino esteja relacionada com outras motivações. Em particular, ao facto de ter assistido, em 1559, à derrota das forças portuguesas no Bahrein, frente às bem-organizadas forças otomanas, ou à actuação, *in loco*, de ordenanças castelhanas, na jornada do Pinhão de Velez, em 1564. Ainda num cenário em que, em Marrocos, a dinastia sávida procurava modernizar o seu exército, manifestando abertura à importação de conhecimentos, técnicas e peritos otomanos, e num momento em que a ameaça otomana também se fazia sentir no Magrebe, é provável que Rui Barreto considerasse a reforma militar no Reino como o primeiro passo para uma posterior e necessária aplicação da mesma, no cenário marroquino, a qual anteriormente falhara³³.

Neste âmbito, considera-se possível ainda que o seu interesse estivesse ligado à convicção, anteriormente expressa pelo seu pai, numa carta a D. João III, no contexto do debate sobre o abandono de praças

²⁷ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, s.l., 19.X.1571 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18: 198-198v.

²⁸ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Sintra, 5.VII.1571 – *Idem*: 193-195.

²⁹ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 11.VII.1571 – *Idem*: 200v.-201.

³⁰ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Sintra, 25.VIII.1571 – *Idem*: 200v.-201.

³¹ Cf. ANTT. CDS DH, lv. 3: 117.

³² Cf. *Idem*: 128v.

³³ Cf. Rodrigues, 2004: 185-195.

marroquinas, de que só seria possível combater os sáidas, com sucesso, com a mobilização total de toda a nobreza portuguesa³⁴.

Fazendo parte de uma Casa de nobreza com origem provincial e que se encontrava em processo de curialização e, contrariamente aos grandes senhores do Reino, que tinham a perder privilégios e necessitavam de provar a sua competência militar no terreno, antes de poderem ser indigitados como capitães de ordenança, Rui Barreto nada tinha a perder em apoiar tal projeto. Pelo contrário, a reduzida dimensão da sua Casa, quando comparada com a das grandes Casas do Reino, garantia-lhe que não perderia muitos privilégios e que, se fosse bem-sucedido, poderia cair nas boas graças do rei e, com isso, granjear novas mercês para a sua Casa. Com a sua actuação, Rui Barreto evidenciara ainda como era um verdadeiro partidário da afirmação do projecto da realeza sebástica, mesmo que isso significasse afrontar as posições da rainha D. Catarina e, sobretudo, do cardeal D. Henrique, que anteriormente contribuía activamente para a sua promoção política.

Este último aspeto ficou evidente nos decisivos anos de 1573 e 1574. Apesar de se desconhecerem em concreto as formas encontradas por Rui Barreto para recrutar e treinar as ordenanças, é certo que prosseguiu o esforço de modernização das ordenanças, após 1571. É provável que, para tal, tenha seguido as directrizes dos ideólogos europeus da matéria, na sua época³⁵. O seu empenho foi visível na jornada de D. Sebastião, ao Alentejo e ao Algarve, de 1573, na qual Rui Barreto procurou impressionar o monarca. Em causa, estiveram não apenas o seu apoio ao rei, mas, acima de tudo, ostentar a amplitude dos seus preparativos e resultados.

Desta forma, Rui Barreto foi buscar o monarca e o senhor D. Duarte a Albufeira e logo os levou para a sua quinta da Quarteira. Ali chegados, Rui Barreto organizou uma corrida com vacas e touros, demorando-se, posteriormente, na apresentação detalhada da sua quinta a ambos. Quando a comitiva se dirigiu para Loulé, Rui Barreto organizou uma ordenança de 100 homens, para receber o monarca e o senhor D. Duarte, à entrada da mesma. A recepção formal ficou a cargo de Gonçalo Nunes Barreto, filho de Rui Barreto e alcaide-mor de Loulé, outra das alcaidarias-mores tradicionalmente ocupadas pelos membros da Casa e que, então, pertencia à Casa do senhor D. Duarte, que a

³⁴ Cf. Carta de Nuno Rodrigues Barreto a D. João III, Quarteira, 1.XI.1534 – Cruz, s.d.: 60.

³⁵ Em especial, de autores italianos: cf. Sousa, 2013: 158 e seg., e 291 e seg.

confirmara a este filho de Rui Barreto. Tanto o monarca como o senhor D. Duarte ficaram hospedados nas casas de Gonçalo Nunes Barreto³⁶.

Já quando, no dia seguinte, se iniciou o caminho para Faro, para agradar ao ânimo guerreiro do monarca, Rui Barreto simulou uma emboscada “à marroquina” à comitiva régia. À entrada da cidade, o fidalgo organizou uma ordenança de mulheres índias, com o intuito de mostrar ao monarca o seu interesse noutras regiões do império. Durante a entrada na cidade, Rui Barreto ficou à direita do rei, lugar confiado, no sistema de precedências do século XVI, aos parentes de sangue do rei, o que era o seu caso pois a sua mãe tinha ascendência real aragonesa. Certamente que terá combinado com os vereadores de Faro a hospedagem do rei, na principal praça da cidade e, com elevada probabilidade, a tentativa de convencer o monarca a ficar dois dias na cidade, atendendo a tudo o que se tinha preparado para a sua chegada. A intenção de afirmar, aos olhos do rei, a centralidade de Faro, no Algarve quinhentista, que, por então, era já bem evidente³⁷, ficou baldada com a recusa régia, ainda que o fidalgo tenha organizado nova ordenança aparatosa, para tentar impressionar o monarca, à saída da cidade³⁸. A intenção de Rui Barreto de capitalizar politicamente o seu apoio ao projecto régio ficou, assim, plenamente evidente em toda a jornada, mas não foi suficiente para captar a necessária atenção régia. Na realidade, os 1 800 homens que arregimentara em Faro não conseguiram superar os 2 200 que o rei presenciara em Moura, nem deixar uma impressão tão profunda, no ânimo régio, como a que sentira com as ordenanças de Ourique³⁹. Aparentemente, o rei ficara mais impressionado com o que o seu filho organizara em Loulé e por isso concedera a Loulé o título de Notável⁴⁰. De certa forma, a tentativa de ostentação de Rui Barreto e de apresentar a sua Casa como a grande Casa, excluindo as Casas tituladas, no Algarve de então, saiu gorada.

Compreendendo, *in loco*, a importância estrutural do Algarve para o seu projecto marroquino, D. Sebastião decidiu, então, nomear D. Diogo

³⁶ Cf. Loureiro, 1984: 111-12.

³⁷ Cf. Magalhães, 1970: 238 e seguintes; Magalhães, 2012: 97-105. Relembre-se, ainda, que a atuação de Rui Barreto é contemporânea do bispado de D. Jerónimo Osório (cf. Magalhães, 1982).

³⁸ Cf. Loureiro, *op. cit.*: 113-15.

³⁹ Cf. *Idem*: 153.

⁴⁰ Cf. Iria, 1976: 125.

de Sousa como primeiro governador do Algarve, em Julho de 1573⁴¹. A nomeação e poderes atribuídos àquele fidalgo de tão prestigiada linhagem, com o qual Rui Barreto não tinha condições de concorrer, veio esvaziar os poderes e o papel exercido, por via da vedoria da fazenda, pela Casa da Quarteira, no Algarve. Consciente disso mesmo, o fidalgo solicitou, de imediato, mercê compensatória ao monarca. D. Sebastião adiou uma resposta para o ano seguinte, deixando Rui Barreto insatisfeito⁴². Nessa sequência, Rui Barreto apresentou a renúncia do cargo de vedor da fazenda do Algarve⁴³. Possivelmente desagradado com uma ostentação que poderá ter considerado excessiva, mas que ficara evidente em toda a jornada pela parte de Rui Barreto⁴⁴, D. Sebastião decidiu, objectivamente, com a nomeação de D. Diogo de Sousa, criar todas as condições para preparar a sua primeira passagem a África, a qual se concretizou no ano seguinte. No entanto, tal não significava que o rei não contasse com Rui Barreto.

Sinal disso mesmo surgiu, em 1574, quando autorizou o seu acesso ao armazém de armas de Faro⁴⁵. Esta autorização surgia no contexto da nomeação do prior do Crato para a capitania de Tânger, e para a qual Rui Barreto fora indigitado como um dos conselheiros mais importantes de D. António, atendendo à inexperiência militar deste e ao conhecimento e experiência de Rui Barreto⁴⁶. Já durante a primeira passagem de D. Sebastião a Marrocos, quando o monarca decidiu afastar D. António da capitania e se deslocou à cidade, Rui Barreto foi nomeado pelo monarca como coronel de infantaria, a par com Isidoro de Almeida e D. Francisco de Meneses⁴⁷. Ambos seriam já conhecidos de Rui Barreto: Isidoro de Almeida, por via da sua participação no cerco de Mazagão, a que o seu tio acorrera, mas também pelas suas obras; D. Francisco de Meneses, por ter sido outro dos conselheiros nomeados por D. Sebastião, para acompanhar D. António a Tânger. Tendo

⁴¹ Cf. *Idem*: 126.

⁴² Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Évora, 23.VII.1573 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18: 198 e 225v.

⁴³ cf. Carta de Rui Barreto a D. Sebastião, s.l., 1570 – *Idem*: 203.

⁴⁴ Cf. Magalhães, 1982: 4.

⁴⁵ Cf. Carta de D. Sebastião a Rui Barreto, Lisboa, 18.VIII.1574 – BN-RJ, Loc. I-14-2, n. 18: 200.

⁴⁶ Cf. Loureiro, 1989: 159.

⁴⁷ Cf. Machado, *op. cit.*, t. IV: 33.

participado nos combates em que D. Sebastião se envolveu, em Tânger, com o vice-rei de Meknês, desconhece-se qual foi o seu posicionamento perante o excesso de voluntarismo evidenciado então pelo monarca. No entanto, devido à situação criada com a nomeação de D. Diogo de Sousa para o governo do Algarve, dificilmente o fidalgo poderia pertencer ao grupo dos que criticaram o excessivo voluntarismo guerreiro do rei.

Em todo o caso, a sua nomeação para conselheiro do prior do Crato e coronel de infantaria em Tânger evidencia como, na mente sebástica, a resposta ao pedido de mercê de Rui Barreto, de 1573, ficara já dada. O monarca pretendia que o fidalgo colocasse toda a sua experiência de capitão de ordenança e todos os conhecimentos e experiência militar que adquirira, nos cenários asiático, marroquino e algarvio, ao serviço do seu intento guerreiro, em Marrocos. Caso Rui Barreto e a sua Casa o fizessem, o monarca reconsideraria a sua posição de não conceder mercês compensatórias a Rui Barreto, pela nomeação de D. Diogo de Sousa como governador do Algarve. Ora, fora precisamente isso que Rui Barreto fizera em 1574. Nesta lógica, é provável que D. Sebastião contasse com Rui Barreto para a sua deslocação seguinte a Marrocos, mas o seu falecimento pouco depois impediu a sua participação na jornada de 1578. Porém, tal não impediu o monarca de convocar os irmãos de Rui Barreto, Gonçalo Nunes Barreto e Francisco Barreto⁴⁸, e não os seus filhos, por serem certamente ainda muito novos, para participarem na expedição. Estes foram a Alcácer-Quibir e faleceram na batalha⁴⁹.

O falecimento dos irmãos de Rui Barreto e os problemas sucessórios, então surgidos na Casa, não foram esquecidos posteriormente por D. Filipe I⁵⁰. Em causa, estavam os serviços da Casa, desde o século XV, e também, evidentemente, os prestados por Rui Barreto a D. Sebastião, enquanto um dos reformadores militares do Reino. Ainda assim, Rui Barreto ainda terá vivido para negociar ou talvez mesmo assistir, ainda em 1574, ao enlace da sua irmã D. Francisca de Aragão, dama da rainha D. Catarina, com D. Juan de Borja, o até então embaixador de Filipe II, em Portugal.

Este enlace permitiu alcançar o grande objectivo da Casa da Quarteira, desde os tempos de Nuno Rodrigues Barreto: a titulação. Esta che-

⁴⁸ Cf. Genealogia 1.

⁴⁹ Cf. Machado, 1736: 409.

⁵⁰ Cf. Vila-Santa: 32 e seg.

gou, em 1599, quando, fruto da sua própria carreira cortesã, mas também capitalizando os serviços de toda a sua Casa, D. Francisca foi agraciada com o título de 1.^a condessa de Ficalho e Mayalde. Tal objectivo, que dificilmente se concretizaria, em tempos de D. Sebastião, com Rui Barreto, atendendo à política de titulações de D. Sebastião e ao facto de a Casa da Quarteira não deter senhorios de raiz⁵¹, acabou, assim, por se concretizar, anos mais tarde. Contudo, certamente que este objectivo já teria sido almejado pelo próprio Rui Barreto, que, talvez também por isso, se tenha resignado à decisão régia, de 1573, de não lhe conceder mercês compensatórias.

Conclusão

Para concluir, é importante reflectir sobre o que o estudo de caso de um reformador militar como Rui Barreto pode aduzir para a problemática do apoio da nobreza à jornada de 1578. Poucas dúvidas existem que uma Casa como a chefiada por Rui Barreto, com intenções claras de engrandecimento, nomeadamente, através da concessão de um senhorio de raiz no Algarve, o que nunca sucedeu, e de titulação indirecta, precisamente o que ocorreu com D. Francisca de Aragão, tinha todo o interesse em patrocinar a política marroquina de D. Sebastião. Já o mesmo não se aplica, necessariamente, ao apoio ao projecto de reforma militar do Reino. Apesar de ambos serem, para D. Sebastião, indissociáveis, para vários daqueles que se opuseram à jornada de 1578, deviam ser dissociáveis. O facto de Rui Barreto, pela sua carreira e pela sua vontade pessoal, ter alinhado com ambos os projectos é que o tornou num caso paradigmático desse apoio a D. Sebastião.

Na realidade, quantos titulares de Casas do Reino terão abraçado, de forma tão entusiástica, um projecto de reforma militar que colocava em causa os seus privilégios? Apesar da falta de estudos quantitativos, tudo indica que terão sido poucos. Este aspecto ajuda a compreender que Rui Barreto seria, certamente, para D. Sebastião, um exemplo que o rei gostaria de ter visto replicado à escala do Reino. É claro que o apoio de Rui Barreto se devia também ao facto de, na escala nobiliárquica, não chefiar uma grande Casa titulada, mas tão-só de pertencer à

⁵¹ O património da Casa era constituído essencialmente pelas alcaidarias-mores de Faro e Loulé e respectivos rendimentos, assim como os privilégios detidos no morgado da Quarteira. Até ao final da dinastia de Avis, a Casa não recebeu nenhuma senhorio de raiz no Algarve.

segunda linha de Casas titulares de alcaidarias-mores⁵². Ainda assim, pelo facto de a sua Casa ser titular das então relevantes alcaidarias-mores de Faro e Loulé e em consonância com o papel destacado que a sua Casa vinha desempenhando, no Algarve, desde inícios do século XVI, Rui Barreto terá sido, certamente, o fidalgo algarvio que mais se destacou junto de D. Sebastião, pelo seu apoio simultâneo ao projecto marroquino e à reforma militar do Reino. A questão que se coloca é saber se, noutras regiões do Reino, como no Alentejo, na Estremadura, nas Beiras, no Entre Douro e Minho ou em Trás-os-Montes, D. Sebastião terá contado com este tipo de apoios, um facto que só novos estudos de caso, em torno de titulares de Casas provinciais, poderão revelar.

⁵² Cf. Cunha, 2009: 185 e seg.

AS GENTES DO MELLAH FACE À BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR: CONVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim

(Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa)*

A designada batalha de Alcácer Quibir ou dos Três Reis, de 4 de agosto de 1578, foi um dos momentos maiores em que os judeus de Marrocos se encontraram, face a face, com a civilização ibérica –, à qual muitos deles pertenciam, mesmo após a expulsão dos seus antepassados de Espanha e de Portugal, em finais do século XV. E essa expulsão deveu-se, essencialmente, ao facto de que, nas constelações políticas e religiosas dos reinos ibéricos, a alteridade religiosa, prevalente nos tempos do Al-Andaluz, foi legislativamente abolida, face à imposição de ideologias cristianocêntricas¹.

Com este artigo, pretendemos, para além de equacionar o papel dos judeus no resgate dos cativos de Alcácer Quibir, refletir sobre as repercussões do evento e da longa conjuntura do resgate que se lhe seguiu, no âmbito do próprio universo dos judeus de Marrocos, sobretudo, daqueles que mais o presenciaram. Entre as páginas “positivas” – dos cronistas que elogiam o bom acolhimento prestado pelos judeus aos cativos, dos documentos que revelam como as famílias daqueles confiavam na presteza dos judeus nas atividades do acolhimento e do resgate, e algumas emocionadas conversações – e a instituição do *Purim Sebastiano* para comemorar a derrota dos cristãos, a diversidade de atitudes é imensa.

Os judeus antes e depois da batalha: a convivência

É já muito conhecido o percurso de muitos judeus, antes e depois da batalha de Alcácer Quibir, no seu contacto com os portugueses, pelo

* orcid.org/0000-0001-5064-8399.

¹ V., por exemplo, Tavares, 1982: 483-500; Tavares, 1987a: 23-25; Soyer, 2007.

que me limito a recordar algumas linhas de força mais importantes. Pertencendo ao mesmo universo cultural e linguístico – estamos a falar das línguas de comunicação –, como facilmente demonstrado pela documentação de produção própria que chegou até nós, do período medieval, os judeus de origem ibérica que se estabeleceram em Marrocos, antes ou depois das conversões forçadas de finais do século XV, cedo de tornaram interlocutores privilegiados dos cristãos que conquistaram povoações no litoral marroquino, ou que se aventuravam nos reinos de Fez, de Marrocos e na República de Salé. Ao contrário dos cristãos, não lhes estava geralmente vedado ou dificultado o trânsito no interior de Marrocos, mesmo em situação de guerra; e esse posicionamento social, assim como os conhecimentos de árabe e das técnicas e segredos do comércio, em domínio islâmico, faziam deles peças fundamentais, no contacto entre as duas civilizações.

O próprio rei D. Manuel I, que assinou o decreto da sua expulsão, ciente da necessidade do recurso a esta minoria, transportou para o Norte de África uma realidade escamoteada no reino: nas grandes povoações portuguesas do litoral marroquino – Safim e Azamor –, não deixou de reconhecer legalmente as comunidades aí estabelecidas, assinalando-lhes bairros próprios – as judiarias – assim como as suas chefias, privilegiando-as com certas benesses, como o número diminuído de impostos, prometendo aos judeus que jamais os expulsaria ou converteria à força, e aliciando até para que se viessem estabelecer nesses territórios do Algarve d’Além-Mar em África.

Sabemos também que muitos dos cristãos que viajavam no interior de Marrocos faziam dos judeus interlocutores fundamentais, preferindo residir no bairro judaico ou *mellah*, não só por facilidade de comunicação e de entendimento, mas também porque a convivência com os muçulmanos – inimigos religiosos, ideológicos e, ao mesmo tempo, políticos e militares – era mais difícil. Além disso, os judeus funcionavam como uma fonte de informação mais fácil, de notícias de teor económico ou político, mesmo daquelas que implicavam uma maior precaução ou segredo, como saber das intenções de paz ou de guerra de determinado xarife ou caide, ou, ainda, sobre o secular resgate dos cativos².

De facto, podemos dizer que algumas atividades estavam, praticamente, nas mãos dos judeus, ou passavam, imprescindivelmente, por

² V. Tavim, 1997.

eles, como a função de intérprete, informador, mercador especialista das relações entre entidades cristãs e muçulmanas, a aposentadoria dos “inimigos religiosos” e, sobretudo, o resgate dos cativos.

O cronista Jerónimo de Mendonça, também ele prisioneiro na batalha de Alcácer Quibir, tece um longo panegírico dos judeus de Marrocos, salientando que, após as negociações, havia, na cidade de Fez, um ambiente de extrema cortesia entre judeus e a gente nobre de Portugal, visto que aqueles não “cuidavam senão como lhes haviam de fazer a vontade, como se foram seus amados filhos, chorando mil vezes o desterro de Espanha”. Este cronista especifica ainda que facilitava esse ambiente o facto de os judeus falarem corretamente em castelhano (Mendonça, 1904 [1607]: 41). Não será por acaso que, perante estas circunstâncias, Jerónimo de Mendonça eleva o judeu como personagem fundamental do capítulo XII, da sua obra *Jornada d’África*, “Como devem fugir os cativos”. Aconselha o cronista que o cativo devia procurar ficar sujeito a um judeu, pelo facto de ser por ele bem tratado; de o resgate ser mais rápido, porque o judeu receia sempre que um senhor muçulmano pretenda assumir o negócio; e porque seria mais hábil em colocá-lo em terra cristã. Mas Jerónimo de Mendonça também aconselha o cativo a comportar-se gentilmente com o judeu, não seguindo o exemplo de alguns mal-agraçados, pois se aquele não ousa maltratar o cristão, pode, no entanto, queixar-se dele a um mouro, que o castigaria de forma ainda mais feroz, se compartilhasse o negócio (Mendonça, 1904 [1607]: 38).

Os judeus foram interlocutores fundamentais mesmo dos membros das ordens religiosas vocacionadas para o resgate dos cativos, como os Jesuítas e, sobretudo, os Trinitários, de tal forma que esta sintonia levou à conversão de alguns deles. Por exemplo, Abraão Vilhalon, judeu de Alcácer Quibir, depois da batalha com o mesmo nome, tornou-se responsável por uma dívida que atingia a soma de 4.000 cruzados³. E, significativamente, sendo convertido por frei Paulo da Aposentação, no início do século XVII, recebeu o batismo em Lisboa, no convento da Santíssima Trindade⁴.

Foi também por intermédio de Abraão Rute – *xequ* dos judeus de Fez, e do italiano André Corso – que se fizeram os primeiros acordos entre os 80 fidalgos cativos na batalha de Alcácer Quibir e o novo

³ V. S. José, 1789: 473; e “Juramento de Vilhalon”, s.l., s.d.: 474.

⁴ Idem, *ibidem*: 572-75.

sharif Mawlay Ahmad al-Mansur⁵. Foi, igualmente, um judeu de Fez que trouxe a Lisboa, antes de novembro de 1578, a notícia de que o xarife exigia 400.000 ducados pelo resgate dos 80 fidalgos de Fez⁶.

De facto, uma parte importante dos cativos portugueses da famosa batalha de Alcácer Quibir foi confinada no *mellah* de Fez. Os nobres viviam nas casas dos judeus e às suas expensas, às vezes, magnificamente. Para os judeus, era um comércio magnífico, porque todas as despesas dos nobres deveriam ser retiradas dos impostos a serem pagos; além de usufruírem da própria atividade de empréstimo a estes cativos. Os cativos cristãos tinham, igualmente, autoridade de praticar o culto cristão no *mellah*, com música e pregação. O proselitismo, neste ambiente fechado, também era praticado, não abertamente, em relação aos muçulmanos –, porque seria uma iniciativa com consequências terríveis –, mas em relação aos judeus, que os abrigaram. Segundo o cativo Jerónimo de Mendonça, muitos desses judeus converteram-se, por causa dos sermões do dominicano frei Vicente da Fonseca⁷. Também os nobres cativos em Marraquexe, vindos de Alcácer Quibir, Tetuão, Larache e Salé, foram alojados na *mellah* desta cidade, numa rua chamada Derbe. Só o duque de Barcelos, D. Teodósio, e a sua comitiva foram albergados na corte do xarife, e os pobres ficaram na *sejana*. Vejamos, porém, para além deste ambiente de empatia – muitas vezes avivada pelo negócio – o que está para lá deste lado do retrato.

Os judeus após a batalha: indícios de uma cultura reativa

Embora as fontes não sejam abundantes, o que se desenha, por alguns indícios encontrados, é que a batalha de Alcácer Quibir e os seus avatares – como evento espetacular de derrota do poder cristão, e português, em particular – foram aproveitados e interpretados, nos meios judaicos de Marrocos, como algo predestinado por Deus, em salvaguarda e incremento do seu Povo.

⁵ Idem, *ibidem*: 118-21.

⁶ “Cópia da carta original de D. Cristóbal de Mora a D. Filipe II de Espanha”, Lisboa, 10.11.1578, in CODOIN, 1862: 185. Cf., ainda, o padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, in Costa, 1956.

⁷ Mendonça, 1904 [1607]: 40. Sobre esses judeus convertidos em Lisboa, v. Tavim, 2009; Tavim, 2013.

José de Esaguy e outros autores, como Francisco Cantera, Abraão Laredo e, mais recentemente, Lucette Valensi, recolheram, traduziram e interpretaram um mesmo documento, reproduzido várias vezes e na posse de várias famílias judias de Tânger e de Ceuta, em que se comemora a derrota do rei D. Sebastião, interpretada como salvação divina do seu Povo: trata-se de uma *meguillá* ou rolo em pergaminho, equivalente à *meguillá* da rainha Esther, lida no *Purim*. Sendo uma festividade que comemora uma “salvação localizada” e não de todo o Povo de Israel, é considerado um dos muitos *Purim Katan*, ou *Purim Menor*, comparativamente ao arquétipo do *Purim Gadol*. É ainda comemorado, a 4 de agosto, nas comunidades judaicas de Tânger, Tetuão e Fez, e designado ainda como *Purim de los Cristianos* e *Purim de las Bombas*, onde se observa a caridade e se cantam alguns hinos. No próprio documento se informa que foram dois conversos integrados no exército de D. Sebastião que avisaram os judeus que este os pretendia converter à força, se saísse vencedor. Por isso, a sua derrota é vista como um favor divino, em prol da sua sobrevivência identitária (Esaguy, 1954; Esaguy, s.d.; Cantera, 1954; Laredo, 1984; Valensi, 1992: cap. 4). Ou, como está escrito nos pergaminhos:

Rolo para o segundo dia (segunda-feira), 1.º do mês de Elul de 5338 (= 1578).

Fez-me um milagre grande para todos os judeus que moravam em terras de Marrocos. A confirmação do milagre foi que o rei de Portugal cujo nome era Sebastião – sejam apagados o seu nome e a sua memória – veio com arrogância e conselho de canalhas da sua parte, e pretendeu conquistar as terras de Marrocos reunindo grande exército e povo numeroso como areia do mar, e cavalos e ginetes portadores de flechas ardentes (ou tochas), todos empunhando espadas afiladas, adestrados na guerra e atiradores de arco e lanças, com toda a classe de armamento (...).

O segundo dia (segunda) 1.º de Elul, dispôs o seu acampamento com todos os seus exércitos para pelejar com o rei de Marrocos, que veio a combatê-lo a fim de resgatar o seu país das mãos daquele. Aquele foi um momento de angústia para Jacob (os Israelitas), porque o malvado com orgulho de seu coração fez voto na casa de seu Deus de madeira e de pedra que se conquistasse as cidades de Marrocos faria passar a todo aquele que levasse o nome de Israel por águas do baptismo, e quantos não quisessem passar seriam mortos a fio de espada. Isto foi-nos anunciado por homens judeus conversos forçados que tinham vindo com as suas tropas e disseram-nos:

Rogai a Deus que se apiede de vós outros e supliqueis por nós outros ao Santo, bendito seja.

(...) E o malvado caiu ali destroçado com todos os chefes de suas tropas, e todo aquele exército foi arruinado por Deus (...).

E pelo que Deus realizou neste dia regozijamo-nos e alegramo-nos nele.⁸

Não nos parece que esta menção, expressa na *meguillá*, de que os conversos portugueses informaram os judeus de Marrocos seja ocasional. Não é ocasional, porque sabemos que muitos dos conversos que viviam nas praças portuguesas eram auxiliados, secretamente, pelos judeus das cidades marroquinas vizinhas, em termos de práticas religiosas; e também porque muitos desses conversos passaram a ser abertamente judeus, nas grandes urbes do Norte de África; e ainda porque os próprios cristãos-novos sentiram igualmente que esta derrota cristã era um momento maior de um vaticínio divino que devia ser aproveitado em prol de Israel.

O “ambiente fechado dos cativos portugueses”, cercado pelo “inimigo” islâmico, fortaleceu a produção religiosa como uma forma de resistência e afirmação. Mesmo um leigo, como D. Francisco da Costa (1533-1591), enviado a Marraquexe para tratar do resgate dos cativos e “cativo em prol dos cativos”, produziu, por exemplo, *O Auto da Conversão de Santo Agostinho*, que nos transporta imediatamente para o Cristianismo antigo, na África (Costa, 1956: 361-85). Mas o mais famoso desses autores foi Tomé de Jesus (1529-1582), considerado um místico da dor (Saraiva e Lopes, 1955: 453-54), cuja obra homilética *Trabalhos de Jesus* foi escrita para consolar a “Nação Portuguesa”, no exílio⁹ – e isto enquanto era maltratado, como cativo, em Mequinez.

É o biógrafo de frei Tomé de Jesus – D. Frei Aleixo de Meneses – quem faz mais referências ao contexto de sua ação. D. Aleixo menciona as suas prelações não só na capela do embaixador, mas também na capela da *sagena*, onde se encontrava a maioria dos pobres cativos. D. Aleixo não esquece a “caridade” de frei Tomé, em relação aos

⁸ Adaptação e tradução portuguesa da edição castelhana in Cantera, *op. cit.*: 224-225.

⁹ Frei Tomé de Jesus, “Carta de Frei Tomé de Jesus da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, da Província de Portugal, cativo em Marrocos, dirigida à Nação Portuguesa no tempo daquelas grandes tribulações da jornada de África”, Marraquexe, 8.11.1581, in Jesus, 1951 [1601-1609]: 25-33.

judeus, com quem sempre teve discussões. Entre eles, havia um certo Estêvão Dias, um cristão-novo que veio de Portugal para Marrocos, para viver como judeu, conhecido entre os judeus de Marraquexe como rabi José. Este último, segundo D. Aleixo, escreveu um tratado dirigido a frei Tomé de Jesus, no qual apresentava as razões para se afastar do Cristianismo. Dias entregou o seu manuscrito ao francês Guillaume Chavey, que insistiu com frei Tomé para responder a essas “blasfêmias”. Assim, frei Tomé tentou responder aos argumentos de Dias, mas como se considerasse a pessoa do francês, para não dar alguma hipótese de presunção ao judeu. Escreveu, então, dois tratados em castelhano, para ter mais sucesso¹⁰.

Se os dois tratados de Tomé de Jesus não são conhecidos, o mesmo não acontece com o tratado anticristão de Estêvão Dias, intitulado *Diálogos en Marruecos*. Conhecemos sete manuscritos deste trabalho, o que mostra sua popularidade – como os *Trabalhos de Jesus*, para os cristãos, com muitas edições em português, e também em castelhano, francês, alemão, italiano e latim. Os *Diálogos*, de Estêvão Dias, acontecem entre Bernardo ou Obadia – um prosélito do Judaísmo instalado no *mellah* de Fez, há doze anos – e o seu irmão mais novo, André – um católico fervoroso vindo de Antuérpia para a Berberia (como Estêvão) –, tendo como base uma Bíblia espanhola. E o seu tom triunfalista parece ter sido produzido para congregar a comunidade dos conversos portugueses de Antuérpia, que se tornaram (alguns), abertamente, judeus, durante a dominação calvinista da cidade, entre 1581 e 1585. Na realidade, Carsten Wilke demonstrou que Estêvão Dias era um cristão-novo nascido em Tavira, cerca de 1545, e que cresceu no seio de uma família de comerciantes que operava entre o Algarve e Marrocos. Quando ele e a sua família foram processados pela Inquisição, em 1564, emigrou e permaneceu, alguns anos, na Flandres e Zelândia. Nos anos setenta do século XVI, integrou uma comunidade judaica da Itália ou noutra parte do Mediterrâneo, onde recebeu educação talmúdica, viajando até Marrocos, em 1581, com um propósito não conhecido, mas, de qualquer forma, este périplo explica a razão pela qual ele tem em mente os conversos de Antuérpia.

Carsten Wilke, na comparação entre o plano de arrependimento coletivo para os conversos como um todo – imaginado por Samuel

¹⁰ D. frei Aleixo de Meneses, “Vida do venerável padre frei Tomé de Jesus, religioso da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho da Província de Portugal”, idem, v. 1: 14-17.

Usque, na sua *Consolação em Tribulações de Israel*, de 1553 – e a experiência individual de adesão, sem sinais de arrependimento – assumida pelo autor dos *Diálogos en Marruecos*, a partir de 1583 –, revela que se trata de estratégias diferentes de atração dos cristãos-novos para áreas geográficas em que podiam ser, assumidamente, judeus. No primeiro caso, o arrependimento sublima a conversão; e, no segundo, assistimos à imposição de um modelo de conversão como um desempenho individual estrito, temendo a condenação eterna. De qualquer forma, esses diferentes planos, recorrendo aos modelos de protótipos a serem inseridos no *mainstream* judaico de *teshuvah* (arrependimento) ou *giyur* (conversão formal), foram idealizados pensando numa solução de parentesco, não nos *goim* (gentios) errados. Portanto, no caso do autor dos *Diálogos en Marruecos*, parece que foi o grande acontecimento recente da derrota dos cristãos que despertou a pretensão de abandonar, formalmente, a religião cristã e passar ao Judaísmo e, embora tal não esteja mencionado na sua obra, parece recorrer à solidariedade étnica entre cristãos-novos e judeus, tão bem expressa na *meguillah* do *Purim de los Cristianos*¹¹.

Nos *Diálogos*, Estêvão Dias propõe-se a negar, como é habitual na polémica judaica anticristã, alguns princípios fundamentais desta, como a divindade de Jesus e a virgindade de Maria. Na verdade, tratava-se de um caminho de refutação que se pode traçar, entre os judeus de Marrocos originários da Península Ibérica, tão longe como até ao século XVII. Quando os irmãos Isaac e Abraão Almosnino, judeus de Fez, foram presos pela Inquisição de Goa, em 1617, e enviados para Lisboa, em 1618, sob suspeita – de facto infundada – que eram cristãos, o móbil principal da acusação foram as blasfémias proferidas na capital do Império Português do Oriente, mais propriamente, na casa onde se alojavam, de facto, a residência de Roberto Shirley, embaixador do Shah da Pérsia, seu senhor¹². Ora, analisando as tais blasfémias, verificámos que não se trata de impropérios normais e a sua veracidade é tão mais extraordinária quanto foram denunciadas por um cristão-velho, que as ouviu. Na verdade, trata-se de “passagens” das *Toledot Yeshu*, ou seja, das *Histórias de Jesus*, uma espécie de contra-Evangelho cristão que corria entre as comunidades judaicas ibéricas e outras, como resposta à agressividade do meio circundante e a uma pro-

¹¹ V. Wilke, 2014.

¹² Sobre o assunto, v., sobretudo, García-Arenal, 2003: 153-187.

gressiva e incisiva insistência para que os judeus se convertessem como cristãos, constituindo, assim, um marco de resistência identitária.

Vejamos o que diz o cristão-velho acusador, na Casa do Despacho da Inquisição, em Goa, a 21 de janeiro de 1617:

Testemunho do cristão-velho João Alvares Ferraz, natural de Moçambique e casado em Ceilão, acerca de blasfêmias proferidas pelos irmãos Isaac e Abraão Almosnino, que residem na casa do embaixador do rei da Pérsia (Roberto Shirley), contra Nosso Senhor e Sua Puríssima Mãe a Virgem Nossa Senhora.

Diz que há cerca de quarenta dias atrás, estando todos jantando sem o embaixador, começaram a dizer os judeus que “Cristo fora um judeu como eles, e homem menos bom que eles, e que era um idólatra, e que fora um alvoroçador e emborulhador do povo, e vendo-se já sem remédio por os judeus o botarem fora do Templo, formara então Lei, e fora Autor dela, e que vendo que o queriam prender, com palavras de feitiçeria subira muy alto pera dahi cair em outra terra que não fosse dos judeus para ficar deles livre. E que Judas que sabia mais que Ele, subira mais alto e lhe mijara na cabeça, e o fizera cair, e então lançarão mão dele os judeus, e o prenderam e enforcaram então em uma árvore, a qual quebrara por palavras que ele dissera. E vendo os judeus que o não podiam então enforçar em árvore que não quebrasse, por conselho então de um judeu velho, o enforcaram em uma couve muito grossa, e que nela o enforcaram e morrerá. E que era graça dizer que fora crucificado, e ressuscitado.

(...) E contra a Puríssima Virgem Nossa Senhora Mãe de Deus Santa Maria, disseram que ela fora boa mulher, que empenhara uma noite de um idólatra, seu vizinho e parente, cuidando ela que tinha aquela cópula e acesso com Joseph, que nunca com ela tivera cópula, estando com sangue senão aquela noite, por onde Joseph entendera que ela lhe fizera traição, e com isso se fora e a deixara só¹³.

Na realidade, temos as primeiras provas físicas da existência das *Toledot Yeshu*, desde o século X, em fragmentos escritos em aramaico, provenientes da *Genizah* do Cairo. Em Espanha, sabemos que foram usadas por Semtob ibn Saprut, na sua obra de polémica, no fim do século XIV¹⁴, e que há provas, no Aragão trecentista, que alguns ju-

¹³ ANTT, *IL*, proc. 5393, fols. 11v.º-15.

¹⁴ Cf. Sokoloff, 2011: 13.

deus tentaram dissuadir, com sucesso, um correligionário tornado cristão, utilizando extratos das *Toledot*¹⁵. No caso de Portugal, verificámos que um cristão-novo pertencendo à primeira geração dos judeus convertidos – Francisco Aires, um proprietário de Bragança, mas com origem em Medina del Campo – mencionou várias passagens das *Toledot*, nos anos quarenta, na Inquisição de Évora, onde estava preso¹⁶. Mas o mais extraordinário é a persistência do seu uso por judeus seiscentistas – os Almosnino –, no seu encontro, ou, melhor, desencontro, com cristãos em Goa¹⁷. O que significa que a *meguillah* do *Purim de los Cristianos* e a investida de Estêvão Dias são apenas mais novos apêndices desta resistência identitária, que a batalha de Alcácer Quibir despoletou, como marcas de resistência identitária judaica.

¹⁵ V. Tartakoff, 2011: 297-309.

¹⁶ V. Tavim, 2015: 166. Sobre Francisco Aires, v. Tavares, 1987b: 358.

¹⁷ V. ainda Tavim, 2023.



Fig. 4. Tapeçarias de Pastrana: A queda de Tânger, MPTP.



Fig. 6. Iluminura do poema épico de Jerónimo Corte-Real sobre o segundo cerco de Diu, ANTT.



Fig. 7. Entrada triunfal de D. João de Castro, KHM, KK_T_XXII_10



Fig. 8. Descanso antes da Batalha de Salsete, KHM, KK_T_XXII_2



Fig. 9. Desembarque em Dabul antes da destruição da cidade, KHM, KK_T_XXII_6



Fig. 10. A destruição do castelo de Pondá, KHM, KK_T_XXII_3



Fig. 14. Rodrigo Diriksen, chamado Rodrigo de Holanda. *La batalla de San Quintín*. Anterior a 1590. MSLE. *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014230.



Fig. 16. Willem de Pannemaker, tapeceiro, e Jan Cornelisz Vermeyen e Pieter Coecke Van Aelst, pintores. *La toma de Túnez*. Manufatura de Bruxelas (1545-1554), *Patrimonio Nacional*, Inv. 10005917.



Fig. 18. Niccolò Granello, Fabricio Castello e Lazzaro Tavarone. *El cerco de San Quintín*. (1590), MSLE, *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014003.



Fig. 19. Niccolò Granello, Fabricio Castello e Lazzaro Tavarone. *La presa de Filippo Strozzi* (1590-1591), MSLE, *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014922.



Fig. 17. Félix Castello. *Vista del Palacio Real de El Pardo* (1634), Patrimonio Nacional, Inv. 10014337.



Fig. 20. Luca Cambiaso. *La Armada cristiana sale al encuentro de la del turco* (ant. 1579), MSLE. Patrimonio Nacional, Inv. 10014934.



Fig. 21. Anónimo flamenco. *El socorro de París por tropas españolas al mando del príncipe de Parma* (1.º quartel do séc. XVII), MSLE, Patrimonio Nacional, Inv. 10014219.



Fig. 22. Anónimo flamenco. *El cerco de París* (1.º quartel do séc. XVII), MSLE, Patrimonio Nacional, Inv. 10014926.

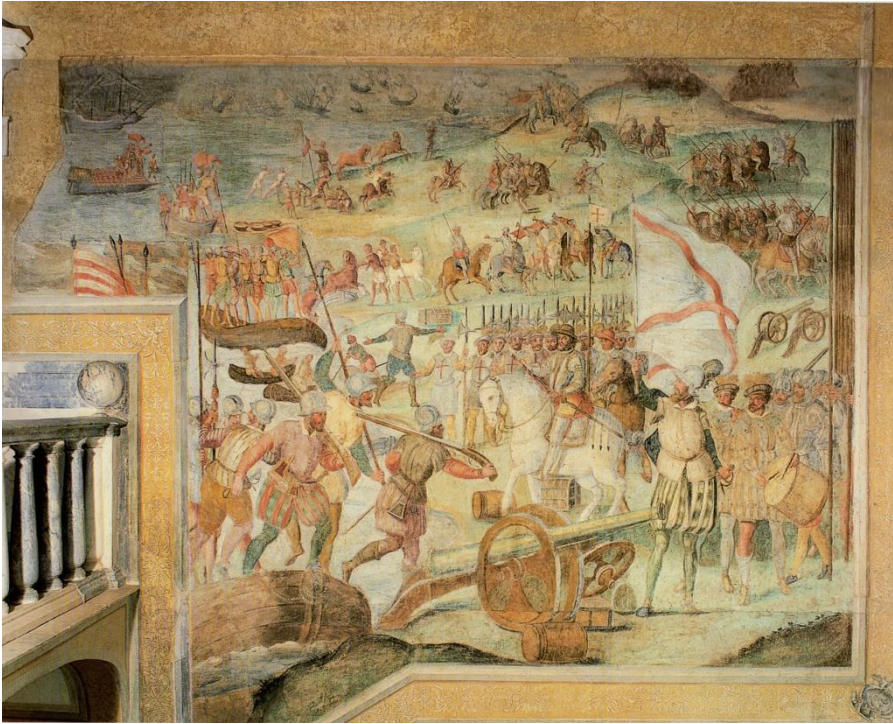


Fig. 40. Primeiro painel: o desembarque, PDVV (2.ª metade do séc. XVI-1603?).

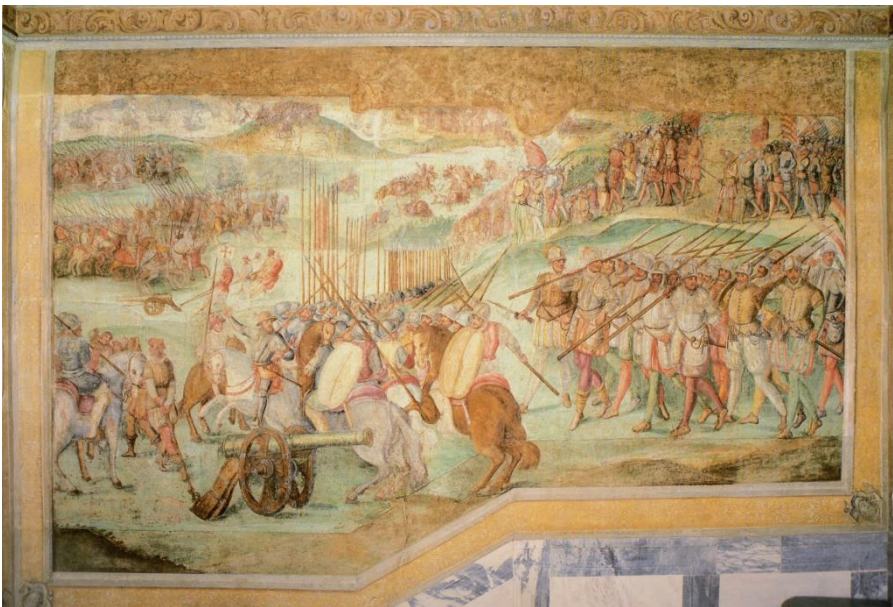


Fig. 41. Segundo painel: a marcha, PDVV (2.ª metade do séc. XVI-1603?).



Fig. 42. Terceiro painel: o desembarque, PDVV (2.^a metade do séc. XVI-1603?).



Fig. 67. Giacomo Vighi, dito l'Argetta, retrato do duque Emanuel Filiberto de Saboia (1565), Turim, GS.



Fig. 70. Retrato do Rei D. Sebastião, Cristóvão de Morais (1571-74), MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga, foto Luísa Oliveira/José Paulo Ruas.



Fig. 77. Retrato de D. Fradrique Álvarez de Toledo, mosteiro Sancti Spiritus el Real de Toledo, foto Ana María de la Iglesia Rivas.



Fig. 78. Retrato de D. Luís de Lencastre, anónimo, Pousada do Castelo de Estremoz (foto De Re Militari, <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/>).



Fig. 79. Sir John Shurley of Isfield,
<https://www.wikidata.org/wiki/Q19912468>.



Fig. 80. Francisco de Sandoval y Rojas.



Fig. 81. Arquiduque Alberto de Áustria.



Fig. 82. Retrato de um comandante, Van Dyck, coleção particular, <https://www.wikiart.org/en/anthony-van-dyck/portrait-of-a-military-commander-bust-length-in-profile-in-damascened-armor-with-white-colland>.

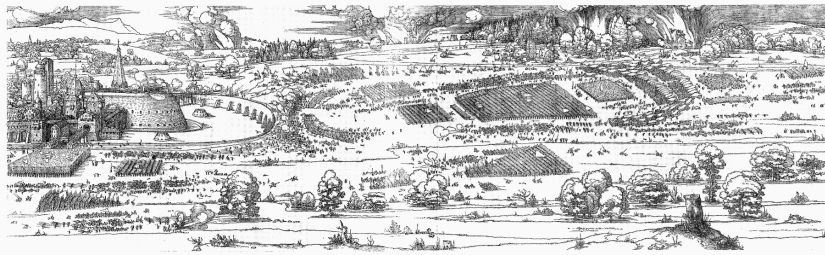


Fig. 83. Retrato de Lucio Foppa, por Ambrogio Figino
(2.^a metade do séc. XVI).



Fig. 84. Anónimo, D. Aires de Saldanha de Albuquerque (c. 1591), MNT – Museu Nacional do Traje, Museus e Monumentos de Portugal/ Arquivo de Documentação Fotográfica, foto de Arnaldo Soares.

2. Dos aparatos e itinerários bélicos



AS TRÊS ESCALAS DA GUERRA

Luís Costa e Sousa
(CHAM – FCSH/NOVA)

“The necessities of war weight more heavily and in a new manner upon our age”, afirmou Albrecht Dürer, no seu tratado *Eitlich Unterricht, zu Befestigung der Stett, Schloss und Flecken*, publicado no ano de 1527. O gravador, tratadista, geómetra e pintor tinha a plena noção do papel primordial da imagem relativamente a um fenómeno que, quase permanente, atravessou o quotidiano da sua época. Mesmo se a expressão da noção genérica de confronto bélico – com as suas implicações de exaltação heroica, de condenação moral, ou de simples carácter informativo – superasse a procura de uma verosimilhança com a realidade, as representações gráficas quincentistas possuem uma infinidade daqueles que são os “detalhes ásperos” da guerra: “marching units, clashes, tents, ‘portraits’ of huge guns” (Hale, 1990: 170); a estes, podemos ainda somar outros géneros pictóricos, como o retrato, uma aproximação visual ao próprio combatente, descrevendo as tipologias das armas e armaduras, os respetivos padrões decorativos e o vestuário em voga (fig. 39).

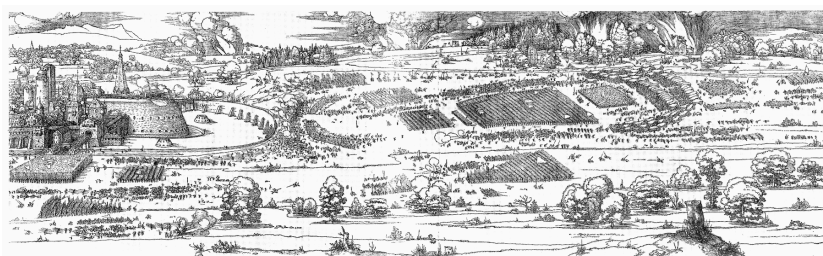


Fig. 39. Albrecht Dürer, *Cercos a uma cidade*, 1527.

Assim, mesmo nas representações genéricas, como é o caso da gravura de Dürer, vemos essa infinidade de detalhes que, embora idealizada, não deixa de comportar a sua própria experiência pessoal na observação de várias situações de guerra. A minúcia própria deste

gênero artístico do Norte da Europa tem a vantagem de ser suportada pelo domínio dos métodos de representação mais avançados, como é o caso da perspectiva. A isso ainda se soma o conhecimento da fortificação que, aliás, explanou notavelmente, no texto a que se fez referência. É assim que a gravura conhecida como *Cerco a uma cidade* nos revela muito daquilo que era a arte militar do primeiro quartel do século XVI: a imensa mole de soldados. Estes, reduzidos a meros pontos que lembram as representações abstratas dos tratados de Batista della Valle e Machiavelli, publicados pouco antes (Hale, *op. cit.*: 172), organizam-se em esquadrões de piqueiros protegidos por atiradores; vemos a logística, as carroças e gado protegidos, na retaguarda, pela cavalaria; os canhões que, atrás dos gabiões, disparam sobre o objetivo: uma cidade cujo traçado obedece ao sistema que Dürer tão eloquentemente descreveu, no seu tratado sobre fortificação.

O cruzamento das ciências matematizadas da balística e fortificação com outras ciências geométricas – medição territorial, ótica, perspectiva – abriu espaço ao envolvimento de matemáticos e geómetras na redefinição da arte da guerra (Kemp, 1990). Niccolló Tartaglia, por exemplo, escreveu o primeiro tratado, propondo não só uma abordagem matematizada da guerra, mas também juntando os seus vários aspetos, como a fortificação, a arte de “esquadronar” e a “nuova scientia de artilleria” que, eventualmente, se iriam transformar senão em disciplinas, pelo menos, em parcelas especializadas de um conhecimento passível de ser transmitido através de um quase programa de ensino: uma *scientia* da guerra, em cuja gênese se encontraram envolvidos tanto os militares como artistas, ou meros diletantes. Mas o protagonismo parece pertencer aos arquitetos e engenheiros militares; Brunneleschi, Francesco Di Giorgio, os Sangallo, Michel Angelo, Sebastiano Serlio, Andrea Palladio, os Antonelli, ou um Isidoro de Almeida, que acumularam funções, no âmbito da arquitetura e da guerra.

O campo de batalha quinhentista transformou-se, assim, num complexo fenómeno visual, envolvendo princípios de composição como as relações de simetria e proporção na colocação dos soldados, no espaço físico. Tratou-se, afinal, de um modelo de ocupação territorial com regras específicas (Sousa, 2008), que se aproxima de outras atividades dedicadas à modelação do espaço, como arquitetura e urbanismo (Kemp, *op. cit.*: 92). Na apreciação do exército como objeto arquitetónico, subjaz a noção de escala. Esta divide-se em três níveis: o exército (conjunto de formaturas); o esquadrão, formatura nuclear do exército (o conjunto dos soldados); e o elemento individual (o soldado).

Identificam-se estes três níveis, na mais completa representação iconográfica sobre temas militares, no registo português, os frescos da escadaria principal do Palácio Ducal de Vila Viçosa. O conjunto, que ilustra a conquista de Azamor, em 1514, foi executado na segunda metade do século e repintado por volta de 1603 por André Peres (Serão, 2008: 106). Divide-se em três painéis que representam o curso das operações, a saber, o desembarque (fig. 40), a marcha do exército (fig. 41) e o cerco à cidade (fig. 42).

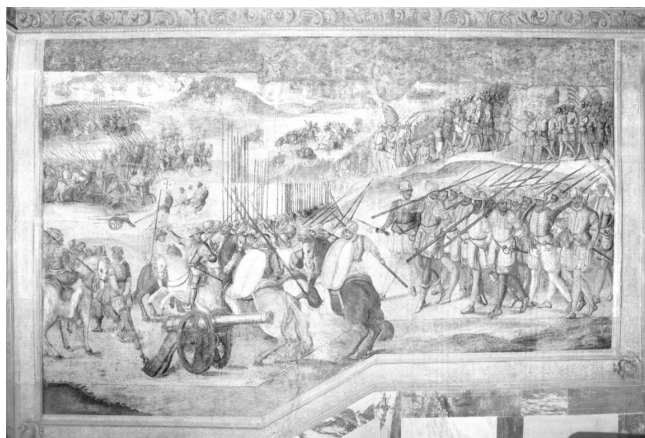


Fig. 40. Primeiro painel: o desembarque, PDVV (2.^a met. séc. XVI-1603?).



Fig. 41. Segundo painel: a marcha, PDVV (2.^a met. séc. XVI-1603?).

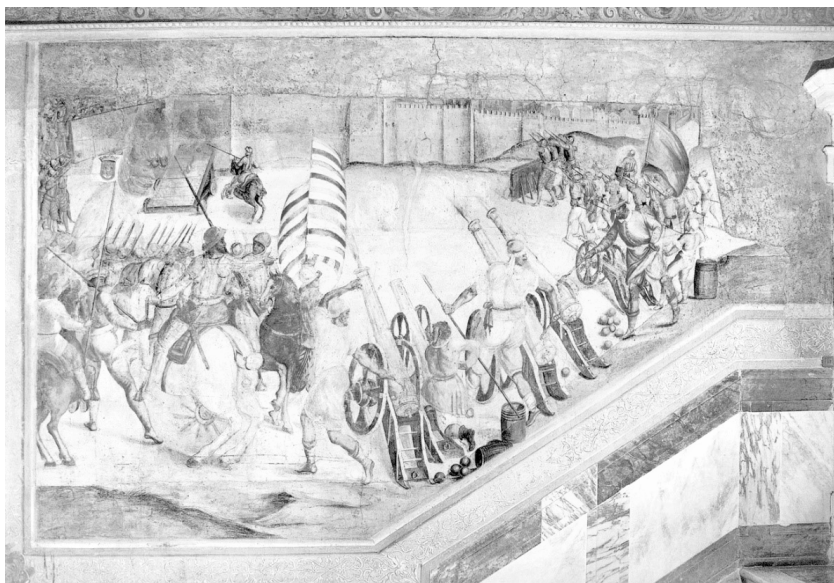


Fig. 42. Terceiro painel: o desembarque, PDVV (2.ª met. séc. XVI-1603?).

A microescala: o soldado

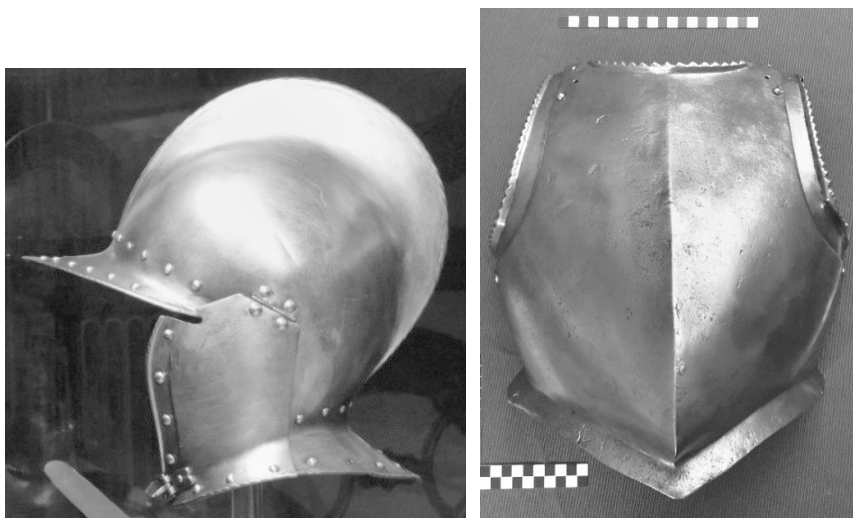
As unidades militares do século XVI, na sua versão modelada pela escola militar espanhola, organizavam-se em *tercios* – em português, terço –, que, na sua forma canónica, possuíam 12 companhias. Os soldados armavam-se segundo duas especialidades, piqueiros, porque armados com lanças compridas chamadas piques, e arcabuzeiros, em função da arma de fogo que traziam, designadas por arcabuzes ou mosquetes (fig. 43).



Fig. 44. Arcabuz de mecha, séc. XVI, MML.

Esta especialização do armamento individual não implicava uma dedicação exclusiva a apenas uma arma. De facto, seria mesmo desejável que fossem destros, tanto no manuseamento de armas de fogo,

como de armas brancas, e encontram-se referências desta multidisciplinaridade, tanto na vertente teórica¹, como em ambiente operacional (Sousa, *op. cit.*: 58). São estes soldados que se encontram representados nos frescos do Palácio de Vila Viçosa. Os piqueiros, também designados por cossoletes, usavam, na cabeça a celada, e no tronco o cossolete (a parte frontal da armadura, daí a designação destes soldados como os cossoletes) e o espaldar (peça de armadura nas costas do soldado) (figs. 45 e 46), aos quais se poderiam juntar braçais, manoplas e escarcelas (Londoño, 1993 [1594]: 34), protegendo, respetivamente, braços, mãos e coxas. Os arcabuzeiros, cujo papel tático requeria maior mobilidade, apenas se equipavam com capacete (fig. 47).



Figs. 45 e 46: O equipamento dos soldados piqueiros: borgonhesa e cossolete reforçado (2.^a met. séc. XVI), MML (fotos L. C. Sousa e A. Oliveira/P. Kalkman).

¹ “Outras couzas muitas ha necessarias, que ajudaõ muito para alcançar nome de bom Soldado, e grande Capitaõ, Alferes, Sargento, e Caporal, que são grãos, que se alcançaõ por preço, e valor da pessoa, s. aprender a jogar de todas as armas: em todas ellas ser muito destro; porque o que as sabe faz muita ventagem ao que as não aprendeo; e são tam boas, que aos esforçados faz mais afoutos, e aos que o não são, faz mais ouzados, confiados, no que sabem; e de huma maneira, e d’outra fazem ventagem áquelles, que as não aprenderaõ, pelo que as deve aprender todo o homem” (Melo, 2023 [c. 1567]: 328).



Fig. 47: “Os homens de meão corpo & pequenos, eta lhes bem ho arcabuz”. (Londoño, *op. cit.*: 134), Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (porm. da 1.^a gravura).

A diferenciação do equipamento usado por cada soldado não se limitava à especificidade funcional do armamento utilizado, porque a posição hierárquica exigia também proteção e armas distintas, adequadas à função militar desempenhada, neste caso, relacionada com o comando – os chamados ‘cargos militares’. A companhia era a unidade tática e administrativa nuclear da organização militar portuguesa, e o topo da sua hierarquia era ocupado pelo capitão; as armas deveriam ser as mesmas dos soldados, ou seja, o arcabuz ou o pique. O sargento coadjuvava o capitão, e a extensão das suas funções – “de muito trabalho andando de hũa parte para outra” (Vasconcelos, 1612) – aconselhava a usar equipamento defensivo mais aligeirado: “huã couracina, huã Coura Danta, huãs mangas de malha, & seu morriam leve, com bons plumages” (Almeida, 1952 [1573]: 151).

O *alferes* era outro dos oficiais relevantes da companhia, o braço direito do capitão e aquele que trazia a bandeira da companhia, onde as aspas se colocavam sobre a heráldica do capitão. Portanto, o alferes devia destacar-se em relação aos demais soldados, quer pelas armas, quer pelo corte exuberante do vestuário. A cor desempenhava aqui um papel fundamental, referido pela literatura da época: o azul é “vigilância, perseverança, bom juízo, entendimento e advertimento”; o vermelho “sanguínio, cruelissimo e vingativo contra os inimigos”; o branco

“pureza, amor e modéstia”; o preto “firmeza, honra, rectidão e honestidade” (Scarion de Pavia, 1598: 74v-75). O alferes devia usar um “forte cossolete” (Almeida, *op. cit.*) que o protegesse eficazmente contra as armas de fogo, isto é, à “prova de bala”; as armas não deviam interferir com a bandeira e resumiam-se à espada e adaga (fig. 48).

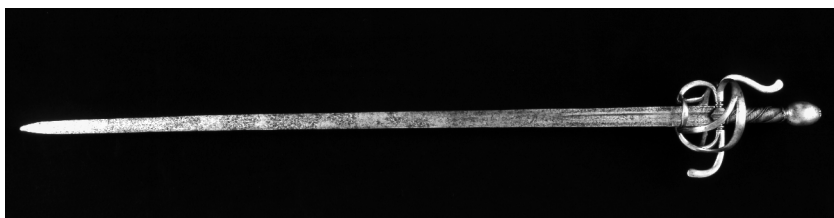


Fig. 48. Espada de guarda de laço, Itália, séc. XVI/XVII, PDVV (foto J. Real Andrade, 2001).

A escala intermédia: o esquadrão

Passar a Africa e tomar Fez como os mouros temem q[ue] o forte nome de Sebastiam promete. E nesta santa empresa se pode servir muito do desenho, q[ue] o seu próprio objecto é no exercito quando se move para tomar alguma grande cidade ou reino. Primeiro em fazer desenhados seus alardos e exércitos em Lisboa e depois nas formas das galés, e naus, e galeões novos e nos mapas e cartas de África como fiz já uma de muito preço para Roma ao arcebispo do Funchal: que do mar perdida ma tornou a mostrar o infante. E sirvasse no tomar terra em África e no Mover do Exercito cõtra fez. E se mandar Ir Diante desenhar e pintar os campos, sertãs e vales, rios e lagunas, e lageas, arrifes, e penedos e todos os outros maus passos estreitos ou perigosos para seu exército passar seguro. E assentar seu campo e[m] real e tomar a forma da pintura dos cavaleiros de terra e entulhados e cavas de quando há de estar cercado para estar forte. E sirva-se na forma como há-de ordenar os esquadrões ou em triângulo ou em quadro, ou noutras formas. E assim as alas e vanguardas... (Holanda, 1571)

Francisco de Holanda, para além de referir os treinos militares em Lisboa – menciona os grandes alardos², de 1570 e 1571 –, utiliza a terminologia militar da época: fala em esquadrões – a formatura nuclear

² O alardo consistia numa demonstração militar.

do campo de batalha quinhentista – e as suas configurações geométricas, “triângulo, quadro”. O domínio desta nomenclatura está, aliás, em sintonia com o seu tratado da *Pintura Antiga*, onde Holanda destaca a importância da pintura como “cousa há mais proveitosa nos negocios e empresas da guerra” (Holanda, 1571: 281).

A organização das formaturas militares era um processo complexo, que obedecia a um conjunto de regras, juntando as novidades bélicas da época, a influência da antiguidade clássica, cálculos matemáticos e operações de geometria euclidiana e métodos de composição. Como escreveu Cristobal de Rojas, tratadista espanhol de referência, no âmbito da fortificação e da “nueva ciência de la artilleria”³:

(...) un exercito en esquadron no es outra cosa, sino una fortificación muy complida, porque la frente del escuadrón de las picas significa la cortina, o lienço de la muralla, y los travesses o flancos, son las mangas de arcabuzeros, y las casamatas son las mangas de mosqueteros, que están a cada lado, entre los arcabuzeros. (Rojas, 1598: 30).

Esta analogia demonstra como se cruza a vertente tática da guerra, isto é, a colocação dos soldados no campo de batalha, e a arquitetura, neste caso, as formas fortificadas que surgiram durante o Renascimento.

A maneira de colocar os soldados no terreno, em formaturas de matriz regular, que a terminologia da época designava por “ordenar o esquadrão”, era planeada matematicamente, em função de uma malha reticulada de traçado ortogonal. A geometria e dimensões da formatura obedeciam a valores estabelecidos em função do espaço que cada soldado deveria ocupar: o cânone generalizado era de 3 pés, entre soldados, e 7 pés, entre fileiras, tal como indicado por Vegécio⁴ (fig. 49).

A tratadística militar espanhola – depois ibérica – tipificou duas configurações gerais, uma quadrangular e outra retangular — os chamados esquadrões quadros e esquadrões prolongados, aqueles que, nas palavras do tratadista português Luís Álvaro Seco, “a gente espanhola aprova” (Seco, 1952 [1597]: 211). A construção do esquadrão prolongado (fig. 41) obedecia a rácios aritméticos, sendo que a proporção 1:3

³ Título do tratado de Álava y Viamont, outra obra muito divulgada na Península Ibérica.

⁴ “*Todos los antiguos (como refiere Vegecio) resuelven que entre soldado y soldado, de cada hilera, ha de haber siete pies en lo longo y tres en lo ancho*”, Álava y Viamont, 1590: 128.

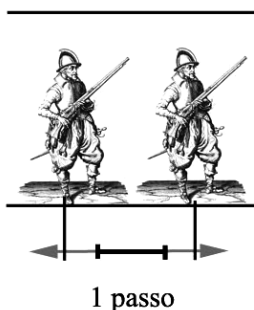


Fig. 49. “De sorte que ficam entre um e outro soldado 2 pés, ao espaço que há de uma a outra fileira se darão 6 e, assim, cada soldado tem por frente 3 pés” (Vasconcelos, *op. cit.*: 126-7).

foi privilegiada pela tratadística militar, a partir de meados de Quinhentos, nomeadamente por Girolamo Cataneo, Diego de Álava y Viamont e Juan de Carrion Pardo, ou Luís Álvaro Seco.

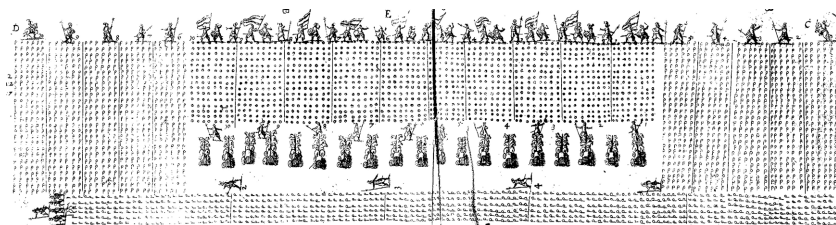
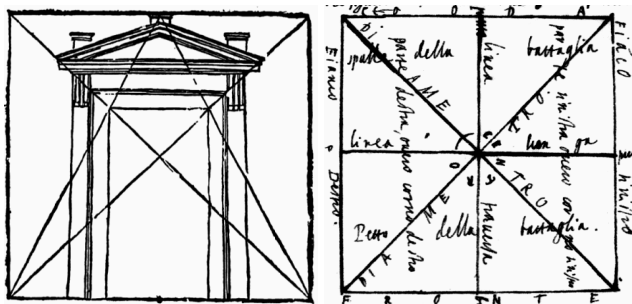


Fig. 50. Jacob von Wallhausen, *Krieg kunst zu Fuß* (1615).

Na prática, adotou-se preferencialmente a proporção 1:2, em nome de uma simplificação construtiva; resumia-se a juntar dois esquadrões quadros. Contudo, o quadrado era a formatura privilegiada. Como escreveu um dos autores espanhóis mais divulgados, Francisco de Valdés, “usaría el quadro de terren, como más proporcionado com igual fortaleza en vanguardia e retaguardia” (Valdés, 1989 [1589]: 40), em particular, no contexto bélico do Norte de África, “donde el enemigo tenga golpe de caballería para acometer y nosotros careciésemos della (...) porque siendo acometido el escuadrón por todas quatro partes, halle igual resistêcia” (Valdés, *op. cit.*).

Para construir um esquadrão quadro de gente extraía-se a raiz quadrada do total de soldados disponíveis, e o resultado indicava o número de homens a colocar em cada lado. A posição dos vários elementos

internos, os soldados e oficiais (capitães, sargentos, bandeiras, tambores e cabos de esquadra), e externos (guarnição, mangas e alas) era determinada, geometricamente, por relações de simetria axial, utilizando as linhas notáveis dos polígonos, como as medianas ou diagonais, forma de composição utilizada na generalidade das artes visuais, e na arquitetura, em particular (figs. 51-52).



Figs. 51 e 52. Construção geométrica de um pórtico, Sebastiano Serlio (1575); e linhas notáveis da construção geométrica de um esquadrão, Valerio Chieragatti (c. 1574?), BMV.

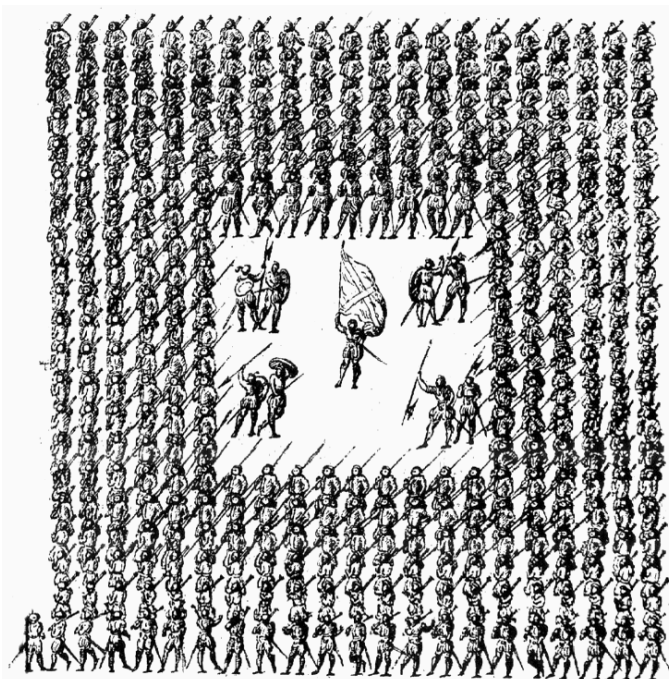


Fig. 53. O *esquadrão*, Diogo Álvares Correia (c. 1576).

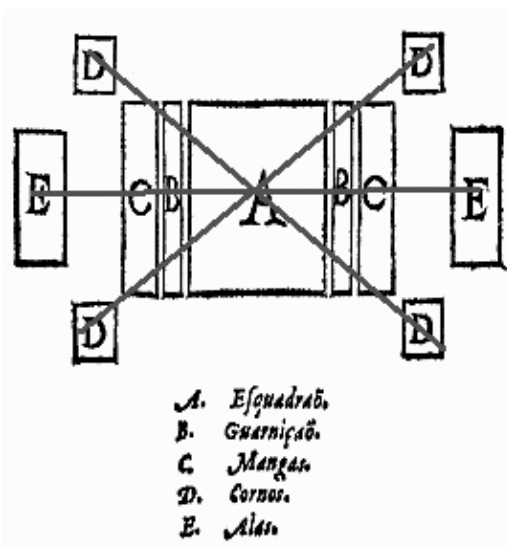


Fig. 54. Posição dos vários elementos táticos em relação ao esquadrão segundo as linhas notáveis do quadrado, Vasconcelos (1612).

A grande escala: o exército

Vários destes esquadrões constituíam um exército, em particular, quando se tratava de uma expedição de grande envergadura, envolvendo efetivos substanciais, como é o caso das expedições marroquinas de D. Manuel e D. Sebastião. Nestas escassas ocasiões em que foi necessário organizar um exército de vulto, seguiu-se, naturalmente, o modelo espanhol, que dividia o exército em três linhas: vanguarda, batalha e retaguarda. A divisão tripartida do exército, com raízes numa tipologia genérica comum oriunda tanto da época medieval, como na interpretação da tradição militar romana, continuou a desempenhar um papel importante, no contexto da arte militar hispânica, desde Ravena (1512) até à batalha de Nieuport (1600). Giovanni Battista Antonelli, um dos especialistas militares ao serviço da coroa espanhola, sinalizou esta estrutura, no seu tratado de meados do século: “Presuponesi quest exercito [...] servirassi dei nomi di vanguardia, battaglia et retroguardia per alloggiare, como se ne serve nel marciare ety nel combater” (Antonelli, 2009 [1560-61]: 354). Foi, aliás, Antonelli que desenhou a coreografia de, pelo menos, uma das quatro paradas que tiveram lugar em Cantillana, combinando a divisão tripartida com o desdobramento escalonado da cavalaria pelos flancos da formatura (fig. 55).

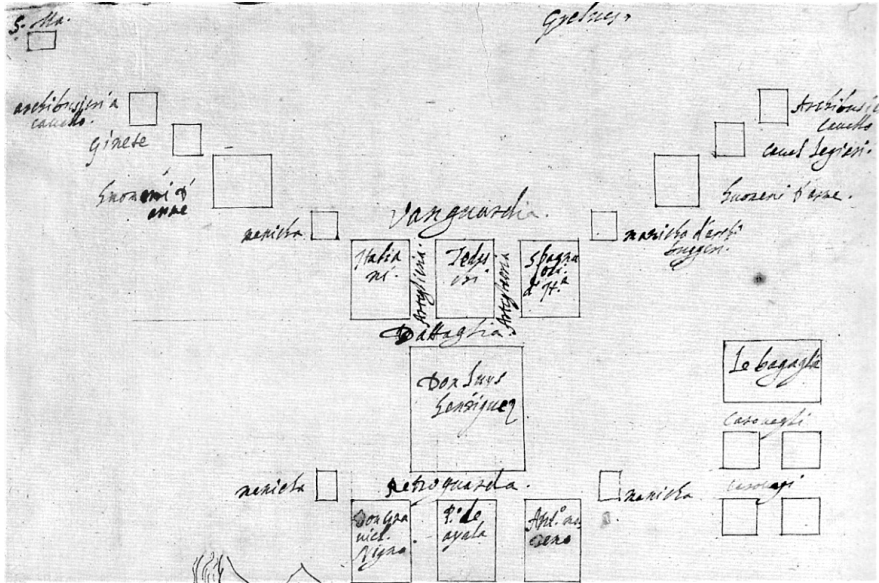


Fig. 55. *Relatione do Co. Stefano Angarano*, BMV, cod. It. VI 181, fl. 18, (c.1580)

A estrutura da formatura dos exércitos que os portugueses levaram a Marrocos, tanto para a conquista de Azamor, como na batalha de Alcácer Quibir, obedeceram a este dispositivo. No caso da derradeira expedição do rei D. Sebastião, as várias relações presenciais dos acontecimentos coincidem nesta organização geral. O responsável pela organização do exército é conhecido, o capitão espanhol Francisco de Aldana, protegido do general espanhol D. Fernando Álvarez de Toledo. Assim, a semelhança com o *modus faciendi* espanhol não é, portanto, surpreendente. As recomendações, enviadas por carta ao próprio rei, “reforzando siempre la retaguardia com gente prática y diestra, la vanguardia com gente honrada y escogida, la batalla com manga suelta de arcabuceria” (Velloso, 1945: 370), foram observadas com rigor. Na frente do exército de D. Sebastião, foram colocadas as melhores tropas, mercenários alemães, espanhóis e italianos, a fina flor da infantaria portuguesa, e os atiradores mais adestrados; na retaguarda, os soldados portugueses mais fiáveis, recrutados entre as populações do Sul do reino, habituados a enfrentar os assaltos regulares às costas, por parte dos corsários; e a linha da batalha, onde os soldados menos preparados foram enquadrados por mangas soltas de atiradores.

A influência bélica espanhola é igualmente clara, quando comparamos o dispositivo português, na expedição sebástica de 1578, com a coreografia que Antonelli preconizava no seu *Epitomi*, duas décadas antes – “servirassi dei nomi di vanguardia, battaglia et retroguardia per alloggiare, como se ne serve nel marciare ety nel combater, benché il medesimo si possa fare per nationi” (Antonelli, 2009 [1560-61]: 354). E ainda se encontram as mesmas semelhanças com o que o mesmo Antonelli haveria de gizar, passados dois anos da tragédia de 1578, para a parada régia que assinalou a saída do exército espanhol de Badajoz (Cantillana), para encetar a conquista de Portugal.

Terminamos com uma reflexão final sobre a perspetiva que foi ensaiada ao longo deste breve texto. A construção da forma militar quinzentista consiste num processo militar que se cruza com a conceção e realização do objeto arquitetónico: “the architecture of battle”, como escreveu Marco Formissano; este é, talvez, o elemento-chave que demonstra o carácter visual da guerra do século XVI, plasmado na relação do desenho, como elemento conceptual, com o *corpus* doutrinário da guerra, e que as representações textuais e iconográficas da época tão eloquentemente demonstram.

DESPOJOS DE GUERRA: ESPÓLIO QUINHENTISTA NO MUSÉE DES ARMES DE FEZ

Hafid Mokadem
(Musée de Armes de Fez)*

Luís Costa e Sousa
(CHAM, FCSH/NOVA)*

Mostafa Zekri
(Instituto Superior M. T. G.)*

O *Musée des Armes* encontra-se entre os locais identificados pelo trabalho preparatório que conduziu ao projeto *De Re Militari*. De facto, a nossa investigação já se havia cruzado com alguns dos espécimes do *Musée des Armes*, portanto, previa-se a elaboração de um protocolo que permitisse uma prospeção detalhada dos fundos do museu, tanto relativo às peças de armaria, como ao respetivo fundo documental. Contactada a direção do museu, amavelmente, esta disponibilizou uma proposta de levantamento fotográfico de um conjunto de espécimes que se enquadram no âmbito do projeto *De Re Militari*. Este trabalho resulta, assim, da feliz colaboração com a direção do museu, neste âmbito, dando, assim, pleno cumprimento aos objetivos do projeto: a recolha e disponibilização dos materiais resultantes do nosso trabalho, sempre que possível em estreita colaboração com as entidades envolvidas.

Queremos deixar registado o nosso agradecimento ao diretor do museu, o senhor coronel Abdelhadi Lakhsasi; ao Doutor Hafid Mokadem, do museu; e também a todos os envolvidos na preparação da visita: o coronel Rachid Lahrech, da Comissão Marocaine de Histoire Militaire, o senhor major-general João Vieira Borges, pelo seu papel crucial, o coronel Borges da Fonseca, da Comissão Portuguesa de História Militar; bem como à embaixada do reino de Marrocos em Portugal, nas pessoas do senhor embaixador, senhor Othmane Bahnini,

* <https://orcid.org/0000-0003-1115-8586>.

do primeiro secretário e do adido militar, o senhor coronel Mustapha Ouchtar. Finalmente, *last but not least*, deixamos ainda um agradecimento pessoal ao nosso colega Mostafa Zekri, cujo trabalho acabou por resultar na sua integração na equipa do projeto *De Re Militari*.

As armas dos vencidos

“Em Fez me vinhão ver conhecidos de meu amo pasmados de verem minhas armas, e do que o mouro lhes contava, e querendo elle, ou eles, proval-as nunca acertaram, nem com huma só peça, mas querendo-as eu vestir mo não consentirão, e as fomos vender a hum Ferreiro por cinquenta e dois réis (...) e cuido que todas nossas armas e espadas levarão esse caminho, sem nada se aproveitarem dellas”.

Miguel Leitão de Andrada, 1629: 166.

Os mais de 150 anos de presença dos portugueses no Norte do atual Marrocos pautaram-se por um contínuo estado de guerra, feito de inúmeros encontros militares. Destes episódios de “pequena guerra”, resultaram presas onde, certamente, se encontrava um número significativo de apetrechos militares diversos. Mas seria nos confrontos de maiores dimensões, ainda que esporádicos, que os vencedores se apoderaram de despojos substanciais, como foi o caso do espólio militar resultante do desfecho da batalha de Alcácer Quibir. Porém, como nos relata Miguel Leitão de Andrada, no trecho acima transcrito, pouco terá restado da enorme quantidade de armas que equipava os soldados cristãos e que foi apreendida pelos vencedores. Sabe-se que o rei português comprou armaduras e armas de fogo no mercado da Flandres, para equipar o contingente de tropas recrutadas no reino de Portugal (Veloso, 1945, 272), à semelhança da forma como se equipavam os mercenários “tudescos” contratados: “toda a sua gente com cosoletes inteiros e celadas”¹.

A crer que o testemunho de Andrada reflete um procedimento generalizado entre os marroquinos, pouco terá sobrevivido para além do valioso trem de 34 peças de artilharia que caiu nas mãos dos sáidas, eventualmente, distribuído pelos vários lugares costeiros, e das quais ainda se encontra rasto em alguns locais, como é o caso das fortalezas da orla costeira de Marrocos. Evidentemente que será sempre prematuro

¹ *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d’el rey D. Sebastião*, 1989: 82.

afirmar qualquer certeza, dada a escassez de referências a este respeito. Basta falar, por exemplo, do destino da bandeira real: capturada pelos vencedores da batalha dos “três reis”, foi exibida quando da entrada de Ahmed al-Mansur em Marraquexe, “levando diante de si e de arrasto duas bandeiras de Portugal”². O estandarte foi depois resgatado por alguns dos fidalgos cativos em Fez, para depois regressar a Portugal³. É, portanto, de crer que novos dados surgirão inevitavelmente, e que colocarão em causa aquilo que hoje é possível determinar.

O que é facto é que, das inúmeras peças de equipamento individual datadas dessa época, como é o caso das armas defensivas ou ofensivas, pouco se sabe do respetivo paradeiro. Mesmo relativamente ao considerável espólio militar destinado a equipar os soldados portugueses de Quinhentos, no continente, que se sabe ter existido em grandes quantidades no arsenal de Lisboa, este parece ter desaparecido, na sua esmagadora maioria, fruto das inúmeras delapidações ocorridas ao longo dos séculos (Daehnhardt, 2011: 107-114). É, aliás, objetivo do projeto



Fig. 56. Canhões portugueses, cisterna de Mazagão, foto pertencente ao projeto *De Re Militari*. <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/>, e MAF (cf. fig 60).

² *Jornada de D. Sebastião a África...*, 1978: 139.

³ “o qual foi depois foi comprado em Fez pelos portugueses da mão de um mopuro, que o andava vendendo, e veio ter ao tesouro real, onde está”, Mendonça, v. 2, 1903: 91.

De Re Militari identificar, registar e disponibilizar o pouco espólio de armaria remanescente destes arsenais, ou que seja, de algum modo, possível identificá-lo com os seus utilizadores portugueses originais, tanto régios como de membros da nobreza de Portugal⁴, como o caso dos duques de Bragança (Rodrigues, 2018).

Para além destes depósitos, conhecem-se uns poucos exemplares, alguns cuja posse se encontra atribuída com razoável ou inteira certeza, como a armadura pertencente a D. Manuel, exposta no *Musée de l'Armée* de Paris⁵, o cossolete funerário de D. Teodósio II, exposto no *Palácio Ducal de Vila Viçosa*, ou o estoque de D. João Mascarenhas (fig. 57), alcaide-mor de Montemor-o-Novo e falecido na batalha de Alcácer Quibir, que se encontra no *Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo*⁶.



Fig. 57. Espada do tipo rapieira, CIM-N.

Foto: cortesia da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

O museu do *Borj Nord*

O espólio do *Musée des Armes* encontra-se convenientemente exposto numa das fortificações construídas em Fez, após Alcácer Quibir, denominada *Borj Nord*. Esta fortificação, parte do conjunto de *borj*, erguido a partir de 1584 (Kafas, 2009), terá tido, com toda a probabilidade, a mão de parte dos cativos daquela batalha. Falamos dos engenheiros militares que seguiram no exército português, Filippo Terzi e Nicolau de Frias, António Mendes, João Nunes e o seu filho Jerónimo

⁴ V. o capítulo deste livro, “as três escalas da guerra”.

⁵ V. o capítulo deste livro, “*O arnês dito de D. Manuel*”.

⁶ Deixamos o nosso agradecimento à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pela disponibilização do material relativo este valiosíssimo espécime. V. Fonseca, Pereira, *A cripta dos Mascarenhas no mosteiro de N.ª S.ª da Saudação de Montemor-o-Novo*; Pereira, *Aspectos da morte na nobreza do século XVII. A escavação na cripta dos Mascarenhas no mosteiro de N.ª S.ª da Saudação de Montemor-o-Novo*, Almansor n.º 8, 2009.

Nunes⁷, mas também dos pedreiros que se sabe terem integrado a expedição como gastadores, isto é, gente destinada aos trabalhos de proteção dos acampamentos e às previsíveis operações de cerco⁸. A adequação entre a escolha de um espaço com este valor patrimonial e o espólio aí colocado associa, de forma particularmente feliz, a memória de parte substancial dos espécimes expostos. E, desta forma, coloca a rara oportunidade de encontrar o rasto de algum do espólio militar associado com a presença portuguesa – ou, melhor, europeia –, em terras no Norte de África Ocidental.

A primeira peça identificável com esta longa relação conflituosa entre as duas margens do Mediterrâneo ocidental é originária de Marrocos. Em meados do século XVI, a utilização de artilharia era comum entre os sáidas. O conhecimento sobre a fabricação e utilização da artilharia teria sido vulgarizado, em grande medida, pelo conhecimento trazido pelos fugitivos da Península Ibérica, os chamados “andaluzes”⁹, e, depois, pelos convertidos cristãos – os “elches”¹⁰. Para além disso, a tradição militar dos otomanos, nomeadamente, a utilização de canhões em batalha, encontrava-se implantada no Norte de África. Abd al-Malik, que fez grande parte do seu tirocínio militar ao serviço dos otomanos, confirmou e generalizou estes usos. Sabemos que, em 1578, foram fundidos, em Salé, outros quatro canhões pesados destinados ao trem de artilharia sáida¹¹, cujos trabalhos tiveram lugar sob a orientação pessoal do *sharif* Abd al-Malik. O exemplar que se encontra em Fez (fig. 58) fará parte deste lote de peças, que – de acordo com a

⁷ V. Sousa, *Os arquitectos cativos. Emergência da fortificação europeia no Marrocos de finais do século XVI, e-Strategica*, n.º 4, 2022: 84-105.

⁸ Para mais informação sobre a constituição do exército de D. Sebastião, v. Alberto e Sousa, *Far Away from Home in Moroccan Lands: A Contribution to the Study of the Prisoners of Ksar el-Kebir Battle*, in “Proceedings of the International Conference” *Away from Home: Ideas, Emotions, Images and Writings on Homesickness in the Mediterranean World (1492-1923)* – (no prelo).

⁹ Garcia-Arenal, *Vidas ejemplares: Said Ibn Faray al-Dugali (m. 987/1579)*, 1988: 454-485.

¹⁰ “E vós, Alcaide Logronho, com os soldados de Corinto [outro alcaide], todos elches, sereis os engenheiros deste campo”, in John Martyn, 1994: 85; na pág. 220 da sua obra, Martyn indica Longronho como sendo um “elche” espanhol.

¹¹ “Fazendo trazer de Marrocos metal, fez no campo por sua própria mão quatro peças de artilharia grossas. Três delas levou consigo com algumas outras que tinha; a outra enviou a Marrocos”, *Jornada de África del Rey D. Sebastião*, 2004: 18.



Fig. 58. Canhão de bronze de 10 t., datado de 978 H./1571 d.C.; na inscrição, lê-se “fabricado por ordem do sultão (...) Abu Mohamed Abdallah El Ghalib Billah (...), no primeiro dia do ano de 978” fundido por Ahmed al-Ghomq, MAF.

prática otomana adotada entre os sáidas – davam o sinal para o início do combate¹². Trata-se de um canhão de grande calibre, cuja fundição

¹² “Mostapha Chiçibi, Alcaide de las bombardas d’El Maluco, fue adonde estava pedir la lisençia para dar fuego a la artilleria: y esto hecho porque solia El Maluco dar principio a las balallas que dava, poniendo fuego con su propria mano

foi ordenada pelo sultão Abdalah al-Ghalib e executada por al-Haj Ahmed al-Ghomq, em 1570-1571. A peça terá feito parte do trem de artilharia sávida na “batalha dos três reis”. Assim, não sendo um espécime de origem europeia, podemos associá-lo à prática militar de finais do século XVI.

Continuamos com o armamento marroquino, agora com um exemplar das espadas tradicionais designadas por *nimcha*. Vários dos exemplares existentes no museu possuem uma característica interessante, que é a origem das lâminas. A maior parte é de fabricação italiana datada do século XVI, mas uma espada, já dos séculos XVII-XVIII, possui uma inscrição em português (fig. 59). Seria, talvez, o único aproveitamento militar das armas capturadas, dentre as que não seguiam o destino referido por Miguel Leitão de Andrada.



Fig. 59. Sabre marroquino *nimcha*, séculos XVII-XVIII, lâmina portuguesa com a inscrição “viva Portugal”, MAF.

O espécime que se segue é de origem portuguesa. Trata-se de uma peça de artilharia de sítio (fig. 60) e é datável da mesma cronologia da peça de Mazagão, de que falámos anteriormente. É interessante notar que a captura de canhão com peso de algumas toneladas teria de ter lugar no decurso de algum cerco ou batalha. O único cerco que os marroquinos terminaram com êxito, durante o século XVI, foi o da praça de Santa Cruz do Cabo Guer, pelo que esta peça poderá fazer parte do respetivo espólio de guerra.

a la primera pieza que de su artilleria se disparava, diciendo: «Bezmala» que en Aravigo quiere decir «En nombre de Dios». Mas, este dia, quizá porque era el ultimo de los de su vida, no queriendo el Moro usar d'esla ceremonia que usava, teniendose por venturoso en las armas, dixo a su Alcaide: «Ve tu, y da lo fuego, y mira que empieces a dallo por aquella bombardas grande que yo suelo enpear.» Con esto, bolvio el Alcaide y subitamente disparo una carga de su artilleria, con que hicieron mucho dano”, Oxeda, 1904: 605-606.



Fig. 60. Canhão de *sítio*, época manuelina, MAF.

Os espécimes que se seguem são armas individuais de origem europeia. Embora não seja possível atribuir-lhes a proveniência exata, consistem em exemplares usados correntemente entre os soldados, fossem portugueses ou mercenários originários da Europa. Começamos pelas armas defensivas, um morrião de crista (fig. 61) semelhante a outros exemplares existentes nos vários museus militares da Europa, sendo conhecido um exemplar com a aplicação de uma esfera armilar na calva¹³. A iconografia da época indica-nos que este tipo de proteção era usual entre os soldados.



Fig. 61. Morrião de crista, séc. XVI, MAF.

¹³ Elemento superior do capacete, de forma curva.

No que respeita às armas ofensivas, existem, no museu, vários exemplares de origem europeia. Um estoque quinhentista (fig. 62), idêntico a várias representações pictóricas, como é o caso do quadro de D. Sebastião, no *Museu Nacional de Arte Antiga* de Lisboa, e de um *rapier* (espada *rapieira* (fig. 63), variante do estoque de duelo, arma que possuía uma lâmina mais comprida (Bandeira, 1993), com guarda de mão de finais do século XVI-início do século XVII.

A coleção do *Musée des Armes* possui outra espada de tipologia completamente diferente, um montante (fig. 64). Em meados do século XVI, esta arma de duas mãos era utilizada pelos oficiais de infantaria, embora a alabarda fosse já mais popular. Em finais do século XVI, o montante ainda era utilizado. De facto, o coronel dos mercenários italianos que serviram no exército de D. Sebastião, o inglês Thomas Stuckeley¹⁴, combateu com um montante. Também existem várias representações de oficiais com este tipo de espadas, na iconografia da segunda metade do século XVI, como é o caso das tapeçarias do cerco de Diu. Aliás, é interessante notar que um tratado de esgrima com montante, a *Arte de Esgrima*, foi escrito pelo português Domingo Luís Godinho, em 1599, o que parece indicar que esta arma continuava relevante, entre as elites do reino.



Fig. 62. Estoque de origem italiana, século XVI, inscrição *christus* na lâmina, MAF.

¹⁴ “... O Marquês [...] foi morto pelejando muito esforçadamente a pé com um montante, depois de lhe ser o cavalo morto”, *Crónica do xarife Mulei Mahamet e D’el Rey D. Sebastião*, 1989: 200-201.



Fig. 63. Estoque, Itália, finais do séc. XVI-início do séc. XVII, inscrição *christus* na lâmina, MAF.

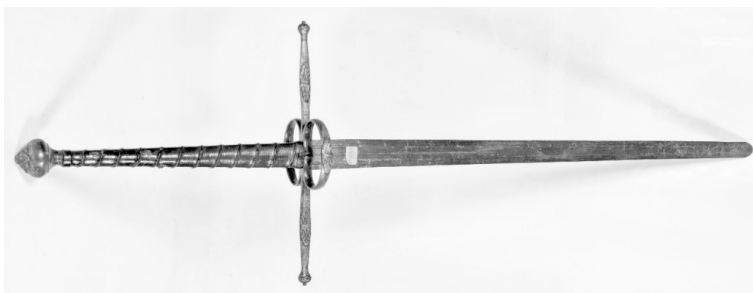


Fig. 64. Montante italiano, séc. XVI, MAF.

Finalizada a apresentação dos espécimes de armas brancas, passamos a falar das armas de fogo pirolásticas individuais, na época, conhecidas pela designação genérica de espingardas. Começamos com um exemplar de menores dimensões, uma pistola de fecho de roda¹⁵ (fig. 65), designação que refere o mecanismo de disparo. Este é um exemplar idêntico a outro existente no Museu do Palácio Ducal de Vila Viçosa, designado por pistola de arção, uma vez que esta arma seria originalmente utilizada pelos cavaleiros pistoleiros alemães, conhecidos por *reiters*.

Apresentamos, de seguida, um mosquete de mecha cuja forma da coronha indica tratar-se de um espécime do século XVII (fig. 66)¹⁶. O

¹⁵ Bandeira, 1993.

¹⁶ Cf. com fig. 44, *mosquete de mecha*, existente no Museu Militar de Lisboa.

sistema de disparo é diferente do anterior, mais antigo. Em vez do sílex, era um cordão de queima lenta que fazia a ignição da pólvora. Sendo de origem marroquina, é, não obstante, idêntico a um exemplar existente no *Museu Militar de Lisboa*.



Fig. 65. Pistola de roda, 2.^a metade do séc. XVI-1.^a met. do séc. XVII, MAM.



Fig. 66. Arcabuz de mecha marroquino, sécs. XVI-XVII, MAF.

O último espécime de que iremos falar é outra espingarda (fig. 67). É de origem alemã e destinada à caça, sendo datável do século XVI, a partir da observação da configuração da coronha. Tem um mecanismo de ignição de roda, o que sugere ser de produção tardia do século XVI. Estamos, uma vez mais, perante um exemplar idêntico a outros existentes em vários museus europeus, nomeadamente, no referido museu de Vila Viçosa.



Fig. 67. Espingarda alemã de roda, final do séc. XVI, MAF.

Para concluir esta breve panorâmica sobre algum do espólio do *Musée des Armes* de Fez, conclui-se que as peças de que falámos são parte fundamental de qualquer análise que se pretenda fazer sobre o armamento produzido no século XVI; e isto tanto no que respeita às tipologias de utilização corrente, que compreendem tanto as armas brancas como as armas de fogo pirobalístico. Um aspeto particularmente relevante desta análise relaciona-se com o facto de as armas de fogo estarem sujeitas a vários tipos de embargo, na exportação para o mundo islâmico, a partir da Europa, levantando-se algumas questões interessantes sobre a circulação destas armas, no espaço do Mediterrâneo: (1) quem exporta? (2) quem produz no espaço islâmico? e (3) qual o impacto dos apresamentos? Estas são questões que requerem um novo trabalho de investigação, não só em função do estudo sobre o papel dos refugiados muçulmanos e cativos europeus como do estudo do espólio sobrevivente que resultou da relação conflituosa entre os reinos ibéricos e os poderes de Marrocos.

AS ARMADURAS DOS PRÍNCIPES: EMANUEL FILISBERTO DE SABOIA E D. SEBASTIÃO I DE PORTUGAL

Marco Merlo

(conservador, *Brescia Musei Foundation – Museo delle Armi “Luigi Marzoli”*)

A comparação entre os retratos em armadura dos grandes príncipes do século XVI e as armaduras que usavam proporciona numerosas informações que nos permitem compreender melhor as razões que os levaram a escolher um modelo, em vez de outro; informações sobre o que representava aquele conjunto defensivo em particular; e que mensagem o retrato queria deixar passar (Soler del Campo (ed.), 2010). Mas, acima de tudo, permite-nos compreender melhor a sociedade do início da era moderna.

Emanuel Filisberto de Saboia aparece em dois retratos com uma armadura que se encontra, ainda hoje, conservada na *Armeria Reale* de Turim (ART, inv. B. 4. B. (Thomas, 1967: 780-809; Boccia e Coelho, Milano, 1967: 458-459, 467-468; Cartesegna e Dondi, Torino, 1982: 327): um primeiro retrato de meio-corpo, junto com a mulher e o filho primogénito, de 1561, e um segundo de 1565¹ (fig. 68), retratado por Giacomo Vighi, conhecido como *O Argetta*. Trata-se de uma garnitura, ou seja, uma armadura formada por várias peças intermutáveis, adequada à composição de vários conjuntos destinados a diferentes situações (combate a cavalo pesado e ligeiro, combate apeado e diversos tipos de torneio, tanto a pé como a cavalo), encomendada, de acordo com a data dos retratos, em 1561 ou pouco antes.

Estão conservados, em Turim, vários elementos pertencentes a esta garnitura (ART, invv. B 4, C 86, C 227, C 228, E 12) (fig. 69) e temos certeza de que se trata exatamente da que possuiu Emanuel Filisberto. De facto, as peças aparecem nas coleções da dinastia dos Saboia em 1833, ano da fundação da *Armeria*, e figuram entre os primeiros objetos

¹ Ambos conservados na *Galleria Sabauda* de Turim.

selecionados para a exposição permanente. Sabemos que estava conservada na *Galleria di Legno*, antiga galeria que ligava o *Palazzo Reale* ao *Palazzo Madama*, onde Carlos Emanuel expôs as armas dos seus antepassados. Destruída pelo fogo, a galeria acabou demolida; os elementos desta garnitura estão entre os poucos obetos remanescentes deste grave incêndio. Posteriormente, as peças foram entregues ao arsenal da cidade, de onde foram retiradas em 1833, para então constituir a *Armeria Reale*. Sabemos ainda que alguns elementos foram conservados por famílias de Turim, como um dos capacetes guardado pelos S. Martino della Motta; o *corsaletto* – cossolete, em português – que se encontrava com os D’Aix² e outros ainda estariam, provavelmente, noutras coleções, visto que uma borginhota *armet*, hoje atribuída com certeza à garnitura de Emanuel Filisberto, se encontra no *Musée de l’Armée* de Paris.



Fig. 68. Giacomo Vigghi, dito *l’Argetta*, retrato do duque Emanuel Filisberto de Saboia (1565), GS.

2 V. Seyssel d’Aix, 1840: 31-36.



Fig. 69. A garnitura B 4 da ART.

Cerca de 10 anos mais tarde, por volta de 1575, Cristóvão de Morais pintou o retrato de Dom Sebastião, rei de Portugal e primo de Filiberto, com uma armadura muito parecida, quase com certeza doada pelo próprio primo da casa dos Saboias (fig. 70). Algumas peças desta armadura – também ela uma garnitura – estão conservadas numa coleção particular portuguesa (Daehnhardt, 2011) (fig. 71). Tanto os retratos como as peças remanescentes permitem-nos fazer uma comparação bastante precisa entre as duas garnituras. Observa-se, em primeiro lugar, que as duas armaduras não são gémeas, uma vez que têm alguns elementos que as diferenciam, sobretudo os espaldares.

No retrato de Cristóvão de Morais, o rei português veste uma tipologia de espaldares muito diferentes da de Emanuel Filiberto. Esta diferença revela-se ainda mais marcada nos elementos remanescentes, pois do rei de Portugal conserva-se o espaldar direito, morfologicamente semelhante ao retrato, mas com um padrão da decoração diferente (o espaldar esquerdo é de torneio a cavalo). O que torna as duas garnituras semelhantes são os padrões decorativos, quase idênticos nos dois cossóletes. Todos os elementos dos dois conjuntos são decorados com listas de fundos pontilhados e escurecidos (ainda que de qualidade técnica diferente) (Boccia e Coelho, *op. cit.*: 467-68), em que temas decorativos se alternam com fitas formando três tipos de nós, todos executados em água-forte e dourados.



Fig. 70. Retrato do Rei D. Sebastião, Cristóvão de Morais (1571-74), MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga, foto Luísa Oliveira/José Paulo Ruas.



Fig. 71. Cossolite da garnitura de D. Sebastião (atr.), coleção Daehnhardt, cortesia Rainer Daehnhardt (foto *De Re Militari*, <https://imaginariusbellica-remilitari.fesh.unl.pt/>).

Alguns destes nós desenvolvem-se num emaranhado, formando uma série de losangos, enquanto outros se entrelaçam em nó duplo horizontal, e outros ainda em nós simples. Nas orlas das peças repetem-se os mesmos motivos, ainda que de forma descontínua. Como já se referiu, os elementos que mais se assemelham são os dois cossoletes, com três listas decoradas, tal como nas outras peças; na lista central existente nas duas, contudo, à altura do peito, sobressaem dois nós verticais unidos por um losango, lado a lado. Os elmos têm igualmente diferenças consideráveis, a começar pela morfologia. Ambos são capacetes de encaixe, mas o de Emanuel Filiberto tem a viseira muito pronunciada com a crista e o pescoço cordados, ao contrário do capacete de D. Sebastião. A decoração segue também padrões diferentes: ambos têm três bandas, duas laterais e uma central que divide, simetricamente a peça, mas a dos Saboia também possui uma decoração em nós entre as bandas, à altura das orelhas. Diferenças observáveis também nos dois retratos: espaldares e cotoveleiras são muito diferentes entre si, bem como o padrão das decorações. Também nos retratos, as únicas peças que parecem idênticas são os cossoletes.

A historiografia interrogou-se, frequentemente, sobre o significado destes nós. Por vezes, têm sido interpretados como uma estilização do nó dos Saboia, símbolo desta casa ducal. De acordo com esta hipótese, seria plausível a teoria segundo a qual Emanuel Filiberto também teria encomendado para o primo da família real portuguesa um símbolo que o recordasse do estreito parentesco que os unia. Contudo, esta hipótese não está comprovada. Em primeiro lugar, o nó que simboliza a família é reproduzido com grande precisão nas armaduras encomendadas pelos Saboia; veja-se, por exemplo, o retrato anónimo que representa os cinco filhos de Carlos Emanuel I em 1603³, no qual os três filhos mais velhos, que estavam prestes a partir para a corte espanhola, são representados com armaduras que exibem fielmente o nó dos Saboia. O secundogénito do duque, Filipe Emanuel, foi representado com esta armadura por Giovanni Caracca, em três ocasiões: no início do século XVII, depois por volta de 1603, e por fim entre 1601 e 1606⁴. O próprio Carlos Emanuel foi, provavelmente, representado mais tarde com a mesma armadura, passada depois ao filho Filipe Emanuel. É esta a

³ Turim, coleção particular. V. Busto Arsizio, 1982: tav. XXIV.

⁴ Conservados no *Castello Reale di Racconigi*.

armadura que está representada no quadro de Caracca (c. 1585⁵) e de Giovanna Garzoni (entre 1632 e 1637). A peça que serviu de modelo conserva-se hoje no Palácio Real de Turim⁶, nomeadamente alguns elementos remanescentes⁷. Para além de todos estes exemplos, o duque foi também retratado várias vezes⁸ com uma garnitura na qual estão gravados, de forma notória, os nós dos Saboia⁹. Outro exemplar é o cossolete de barreira com a marca do Mestre do Castello a Tre Torri¹⁰. Finalmente, Van Dyck também representou o duque – tal como o seu filho Vittorio Amedeo I¹¹ –, vestindo mais uma armadura inteiramente gravada¹², na qual vemos – mais uma vez – uma densa repetição dos nós dos Saboia. Esta armadura encontra, ainda hoje, em grande parte preservada em Milão¹³.

Noutra ocasiões, estes motivos foram identificados como nós de Salomão, mas não é difícil também associá-los ao nó de Cheng. Este motivo da iconografia chinesa, transmitida pelos turcos, entrou na moda arqueira muçulmana do século XVII, Ainda que afastada do meio europeu¹⁴, observa-se decoração semelhante na produção arqueira de em Brescia, na segunda metade do século XVI; é o caso de alguns alfanges tradicionalmente atribuídos a Faustino Ghelfo, que poderiam

⁵ *Musée d'Art et Histoire*, Genebra.

⁶ *Le meraviglie del mondo. Le collezioni di Carlo Emanuele I*, Genova, 2016: scheda n. 21.

⁷ ART, invv. C 230, C 231, E 18.

⁸ Por exemplo, o retrato conservado no *Schloss Nymphenburg* de Munique, ou o do Castelo de Aglié, ou ainda o que foi vendido, em 2018, pela Sotheby. Para este último, v. *Le meraviglie*, scheda n. 10.

⁹ ART, invv. C 98, C 181, C 182, C 233, C 234, D 24, E 17. A propósito de temas decorativos semelhantes, o Mestre do Castello a Tre Torri usa, tanto nesta garnitura como no cossolete de barreira B 55, um padrão geométrico que parece ser imitado na armadura de sir John Smythe conservadas nas *Royal Armouries* de Leeds), e no seu desenho no *Almain Armourer's Album* (no *Victoria and Albert Museum*, Londres).

¹⁰ Luigi Marzoli, MAB, inv. B 55.

¹¹ No retrato realizado por volta de 1630, hoje no castelo de Racconigi, Vittorio Amedeo usa a mesma armadura do pai.

¹² Londres, *Dulwich Picture Gallery*.

¹³ Milão, *Castello Sforzesco*, inv. 97; ART, inv. C 230, C 231, E 18.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, o cano de tüfenk AM 30 do *Museo Nazionale del Bargello*, Florença.

lembrar algumas decorações da época romana, também presentes na produção de Brescia e ainda aparentes no século XIX¹⁵.

Na realidade, os nós que aparecem nas armaduras do rei de Portugal e do duque de Saboia são padrões decorativos bastante comuns em algumas tipologias de armaduras. São, quase sempre, garnituras de luxo, com fundos pontilhados e escurecidos, com relevos dourados, e cujos antigos proprietários nunca tiveram nenhuma ligação com a família Saboia. Na *Armeria Reale* de Turim conservam-se várias armaduras com esta decoração, como a garnitura do capitão Valerio Corvino Zacchei da Spoleto (fig. 72), ao serviço dos Della Rovere entre 1557 e 1576¹⁶.



Fig. 72. Garnitura B 7, atribuída a Valerio Corvino Zacchei, ART.

¹⁵ Vejam-se alguns mosaicos romanos com nós semelhantes, datáveis do I.º e II.º séculos d.C., conservados no *Museo di S. Giulia*, que ainda se podem observar desenhados na parte de trás do retrato de *Uno spazzacamino*, de Angelo Inganni, realizado em 1843 (Brescia, *Pinacoteca Tosio Martinengo*).

¹⁶ ART, inv. B 7. Cartesegne e Dondi, *op. cit.*: 327-28.

Uma armadura cuja semelhança com a do duque de Saboia levou à atribuição de algumas peças ao rei português, como a viseira¹⁷, retoma nós idênticos em listas muito semelhantes. O par de nós que observamos nos cossoletes de Emanuel Filiberto e de D. Sebastião está igualmente gravado neste peitoral, repetido 4 vezes, enquanto a rodela de Zacchei e a do rei de Portugal são idênticas. Ainda na *Armeria Reale*, está em exposição outro cossolete luxuoso, possivelmente pertencente a um membro da família Boncompagni, que, com algumas variações extremamente requintadas, retoma os mesmos nós na parte central¹⁸.

Os exemplos são vários: o cossolete e as grevas da armadura 3.945 do Museu Stibbert de Florença (fig. 73); a armadura B 8 da *Armeria Reale* de Turim, atribuível a Giovan Battista Rota da Bergamo, embaixador do duque de Mântua em França em 1574, e comandante dos homens de armas de Veneza em 1590 (Cartesegne e Dondi, *op. cit.*: 328.); o cossolete de peão e a rodela que o acompanha, no *Art Institute*



Figs. 73 e 74. Cossolete, MSF; cossolete e rodela, AIC.

¹⁷ A borguinhotá do *Musée de l'Armée* de Paris, que hoje sabemos ter pertencido à garnitura B 4 de Turim, e que, no passado, foi também atribuída à garnitura de D. Sebastião.

¹⁸ Turim, *Armeria Reale*, inv. C 27. Cartesegne e Dondi, *op. cit.*: 336

de Chicago¹⁹ (fig. 74); a armadura inv. 10.045 do *Musée de l'Armée* de Bruxelas (fig. 75); os requintados corseletes de peão B 46 e B 47 do Museu Luigi Marzoli, de Brescia (fig. 76).

Alguns nós idênticos encontram-se, igualmente, em decorações com motivos diferentes, como nas listas dos restos de um corseleto, atualmente, disperso entre o Museu de Armas Luigi Marzoli (o peitoral, inv. C 152) e o Museu das Armas Antigas de San Marino (a gorjeira), aparentemente, semelhantes à testeira 3.137 e 3.138 do Stibbert, mas com uma moldura diferente. Uma decoração que estava, portanto, na moda, na segunda metade do século XVI, como vários retratos de homens em armadura também o demonstram.



Figs. 75 e 76. Corseletes, MAB.

Também se encontram algumas decorações idênticas, com nós nas listas, na armadura do retrato de Fradique Álvarez de Toledo, 4.º duque de Alba (fig. 77); no de D. Luís de Lencastre, realizado em 1574 (fig. 78); no de sir John Shurley of Isfield (fig. 79); no de Francisco de Sandoval y Rojas, primeiro duque de Lerma, realizado por volta de 1600 por Juan Pantoja de la Cruz (fig. 80); e no do arquiduque Alberto d'Áustria, governador dos Países Baixos (fig. 81). Este motivo continuava na moda na primeira metade do século XVII, pelo menos na

¹⁹ George F. Harding Collection, inv. 1982.2194a-m.

Flandres, como vemos no retrato de Van Dyck, *Retrato de um comandante* (fig. 82). Por outro lado, voltamos a encontrar nós simples ou duplos em armaduras do início do século XVII, como a celada de encaixe para o torneio de barreira E 14, e nas duas armaduras do Mestre do Castello a Tre Torri, datáveis da primeira década do século XVII²⁰.



Fig. 77. Retrato de D. Fradique Álvarez de Toledo, mosteiro Sancti Spiritus el Real de Toledo, foto Ana María de la Iglesia Rivas.

²⁰ Londres, *Wallace Collection*, inv. A 63.



Fig. 78. Retrato de D. Luís de Lencastre,
<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/326631/>.

Uma armadura desenhada no *Harnischmusterbuch*, elaborada entre 1548 e 1563, com desenhos de armaduras decoradas pelo famoso Jörg Sorg (Becher, Gamber e Irtenkauf, 1980), em Augsburgo – um dos centros de produção de armas mais importantes na Europa –, confirma que este era um motivo decorativo da moda.





Fig. 79. Sir John Shurley of Isfield; Fig. 80. Francisco de Sandoval y Rojas; Fig. 81. Arquiduque Alberto de Áustria; Fig. 82. *Retrato de um comandante*.

Particularmente luxuosa é a armadura com nós pintada por Giovanni Ambrogio Figino, onde o retratado, que se julga ser Lucio Fioppa (fig. 83), veste *calções* tufados bordados com a mesma decoração da armadura²¹.

A presença da decoração, com esta tipologia de nós, está também documentada nos trajes suntuosos com que vários príncipes foram retratados. De resto, a mesma decoração com listas, nas armaduras, retoma uma moda do vestuário, como se pode observar no traje vestido pelo grão-duque da Toscânia, Cosimo II de' Medici, retratado por Justus Sustermans no seu papel de Grande Mestre da Ordem de Santo Stefano de Pisa, ou no retrato do arquiduque Matthias, imperador entre 1612 e 1619, conservado no *Royal Armouries Museum* de Leeds, cujos *calções* retomam os padrões em nós, embora diferente do padrão geométrico das listas da armadura.

No cossolete do retrato do arquiduque, futuro imperador, nota-se como os padrões das decorações das listas – brasões de armas, e os típicos camafeus com rostos humanos nos espaldares – se assemelham aos de outras armaduras. Foi recentemente demonstrado, partindo da análise do *Retrato de um Jovem General* de Van Dyck, quando comparado com um elmo do Museu das Armas Luigi Marzoli, que muitos

²¹ Também no retrato de Emanuel Felisberto de Saboia, no *Musée d'Art et Histoire* de Genebra, o duque usa calções tufados com a mesma decoração da armadura.



Fig. 83. Retrato de Lucio Foppa, por Ambrogio Figino (2.ª metade do séc. XVI).

padrões decorativos aparecem em várias armaduras, às vezes com pequenas diferenças, outras vezes associados com outros temas. Muito frequentemente, a diferença encontra-se na moldura das listas (Ignia, 2023: 111-29) mas, em qualquer caso, estes parecem constituir padrões canonizados. É o que podemos deduzir das gravuras de numerosos álbuns de desenhos, como o *Thun-Hohenstein Album*, que satisfaziam o gosto dos nobres comandantes na segunda metade do século XVI e grande parte do século seguinte.

Entre os numerosos exemplos que se poderiam dar, citamos a armadura usada por Guidobaldo II della Rovere, retratada na *Galleria degli Uffizi*, da qual, pelo menos, um braço está conservado no Museu Bardi, de Florença. Mas existem outros elementos da armadura que, não pertencendo a este conjunto, têm a mesma decoração: por exemplo, um capacete de cavalo e umas *costas* no Museu das Armas Luigi Marzoli, e um coxote da *Armeria Reale* de Turim. A vasta difusão de garnituras tão ricamente decoradas é um facto entre os grandes príncipes da Europa, já na segunda metade do século XVI: o retrato do almirante D. Aires de Saldanha de Albuquerque, do Museu do Traje, em Lisboa (fig. 84), vice-rei e governador da Índia para a coroa portuguesa, no qual usa uma sumptuosa armadura com decoração baseada num entrelaçamento de linhas e curvas que formam longas molduras, na garnitura da *Wallace Collection*²² (fig. 85), bem como na grande garnitura que pertencia a Juan de la Cerda, duque de Medinaceli²³.

As armaduras que partilhavam estas decorações eram, na sua maioria, garnituras compostas por peças mais ou menos semelhantes, pelo menos morfológica e – muito provavelmente – qualitativamente. Por conseguinte, a diferença substancial residia nas decorações que as tornavam peças verdadeiramente únicas. Entre os numerosos mestres que participavam na produção de uma armadura, era ao decorador que cabia diferenciar as garnituras. Nos últimos anos, a investigação fez progressos importantes no conhecimento das técnicas decorativas (Dondi, 2011) e dos mestres gravadores (Merlo, 2022) (fig. 86), mas a única certeza que temos é a de que são todas obras lombardas, quase certamente de Milão.

²² Londres, *Wallace Collection*, inv. A 63.

²³ Embora a maioria das peças estejam conservadas na ART, outras peças encontram-se no Museu das Armas Luigi Marzoli, de Brescia, no *Art Institute de Philadelphia* e no Castelo de Konopiště.



Fig. 84. Anónimo, D. Aires de Saldanha de Albuquerque, (c.1591),
MNT – Museu Nacional do Traje, Museus e Monumentos de
Portugal/Arquivo de Documentação Fotográfica, foto de Arnaldo Soares.



Fig. 85. Garnitura, WC.

No entanto, apesar de conhecermos os seus nomes e termos vários documentos sobre as suas vidas e atividades profissionais, somos, paradoxalmente, quase sempre incapazes de lhes atribuir com certeza a autoria das armaduras que hoje se conservam. A garnitura B 4, de Emanuel Filisberto, foi atribuída por Angelo Angelucci a Giovan Paolo Negroli, um parente distante do Filippo mais famoso. O documento que proporcionou a atribuição está datado de 27 de setembro de 1561, ano compatível com a datação da garnitura B 4, ano em que o duque de Saboia paga a Giovan Paolo duas rodelas para completar duas armaduras encomendadas pelo próprio Saboia, que deveriam ser doadas ao rei de França e ao duque de Orleães (Angelucci, 1890: 57-58, n. 3).



Fig. 86. *Harnischmusterbuch*, Augsburg, Jörg Sorg (1548-1563), Stuttgart, *Württembergische Landesbibliothek*, Cod. Milit. 2°24, c. 34r.

Hoje, pelo que sabemos sobre o trabalho dos Negroli (Phyrr e Godoy, 1999; J.-A. Godoy e S. Leydi, 2003), podemos excluir a hipótese que a garnitura do duque tenha sido produzida por estes armeiros. De facto, um documento sobre pagamentos é particularmente elucidativo, no qual as armaduras são descritas de forma aproximada, ou não o são de todo, tornando assim impossível qualquer identificação. Podemos, no entanto, afirmar que estas garnituras, com as respetivas decorações, saíram da mesma esfera de produção e esfera cultural, provavelmente Milão. E também podemos afirmar que foram encomendadas por reis, príncipes e grandes nobres, que depois com estas peças se faziam retratar no seu papel de *condotieri* e outros cargos e situações de prestígio. Iam, assim, ao encontro do gosto que a moda bélica impunha, entre os séculos XVI e XVII, por toda a Europa... desde as ilhas britânicas até à costa mediterrânica, e da Península Ibérica até às margens orientais do império.

A razão do sucesso destas armaduras terá causas diversas. A produção da segunda metade do século XVI, em Milão, destacava-se pelos produtos de alto luxo, o que significava, principalmente, a utilização de excelentes peças pré-trabalhadas e de forjaduras que conferiam o maior conforto possível ao utilizador. Eram muito procuradas, porque efetivamente se podiam usar não só como traje elegante, durante cerimónias oficiais e festas da corte, mas também durante as campanhas militares. Exibia-se, desta forma, o prestígio social dos comandantes, também no campo de batalha. A cintilante policromia era, além disso, útil para serem vistos de muito longe, tanto pelos próprios homens como pelos inimigos. E, estando em vigor a prática de fazer os inimigos prisioneiros com o fim de pedir um resgate, poderia salvar a vida do utilizador, a ainda que de forma indireta: quem usasse uma armadura cara vinha, seguramente, de uma família que podia pagar um elevado resgate.

O elmo de D. Sebastião, por exemplo, mostra vestígios de combate, com 89 sinais de golpes de lâmina. Isto levou à suposição de que era o elmo, e, portanto, a armadura, que o jovem rei português usava no dia 4 de agosto de 1578, na mal-aventurada batalha de Alcácer-Quibir, onde desapareceu. Como já foi corretamente afirmado, destas marcas não resultaram ferimentos que levaram à morte quem vestiu o elmo, fosse D. Sebastião ou outra pessoa. Trata-se, aliás, de marcas bastante comuns neste tipo de elmo, o que não significa, necessariamente, que sejam inflingidas no decurso de uma batalha. De facto, para além das marcas que apareciam nestas garnituras quando serviam como armadu-

ras em torneios, como foi o caso do elmo de D. Sebastião, é frequente resultarem de impactos mais recentes. Efetivamente, entre os séculos XIX e XX estava na moda reencenar, de forma desportiva, os torneios da Renascença. Normalmente usavam-se as armaduras dinásticas ou dos colecionadores abastados, ocasiões em que muitas delas foram gravemente danificadas. Além disso, foram muito usadas, mais ou menos na mesma altura como proteção para a esgrima. E os sinais deixados por esta atividade desportiva são ainda hoje visíveis em numerosos exemplares, um pouco semelhantes aos do elmo do rei português (Gotti, 2017).

Não existem provas de que D. Sebastião tivesse usado esta garnitura específica durante a expedição a Marrocos, de entre as muitas e suntuosas que possuía²⁴. E não conhecemos a história completa da recuperação das partes remanescentes, para saber como se processou o respetivo retorno para Portugal, desde Marrocos, separadas dos restos mortais do seu dono. Todavia, o aparecimento destas peças, quer sejam as usadas no campo de batalha de 4 de agosto de 1578, ou não, fornece mais pistas de pesquisa e de reflexão sobre a habilidade dos mestres armeiros lombardos e sobre a sua grande capacidade empreendedora, ao ponto de impor o seu produto, como moda, a todos os monarcas e príncipes europeus da sua época.

24E com as quais foi retratado desde que era criança (Daehnhardt, 1998).

O ARNÊS DITO DE D. MANUEL*

António Conduto Oliveira
(FLUC/CHSC)**

A história dos armamentos medievais e renascentistas é uma narrativa de perda quase absoluta. Das centenas de milhares de peças produzidas nas forjas da Idade Média e do Renascimento restam apenas testemunhos fragmentais e fragmentados, espalhados por colecções públicas e privadas, um pouco por todo o mundo. Em Portugal, complica-se ainda mais este cenário: das peças que passaram pelo território português, desde o século XII, sobram apenas o que se poupou às invasões do reino em 1580 e 1807-1810, ao desastre do Terramoto de 1755, ao despojamento de arsenais nos séculos XIX e XX, e à incúria e negligência comuns a quase todas as épocas da História. É, portanto, surpreendente que uma das poucas peças que nos chegaram seja o exuberante arnês atribuído a D. Manuel I de Portugal, o *Afortunado*, que hoje se conserva no *Musée de l'Armée*, em Paris.

Um arnês, ou vários?

O arnês dito de D. Manuel I de Portugal (r. 1495-1521) é um arnês compósito de produção italiana, obrado pelo mestre armeiro Nicolau ou Niccolò Silva, activo entre 1511 e 1549, de acordo com os registos no Arquivo Histórico de Milão (Pyhrr, 1983: 111). Estabelece-se esta atribuição com base nas marcas do armeiro, repetidas aqui e acolá nas partes constituintes do arnês: na grande placa de reforço do ombro esquerdo (a sobreguarda), por exemplo, mostra-se gravado o compasso de Silva, ladeado pelas letras *N* e *S*, atribuição que se repete nos braços,

* Por vontade expressa do Autor, a ortografia deste texto não segue o Acordo Ortográfico de 1990..

** Doutorando de História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bolseiro FCT, com projecto financiado ao abrigo da bolsa 2021. 04826.BD, <https://orcid.org/0000-0003-0631-0643>.

numa joelheira e numa cartela no coxote direito. Tal como noutras peças da sua lavra, é dado uso preferencial pela gravação da marca, em vez da tradicional punção usada por outros armeiros seus contemporâneos.

Este conjunto, com o número de inventário G.Po.555, é um de apenas quatro arneses sobreviventes de Silva (G.7, G.10, G.178), grupo que se conserva por inteiro no *Musée de l'Armée*. Para além deles, a obra sobrevivente de Silva inclui uma espaldeira, no *Metropolitan Museum of Art*, de Nova Iorque¹, assim como uma espaldeira e uma placa de reforço do ombro direito, no *Museo Stibbert* de Florença² – todas atribuíveis, com maior ou menor grau de certeza³, a Silva ou à sua oficina.

O conjunto actual é o que resta do que terá sido uma colecção maior de peças, aquilo que vulgarmente se designa por *garniture*, ou *guarnitura* em Português: uma armadura com múltiplas peças adicionais, adaptável ao combate de campo ou a vários tipos de actividade marcial e desportiva (torneios, jogos militares e equestres, paradas...). Na sua presente configuração, o arnês está montado para combate montado: compreende um elmete com gorjal integrado, espaldeiras (com sobre-guarda da espaldeira direita), arnês de braços (rebraços, codais, avambrços) e guantes ou manoplas; espaldar e peito de peça única (sem panceira), com um sólido riste, fraldão e escarcela conjuntos; arnês de pernas (coxotes, joelheiras, grevas), e sapatos de ferro ou escarpins.

Acrescenta-se ainda a este conjunto uma placa de reforço do peito (ou volante), decorada com um padrão de 24 quartéis raiados⁴; um peculiar espaldecete com rebraço⁵, um codal ou reforço de cotoveleira para cada braço⁶, um coxote com joelheira para a perna esquerda e um

¹ N.º de inventário 29.158.81. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/22782>.

² N.º de inventário 120 e 128, in Boccia, 1975. *Il Museo Stibbert a Firenze*, v. 3-1: 78 e 80, respetivamente.

³ Pyhrr reporta ainda a existência de um peito, nas coleções do *Metropolitan*, com padrões decorativos similares aos da oficina Silva, mas de realização muito mais tosca, o que pode indicar a cópia destes padrões noutras oficinas (Pyhrr, 1983: 118-120).

N.º de inventário Po.555-6. É possível ver esta peça na reprodução a preto e branco do arnês, no catálogo *A Mão que ao Ocidente o Véu Rasgou – Armaria*: 70; ou em Scalini, 2001. *Giovanni delle Bande Nere*, p. 123.

⁵ N.º de inventário Po.555-3.

⁶ N.º de inventário Po.555-1 e Po.555-2. Apresentando-se sozinhos, tanto pode-

fragmento de outro coxote também para a perna esquerda⁷, todas presentemente guardadas em depósito⁸. Todas estas peças foram adquiridas com a restante colecção Pauilhac, e partilham com o arnês muito mais do que apenas números de inventário sequenciais: a gramática decorativa típica de Silva, por um lado, e o tipo de corrosão presente tanto nestas peças como nas peças do arnês, por outro, indicam que todas as peças tinham não só a mesma proveniência comum mas, quase certamente, um emparelhamento propositado (alargado à forma como foram armazenadas e, conseqüentemente, sujeitas às mesmas condições de deterioração). Não sendo possível utilizá-las a todas em simultâneo sobre o corpo armado, fica a dúvida sobre se estaremos perante uma garnitura de facto ou de dois (ou até três) arneses diferentes da mesma oficina e para o mesmo cliente, utilizando as mesmas técnicas decorativas que as do restante arnês, o mesmo programa decorativo, e a mesma profusão de dourados — de que estas peças estão aliás integralmente revestidas⁹. Tanto no arnês como nas restantes peças, a matriz construtiva é tipicamente italiana. O arnês partilha uma volumetria geral suave e arredondada com outras peças italianas suas contemporâneas, como é o caso do arnês B6, de 1510, no santuário de Santa Maria della Grazie, em Mântua (Boccia, 1982: fotos 376-396), ou a armadura de Giano II di Campofregoso, no *Kunshistorisches Museum*, de Viena¹⁰, ambas de cerca de 1510, ou com a arma-

rão ser reforços a um arnês de braços como codais utilizados num sistema de arnês “flutuante”.

⁷ N.º de inventário Po.555-5.

⁸ É necessário assinalar a visita do autor às reservas do *Musée de l'Armée*, em Março de 2023, feita em conjunto com Peter Kalkman (Centro de Arqueologia de Roterdão), para levantamento de todas estas peças. Desta visita encontra-se em elaboração uma monografia sobre o arnês, da qual o presente trabalho serve simultaneamente como sùmula e como ponto de partida. Gostaríamos também de deixar os nossos profundos agradecimentos a Olivier Renaudeau, curador do departamento de armas e armaduras, pela estima e simpatia com que nos acolheu e à nossa investigação.

⁹ Há ainda assinalar dois arneses de braços compósitos (ambos com o número de inventário Po. 563) feitos de avambraços, codais e rebraços acoplados a espaldetes em tudo semelhantes à produção milanese em geral e de Silva em particular. A possível relação destes braços com o conjunto atribuído a D. Manuel, ou à oficina de Silva, está ainda por apurar, e será um dos objectos de estudo da monografia proposta.

¹⁰ Hofjagd- und Rüstkammer, A 11 in <https://www.khm.at/objektdb/detail/371463/?offset=77&lv=list>.

dura “prateada e gravada” de Henrique VIII de Inglaterra, provavelmente elaborada nas oficinas de Greenwich, em 1515 (Rimer, Richardson, 2009: 172). De feição italiana são também as espaldeiras (peças para o ombro) assimétricas, a mais pequena no ombro direito e a maior no esquerdo, esta última reforçada por uma sobreguarda com uma asa ou flange saliente, que protege o pescoço. Não obstante a sua proveniência, o conjunto apresenta algumas influências alemãs, perfeitamente naturais neste período de confluências na armaria europeia e em que os armeiros italianos se especializam em vários estilos de “exportação” (Blair, 1958: 91). São exemplo destas influências as escarcelas pseudo-escamadas e a configuração angulosa das manoplas, idênticas às da produção coeva dos armeiros de Innsbruck. Encontramos similares estilísticos noutros modelos italianos *alla tedesca*, e.g. um meio-arnês para cavalaria ligeira no *Metropolitan*, com um padrão decorativo estriado semelhante (La Rocca, 2017: 102-104), ou as escarcelas e manoplas do arnês G.8, feito por Giovanni Missaglia, de cerca de 1510-1515 (Reverseau, 1982: 118-119). Este arnês é, portanto, exímio exemplar da confluência de estilos das primeiras duas décadas de Quinhentos, aliás perfeitamente consentânea com o cosmopolitismo artístico luso do século XVI.

O programa decorativo

Todo o arnês se apresenta coberto por séries de gravações altamente elaboradas (muitas delas douradas), plenas de troféus, frutos e ornamentação geométrica e vegetalista. Falar em programa decorativo é simplificar por demais o complexo: o que se vê, no arnês de D. Manuel, é a aplicação de uma série de técnicas e estilos díspares, repartidas descontinuamente pelo corpo, mas unidas visualmente por pequenos padrões de emolduramento. O esquema decorativo das guantes, por exemplo, de aço relevado em blocos losangulares cobertos de floreados, não tem continuidade em mais lado algum do conjunto; a morfologia escamada das escarcelas encontra eco apenas nos escarpins; o padrão raiado da panceira é empregue na sobreguarda e evocado nas asas das cubiteiras (que protegem o interior do cotovelo) e das joelheiras.

O caso mais distinto é o dos arneses de pernas, totalmente cobertos por colunas de gravações (que também se verificam nas peças suplementares). Nos coxotes de ambas as pernas retratam-se vários episódios religiosos ou mitológicos, muito ao gosto do Renascimento italia-

no. Algumas das cenas, como uma degolação de São João Batista ou possíveis representações de Vulcano ou Orfeu, são de fácil identificação; outras furtam-se ainda a uma explicação mais precisa e requerem um estudo aturado. Repete-se em vários destes episódios a presença de relógios em torres, em pano de fundo, assinalando com os ponteiros a hora da morte de Jesus Cristo (três horas da tarde, segundo o Evangelho de São Marcos).

Em paralelo a estas repetidas referências mitológicas e cristológicas, há várias cenas de batalha, com soldados retratados num misto de equipamento evocativo da Antiguidade Clássica e armamento e roupagens coevos do arnês (borguinhotas, a roupagem fendida da época de inspiração alemã). A maior e, infelizmente, mais danificada representação de uma destas cenas encontra-se na asa da sobreguarda, na qual, com algum esforço, é ainda possível discernir o confronto entre dois blocos de homens armados com piques e alguns cavaleiros pelo meio. Este género de composição figurativa é característica única e, tanto quanto sabemos, exclusiva da oficina de Silva, neste período (Pyhrr, 1983: 112), e empregue repetidas vezes na sua produção: podem ver-se composições em tudo semelhantes nas asas de reforço das espaldeiras do arnês G.7 e G.178, na espaldeira do *Metropolitan Museum of Art* e na do *Museo Stibbert* de Florença (Boccia, 1975: 78 e 80). É aliás com esta última que a cena gravada na asa da sobreguarda mais se assemelha, embora pareça haver mais guerreiros a pé representados no arnês de D. Manuel que na espaldeira do Stibbert.

Por fim, é necessário salientar o que talvez seja o elemento mais importante do conjunto, por mais único: a esfera armilar, representada ao longo das bandas laterais das escarcelas, assim como a meio do espaldar, sobre o eixo da espinha dorsal. Em qualquer uma das três representações, a esfera é desenhada com eixo e com pé ou base, no que é uma representação menos habitual da esfera manuelina.

A desigualdade de técnicas decorativas usadas entre diferentes elementos da armadura poderia apontar para radicais alterações posteriores, ou para o emparelhamento de peças de diferentes proveniências, mas a análise cuidada do conjunto mostra que existem pequenos padrões – arabescos, encordoamentos, florões, troféus – que se repetem em quase todas as peças, principalmente no correr das arestas. Ainda assim, é notória a diferença de qualidade entre as decorações nas placas originais e nas das peças de substituição que se repartem por toda a armadura. As placas da base do elmo e o gorjal são de feitura moderna, como o são as placas inferiores da espaldeira esquerda, duas

da direita e as duas placas imediatamente ao fundo do espaldar; largas porções das escamas das escarcelas foram refeitas, à semelhança das placas principais dos joelhos, do interior dos avambrços, e da manopla direita. Mesmo nestas reparações e decorações posteriores se aplicam os mesmos padrões, pugnando por criar um sentido de unidade das peças que talvez não tenha existido originalmente, já que várias das partes refeitas teriam sido polidas e sem decoração. Feitas estas ressalvas, o resultado final é um conjunto razoavelmente uniforme, um testemunho em aço da mestria dos armeiros milaneses (e, em menor medida, dos restauradores oitocentistas), em época de transição para novos modelos de armamento.

Percursos e incógnitas

A reiterada presença da esfera armilar, empresa de D. Manuel, forma uma ligação inegável entre o monarca e o arnês. O problema que se nos coloca é saber de que forma se relacionam estes dois actores.

A hipótese mais óbvia e imediata é, naturalmente, a de o arnês ser pertença real, hipótese essa que, quer a cronologia, quer a qualidade técnica e decorativa da peça amplamente sustentam. D. Manuel, sabemos, nunca chegou a ir à guerra, o que não implica que desdenhasse os símbolos da condição guerreira, mas, sim, que os transplantasse para outras esferas da sua existência, como os torneios. Por detrás do seu aparato, esta peça esconde um conhecimento técnico ímpar e garantiria um enorme grau de segurança a quem a usasse, fosse em que circunstância fosse.

Esta não é, no entanto, a única hipótese possível. O arnês poderia constituir um presente régio, por exemplo, prática razoavelmente comum à época. Vejam-se, a título de exemplo, os vários arneses oferecidos por Maximiliano I, imperador do Sacro-Império Romano-Germânico, que incluem um arnês do mestre-armeiro Lorenz Helmschmied, provavelmente oferecido ao arquiduque Sigismundo do Tirol, em 1485; os dois arneses que se guardam no *Kunsthistorisches Museum* de Viena, encomendados entre 1512 e 1514 para o neto de Maximiliano, o futuro imperador Carlos V; ou o arnês enviado a Henrique VIII de Inglaterra, em 1514 (Blair, 1965: 1-52), feito pelo artesão austríaco Konrad Seusenhofen¹¹. Não temos, no entanto, hipótese de determinar esta possibilida-

¹¹ Sobre estes arneses e o seu papel na política de presentes imperiais de Maximiliano, v. Terjanian, 2019: 32-37.

de. É também possível, embora altamente improvável, que a marcação do arnês com a esfera tenha acontecido a mando de D. João III ou de D. Sebastião, que fizeram também eles uso deste símbolo. Improvável, porque faria pouco sentido a marcação de um arnês estilisticamente ultrapassado para qualquer um destes dois monarcas.

Tão ou mais misteriosa do que a presença da esfera é o peculiar percurso que este arnês terá feito para chegar a Paris. O primeiro registo concreto que temos dele, já associado a D. Manuel I, é um recibo de inventário da colecção privada doleccionador francês Georges Pauilhac, doada ou rematada por atacado pelo *Musée de l'Armée*, entre 1958 e 1964¹². Esta enorme colecção de armamento foi o resultado da consolidação de várias outras pequenas colecções angariadas ao longo de anos, um agregado que incluía colecções ibéricas, como a colecção Estruch y Cumella, de Barcelona, ou partes da colecção dos duques de Osuna. É possível que tenha sido vendido ou transmitido a algum familiar de D. Manuel I, em vida ou após a sua morte, expedido para terras de Espanha (à semelhança das tapeçarias de Pastrana, por exemplo) ou outras, e posteriormente adquirido por Pauilhac, após a compra



Fig. 87. (Foto A. Oliveira).

¹² Sobre a colecção, v. Charles, 1965.



Figs. 88-89. (Fotos A. Oliveira).



Figs. 90-91. Detalhe da esfera armilar (Fotos A. Oliveira).

de alguma armaria em leilão. Poderia também ter estado no Arsenal Régio de Lisboa até 1834, ou circulado em colecções privadas e adquirido por Pauilhac a algum colecionador, ou um sem-número de outras explicações mais ou menos prováveis. As dúvidas abundam, as evidências escasseiam. É, no entanto, a partir das peças que se pode começar a construir uma ideia do seu passado, uma noção em que figura um monarca ao comando de um império nascente, farto em meios, em contacto constante com a melhor produção artística e armeira da Europa do seu tempo.



Fig. 92. (Foto A. Oliveira).

ARMAS DE FOGO INDIVIDUAIS PORTUGUESAS NA ÁSIA

André Murteira
(CHAM – NOVA/FCSH)*

Roger Lee de Jesus
(FLUC/CHSC)**

As armas de fogo individuais são um assunto pouco tratado pela historiografia militar dos portugueses na Ásia. Pode parecer paradoxal, dada a importância quase sempre atribuída às armas de fogo na expansão lusa no Oriente, e na expansão europeia em geral. O caso português é tradicionalmente invocado por defensores de uma superioridade militar europeia assente nas armas de fogo (Cipolla, 1965; Parker, 1996). Contudo, a maior parte da historiografia tem-se concentrado nos episódios clássicos da história militar portuguesa na Ásia, que foram, maioritariamente, batalhas navais em mar aberto e cercos a fortalezas costeiras. São estes os eventos centrais no que continua a ser a narrativa aceite da história militar do chamado *Estado da Índia* (o conjunto das possessões lusas, na África Oriental e na Ásia) (Subrahmanyam, 1993; Newitt, 2005; Disney, 2009).

No auge do seu poder, no século XVI e na primeira metade do século XVII, o *Estado* consistia, sobretudo, numa rede de enclaves costeiros fortificados que ia de Moçambique ao Sul da China e aos confins orientais da atual Indonésia. A visão estabelecida é a de que a maneira que os portugueses encontraram de contrariar a sua inferioridade numérica foi, no mar, o emprego de grandes veleiros redondos bem artilhados, e, em terra, a construção de fortalezas costeiras abastecíveis por mar e defendidas das multidões além das muralhas pela mesma artilharia que tornava os navios portugueses superiores (Rodrigues, 2004). Ou seja, nos dois casos, as armas de fogo eram, de facto, cruciais,

* <https://orcid.org/0000-0001-8814-5981>.

** <https://orcid.org/000-0002-8560-4190>.

mas estas armas eram canhões, não armas de fogo individuais. Por trás das amuradas dos navios e das muralhas das fortalezas, arcabuzes e mosquetes tinham apenas um papel auxiliar em relação à artilharia.

Este foco em navios, fortalezas e canhões fez do caso português um bom exemplo para o modelo da “revolução militar” de Geoffrey Parker, baseado nestes três elementos, a par das mudanças no emprego das armas de fogo individuais devidas à introdução das chamadas táticas de tiro sincronizado (*volley-fire tactics*) (Parker, 1996). Estas táticas de *volley-fire* já tinham estado no centro do primeiro modelo de revolução militar, proposto por Michael Roberts, na década de 1950 (Roberts, 1995). Ao contrário de Parker, Roberts, se alguma vez tivesse olhado para o caso português, não teria encontrado muito que pudesse interessá-lo. Devido aos seus poucos números, os portugueses evitavam grandes batalhas campais, onde o efeito das armas de fogo individuais poderia ter sido maior. As ações de infantaria das suas tropas tendiam a ser surtidas de pequena escala, muitas vezes em operações anfíbias relâmpago. Embora arcabuzeiros estivessem sempre presentes, não atuavam em coordenação estrita com corpos de lanceiros, como nas formaturas compactas e disciplinadas então em uso na Europa Ocidental. Aquele tipo do que podemos chamar guerra irregular não era propício a práticas condutivas ao desenvolvimento de táticas de *volley-fire*.

Fatores não operacionais podem também ter contribuído para esta situação, nomeadamente a prática corrente de ter os soldados mantidos como dependentes de altos oficiais nobres, em vez de servirem, de maneira continuada, num verdadeiro exército regular e permanente (Rodrigues, 2004: 219-23)¹. Isso tornava mais difícil o treino sistemático das tropas e favorecia cadeias de comando pouco efetivas e disciplina deficiente, em geral.

O século XVI assistiu a uma série de tentativas falhadas de desenvolver um sistema de “ordenanças”, isto é, formaturas mistas de lanceiros e arcabuzeiros regularmente treinadas e com hierarquia de comando bem definida (Rodrigues, 1994). Três dos mais famosos proponentes deste sistema foram o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515) e os vice-reis D. João de Castro (1545-1548) e D. Luís de

¹ Um documento da primeira metade do século XVI lista os nomes e outras ocupações de cerca de 200 “espingardeiros”, ao serviço, em Goa. Mostra que alguns deles eram também artífices especializados, como sapateiros, pedreiros e carpinteiros (ANTT, Fragmentos, cx. 5, mç. 1, n.º 26).

Ataíde (1568-1571, 1578-1580). Trata-se de três dos mais celebrados heróis militares do *Estado da Índia*, com Albuquerque em lugar de destaque (Pelúcia, 2016; Garcia, 2017; Jesus, 2021; Vila-Santa, 2015). Vistos como os maiores comandantes do seu tempo, ganharam fama enquanto criticavam e tentavam substituir o sistema de infantaria existente, o que contribuiu para uma certa “má reputação” da infantaria portuguesa na Ásia. Em geral, tem sido considerada como falha de disciplina quando comparada com os modelos então prevaletentes na Europa (Bebiano, 2004a: 50-52; Costa, 2004: 97-99; Hespanha, 2004: 19-20).

Convém notar que esta era já uma opinião corrente, ao tempo, entre alguns setores portugueses. O “eurocentrismo” militar, na verdade, foi um sentimento persistente em Portugal, no período. Embora o país tivesse logrado criar um império colonial considerável no século XVI, fê-lo enquanto se mantinha afastado de conflitos na Europa. Isto distinguia-o de poderes coloniais europeus similares, como a Monarquia Hispânica e, mais tarde, a República Neerlandesa, criando uma curiosa insegurança quanto aos seus sucessos de armas além-mar. Já no século XVI, alguns denegriam os feitos dos seus compatriotas na Índia, desqualificando os seus adversários como “negrinhos nus & sem armas” (Castanheda, 1979: 794). E, no século seguinte, D. Francisco Manuel de Melo aventou, pioneiramente, que os portugueses tinham ficado atrás dos seus vizinhos europeus, por apenas travarem guerras fora da Europa (Sérgio, 1958: 31-34).

Melo, um servidor cosmopolita da Monarquia Hispânica, foi um exemplo típico dos militares portugueses que serviram na Europa. Já no século XVI os tinha havido, normalmente veteranos dos exércitos da Monarquia Hispânica. No entanto, o período da chamada União Ibérica (1580-1640) aumentou as oportunidades para este tipo de serviço. A participação na guerra contra a República Neerlandesa, na Flandres, era vista como especialmente prestigiosa. Esta guerra adquiriu, então, o estatuto de guerra “modelar”, contra a qual se media todos os outros conflitos (Cruz, 2018).

Os tratados militares portugueses refletiam esta situação. Seguiam de perto modelos espanhóis e italianos e, como tal, refletiam pouco da experiência militar portuguesa dominante, que ocorria fora da Europa. O seu pequeno número, por um lado, e a sua natureza muitas vezes derivativa, por outro, levou historiadores a vê-los como um sinal do atraso militar português, em termos europeus (Bebiano, 2004a). Luís Costa e Sousa questionou esta assunção, salientando que alguns trata-

dos e textos similares têm sido negligenciados (Sousa, 2013). No entanto, permanece o facto de que este corpo de textos oferece pouca informação sobre as práticas militares portuguesas fora da Europa. As duas exceções principais não são tratados militares, no sentido estrito da expressão, mas, antes, dissertações políticas e morais sobre assuntos militares: o *Primor e honra da vida soldadesca no estado da Índia*, escrito, provavelmente, na década de 1570; e a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, redigida por volta de 1600 (Pereira e Cruz, 2003; Silveira, 1996).

O mais notável dos dois é a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*. O autor, Francisco Rodrigues Silveira, era um antigo soldado que servira na Ásia, entre 1586 e 1598. Escrito como uma denúncia da situação do *Estado da Índia*, o texto pinta um retrato dramático de declínio militar e político. Entre as causas, avultava a suposta falta de disciplina da infantaria. Alegava-se que as tropas do *Estado*, ávidas de botim e de glória, apenas competiam entre si por saques e fama, em vez de atuarem coordenadamente. Este era um tópico recorrente nas críticas às tropas portuguesas na Ásia, mas poucos o terão expresso com tanta força como Silveira. A *Reformação* deve ser vista como a obra de um polemista, uma espécie de versão militar do *Soldado Prático*, de Diogo do Couto (Couto, 1980; Couto, 2001).

O livro de Couto, uma denúncia da corrupção no *Estado da Índia* na segunda metade do século XVI, foi, provavelmente, o responsável principal pela reputação póstuma de “decadência” portuguesa na Ásia. Historiadores viram-no como criador de uma “lenda negra” de declínio, comparável à *leyenda negra* sobre Espanha (Winius, 1985). Apesar do título, não contém muito sobre matérias militares. No entanto, Silveira e, em menor grau, o autor anónimo de *Primor e honra...*, preenchem essa lacuna, pintando um retrato de decadência militar assente no defeito fundamentalmente moral da indisciplina.

O posterior colapso militar do *Estado*, entre as décadas de 1630 e 1660, pareceu dar-lhes razão, sobretudo devido ao contributo central nesse colapso da Companhia das Índias Orientais neerlandesa (*Vere-nigde Oost-Indische Compagnie*, ou VOC), fundada em 1602. Em 1617, o rei Filipe III (II de Portugal) frisara a necessidade de organizar as tropas lusas no Oriente segundo modelos europeus, agora que enfrentavam tropas neerlandesas bem disciplinadas (Pato, 1893: 168-69 e 287-88). Entre 1638 e 1663, a VOC, em conjugação com vários aliados asiáticos, tomou todas as posições portuguesas no Ceilão e no Malabar,

no Sueste da Índia, a par do posto estratégico de Malaca, na Península Malaia. O facto de a companhia ser um poder militar norte-europeu – criado no mesmo país e período em que Maurício de Nassau desenvolveu a tática do *volley-fire* – contribuiu para a sua reputação de “modernidade” militar – confirmando, por oposição, a visão do derrotado *Estado da Índia* como um poder atávico e decadente.

O *Soldado Práctico* e as suas visões associadas de decadência têm sido muito criticados ultimamente (Thomaz, 1995; Subrahmanyam, 1993: 115-16). Devido a este “revisão”, a visão tradicional de um *Estado da Índia* em pré-declínio, antes da chegada da VOC à Ásia, é hoje aceite por poucos. Contudo, um revisionismo similar não parece ter ainda chegado ao campo específico da história militar².

A intenção por trás do excursus historiográfico acima foi mostrar que a falta generalizada de interesse pelo tema das armas de fogo individuais, na história do *Estado da Índia*, teve duas razões: por um lado, a concentração da historiografia na guerra naval e de cerco, vistas como os campos onde os portugueses foram mais inovadores, devido ao emprego de artilharia; por outro, a “má reputação” da infantaria portuguesa na Ásia, vista, pelo contrário, como um corpo indisciplinado e apegado a formas atávicas de guerra irregular. Enquanto preparávamos este artigo, deparámo-nos, assim, com uma ausência quase completa de estudos detalhados e confiáveis sobre o tema.

Será que a importância das armas de fogo individuais para o *Estado da Índia* foi tão limitada como o desinteresse da historiografia pelo tema sugere? Eis algo que precisa de ser melhor analisado. Os historiadores tendem a valorizar o que lhes parece, retrospectivamente, revolucionário, como tem sido o caso com os navios, fortalezas e artilharia portugueses do século XVI. Mas o facto de as armas de fogo individuais não terem sido empregues de um modo similarmente inovador não quer dizer que elas não fossem importantes e efetivas, para os seus utilizadores. A este respeito, partilhamos as ideias de Jeremy Black sobre a adequação aos objetivos (*fitness for purpose*) ser o melhor padrão para aferir a efetividade militar, não a adequação a modelos evolutivos ou revolucionários (Black, 2020).

Parece, por exemplo, difícil explicar a consistente alta procura destas armas por parte do *Estado*. Na primeira lista conhecida de armamento português na Ásia, de 1502, elas estavam ainda abaixo das

² Cf. Murteira, 2020.

bestas, embora não por muito, mas, vinte e cinco anos depois, as bestas eram já marginais, embora o vice-rei da altura escrevesse para Lisboa, pedindo, insistentemente, mais armas de fogo (Rodrigues, 2008: 53). Por volta da mesma época, só as tropas adstritas às armadas, fora das fortalezas, contavam 200 arcabuzeiros, distribuídos por cerca de 60 navios (Pissarra, 2016: 380). O vice-rei recebeu da Europa cerca de 300 das armas que pedia e achou pouco. Note-se que os portugueses já possuíam então capacidade para fabricá-las localmente. Logo após tomarem, na Índia Ocidental, a sua futura capital, Goa, tinham descoberto que os fundadores locais podiam produzir armas de fogo tão boas como as da Boémia alemã (Rodrigues, 2008: 53)³. Apesar de abastecidos localmente, continuaram, no entanto, a pedi-las à Europa, e, meio século depois, em 1581, receberam mais de 800. Se a sua importância era tão limitada, porque continuavam a precisar de tantas?

A falta de dados torna difícil estimar os verdadeiros números de armas de fogo individuais à disposição do *Estado*. Em 1546, encontrou-se cerca de 300, no Arsenal de Goa, a maior parte danificadas (Jesus, 2016). Um inventário de 1553 listava 150 (Jesus e Castro, 2014). Este número pecava, de certeza, por defeito, pois a maior parte das armas repartiam-se pelos arsenais de Ormuz e Diu, quando existiam outras posições de igual importância, onde haveria outras. Diga-se que há também muitas incertezas quanto aos efetivos militares portugueses na Ásia, em geral. Uma das estimativas mais citadas é de meados do século XVI, do vice-rei D. João de Castro, que aventou um número de 2 500 homens, no máximo (Castro, 1976: 30). Se aceitarmos que, pelo menos, um terço estaria armado de arcabuzes ou mosquetes, chegamos a um número de pouco mais que 800. Independentemente destas estimativas, contudo, é sabido que, tanto os homens como as armas mobilizáveis pelo *Estado*, iam além daqueles que estavam ao serviço. Os civis portugueses aptos, os chamados *casados*, constituíam uma força habilitada a servir em emergências. E todas as fontes concordam que as armas de fogo detidas por privados abundavam nas comunidades civis.

Outro ponto digno de nota é que, se aceitamos que estas armas não eram usadas de um modo inovador, é porque é isso o que a maior parte dos historiadores nos diz. Já frisámos, no entanto, que o tema não tem

³ Ver historiografia sobre história militar indiana que contradiz a ideia de que o armamento europeu seria sempre de qualidade superior (Khan, 2004; Balasubramaniam, 2008).

sido estudado a fundo. Algumas fontes pouco conhecidas, mas intrigantes, parecem descrever uma situação mais complicada. É o caso de um tratado militar obscuro, escrito numa data incerta, antes de 1578⁴. Sabe-se pouco do seu autor, Martim Afonso de Melo, a não ser que serviu como oficial de infantaria na Ásia e em Marrocos. Tratava-se, portanto, de um representante típico do oficialato militar português, o qual, no tocante a armas de fogo individuais, estaria, segundo a visão historiográfica tradicional, “atrasado” em relação aos seus congéneres da Europa ocidental. Todavia, como Luís Costa e Sousa assinalou, o tratado inclui uma notável descrição do que parece ser, pelo menos, uma prototática de *volley-fire* (Sousa, 2013: 315-62 e 812). Segue-se um breve extrato:

A outra maneira de escaramuça he sahir a primeira fileira de guarniçaõ junta, e vay tirar, e em se recolhendo, vay a segunda, e poem-se no posto, e a que vem se mete debaixo dos piques para alli carregar, e em se recolhendo a segunda, sahe a terceira a fazer o mesmo; e sempre deita maneira sahindo huma, e entrando outra, anda huma roda viva de fogo; mas sempre haõ de aguardar huns pelos outros, e a que se recolhe, ha-se de meter de traz de todos pegado aos piques: alli deve carregar, e dar lugar á que vier, que se meta de traz delle. (Melo, 1948: 258-59)

Sabemos que, só para a Europa, há quem reivindique a precedência ou de espanhóis ou de otomanos na descoberta do *volley-fire*, antes do seu emprego por tropas neerlandesas, por volta de 1600 (González de León, 2004: 28, 34; Börek, 2006). Existem reivindicações semelhantes para a China, para o Japão e para a Coreia (Andrade, 2016: 166-87). Se o texto acima estiver de facto a descrever uma técnica de *volley-fire*, mostrará que havia também oficiais portugueses cientes deste novo tipo de tática, embora não se conheça, até agora, traços da sua implementação.

Outro aspecto onde a visão historiográfica estabelecida parece por vezes rebatível é na capacidade da infantaria portuguesa de operar em formatura. Vimos em cima que a necessidade sentida de contar com tropas mais disciplinadas e treinadas esteve por trás de uma série de tentativas falhadas de implementar um sistema de “ordenanças”. Mas

⁴ A edição *online* do tratado de Martim Afonso de Melo, realizada no âmbito do projeto “*De Re Militari*” (PTDC/ART-HIS/32459/2017), pode ser consultada no *link* <https://run.unl.pt/handle/10362/155276>.

estes falhanços não têm de querer dizer que nenhuma tropa portuguesa fosse capaz de actuar nas formaturas prescritas na Europa. Exemplos isolados atestam-no, como no caso de uma expedição à Etiópia na década de 1540, estudada por Luís Costa e Sousa (Sousa, 2008). Por volta da mesma altura, um veterano de Marrocos reportava ao Vice-Rei D. João de Castro ter logrado treinar os seus homens para operarem em formaturas como o “caracol” e o “esquadrão fechado” (Lalande, 1983: 533).

O desinteresse da historiografia pelas armas de fogo individuais é especialmente visível no caso das possessões territoriais do *Estado da Índia*. Como dissemos antes, o *Estado* consistia, sobretudo, numa rede de enclaves costeiros fortificados. Havia, porém, exceções. A chamada “Província do Norte”, no Noroeste da Índia, era uma. Estendia-se de Chaul a Damão e continha domínios territoriais extensos, cujas terras eram atribuídas à nobreza portuguesa local e a antigos soldados. Os proprietários estavam obrigados a contribuir para a defesa do território com contingentes de cavalaria e de arcabuzeiros, o que mostraria, presumivelmente, a importância das armas de fogo individuais na guerra local (Mendiratta, 2012).

Outra exceção, mais importante, era Ceilão, devido aos extensos domínios adquiridos pelos portugueses na ilha, no fim do século XVI. Desde o momento em que se tornaram um poder territorial importante, viveram numa situação quase permanente de guerra com o reino cingalês interior de Kandy, primeiro, e com os neerlandeses da VOC, depois de 1638 (Winius, 1971; Flores, 2001). Embora o tema não tenha sido ainda bem estudado, a infantaria lusa no Ceilão estaria mais presente fora das fortalezas do que era o seu hábito alhures na Ásia. João Ribeiro, um veterano de Ceilão, afirmou, no século XVII, que o arcabuz era a arma principal na ilha (Ribeiro, 1836: 82). Ribeiro e o padre Fernão Queiroz são as duas fontes principais para a história da presença portuguesa em Ceilão. Queiroz corroborou a afirmação do militar sobre o arcabuz, explicando a primazia deste pela dificuldade de movimentar artilharia através das selvas do interior (Queiroz, 1916: 77).

É importante notar que não eram apenas europeus a empregar armas de fogo. Ribeiro declarou que o *Estado da Índia* tinha cerca de 4 000 arcabuzeiros cingaleses ao seu serviço. Os seus congéneres portugueses seriam, portanto, minoritários. Não espanta, assim, que tentativas repetidas de conquistar Kandy falhassem, devido a deserções em massa das tropas cingalesas nas fileiras portuguesas. Além disso, o outro lado, Kandy, também contava com as mesmas armas. Ribeiro

conta-nos que tinha 5 000 arcabuzeiros nas suas hostes (Ribeiro, 1836: 47-48). Segundo as fontes lusas, tal teria constituído uma transformação radical da cultura militar do reino do interior, que não teria conhecido as armas de fogo antes de contactar os portugueses. Queiroz lamenta amargamente que a sua conquista haja sido tentada tarde. Devia tê-lo sido antes, quando, em Kandy, ainda não sabiam empregar bem as novas armas. Noutra passagem, refere o tempo em que os cingaleses teriam aprendido a formar esquadrões, a erguer estruturas militares e a empregar o arcabuz e a lança, depois de entrarem em contacto com os portugueses (Queiroz, 1916: 54, 881).

Outro aspeto digno de menção, no caso de Ceilão, é a subcontratação da manufatura de arcabuzes e mosquetes, e também de lanças, a uma rede de fundadores locais sediados em aldeias de regiões do interior ricas em ferro. A produção nunca foi muito alta, e, nas décadas de 1610 e 1620, rondaria as 250-300 armas de fogo por ano. As autoridades em Goa estavam certas que os fundadores não só podiam produzir mais, como o faziam, contrabandeando esta produção para o Sul da Índia, com a colaboração de altos oficiais portugueses (Pirani, 2016: 81-86). É interessante ver o interior de Ceilão assim transformado num centro exportador de armas de fogo, se pensarmos que ainda não seriam conhecidas sequer, quando começou a ser visitado pelos portugueses, em meados de Quinhentos. Pelo menos, é isso que afirmam as fontes lusas, que lamentam também ter-se ensinado, depois, os cingaleses a fabricar e empregar as novas armas, dando-lhes os instrumentos para repelir as tentativas portuguesas posteriores para subjugar o interior da ilha (Lalande, 1983: 88-89).

A ideia de que a tecnologia militar portuguesa não devia ser ensinada a asiáticos era corrente, na época. O autor anónimo do *Primor e honra...*, já mencionado em cima, afirmou-o claramente, e a propósito de Ceilão: “não tão-somente ensiná-los é prejudicial, mas também usarmos tudo o que sabemos quando eles o podem aprender de nós, portanto, o devemos deles esconder” (Pereira e Cruz, 2003, 170). Não obstante, tais transferências de conhecimento ocorriam amiúde, fosse pelo emprego de soldados ou artífices asiáticos pelo *Estado da Índia*, ou pela circulação de armas e mercenários portugueses pelos mercados militares asiáticos.

Verificamos, portanto, que as armas de fogo individuais têm sido um assunto negligenciado na história militar dos portugueses na Ásia, no seu sentido mais restrito, isto é, na história do *Estado da Índia*. No entanto, a história dos portugueses no Oriente não se confina à história

do *Estado*. Autores como George Winius, Luis Filipe Thomaz, Sanjay Subrahmanyam e Jorge Flores chamaram a atenção para a importância da presença lusa além das suas fronteiras oficiais (Winius, 2001; Thomaz, 1994; Subrahmanyam, 1993; Flores, 1998). Esta presença era especialmente significativa nas regiões a leste de Ceilão. Era aí que a presença oficial do *Estado* era mais escassa (o grosso das suas posições concentrava-se na costa ocidental indiana e em Ceilão). A escassez era, porém, compensada por uma forte presença de privados, baseada em extensas diásporas mercantis, missionárias e militares.

Os agentes privados portugueses que mais atraíram a atenção dos historiadores foram, por um lado, os mercadores e, por outro, os missionários. Os mercenários formam um importante terceiro grupo, cujo estudo tem sido muito negligenciado. Não são fáceis de distinguir do primeiro, pois mercador e mercenário eram posições facilmente intercambiáveis. O mesmo se aplicava a um quarto grupo, o dos piratas, ativos, sobretudo, no Golfo de Bengala (Pelúcia, 2010)⁵. As armas de fogo individuais e os arcabuzeiros portugueses não eram, por isso, empregues em exclusivo pelo *Estado da Índia*. Ambos encontraram um mercado recetivo em diversas partes da Ásia, onde as fontes lusas confirmam que o uso de armas de fogo era corrente⁶.

Como dissemos, há poucos trabalhos sobre mercenários portugueses na Ásia (Cruz, 1986; Subrahmanyam, 1993: 269-74). Sabe-se ainda menos sobre o tema específico dos mercenários arcabuzeiros. As fontes tendem a agrupá-los com os bombardeiros, sem fazer grandes distinções. Os portugueses começaram a servir em exércitos asiáticos pouco depois da chegada de Vasco da Gama à Índia (1498) (Subrahmanyam, 1987; Eaton e Wagoner, 2014). Na batalha de Raichur (1520), entre o sultanato de Bijapur e o reino de Vijayanagar, no Sul da Índia, havia já cerca de vinte arcabuzeiros lusos do lado de Vijayanagar. No século XVI, exércitos indianos empregariam regularmente mercenários portugueses, tanto arcabuzeiros como bombardeiros. Enquanto especi-

⁵ Fernão Mendes Pinto, a mais conhecida testemunha literária deste mundo, foi membro dos quatro grupos em momentos distintos da sua carreira na Ásia: depois de uma vida aventureira de mercador, pirata e mercenário, tentou fazer-se jesuíta, embora não tenha chegado a ser ordenado.

⁶ Um tal Francisco Lima escreveu ao rei em 1548 queixando-se da morte de vinte portugueses num ataque à costa de Hadhramaut, na Arábia do Sul. Todos tinham morrido de tiros de arcabuz, pois «ja todo mundo he cheo d'espimgardas» (ANTT, CC/2/241/88, fl. 1r).

alistas em armas de fogo, competiam com mercenários otomanos, os seus principais rivais na região (Parker e Subrahmanyam, 2008: 21-24).

A zona onde os mercenários portugueses têm chamado mais a atenção dos historiadores, contudo, é a Ásia do Sueste continental (Charney, 1993; Guedes, 1994; Flores, 1995; Galen, 2008; Charney, 2011; Trakulhun, 2011; Mukherjee, 2018). Nos atuais Bangladesh, Tailândia e Myanmar, exércitos locais empregaram tropas portuguesas em números que chegavam, às vezes, às centenas. Não apenas isso, alguns dos comandantes destes contingentes lograram talhar para si posições de importância nas cortes asiáticas, como Diogo Soares Melo, no Pegu, e Domingos de Seixas, no Sião (Flores, 1995: 103-15). Isso mostra como aptidões militares especializadas podiam ser um ativo de peso em disputas por poder. É significativo que os principais rivais destas figuras tenham sido mercenários levantinos com especialidades semelhantes. Mais uma vez, portugueses e otomanos, ou levantinos, aparecem como competidores diretos, no papel de agentes difusores de conhecimento militar especializado.

É possível que casos semelhantes de mercenários portugueses guindados a posições de poder tenham ocorrido alhures. Já se referiu atrás a situação na Índia, mas também no arquipélago malaio-indonésio há sinais de uma presença significativa destes soldados da fortuna. Por exemplo, sabe-se, por via neerlandesa, que, no fim do século XVI, o rei de Banten, em Java, morreu em combate em Palembang, na vizinha Samatra. Os responsáveis tinham sido bombardeiros portugueses ao serviço de Palembang (Rouffaer e Ijzerman, 1925: 17).

Já o que sucedeu no Norte do Golfo de Bengala, na viragem do século XVI para o XVII, parece ter sido excepcional. Aproveitando-se de uma situação de indefinição e tumulto, Filipe de Brito de Nicote e Sebastião Gonçalves Tibau, dois comandantes mercenários portugueses, estabeleceram na região dois domínios costeiros independentes, de curta duração, apoiados em hostes de compatriotas (Guedes, 1994: 121-70; Galen, 2008: 78-93 e 107-14). Nos dois casos, os reinos vizinhos apressaram-se a reagir, pondo um fim rápido a ambas as aventuras (no caso de Tibau, com a ajuda da neerlandesa VOC, recém-chegada à região). No entanto, os dois episódios dão uma ideia da importância potencial das aptidões militares dos mercenários a atuar por sua conta além das fronteiras do *Estado da Índia*.

Apesar das lacunas da investigação existente, parece, assim, possível concluir que os mercenários portugueses na Ásia do Sueste continental gozariam de uma importância acima do que o seu pequeno

número faria esperar, pelo menos, em parte, devido à sua aptidão no uso de armas de fogo. Contudo, afigura-se difícil saber se a artilharia era mais ou menos importante que as armas de fogo individuais. Fosse como fosse, o impacto dos dois tipos de armas na região não parece ter sido “revolucionário”. A historiografia estabelecida sobre o tema concluiu que não tiveram um efeito transformador sobre os modos preexistentes de fazer a guerra. Foram antes adotadas na medida em que foi possível adaptá-las às práticas militares dominantes (Andaya, 1993: 388-90; Charney, 2004: 71-72). Isto replica o que parece também ter sido o caso na Índia, pelo menos quanto às armas de fogo individuais (Subrahmanyam, 1987)⁷.

Na Ásia Oriental, pelo contrário, as armas de fogo individuais introduzidas pelos portugueses parecem ter tido um impacto maior. A atestá-lo está o bem conhecido caso da adoção e rápido desenvolvimento do arcabuz no Japão. Têm também vindo à luz dados importantes sobre o uso inovador da mesma arma por tropas chinesas e coreanas (Andrade, 2016: 166-87). Os portugueses introduziram as armas de fogo individuais no Japão, na década de 1540, mas o seu papel não foi além disso. Ao contrário dos japoneses, os chineses já conheciam as armas, mas acharam os novos tipos trazidos pelos portugueses uma melhoria em relação àqueles que usavam. Como os japoneses, porém, não precisaram de mais nada dos lusos, a não ser a introdução das próprias armas. No seu caso, esta nem se terá feito por contacto direto: os arcabuzes de novo tipo, trazidos para a Ásia pelos portugueses, chegaram à China antes dos próprios portugueses. Não houve, assim, na Ásia Oriental, nada de comparável ao emprego em larga escala de mercenários e fundidores lusos na Ásia do Sueste e na Índia. O que mostra que, sendo embora os arcabuzeiros portugueses, por vezes, muito procurados, não eram indispensáveis à disseminação das armas.

O impacto destas armas de origem portuguesa nas culturas militares chinesa, coreana e, sobretudo, japonesa, fez com que os historiadores as tenham valorizado mais do que no caso da história do *Estado da Índia*, onde, como já vimos, ocupam um distante quarto lugar, atrás de navios, fortalezas e canhões. Geoffrey Parker, como também vimos, mencionou os navios, as fortalezas e os canhões portugueses, no seu famoso livro sobre a revolução militar, mas impressionaram-no, igualmente, a adoção e desenvolvimento dos arcabuzes portugueses pelos

⁷ Richard Eaton e Philip Wagoner defenderam que a artilharia trouxe mudanças importantes à guerra na Índia (Eaton and Wagoner, 2014).

japoneses (Parker, 1996: 140). Para ele e para outros, o Japão aparece como um caso extremo de como armas de fogo de origem lusa tiveram efeitos transformadores importantes nas práticas militares estabelecidas.

É tentador comparar este tipo de efeito transformador com a função supostamente mais limitada das armas de fogo individuais, quando empregues pelas tropas do próprio *Estado da Índia*. A relutância dos portugueses em serem arrastados para a guerra em campo aberto teria limitado o potencial evolutivo das armas, que teria sido melhor aproveitado por outros, como na China e no Japão. Nós próprios, neste artigo, defendemos ser necessário rever algumas assunções tradicionais sobre o “atraso” dos portugueses no campo, pelo que esta oposição talvez seja um pouco simplista. De qualquer modo, há que dizer que não foi intenção do presente artigo revelar aspetos “modernos” desconhecidos da infantaria do *Estado*. A nossa intenção foi, pelo contrário, frisar que o emprego de arcabuzes e mosquetes pelos portugueses dos séculos XVI e XVII não deve ser julgado de acordo com a adequação a um modelo de desenvolvimento militar baseado em critérios de “modernidade”. O emprego contínuo e a alta procura permanente de arcabuzes e mosquetes pelas tropas do *Estado da Índia*, basta para asseverar a sua importância para os portugueses, independentemente de eles os terem usado ou não de acordo com as novas técnicas então em desenvolvimento na Europa Ocidental e também na Ásia Oriental.

A NOITE EM CONTEXTO MILITAR PORTUGUÊS, NO NORTE DE ÁFRICA (1415-1521)*

Paulo M. Dias**
(IEM – NOVA/FCSH)***

Durante toda a Idade Média, a noite foi sempre espaço de numerosos perigos e temores. A escuridão noturna, longamente associada ao sobrenatural, fomentava, por um lado, inquietações espirituais e, por outro, dada a frequência de crimes contra as populações e respetiva propriedade, alimentava um sentimento generalizado de insegurança, particularmente, em meio urbano¹.

Em tempos de guerra, essa mesma escuridão noturna conferia, não obstante os constrangimentos que a falta de visibilidade colocava à circulação no terreno e ao combate, determinadas vantagens – como o elemento-surpresa – demasiado valiosas para serem ignoradas pelos comandantes militares. Por isso encontramos numerosos casos de operações noturnas, nos mais variados contextos geográficos, ao longo de todo o período medieval.

Durante o cerco de Jerusalém de 1099, na fase final da Primeira Cruzada, as tropas lideradas por Godofredo de Bulhões deram início à construção de uma torre de assalto, na zona ocidental da cidade, o que levou os defensores a reforçarem as defesas naquele setor. Porém, no

* Aproveito para expressar os meus agradecimentos aos colegas que contribuíram para este capítulo, com informação, sugestões de bibliografia e revisões atentas, designadamente, Roger Lee de Jesus, João Nisa, António Conduto Oliveira e G. Vaughn Joy.

** Texto realizado no âmbito de bolsa individual de Doutoramento da FCT (2020.09997.BD).

*** <https://orcid.org/0000-0002-7838-1654>.

¹ Sobre o papel da noite no pensamento cristão medieval, cf. Youngs e Harris, 2003: 136-51. Relativamente à manutenção da ordem em contexto urbano veja-se, a título de exemplo, o caso cidade do Porto, cf. Moreno, 1981: 77-99.

decorrer da noite de 9 de julho, essa mesma torre foi desmontada, transportada e remontada a leste da cidade, surpreendendo os defensores (Titterton, 2021: 64 e 68). Na noite de 6 de novembro de 1355, um grupo de 300 combatentes escoceses desembarcou secretamente nas imediações de Berwick, uma fortificação-chave na fronteira com Inglaterra. Ao raiar do dia, e depois de os batedores terem confirmado a negligência das sentinelas inimigas, um pequeno grupo de escoceses atravessou o fosso, encostou escadas ao muro e tomou uma das portas da cidade, abrindo-a em seguida para permitir a entrada dos restantes soldados (Harari, 2007: 12).

No que a Portugal diz respeito, importa lembrar o assalto noturno a Santarém, a 15 de março de 1147, bem como as campanhas de Geraldo, o Sem Pavor, que entre 1162 e 1168 conquistou numerosas fortificações, entre as quais as cidades de Beja e Évora, por intermédio de assaltos surpresa, que beneficiaram não só da cobertura oferecida pela escuridão da noite mas também por chuvadas e nevoões (Martins, 2016: 178-179).

Como se pode perceber por esta breve amostra, o campo de estudos sobre operações militares noturnas tem merecido alguma atenção historiográfica, ao longo das últimas décadas. O presente capítulo procura contribuir para esta área através de uma abordagem à noite, em contexto militar português no Magrebe, sensivelmente entre a conquista de Ceuta (1415) e o final do reinado de D. Manuel I (1521), período durante o qual a atividade militar foi particularmente frequente. O capítulo começará por abordar a forma como, a coberto da noite, era levada a cabo a recolha de informações no terreno, passando em seguida para uma análise dos diferentes géneros de operações terrestres.

Espionagem e recolha de informação

Em qualquer conflito, a recolha de informação por parte dos beligerantes assume uma importância central, na medida em que o lado mais bem informado dispõe, à partida, de uma vantagem considerável sobre o inimigo. Por isso, durante a Idade Média, era comum os decisores políticos e militares recorrerem aos serviços de diversos tipos de agentes, de modo a obter informação o mais completa e atualizada possível sobre os pontos fortes e vulnerabilidades inimigas (Richelson, 1996: 156-57; Kahn, 1996: 225-27; Pinto, 2015: 7-14). Não por acaso, Vegécio, um dos autores mais lidos durante o período medieval, recomen-

dava o maior secretismo possível aos comandantes: “Nenhuma decisão são melhores do que aquelas que o adversário ignorar antes que as execute” (Monteiro e Braga, 2009: 327). A este respeito, o processo expansionista português no Magrebe nos séculos XV e XVI não constituiu exceção. Por isso encontramos vários géneros de missões, boa parte das quais desempenhadas durante a noite, com o objetivo expresso de recolher diferentes tipos de informação, missões estas levadas a cabo por agentes com origens muito heterogéneas – não só cristãos, mas também muçulmanos e judeus.

A primeira missão de espionagem portuguesa em Marrocos, pelo menos no que ao período em análise diz respeito, foi realizada ao largo de Ceuta, no verão de 1414. Por então, e não obstante o entusiasmo dos infantes mais velhos – Duarte, Pedro e Henrique – com a hipótese de ganharem as esporas de cavaleiro em combate, D. João I hesitava, não querendo lançar o reino numa campanha norte-africana sem primeiro ter acesso a informação atualizada sobre o estado das defesas de Ceuta e as condições de desembarque nas suas praias. Coube a dois homens experientes, Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Crato da Ordem do Hospital, e Afonso Furtado, capitão-mor, a delicada tarefa de recolher a informação desejada pelo rei. Com o pretexto de conduzirem uma embaixada à Sicília, dirigiram-se a Ceuta em duas galés engalanadas com as armas de Portugal, ancorando por duas vezes ao largo da cidade, movimentação que não gerou suspeitas, numa localidade habituada ao intenso tráfego marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico. O prior do Crato aproveitou a oportunidade para estudar a geografia da península, bem como as muralhas, torres e restante arquitetura defensiva de Ceuta – elementos que mais tarde apresentaria ao rei, em forma de maquete –, enquanto o capitão-mor analisava as condições de desembarque, tais como o recorte da costa, as correntes e os ventos predominantes. A tarefa mais sensível, a sondagem das águas para determinar a sua profundidade, elemento essencial para compreender se seria possível a aproximação à costa dos navios de maior calado, foi realizada apenas a coberto da noite, pois durante o dia levantaria demasiadas suspeitas sobre os verdadeiros propósitos dos embaixadores (Zurara, 1915: 50-51 e 51-53; Braga, 2015: 27-30; Duarte, 2015: 50-54).

A partir de então, tornou-se habitual o envio de espões a Marrocos, com vários propósitos. No topo da lista de preocupações mantinha-se a necessidade de conhecer pormenorizadamente as condições de navegabilidade ao longo da costa ou em determinados cursos de água. Assim, em 1507, D. Manuel I encarregou D. João de Meneses de, ao

comando de três caravelas e um navio a remos, sondar as barras dos rios de Azamor, Larache, Mamora e Salé. Nessa ocasião, o pintor Duarte d'Armas foi igualmente incumbido de debuxar as barras dos rios e a terra em seu torno, para que o rei as pudesse ver com os seus próprios olhos (Góis, 1925, vol. II: 82-83). Embora não disponhamos de informações concretas sobre a hora do dia em que ocorreu a sondagem dos rios, é provável que, tal como em 1414, e de modo a não levantar suspeitas junto dos locais, esta tenha sido feita a coberto da escuridão noturna.

No geral, e exceção feita à sondagem dos rios ou do mar, os agentes enviados a partir do reino não parecem ter sentido necessidade de operar de noite. Os disfarces que envergavam, ora de embaixadores, ora de comerciantes, ofereciam cobertura suficiente para permitir a infiltração e livre circulação sem levantar grandes suspeitas. Em 1468 ou 1469, Estêvão da Gama, fidalgo da Casa do infante D. Fernando, circulou pelas ruas de Anafé disfarçado de marinheiro, vendendo os figos que carregava às costas, o que lhe permitiu avaliar as defesas da cidade (Góis, 1977: 54)². Em 1471, foi a vez de Pêro de Alcáçova, escrivão da Fazenda de D. Afonso V, e Vicente Simões, marinheiro experiente, entrarem em Arzila com “fingidos negocios que com os Mouros tratavam”, arдил que lhes permitiu recolher informação sobre as fortificações da vila e navegabilidade do porto (Pina, 1977: 818).

A grande exceção a esta regra acabou por ser o reconhecimento dos muros de Tânger, em 1463. Nesse ano, Diogo de Barros, João de Escalona e João Falcão aproveitaram a sua familiaridade com as defesas daquela cidade – na qual os dois primeiros tinham estado cativos, durante algum tempo – para se infiltrarem no seu interior. Assim, a coberto da escuridão noturna, desembarcaram nas imediações de Tânger e utilizaram uma escada de corda para escalar a secção de muro considerada mais vulnerável. Não tendo encontrado qualquer oposição, recolheram algumas ervas, como prova do seu feito, e regressaram a Ceuta. Daí, rumaram a Portugal, onde informaram D. Afonso V sobre os resultados da sua missão. Empolgado com a possibilidade de tomar Tânger com um golpe de mão noturno, o rei acabaria por liderar uma campanha contra a cidade que se prolongaria até 1464, mas sempre sem sucesso (Zurara, 1978: 310-312; Pina, 1977: 795-96; Duarte, 2003, 426-29).

² Existe alguma incerteza sobre o ano em que ocorreu o saque de Anafé, se em 1468 (Góis) ou em 1469 (Pina). Pina, por seu turno, não refere sequer a missão de Estêvão da Gama. Cf. Pina, 1977: 816.

Ao longo dos séculos XV e XVI, a rede de agentes ao serviço dos interesses portugueses em Marrocos foi-se expandindo, à medida que os capitães se apercebiam de que a sua própria sobrevivência estava em boa parte dependente da obtenção atempada de informação sobre as movimentações inimigas. Assim, foram desenvolvendo mecanismos para obter essa informação junto das populações locais. Por um lado, recorria-se ao serviço de informadores locais, conforme sucedia em Ceuta por volta de 1432, altura em que o capitão tinha “suas enculcas antre os mouros dando-lhes do seu por que o auisassem de qualquer mouymento que contra aquella cydade quisessem fazer” (Zurara, 1978: 67). Por outro, desenvolveram-se métodos mais violentos, como o rapto de habitantes locais para serem sujeitos a interrogatório, um ato que passou a ser conhecido como “tomar língua” (Pinto, 2015: 68-71). Estes raptos, frequentemente executados de noite, de forma a não lançar o alerta entre as populações locais, tornavam-se mais comuns em períodos de maior instabilidade político-militar.

Em 1459, quando se esperava um novo cerco de Alcácer Ceguer por parte do sultão de Fez, o capitão português, D. Duarte de Meneses, ordenou aos seus homens que aproveitassem a cobertura da noite para capturar um inimigo “pera uer per elle lingua assy delRey de feez como de todo o al que lhe compria de saber dos modos da terra” (Zurara, 1978: 199). Em 1508, na iminência de um cerco a Arzila, o capitão D. Vasco Coutinho “mandou logo duas quadrilhas d’almogavares a tomar ãa lingoa, por aver muito que não tinha nova” (Rodrigues, 1915-1919, vol. I: 10). Contudo, estas operações de recolha de informação nem sempre corriam bem e, por vezes, não se encontrava ninguém para interrogar, como sucedeu em março de 1432: “enviando laa suas Escuitas, andáraõ aquelles dias, que sentirom que compria, e nom poderom tomar nenhum Mouro, nem Moura, per que se o Conde [D. Pedro de Meneses] podesse avisar, do que dezejava saber” (Zurara, 2015: 374).

A esta rede de informadores e espiões, e replicando o que por então se fazia em Portugal, juntava-se um sistema de vigilância montando em torno das fortalezas que permitia detetar, atempadamente, quer de dia, quer de noite, a aproximação do inimigo. A primeira linha desse sistema, situada no exterior das fortificações, era composta por atalaias e escutas, com as primeiras a operarem, durante o dia, em pontos elevados, a partir de onde podiam observar as movimentações inimigas, enquanto as segundas atuavam de noite e estavam, como o próprio nome indica, dependentes da audição para detetar o inimigo.

Dentro das fortificações existia uma segunda linha de vigilantes, as velas e roldas, que desempenhavam funções em turnos. Enquanto as velas se mantinham como sentinelas, em posições estáticas, tais como torres ou na proximidade de portas, as roldas percorriam o perímetro das fortificações. Em caso de necessidade, podiam ser destacadas sobrevelas e sobrerroldas, que asseguravam uma guarda ainda mais apertada. Com exceção das atalaias, este dispositivo de vigilância era mantido operacional sobretudo durante a noite, de forma a evitar ataques surpresa³.

Em Marrocos, era frequente o inimigo aproveitar a cobertura conferida pela escuridão noturna para avançar até às imediações das fortalezas portuguesas, quer por terra, quer por mar, e armar ciladas em hortas, bosques ou outeiros onde aguardavam pela madrugada, para tentar capturar as atalaias ou os homens que saíssem para pescar, apanhar lenha ou recolher erva para os animais. Os escutas acabavam por desempenhar um papel essencial na deteção atempada destas ameaças. Em 1415, pouco tempo depois da conquista de Ceuta, D. Pedro de Meneses acautela os seus homens sobre a existência de uma cilada inimiga nas proximidades da cidade, “porque lhe os Escutas tinham dito, que sentirão em aquella noite muita gente de pee, e de cavallo em aquella parte, como de feito era” (Zurara, 2015: 65). No ano seguinte, alguns contingentes islâmicos dirigiram-se a Ceuta:

Lançando de noite suas cilladas, pera vêr se podiam tomar algum dos nossos descobridores, ou dos que sahiam á erva; os quaes foram sentidos pelas Escutas da Cidade, e pelos Almogavares, que andavam de fôra; e logo assy de noite como os sentirão, vieram com recado ao Conde [D. Pedro de Meneses], dizendo, como sentirom grande numero de Mouros, os quaes se lançavaõ acerca da Cidade per aquellas Quintãas, e Ortas, onde sentiam as espessuras maiores. (Zurara, 2015: 92).

Noutra ocasião, logo após os cercos de Ceuta de 1418-1419, os escutas enviadas por D. Pedro de Meneses, para bater o terreno em torno da cidade, acabaram descobertos pelos seus congéneres inimigos. Com o caminho de regresso a Ceuta barrado por um numeroso contingente,

³ Sobre este sistema de vigilância em contexto português, cf. Monteiro, 1999: 195-222. Martins, 2016: 131-45. Sobre a aplicação desse mesmo sistema no Norte de África, cf. Braga, 1998: 320-30; Cosme, 2004: XVII-XXVII; Lopes, 1989: 41-45.

os três escutas “acolherom-se a huma Torre dentro nas Quintãas, onde logo foram cercados dos imigos com muy grande desejo de os chegar ao derradeiro perigo”. Aí resistiram o resto da noite e parte do dia seguinte, até serem avistados pelos atalaias portuguesas, que prontamente alertaram o capitão, que partiu em seu socorro, ao comando de 35 cavaleiros e 100 escudeiros apeados (Zurara, 2015: 283-284). Como se percebe, o trabalho dos escutas era particularmente perigoso, e, mesmo em inícios do séc. XVI, a sua circulação entre as várias fortalezas portuguesas do Norte de Marrocos era arriscada, correndo sempre o risco de serem capturados pelo inimigo (Rodrigues, 1915-1919, vol. I: 108).

Não obstante a sua importância, o número de escutas parece ter sido sempre bastante reduzido. Em 1472, quando D. Afonso V estipulou que a guarnição de Tânger deveria incluir 500 homens, apenas 10 daqueles eram escutas, ou seja, uns meros 2% do total. No entanto, auferiam um soldo mensal de 200 reais, que correspondia ao dobro do que recebiam mensalmente as seis atalaias, e era nem mais nem menos que o segundo soldo mais elevado naquela fortaleza, sinal claro de que a Coroa reconhecia a importância das funções que desempenhavam⁴.

Embora essenciais à segurança das fortalezas e das respetivas guarnições, nem sempre os escutas cumpriam eficazmente as suas funções. Assim, em 1416, duas fustas de corsários marroquinos conseguiram aproximar-se de Ceuta sem terem sido sentidas, porque “as Escuitas, que alli eram adormecerom; caa era jaa contra a vella da manhã, onde o sono mais carrega aos homens”. O resultado de tamanho descuido foi a captura de quatro pescadores, antes de o alarme ter soado (Zurara, 2015, 139).

Não obstante deslizos ocasionais, os escutas eram indispensáveis não só à defesa das fortalezas, mas também à preparação de expedições ofensivas, uma vez que frequentemente lhes cabia em articulação com patrulhas de almogávares, a tarefa de recolha de informação sobre as povoações a atacar.

No verão de 1416, os escutas informaram D. Pedro de Meneses da existência, nas imediações de Ceuta, de uma aldeia bem povoada e rica em gado, pelo que constituía uma boa oportunidade de saque. Assim sendo, o capitão ordenou que os escutas fossem “esguardar bem aque-

⁴ Entre os membros da guarnição, apenas os bombardeiros e espingardeiros, num total de 10, eram mais bem pagos, com 300 reais mensais, cf. Marques, 1988, v. III, doc. 82: 109-10.

lla terra, por se certificarem melhor, do que lhe compria ser avisado, e des y que posessem boa semente assy nos caminhos, como na entrada do lugar”. Satisfeito com a informação obtida, “ordenou logo de partir levando consigo cento e cinquenta de cavallo, e duzentos de pee, e sobre a noite partio da Cidade, metendo suas Escuitas diante, os quaes Martim de Çamora avia de guiar com outros Almogavares” (Zurara, 2015: 111-12). Como se percebe por este exemplo, os escutas eram também utilizados enquanto batedores, durante operações noturnas, guiando cavaleiros e peões ao seu destino.

Noutras ocasiões, era necessário aos escutas e aos almogávares manterem-se escondidos nas proximidades dos seus alvos, durante alguns dias, de modo a recolher o máximo de informação possível. Assim, em 1434, foram enviados alguns escutas para espionar uma aldeia nas imediações de Tetuão, ali tendo permanecido “oito dias, até que se avisáraõ de todo o que lhes compria” (Zurara, 2015: 394-95). Uma ausência prolongada da fortaleza significava que era necessário aos homens abastecerem-se com comida e bebida suficientes, pelo que, em certa ocasião, em preparação de uma missão de espionagem noturna, sabemos que “os Almogavares tomáraõ suas talleigas pera andarem laa, quanto bem podessem” (Zurara, 2015: 87-88).

Os marroquinos dispunham, claro, de sistemas de vigilância e defesa próprios, que operavam, quer de dia, quer de noite, e que permitiam às populações locais resistir aos ataques portugueses. De acordo com Zurara, logo após a conquista de Ceuta, os mais importantes líderes locais decidiram defender as suas aldeias organizando “suas guardas de noite, e de dia, como não podessem ser enganados dos imigos, e des y, que se taipassem muy bem, e se cercassem de vallos, onde comprisse; porque os achassem sempre percebidos, quando quer que os quisessem cometer” (Zurara, 2015: 69-70). E, de facto, as valas e paliçadas que protegiam certos lugares constituíam uma importante linha de defesa contra as depredações portuguesas, conforme descobriu D. Duarte de Meneses, certa noite, em 1433, quando deparou, nas imediações da ribeira de Alfageja, com um “lugar apalancado de muy grandes vallos, e madeira sobr’elles, os quaes eram muy defesos aos nossos” (Zurara, 2015: 386).

A defesa dos lugares era complementada com sistemas de vigilância noturna que, tal como do lado português, incluíam escutas cuja função era sentir – é esse o termo mais frequentemente utilizado – a aproximação do inimigo. Assim, em 1416, a aldeia de Albegal, nas imediações de Ceuta, empregava homens “que por dinheiro escuitavaõ e

guardavaõ” (Zurara, 2015: 111-12). Décadas mais tarde, em 1464, os combatentes portugueses temiam que os escutas de Tânger descobrissem os seus planos de ataque à cidade (Pina, 1977: 803). Ao serviço dos escutas juntava-se o recurso a almenaras, isto é, fogueiras de grandes dimensões, que eram utilizadas para transmitir diferentes mensagens, por intermédio de sinais de fumo. Assim, encontramos almenaras em uso, em diferentes ocasiões, quer alertando aldeias vizinhas para a aproximação de tropas portuguesas (Zurara, 2015: 399), quer permitindo a comunicação entre os contingentes marroquinos e granadinos estacionados em ambas as margens do Estreito de Gibraltar, durante os cercos de Ceuta de 1418 e 1419 (Zurara, 2015: 250).

A combinação destes diferentes elementos de vigilância conferia maior segurança aos lugares. Assim, em meados da década de 1420, uma cilada montada por tropas portuguesas foi detetada antes de poder realizar estragos: “forom sentidos ante da mêm noite, e as duas Escuitas forom dar recado, hum a toda a terra de Meigiece, e outra a Angera, e outro ficou tras elles, e seguio até onde se lançarom, e tanto que os deixou lançados foi dar recado onde ficavam” (Zurara, 2015: 329).

Por seu turno, os lugares que abdicavam da segurança conferida por estes sistemas acabavam por converter-se em alvos fáceis. Foi o caso da aldeia de Meigiece, atacada pelos portugueses em março de 1432, porque “nom tinham Escuitas, por quanto as não queriaõ pagar dizendo, que em Cepta nom estava tanta gente, que lhe mal podesse fazer” (Zurara, 2015: 374).

Cavalgadas

Os sistemas de vigilância referidos eram, constantemente, colocados à prova, dada a frequência com que ambos os lados do conflito testavam as defesas inimigas, em particular por intermédio do lançamento de operações de pequena escala e com propósitos depredatórios, frequentemente, apelidadas de cavalgadas. As crónicas portuguesas dos séculos XV e XVI dão conta da organização de numerosas cavalgadas, que tinham por propósito roubar os bens móveis e gado inimigo, destruir tudo o que não se podia transportar e cativar ou matar o maior número de pessoas possível, independentemente de género, idade ou condição social (Duarte, 2003: 411-12).

Confrontadas com a ameaça constante das guarnições portuguesas, as populações locais tinham essencialmente duas opções: fortificar as

suas povoações para tentar resistir ao invasor, ou abandoná-las por completo e partir para locais mais seguros. Conforme referimos, logo após a conquista de Ceuta em 1415, os líderes das aldeias próximas da cidade decidiram-se pela instalação de um sistema de vigias e de algumas defesas básicas, como valas e paliçadas (Zurara, 2015: 69-70).

Ao longo das décadas seguintes, abundam referências a estes obstáculos, que, ainda que relativamente fáceis de ultrapassar, permitiam aos defensores ganhar tempo valioso para colocarem famílias e bens a salvo, nos montes ou entre os arvoredos (Zurara, 2015: 386 e 401). De resto, não era de todo fácil atacar aldeamentos, sobretudo quando localizados em zonas montanhosas e de difícil acesso, conforme descobriu D. Afonso V durante a sua malograda cavalgada pela serra de Benacofú em 1464 (Zurara, 1978: 350-55; Pina, 1977: 810-13). Contudo, a frequência das incursões a partir das fortalezas portuguesas provocou danos suficientes entre as populações locais para conduzir ao abandono, ainda que nalguns casos apenas temporariamente, de determinadas povoações. Assim, sabemos da existência de aldeias abandonadas em torno de Alcácer Ceguer, em inícios da década de 1460 (Pina, 1977: 810), enquanto, em 1510, durante uma incursão na serra de Benagorfate, os almogávares oriundos de Arzila depararam-se com algumas casas “despejadas de muitos dias, e outra cousa não acharão mais que um gato e úas meadas de lâ” (Rodrigues, 1915-1919, vol. I: 47).

Para os combatentes portugueses, tanto a fortificação como o despovoamento eram prejudiciais, na medida em que dificultavam o acesso aos desejados despojos de guerra, gado e cativos. Assim sendo, tornava-se necessário apanhar o inimigo desprevenido, para evitar que os habitantes das aldeias fossem capazes quer de montar uma defesa eficaz, quer de fugir com os seus bens. Os guerreiros instalados em Ceuta, a partir de 1415, rapidamente perceberam que a melhor forma de manter o desejado elemento de surpresa era movimentando as tropas até ao alvo a atacar a coberto da escuridão, contornando, desse modo, os sistemas de vigilância inimigos. A este respeito, a cavalgada liderada por D. Pedro de Meneses a 8 de fevereiro de 1416 ao Vale de Castelejo, nas imediações de Ceuta é, a vários níveis, sintomática da forma como este género de operação costumava decorrer, pelo que vale a pena analisá-la detalhadamente.

Em fevereiro de 1416, D. Pedro de Meneses, primeiro capitão de Ceuta, foi informado de que, no Vale de Castelejo, existiam quatro ou cinco aldeias ricas em gado, mas pouco povoadas, pelo que constituíam alvos fáceis de atacar. Querendo certificar-se da validade dessa

informação, decidiu enviar alguns almogávares ao local. Partindo de Ceuta de noite, os almogávares foram instalar-se num cabeço sobranceiro às aldeias, onde, ao longo de três dias, tomaram nota do número de habitantes, da quantidade de gado e da forma como aquele era guardado de noite. Satisfeitos com as informações recolhidas, regressaram à cidade, onde informaram o capitão, que prontamente os enviou de volta ao vale, onde deveriam manter a vigilância – exceção feita a um deles, que permaneceria em Ceuta, para servir de guia à cavalgada (Zurara, 2015: 87-88).

Decidido a levar por diante a expedição, D. Pedro de Meneses delineou a composição do contingente que a iria integrar, bem como a tática a adotar no momento do ataque às aldeias, com o aconselhamento de dois fidalgos veteranos: Álvaro Nunes Cerveira e Gonçalo Nunes Barreto. Foi então decidido que o contingente liderado pelo capitão de Ceuta deveria ser composto por até 600 combatentes, incluindo besteiros e todos os cavaleiros disponíveis na cidade – que, por essa altura, seriam apenas uns 30⁵ –, e que o ataque propriamente dito deveria ser levado a cabo pela peonagem, liderada por dois fidalgos, ambos montados a cavalo, enquanto D. Pedro de Meneses lideraria pessoalmente a reserva, composta pelos restantes combatentes montados, pronta para acorrer onde necessário e de modo a acautelar a previsível chegada de reforços inimigos (Zurara, 2015: 88-89).

Delineado o plano de ataque, partiu a cavalgada na noite de 8 de fevereiro de 1416, seguindo lentamente o seu caminho, para não serem sentidos pelos escutas inimigos, e alcançando o Vale de Castelejo duas horas antes de amanhecer. Por ser ainda demasiado cedo para dar início ao ataque, foi dada ordem aos homens para que permanecessem quietos e descansassem, e que fosse dada cevada aos cavalos. O surgimento inesperado de uma grande cobra provocou alguma comoção junto dos homens, mas, de acordo com os escutas que acompanhavam as tropas, o ruído não foi suficiente para alertar o inimigo.

Com o aproximar do amanhecer, é altura de apurar planos. Nesse sentido, D. Pedro de Meneses ordena aos capitães da gente apeada que dividam entre si os homens e se preparem para liderar o ataque a duas aldeias diferentes. Ordena ainda que não poupem a vida a quem quer que se tente defender, independentemente da idade, e que os homens responsáveis pela pilhagem das casas devem fazê-lo ordenadamente,

⁵ Sobre o número de cavaleiros disponíveis em Ceuta nos primeiros anos de ocupação portuguesa, cf. Zurara, 2015: 327.

colocando os despojos na rua. Findo o saque, devem então retirar, mantendo os besteiros na retaguarda. Por fim, devem dirigir-se ao local combinado, onde D. Pedro de Meneses os aguarda ao comando da reserva montada, devidamente escondida em cilada, pronta a surpreender eventuais perseguidores. Como último detalhe, o capitão determinou que Martim de Zamora deveria levar certos homens da reserva para atacar algumas casas, nos arredores das aldeias (Zurara, 2015: 89-90).

Ao amanhecer, conforme planeado, foi lançado o súbito ataque às duas aldeias, apanhando os moradores adormecidos completamente de surpresa. Alguns homens pegaram em armas para se defender, enquanto as mulheres e crianças procuravam esconder-se da fúria do assalto. Confrontado com a mortandade perpetrada pelos guerreiros portugueses, Zurara confessa que, perante os “dorosos gritos, e gemidos mortaes” não podia haver coração “que nom ouvesse piadade daquellas creaturas”. O ataque acabou por prolongar-se mais do que o desejado, com um dos contingentes a atrasar-se devido a uma vala escavada em torno de algumas casas, pelo que já tinha passado boa parte do dia quando se concluiu a pilhagem. O atraso acabou por permitir a chegada de reforços inimigos. A retirada do grosso das tropas carregadas de despojos foi coberta por uma retaguarda composta por 50 besteiros e alguma outra gente, enquanto D. Pedro de Meneses, com a sua reserva montada, carregou sobre o inimigo, para o obrigar a recuar. Por fim, com o afastamento dos reforços inimigos, foi possível organizar a coluna de marcha, rumo a Ceuta, com o gado e os despojos, na vanguarda, a peonagem, ao centro, e os cavaleiros, liderados pelo capitão, na retaguarda. Ao todo, os portugueses terão perdido apenas três cavalos, enquanto as baixas inimigas terão sido de 120 mortos e 80 cativos, além do muito gado e bens roubados (Zurara, 2015: 90-92).

Resumindo: em 1416, a expedição, composta por 600 combatentes, partiu de Ceuta e fez todo o seu percurso de noite, tendo parado para descansar junto ao alvo a atacar, pouco antes do amanhecer. Ao clarear o dia, foi lançado o ataque e realizada a pilhagem, tendo a retirada sido efetuada já de dia e perante a ameaça de algumas tropas inimigas. Este modelo de operação rapidamente se revelou eficaz e, por isso, foi repetido pelos guerreiros portugueses em Marrocos, ao longo das décadas seguintes. Vejamos, de seguida, mais alguns breves exemplos.

Na noite de 19 de março de 1432, partiu de Ceuta um contingente de 70 cavaleiros e 160 peões, liderados por D. Duarte de Meneses, e “ante manhã foram sobre as Aldeas, que nunca foram sentidos, e roubáranas de todo” (Zurara, 2015: 374). Em 1459, o mesmo fidalgo voltou a

aplicar o modelo operacional que se revelara eficaz duas décadas antes. Partindo de Alcácer Ceguer de noite e guiado por um informador local, um contingente que incluía 75 cavaleiros e 250 peões rumou a algumas aldeias próximas, que atacou ao raiar do dia. Recolhido o saque, o gado e os prisioneiros, a cavalgada regressou à fortaleza, com algumas tropas inimigas no seu encalço (Zurara, 1978: 243-45).

Meio século mais tarde, em 1510, D. Francisco de Portugal, ao comando de 80 homens montados, procurou repetir o modelo, mas com menor grau de sucesso. Partindo de Arzila de noite, guiados por um experiente batedor mourisco, aguardaram pela manhã para pilhar e incendiar algumas casas nas serranias em torno da praça. Contudo, o fumo acabou por alertar os moradores de outros lugares próximos, que correram em socorro dos seus vizinhos, provocando várias baixas entre as tropas portuguesas, que se viram forçadas a retirar desordenadamente (Rodrigues, 1915-1919, vol. I: 45-48).

Como se percebe pelos exemplos aduzidos, a noite convertia-se, pois, no principal aliado dos combatentes portugueses em Marrocos, permitindo, em boa parte dos casos, apanhar o inimigo completamente desprevenido. Mas a noite reservava, claro, alguns desafios muito próprios. Desde logo, a escuridão ocultava de forma igualmente eficaz as movimentações do inimigo, que, conforme referimos, aproveitava a oportunidade para montar ciladas nas imediações das fortalezas portuguesas⁶.

Por vezes, a escuridão era tal que mesmo os guias mais experientes se enganavam no caminho. Na noite de 9 de dezembro de 1416, partiu de Ceuta uma cavalgada que rapidamente se viu em apuros, fustigada por chuva intensa e frio extremo. Os homens começaram a perder-se pelo caminho “caa pelo grande escuro, que fazia”, e o próprio guia não sabia ao certo por onde prosseguir, para frustração geral dos homens e do capitão, D. Pedro de Meneses (Zurara, 2015: 167-68). Por outro lado, não era aconselhável combater em plena escuridão, pois nessas alturas era particularmente difícil distinguir amigos de inimigos. Em 1416, D. Pedro de Meneses ordenou aos seus homens que aguardassem antes de atacar algumas aldeias inimigas, “porque ainda era cêdo pera começar semelhante feito, porque lhes compriam taes horas, em que se podesse estremar o amigo do contrario” (Zurara, 2015: 89).

A escuridão noturna podia também ser contraproducente, se o ataque fosse lançado demasiado cedo. Em 1434, os escutas que guiavam

⁶ A título de exemplo, cf. Zurara, 2015: 92 e 101.

uma cavalgada portuguesa, liderada por D. Duarte de Meneses, foram detetados por um aldeão que dormia num milheiroal, para o guardar da destruição provocada pelos javalis, que prontamente lançou o alerta. Com o elemento-surpresa perdido, o assalto português precipitou-se, mas, “porque era de noite nom fezerom tanto, como fezeram de dia, porque a escuridade os salvava”. Os moradores não só foram capazes de fugir, como ainda conseguiram salvar boa parte do seu gado, abrindo as portas dos currais, “pelo qual a preza nom foi aquella, que fora se ouveram azo de esperar a manhã” (Zurara, 2015: 396).

Efetivamente, se o ideal era a cavalgada aproximar-se do alvo a atacar a coberto da escuridão noturna, já o ataque propriamente dito devia ser lançado apenas ao amanhecer – “ante manhã” (Zurara, 2015: 76), na feliz expressão de Gomes Eanes de Zurara – numa altura em que o inimigo ainda se encontrava na cama ou, pelo menos, mais ensonado, quando o gado ainda estava recolhido nos currais, sendo, por isso, mais fácil de capturar⁷, mas num momento em que a luminosidade já era suficiente, não só para evitar a fuga oculta dos potenciais cativos mas também para evitar atingir, acidentalmente, os combatentes amigos. Regra geral, a viagem de regresso das cavalgadas à base ocorria ao longo da manhã ou da tarde, numa altura em que já não era necessário – nem possível, dada a luminosidade diurna – manter o elemento-surpresa. A partir de então, com os homens carregados de despojos e guiando manadas de gado e colunas de cativos, o importante era regressar, o mais rapidamente possível, à segurança dos muros de Ceuta ou de qualquer outra fortaleza portuguesa, em Marrocos (Zurara, 2015: 90-92). E também por isso a já referida cavalgada liderada por D. Duarte de Meneses, em 1434, foi excepcional, pois “a taes horas foi esto começado, e acabado, que jaa se Dom Duarte tornava pera a Cidade, e seria huma grande legoa de tornada, quando começou de amanhecer” (Zurara, 2015: 396).

Cercos: os sitiadores

No período em análise (1415-1521), as campanhas portuguesas em Marrocos que resultaram em cercos a cidades ou fortificações raramente incluíram operações noturnas. Em setembro de 1437, o anoitecer marcou o final do assalto português a uma das portas da muralha de

⁷ Em 1434, os defensores abriram as portas dos currais, permitindo a sua fuga. Cf. Zurara, 2015: 396.

Tânger. Nessa mesma ocasião, apenas voltamos a descortinar atividade noturna quando os portugueses passam de sitiadores a sitiados e o seu arraial fortificado corre perigo. Assiste-se, primeiro, à redução do espaço ocupado pelo acampamento, por intermédio da construção noturna de um atalho. Mais tarde, à medida que o desespero vai crescendo e o resgate por via marítima surge como única via de salvação, vai dar-se início ao deslocamento do arraial e da sua paliçada – o palanque –, rumo ao mar. Assim, a cada noite, os homens vão desmontando e remontando partes do acampamento, cada vez mais perto da costa (Pina, 1977: 542-59).

Duas décadas mais tarde, em outubro de 1458, o entusiasmo das tropas lideradas pelo infante D. Henrique leva ao prolongamento do assalto aos muros de Alcácer Ceguer pela noite dentro. Mais tarde, é o próprio infante a ordenar que, à meia-noite, seja disparada uma bomba grossa, que servia um propósito duplo: abrir uma brecha nos muros, facilitando a entrada das tropas portuguesas, e atemorizar o inimigo, impedindo-o de dormir e conduzindo-o, esperava-se, à rendição (Pina, 1977: 777). Em setembro de 1513, as tropas, lideradas por D. Jaime, duque de Bragança, aproveitaram a escuridão noturna para assentar o seu arraial e montar as estâncias de artilharia, nas imediações de Azamor, conforme se percebe na cantiga de Luís Henriques:

Aquela noyte ninguem a dormio,
com grande trabalho, sem mays repousar,
o sono, pregiça de todos fugio;
artelharia se pôs no lugar,
donde combate s'auia de dar
no tempo e ora que foss' ordenado,
seria do dia o meo passado
e alem hũ ora depouys doze dar⁸

Como se percebe pelos exemplos aduzidos, em contexto de cerco ofensivo, as operações noturnas desempenharam apenas papéis marginais, ficando muito aquém do potencial evidenciado, por exemplo, durante as cavalgadas. A grande exceção a esta regra acabou por ser a campanha contra Tânger, de 1463-1464, pensada desde o início como uma oportunidade para tomar aquela importante cidade pela calada da

⁸ Excerto de uma cantiga, sobre a conquista de Azamor, dedicada ao duque de Bragança. Cf. Resende, 1973, vol. I: 337.

noite. Como já tivemos oportunidade de referir, parte do muro citadino foi escalado secretamente por três agentes ao serviço da Coroa portuguesa, em 1463 (Zurara, 1978: 310-12; Pina, 1977: 795-96; Duarte, 2003: 426-29). Entre novembro de 1463 e os primeiros meses de 1464, as tropas, lideradas pelo rei e pelo infante D. Fernando, tentariam tomar Tânger de noite, por três vezes, sempre sem sucesso.

O primeiro ataque foi pensado como uma operação combinada entre forças terrestres e navais. Uma pequena frota de 12 navios de remo, capitaneada por Luís Mendes de Vasconcelos, deveria desembarcar na zona ribeirinha de Tânger, escalar as muralhas e disparar uma peça de artilharia como sinal para que as tropas ocultas nas imediações da cidade, lideradas pelo próprio rei, lançassem o assalto a partir de terra. Exército e frota moveram-se durante a noite, permanecendo ocultos, mas, no momento da verdade, ao raiar do dia, não correu como esperado. As condições do mar não permitiram desembarcar os combatentes e o inimigo, tendo detetado a ameaça, deu início ao bombardeamento dos navios com peças de artilharia instaladas nos muros da cidade. Entretanto, o contingente terrestre, liderado por D. Afonso V, tinha alcançado os arredores de Tânger uma hora antes de amanhecer. Pouco depois, os disparos da artilharia inimiga foram tidos como o sinal de que tinham entrado na cidade, pelo que as tropas abalaram rumo a Tânger, para dar combate aos seus defensores. Contudo, rapidamente se terão apercebido do seu erro e, para grande tristeza do rei, foi ordenada a retirada de regresso a Alcácer Ceguer (Pina, 1977: 798-99)

A segunda tentativa de assalto a Tânger foi ainda menos eficaz que a primeira. Desiludido com o insucesso e julgando corretamente que os defensores da cidade estariam ainda mais prevenidos e alerta do que antes, D. Afonso V retirou-se para Ceuta. Coube então ao infante D. Fernando a tarefa de planear o escalamento noturno dos muros da cidade. Partindo certa noite de Alcácer Ceguer, o infante acabou por aperceber-se de que não conseguiria alcançar Tânger antes de amanhecer, pelo que perderia o essencial elemento-surpresa. Assim, decidiu armar uma cilada, nos arredores da cidade, para emboscar alguns elementos mais incautos da guarnição inimiga. Contudo, a cilada, como o plano de escalamento, não deu frutos, e o infante e os seus homens acabaram desautorizados, após a chegada apressada do rei, que decidira impedir o irmão de arriscar imprudentemente a vida (Zurara, 1978: 340-42; Pina, 1977: 802-4).

A terceira e derradeira tentativa de assalto a Tânger seria, simultaneamente, a mais bem-sucedida, porque a única a alcançar, de facto, os

muros da cidade, e a mais trágica. Na noite de 19 de janeiro de 1464, D. Fernando partiu de Alcácer Ceguer, ao comando de um número incerto de tropas, mas certamente na casa das centenas. Tendo alcançado a cidade, decidiu-se esperar pelo período mais escuro da noite, com menos luar, e que seria por volta de três horas antes da madrugada, para encostar as escadas aos muros e dar início ao ataque. Inicialmente, tudo correu de feição e os homens foram subindo as escadas, sem oposição do inimigo, mas, na realidade, já tinham sido detetados pelas roldas, que apenas aguardavam para ver quem eram e o que faziam, antes de soar o alarme. Quando o alarme finalmente soou, os combatentes portugueses viram-se encurralados no topo dos muros que queriam conquistar. Depois de se certificar que o ataque se limitava a apenas uma secção da cidade, o alcaide de Tânger ordenou aos seus homens que iluminassem os muros, para que os besteiros e espingardeiros pudessem alvejar mais facilmente os invasores. Ao todo, as baixas portuguesas foram elevadas, com 200 guerreiros mortos e 100 capturados (Zurara, 1977: 343-45; Pina, 1977: 805-8). Foi, simultaneamente, o mais complexo assalto noturno português a uma cidade em Marrocos e uma das operações mais desastrosas dos portugueses, na região (Duarte, 2003: 426-29).

Cercos: os sitiados

Enquanto sitiadores, os portugueses raramente recorriam a operações noturnas, mas, quando a situação se invertia e se convertiam em sitiados, tornava-se necessário acautelar a possibilidade de o inimigo utilizar em seu favor as vantagens conferidas pela escuridão noturna. Assim, era normal reforçar os sistemas de vigilância das velas e roldas com mais homens e, por vezes, também mulheres. Em 1418, Ceuta foi cercada e, talvez por ser o primeiro cerco a que era sujeita desde a sua conquista, três anos antes, o capitão D. Pedro de Meneses revelou-se particularmente cauteloso. O número de patrulhas de homens a cavalo, em torno da península de Almina, foi incrementado, e as roldas e velas que normalmente vigiavam os muros da cidade foram reforçadas com alguns escudeiros, devendo ainda dormir nos seus respetivos postos, concretamente, nos caramanchões colocados no cimo de muros e torres. A barbacã foi igualmente reforçada com almogávares, que ali deviam dormir e agir como escutas, enquanto, no topo das respetivas portas, deviam dormir alguns escudeiros e besteiros. O próprio D. Pedro

de Meneses acabou por dormir num dos caramanchões da cidade, tal era a sua preocupação com a possibilidade de um ataque noturno a Ceuta (Zurara, 2015: 220-21). Em 1508, a guarnição de Arzila não era suficientemente numerosa para defender os muros da vila e do castelo, pelo que o capitão D. Vasco Coutinho ordenou que nos muros dormissem não só homens armados, mas também mulheres, acompanhados de fogareiros que iluminassem a noite e permitissem avistar um temido assalto noturno (Rodrigues, 1915-1919, vol. I: 11).

Embora constantemente temidos pelos sitiados, os ataques noturnos parecem ter sido pouco frequentes. E, mesmo quando aconteciam, eram ataques mais destinados a testar as defesas e a prontidão da guarnição do que tentativas sérias de conquista. De acordo com Gomes Eanes de Zurara, nos primeiros dias do cerco de Ceuta de 1418:

Os Mouros nunca derom em toda a noite lugar aos nossos de fi-lhar repouso, andando sempre ácerca do muro, em tanto que as pedras lançavam nos Caramanchões, posto que lhes caro custasse, caa os feriam, e matavam os que guardavam o muro; e per esta guisa passaram o dia passado, e a noite. (Zurara, 2015: 221).

No decurso do cerco de Alcácer Ceguer de 1458, os sitiadores aproveitaram a escuridão noturna para se aproximarem da barbacã da vila e aí fazerem alguns buracos com recurso a ferramentas manuais. Apesar de inicialmente recebidos com tiros de artilharia, foram bem-sucedidos, pois os sitiados não ousavam desperdiçar munições disparando no escuro (Zurara, 1978: 160-61). Décadas antes, durante o cerco a Ceuta de 1418, aconteceu o exato oposto: os sitiados aproveitaram a escuridão noturna para taparem alguns buracos nos muros que o inimigo tinha aberto ao longo do dia (Zurara, 2015: 235). Curiosamente, em 1458, um dos principais pontos de discórdia entre sitiadores e sitiados, em Alcácer Ceguer, foi uma pequena embarcação a remos, uma albe-toça, que os defensores da fortaleza utilizavam para manter contacto com o exterior. Por diversas vezes, os sitiadores utilizaram a cobertura da escuridão para se aproximarem dos muros e tentarem incendiar a embarcação varada na praia, embora sempre sem sucesso (Zurara, 1978: 156-60).

Por fim, refira-se ainda que, em contexto de cerco, a escuridão ocultava as movimentações de diferentes tipos de agentes. Por um lado, informadores e desertores circulavam entre os dois campos, trazendo consigo informação extremamente útil sobre a situação no arraial dos

sitiadores ou na fortaleza dos sitiados. Por outro lado, os elementos que se aproveitavam da cobertura da escuridão, para se aproximarem dos muros das fortalezas, para insultar os defensores e tentar minar a sua resiliência. Em ambos os casos, dispomos de elementos referentes aos cercos de Alcácer Ceguer de 1458 e 1459 (Zurara, 1978: 162 e 214). Um caso particularmente curioso diz respeito a um renegado cristão que se aproximava frequentemente dos muros, durante a noite, para insultar os sitiados, mas que acabou morto, certo dia, por terem reconhecido a sua voz (Zurara, 1978: 226)!

Conclusão

No Magrebe dos séculos XV e XVI, a atividade militar não cessava ao anoitecer. Pelo contrário, e como tivemos oportunidade de demonstrar, os combatentes de ambos os lados do conflito rapidamente compreenderam que a noite podia constituir um valioso aliado, na hora de espiar o inimigo, de movimentar tropas, de montar ciladas ou preparar assaltos surpresa a fortificações. Se, por um lado, a escuridão permitia às tropas portuguesas aproximarem-se das aldeias inimigas sem serem detetadas, por outro, dificultava os combates, tornando difícil distinguir amigo de inimigo e permitindo a fuga de potenciais cativos. Para fazer frente aos perigos que a noite podia ocultar, foram desenvolvidos e adaptados sistemas de defesa e vigilância. Em contexto de cerco, a noite ocultava não só os preparativos de ataques surpresa, mas também as movimentações de informadores e desertores. Mas, acima de tudo, para os combatentes portugueses em Marrocos, a noite era um valioso aliado durante as cavalgadas lançadas a partir das fortalezas. Difícilmente o modelo de cavalgada empregue pelos portugueses no Magrebe teria sido bem-sucedido se não pudesse contar com a noite para ocultar a aproximação dos guerreiros aos alvos a atacar.

DO CASTRUM ROMANORUM À CIDADE, NA INTERPRETAÇÃO DE SEBASTIÃO SERLIO

Francesco Paolo Fiore
(Università di Roma Sapienza)

A alternativa entre um traçado urbano ortogonal ou radial encontra-se plasmada nos primeiros tratados italianos de arquitetura, manuscritos e ilustrados, a partir da segunda metade do século XV. Antonio Averlino, conhecido como *il Filarete*, desenha a cidade ideal de Sforzinda em forma de estrela octogonal, onde as ruas principais irradiam da praça central, mas com um tecido interno de ruas e praças ortogonais. Francesco di Giorgio representa, no seu *Tratado*, tanto traçados urbanos com ruas radiais, quanto com ruas ortogonais, fechados por circuitos de muralhas poligonais de várias formas. Os traçados em malha ortogonal têm a vantagem de ser facilmente ampliáveis e divisíveis internamente em lotes, enraizando-se na longa tradição medieval de *bastides*, *pueblos* e *terre nuove*, respetivamente em França, Espanha e Itália, mas também nos centros urbanos de origem mais antiga que ainda conservam a estrutura dos *castra* romanos que os geraram. Por sua vez, e em alternativa, os traçados radiais exaltam a centralidade da praça principal e permitem ligar a disposição do tecido interno à geometria do perímetro. Perímetro que, desde o final do século XV, será o mais poligonal possível, para permitir o flanqueio com armas de fogo concentradas nos cumes e que são cada vez mais eficazes nos campos de batalha e de assédio, em Itália e na Europa.

A interpretação da cidade quadrada, descrita por Vitruvio no *De architectura*, ou seja, repartida em quatro partes e orientada, também permanece incerta desde o início do Renascimento. Talvez por esta mesma razão, Leon Battista Alberti, em *De re aedificatoria* (1452 e anos posteriores), evita prescrever uma forma ideal para a cidade, tratando-a somente por partes. Será Fra Giocondo a oferecer uma solução: ao organizar a primeira edição impressa e ilustrada do texto de Vitruvio, em 1511, mostra uma cidade vitruviana formada pela interseção de plateias e becos sem saída, tendo presente o antigo tecido de ruas ortogonais da Nápoles grega, onde tinha vivido durante muito tempo.

Em 1521, Cesare Cesariano, autor da primeira tradução impressa da obra *De architectura*, prefere interpretar o texto a favor de uma cidade com traçado radial. Mas Daniele Barbaro, na sua tradução comentada e ilustrada por Palladio do texto de Vitruvius, regressa (1556) ao tecido urbano em malha ortogonal, aceitando o conflito com o circuito do octógono irregular externo, defendido por bastiões atualizados baseado nos conselhos de Gian Giacomo Leonardi (fig. 93). Uma proposta que Barbaro reitera na segunda edição, de 1565, embora o perímetro das muralhas se torne o de um octógono regular, com bastiões que imitam os da antiguidade. A excelente tradução do texto de Vitruvio comenta

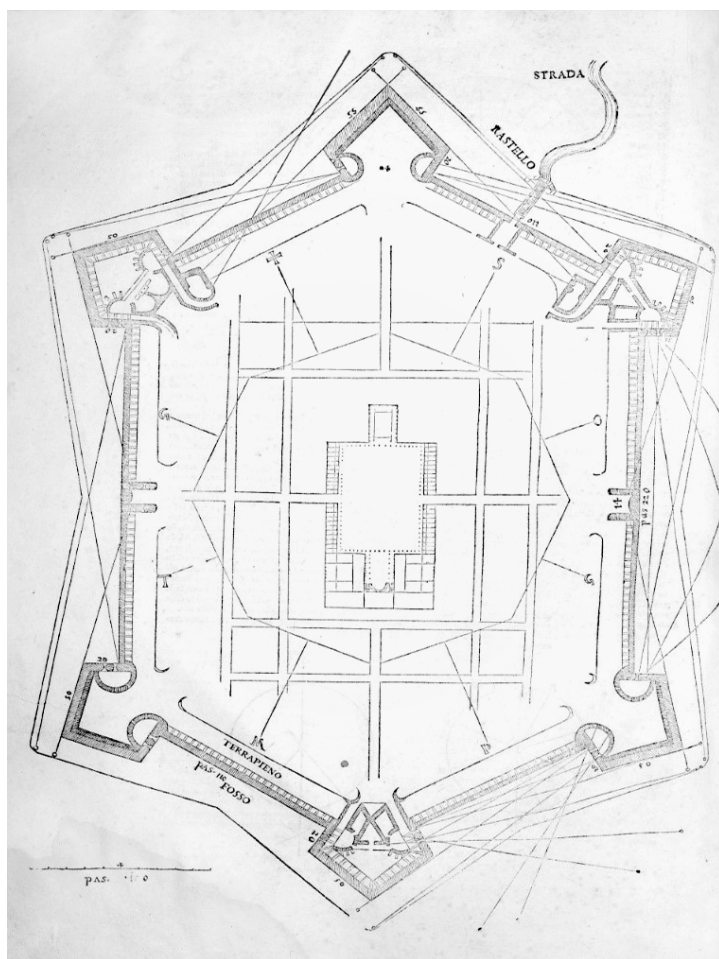


Fig. 93. Cidade vitruviana, Daniele Barbaro, *I dieci libri dell'architettura di M. Vitruvio*, Venezia, 1556, p. 38.

da por Barbaro, pode ter tido em conta a atividade da Accademia della Virtù, orientada, em Roma, por Claudio Tolomei, que inicia as suas reuniões em 1542, com o objetivo de conseguir, volume após volume, uma tradução satisfatória do *De architectura*, de Vitruvio, apelando à participação de estudiosos de várias disciplinas. Tendo interrompido a sua experiência romana, Tolomei imaginará fundar uma nova cidade no monte Argentario, descrevendo-a numa longa carta a Gabriele Cesano datada de 1544.

Foi o próprio Cesano, em 1546, quando era secretário do cardeal Ippolito II d'Este, então embaixador em França estabelecido em Fontainebleau com o rei Francisco I, que fez com que fosse lido o VI livro das *Histórias* de Políbio com a descrição do *castrum romanorum*, na presença de Pietro Strozzi, futuro marechal de França. Nessa ocasião, pediram a Sebastiano Serlio, hóspede do cardeal, para reconstruir graficamente o acampamento romano descrito pelo historiador grego (Pacifici, 1923: 142). Foi assim que, depois de uma primeira difusão manuscrita, a tradução em latim do VI livro de *Histórias* de Políbio de Janus Lascaris foi editada em Paris em 1523 e, posteriormente, em Veneza em 1529 (Lascaris, c. 1523; *Id.*, 1529). Uma excelente planta reconstitutiva associava-se à tradução francesa, publicada em 1545 (Políbio, 1545). O VI livro de *Histórias* de Políbio foi usado ao longo desses anos como fonte primária, tal como Vitruvius, e a disposição do acampamento, tão importante como a ordem na batalha na marcha para a vitória e a manutenção de um exército, tornara-se o mais importante modelo antigo como base do desenho urbano, em malha ortogonal, como o próprio Políbio tinha sugerido ao descrever o respetivo traçado:

Così disposto, il campo assume, nell'insieme, la forma di un quadrilatero con i lati uguali, mentre i quartieri in cui è diviso dalla rete di strade e il suo assetto generale, lo fanno sembrare una città. (libro VI, 31: 10)¹

Poderia supor-se que a tradução francesa do VI livro de Políbio de 1545, acompanhada pela já citada planta reconstitutiva do *castrum*, tenha sido utilizada em 1546, por Pietro Strozzi, Cesano e Serlio, em

¹ “Disposto desta forma, o campo assume, no seu conjunto, a forma de um quadrilátero com os lados iguais, enquanto que os bairros em que está dividido pela rede de ruas e o seu aspeto geral lhe dão uma aparência de cidade” (livro VI, 31: 10). De: Polibio, *Storie. Libri I-XL*, trad. ita. A. Vimercati; intr. N. Criniti; notes, appendices, bibl. N. Criniti e D. Golin, 1988: 552; v. Polybe, 1977.

Fontainebleau. Mas não se trata de uma hipótese inquestionável, já que Pietro Strozzi conhecia bem o texto polibiano. Ele próprio era sobrinho de Lorenzo Strozzi, a quem Niccolò Maquiavel tinha dedicado, em 1521, o tratado *Dell'arte della guerra*, e filho de Filippo, autor de uma tradução do VI livro de Políbio, publicada postumamente em 1552 (Políbio, 1552). Assim, Pietro Strozzi foi testemunha, por cultura familiar e por privar com governadores e homens de guerra em França, do interesse que suscitaram as *Histórias* de Políbio, onde era possível encontrar não apenas a discussão das relações entre política e ação militar, mas também a descrição da organização do grande exército romano, numa época em que o número crescente de soldados nos exércitos, o seu armamento e a respetiva disposição nas batalhas eram objeto de alterações decisivas e desconcertantes.

O interesse pelas *Historiae* polibianas havia sido, por outro lado, amplamente discutido na literatura, tanto em relação à sua opção por um exército de cidadãos em oposição a um exército de mercenários, como ainda sobre a organização dos soldados em batalha e nos quartéis, aos quais Maquiavel também dedica uma planta atualizada que não está longe da que é descrita no VI livro de Políbio (Machiavelli, 1521: 122v-23r).

Sebastiano Serlio não se havia debruçado sobre questões militares, tendo apenas considerado, mais como pintor do que como arquiteto, as figuras e as cenas esculpidas nas colunas de Trajano e de Marco Aurélio, em Roma, como meras fontes iconográficas para a representação das armas e do vestuário dos romanos. Em Bolonha, onde nasceu por volta de c.1475, encontrou Baldassarre Peruzzi e com ele aprofundou o conhecimento da antiga arquitetura romana. Em Veneza, para onde se mudaria em 1528, foi considerado *professore di architettura*, e iniciou a publicação dos primeiros livros do seu tratado de arquitetura. E mesmo em França, para onde foi chamado, em 1541, com o título de *arquitecto do rei*, Serlio apenas teve oportunidade de trabalhar para Francisco I como projetista de edifícios por encomendas privadas².

Embora a atividade de Serlio como arquiteto tenha sido recentemente reavaliada, a sua fama advém do seu trabalho como tratadista, iniciado em Veneza com a publicação, em 1537, do IV livro, dedicado às ordens arquitetónicas. Em 1540, publica-se o III livro, dedicado à

² Para os elementos principais da biografia de Serlio, v. Dinsmoor, 1942, I: 55-91; e II: 115-54; Rosenfeld, 1978: 17-27; Tuttle, in Thoenes (ed.), 1989: 22-29; Fiore, 1994: XI-LI; Frommel, 1998: 13-80.

arquitetura antiga, seguidos da publicação em França, em 1545, dos livros I e II, dedicados à geometria e à perspectiva e, em 1547, do V livro sobre igrejas (Fiore, 2001: 11-45). Dos sete livros anunciados, permaneceram manuscritos os livros VI, sobre as habitações, e o VII, sobre os “accidenti”.

Com a subida ao trono de Henrique II, Serlio mudou-se para Lyon. Foi aqui que publicou, em 1551, o livro *Extraordinario*, sobre as portas, e entregou os seus escritos e desenhos inéditos a Jacopo Strada. Este, com quem se encontrara em Lyon no ano de 1550, regressaria em 1553, para levar consigo aquele material para imprimir. Entre estes escritos encontrava-se o livro VII, impresso postumamente em Frankfurt, em 1575, e o manuscrito que Strada intitulou livro VIII, que tratava do acampamento dos romanos. O livro VIII não foi publicado, apesar das placas terem sido gravadas e o texto predisposto em italiano e latim, como se encontra assinalado no privilégio concedido a Strada pelo imperador Maximiliano II, em 1574 (Cf. Strada, 1575, III; v. Jansen, 2004, I: 177-84; Id., 2019).

O livro VIII permaneceu manuscrito, atualmente designado Cod. Icon. 190, da Bayerische Staatsbibliothek de Munique (Marconi, 1969: I, 51-59; e 1969, IV-V: 52-59; Rosenfeld, *op. cit.*: 35-49; Fiore, *op. cit.*: 216-21; *Id.*: 489-515 e 517-57; *Id.*, Deswarte-Rosa (ed.), *op. cit.*, I: 211-19; *Id.*, *ibid.*: 220-23; *Id.*, Beltramini (ed.), 2019: 272-97), e nele Serlio descreve o que fora discutido com Strozzi e Cesano, em 1546, durante a sua estadia em Fontainebleau. Infelizmente, duas grandes plantas quadradas 9 pés (mais de 2,5 metros) de lado, não chegaram até nós. As plantas representavam o acampamento provisório e o acampamento permanente tal como descritos por Políbio, e foram listadas por Strada no *Index* das obras em sua posse. Ainda segundo Strada, estas plantas foram desenhadas por Serlio durante a sua estadia em França, a pedido do rei, que queria construir duas cidades (*castra*) com essa forma: uma no Piemonte e a outra na Flandres, passando, assim, da mera reconstrução teórica da antiguidade para a realidade.

O códice de Munique do VIII livro contém duas secções, uma dedicada ao acampamento provisório e outra ao acampamento permanente, enumeradas no texto de Serlio com esta ordem. Na verdade, as duas secções ligam-se pela ordem inversa no códice, porque os desenhos do acampamento permanente, claramente definidos e paginados nas folhas de pergaminho, antecedem os do acampamento provisório, que são preparatórios e em papel, à exceção da planta geral, em pergaminho. Serlio abordou então, como arquiteto, o tema do *castrum romanorum*:

Si sono faticati diversi spiriti rari per ridire cotai cose in apparen-
te disegno, et massimamente la castramentazione [sic], la
quale a' miei tempi è stata fatta da molti. (ff. 21v-22r)

Serlio seguiu as indicações de Políbio, como se pode ver na planta geral do acampamento provisório (fig. 94), dividido em *strigae* por cinco ruas verticais, com a rua pretoriana no eixo que conduz à sede do cônsul, ou pretório, e que tem uma planta quadrada com o questório e o foro de cada lado, de acordo com as medidas de Políbio. Este autor também é seguido na denominação das tropas alojadas no acampamento: prefeitos, cavaleiros e soldados da infantaria eleitos, tribunos das milícias, cavaleiros e soldados da infantaria *extraordinarii*; cavaleiros romanos, *triari*, *príncipes*, *hastati*; cavaleiros seguidos por *triari príncipes* e *hastati* auxiliares. Não se tratou, todavia, de uma reconstrução à letra da descrição de Políbio, porque Serlio não renunciou a interpretá-lo e a integrá-lo. De fato, uma vez traçada a *via principalis* acima do pretório, à qual chamou “via larga”, inseriu uma segunda rua entre o *praetorium* e os lotes para os soldados da infantaria e cavaleiros *extraordinarii*, com a seguinte justificação:

Qui mi potria dire alcuno ch'io avessi errato a discostare gli sopradetti loggiamenti dal dal pretorio et dal fore et da cavalli e fanti eletti, conciosiacosa che non senza cagione Polibio le congiunge con tai loggiamenti. Io le rispondo che come architetto, il qual riguarda sempre alla maiestà et al decoro, non ho voluto comportare quei loggiamenti davanti li più nobili senza lassarvi piazza davanti et a presso; discostandomi più dalli detti luoghi nobili que' piedi L, io alongo tanto più la castramentazione [sic], talmente che la sua quadratura s'avicina più al perfeto. (ff. 21v-22r)

Políbio não define, de resto, quantos soldados da infantaria e cavaleiros *extraordinarii* acampavam ao longo da linha do *praetorium*, nem o espaço que seria reservado, atrás deste, para as tropas aliadas. De fato coloca simplesmente a *via principalis* entre a *pars postica* do campo, que inclui os lotes de tribunos e prefeitos, e a *pars antica*, ocupada pelos legionários e por uma parte dos aliados. O processo seguido por Serlio na reconstrução da planta do *castrum romanorum*, pode ser observado nos desenhos em papel do acampamento provisório. Na folha 27r (fig. 95), vemos os aposentos dos tribunos da milícia ainda encostados ao *praetorium* que se ergue em altura.

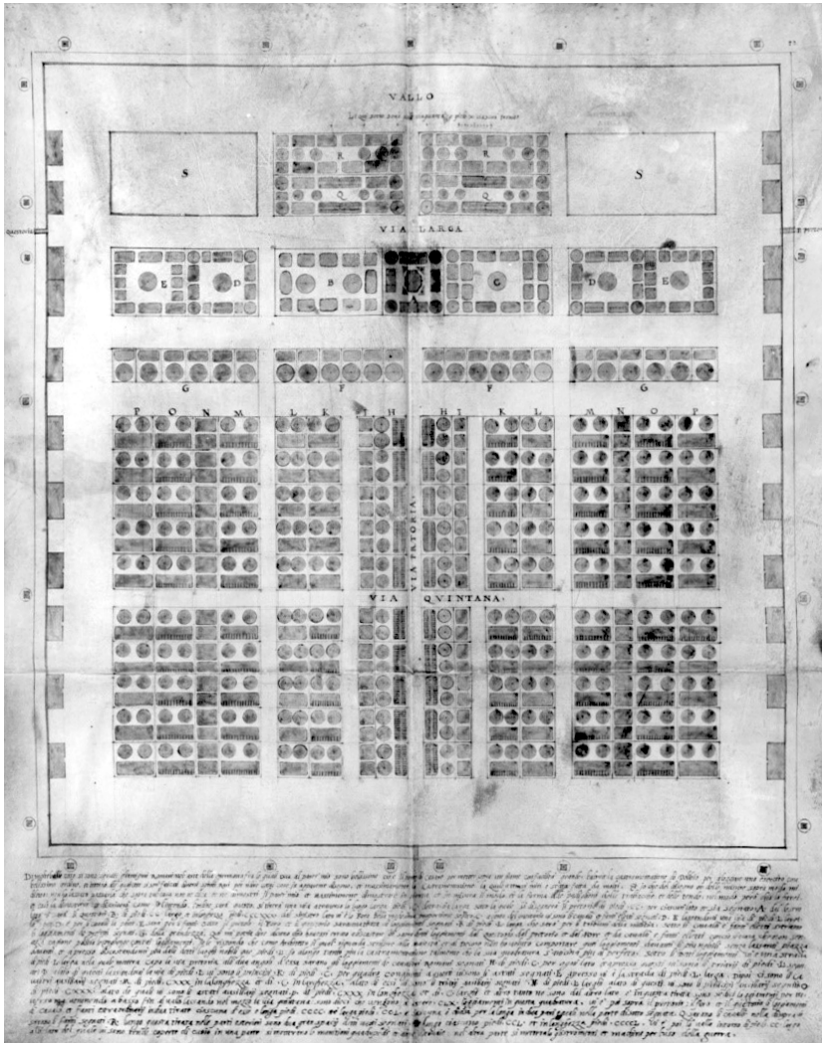


Fig. 94. Serlio, acampamento provisório segundo Políbio, BAM, Cod. Icon. 190, ff. 21v-22r.

A “via larga” está abaixo, e não acima, do *pretório*, como estará, por sua vez, na planta geral em pergaminho, ainda que já duplicada em posição superior. O desenho na folha 27r dá-nos testemunho de um primeiro desenvolvimento da reconstrução, que será modificada no desenho geral em pergaminho. Na folha 23r (fig. 96), Serlio estuda ainda o desenvolvimento do acampamento à esquerda da *via pretória*.

Em seguida, passa a descrever os detalhes de cada lote, como, por exemplo, para um prefeito ao lado dos soldados da infantaria ou os cavaleiros eleitos (imagens 25v e 29r), ou para os cavaleiros romanos ao lado dos *triarii* (imagem 31r).

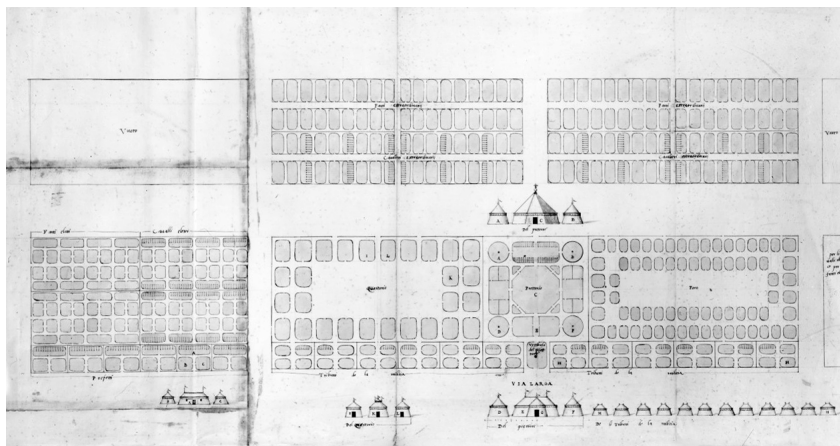


Fig. 95. Serlio, estudo do *pretório* no acampamento provisório, BAM, Cod. Icon. 190, f. 27r.

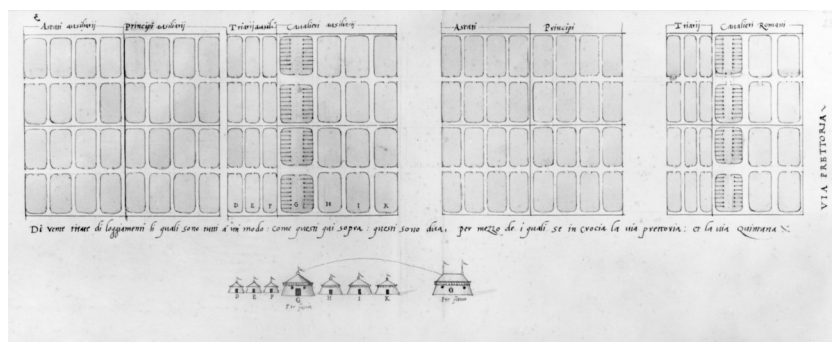


Fig. 96. Serlio, estudo do alojamento de acordo com as *strigae* do acampamento provisório, BAM, Cod. Icon. 190, f. 23r.

Como arquiteto, Serlio reserva-se o direito de levar à perfeição o desenho de Políbio, dedicando-se a estabelecer o tamanho e a localização das tendas e pavilhões dentro dos lotes, tendo em conta a patente militar dos ocupantes. Aqui demonstra a sua capacidade de inovação, convocando múltiplas fontes antigas, como no caso da figura da torre de vigia retirada da coluna de Trajano.

As várias componentes do projeto que confluem na reconstrução do acampamento provisório, aparecem realçadas nos desenhos de Serlio dedicados ao acampamento permanente (f. 1v) (fig. 97). Esta torna-se uma verdadeira cidade militar, construída a partir da planta do acampamento provisório. Ao introduzir a sua descrição, o autor anuncia que, querendo transformar a reconstrução que faz do *castrum* segundo Políbio numa “cittadella murata”, pretende recorrer a uma fonte que hoje chamaríamos arqueológica. Ou seja, reporta-se à descrição que lhe foi dada, muitos anos antes em Veneza, por Marco Grimani, de uma cidade construída, por ordem de Trajano, em cima de um acampamento romano na Dácia. A planta do acampamento trajano, escreve, “non molto lontana da quella di Polibio”. Marco Grimani viajara em 1531, como embaixador no Oriente, e uma segunda vez, de 1534 até 1536. É provável que em 1531, no caminho de regresso de Constantinopla para Veneza, tenha seguido a rota do Danúbio, deparando-se com as ruínas da cidade de Drobeta, hoje Turnu Severin. Trata-se do acampamento permanente fundado por Trajano na margem húngara do Danúbio, em frente da grande ponte que o imperador mandou construir sobre este rio por volta de 103-105 d.C. Todavia, no século XVI, restavam no local apenas as ruínas de um torreão da Idade Média, fundado num dos ângulos da antiga cidade quadrada³. Assim, a reconstrução que Serlio fez é necessariamente fantasiosa, embora baseada no conhecimento que possuía e na interpretação que fez da arquitetura antiga.

Serlio expõe eficazmente o método de projeto utilizado para a reconstrução do acampamento permanente. Das plantas minuciosas, que incluem as medidas específicas das salas individuais, soluções arquitetónicas de pátios e fachadas onde também introduz algumas variantes, chega às ordens arquitetónicas utilizadas, proporcionando desenhos detalhados. No códice encontramos, antes de mais, o *praetorium* (f. 2r) (fig. 98) com planta quadrada, tal como prescrito por Políbio, apesar de alongado na planta geral, projetando-se na praça que Serlio insere como inovação necessária. O traçado do *praetoriu* é o de um palácio romano do início do século XVI, com um pátio semelhante, na disposição interna, aos muitos exemplos ilustrados no livro VI do seu tratado dedicado às habitações. À direita (mas à esquerda da planta geral,

³ Para a situação arqueológica de Drobeta, Tudor, 1965; Florescu, 1967: 144-51. Dimitru Tudor recorda que, entre 1515 e 1547, os embaixadores de Francisco I e Solimão I tentaram obter a permissão de estudar os seus restos, Tudor, 1979: 47-134. V. Garasanin, 1980: 25-50.

uma vez que se inverteram esquerda/direita para a impressão), encontra-se o *Questório*, com um amplo pátio no centro que remete, novamente, para a arquitetura da Itália central.

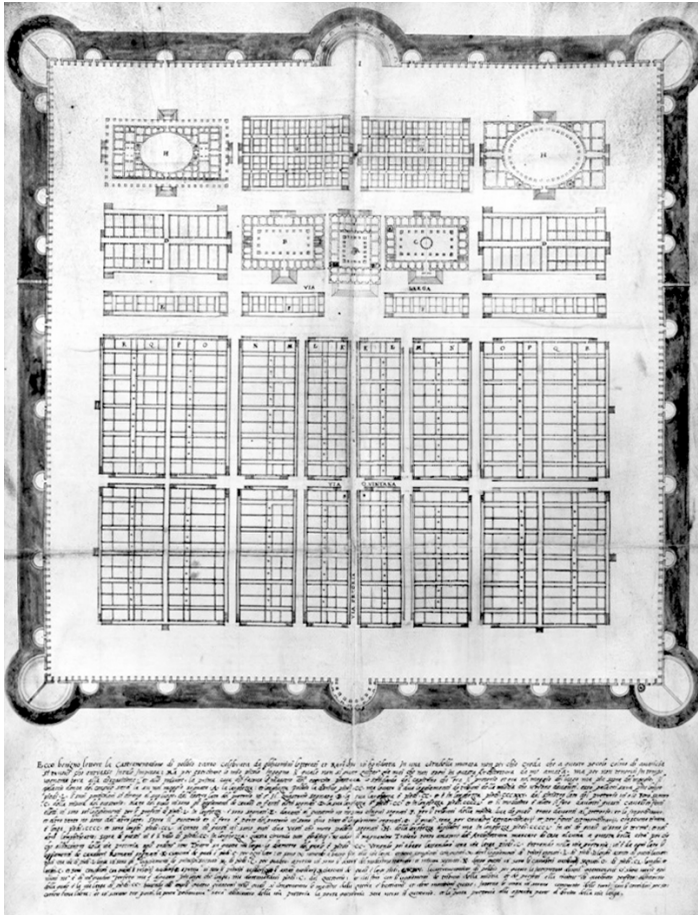


Fig. 97. Serlio, acampamento *stabile* segundo Políbio, BAM, Cod. Icon. 190, f. 1v.

O mesmo se pode afirmar do *Foro*, monumental relativamente aos outros edifícios, com um pátio de arcos assentes em pilares enquadrados por meias-colunas e entablamentos que evocam as soluções romanas, se bem que variadas, tais como as do Palácio Farnese de Antonio da Sangallo o Jovem, em Roma. Ainda mais monumentais, embora menos ornamentadas, são as termas e o anfiteatro, destinados a toda a comunidade militar. Como Políbio não contemplara a presença de tais

edifícios, Serlio recorre à imaginação, justificando-a com base no suposto conhecimento do acampamento de Trajano no Danúbio; coloca os dois grandes edifícios, ambos com um grande espaço oval descoberto e pórticos, um no exterior e outro no interior, aproveitando os espaços vazios do acampamento destinados às tropas aliadas.

Para além da referência da antiguidade, as termas e o anfiteatro constituem um sinal ulterior e evidente da vontade do autor de propor o acampamento permanente como modelo de uma verdadeira nova cidade *all'antica*. Os elementos decisivos para avaliar a influência polibiana no traçado de uma estrutura urbana no acampamento permanente de Serlio, são as habitações desenhadas para as diferentes ordens

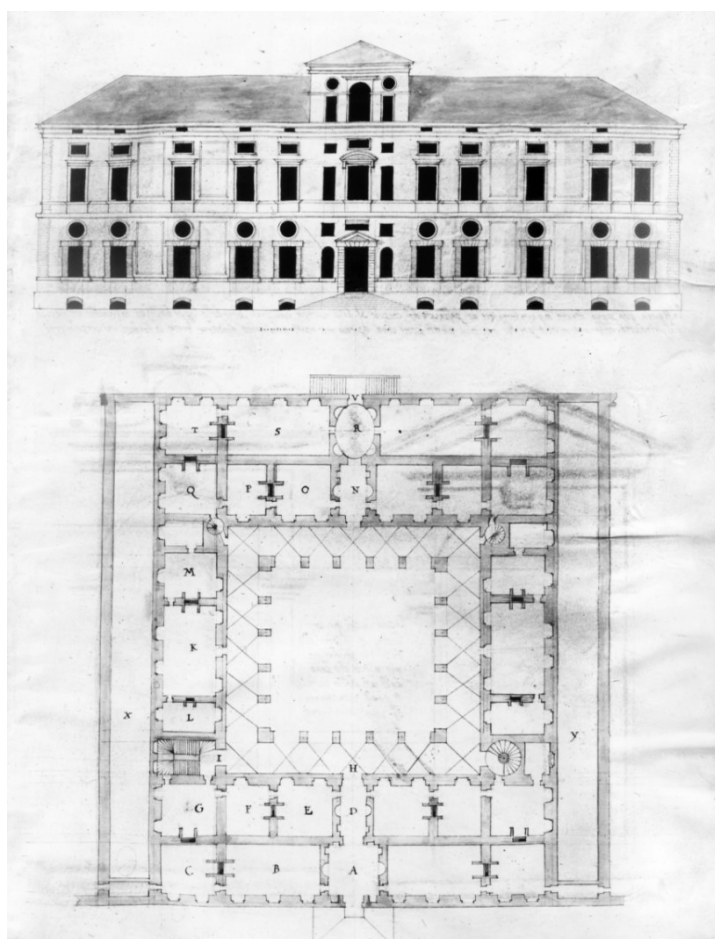


Fig. 98. Serlio, o pretório no acampamento *stabile*, BAM, Cod. Icon. 190, f. 2r.

de soldados. De facto, Serlio serve-se das plantas de casas antigas, tal como concebidas na Roma do início do século XVI, e adapta-as ao espaço dos lotes do acampamento. Consideremos alguns exemplos, tendo como ponto de partida as casas mais simples para um prefeito ou para um tribuno da milícia (f. 11r) (fig. 99).

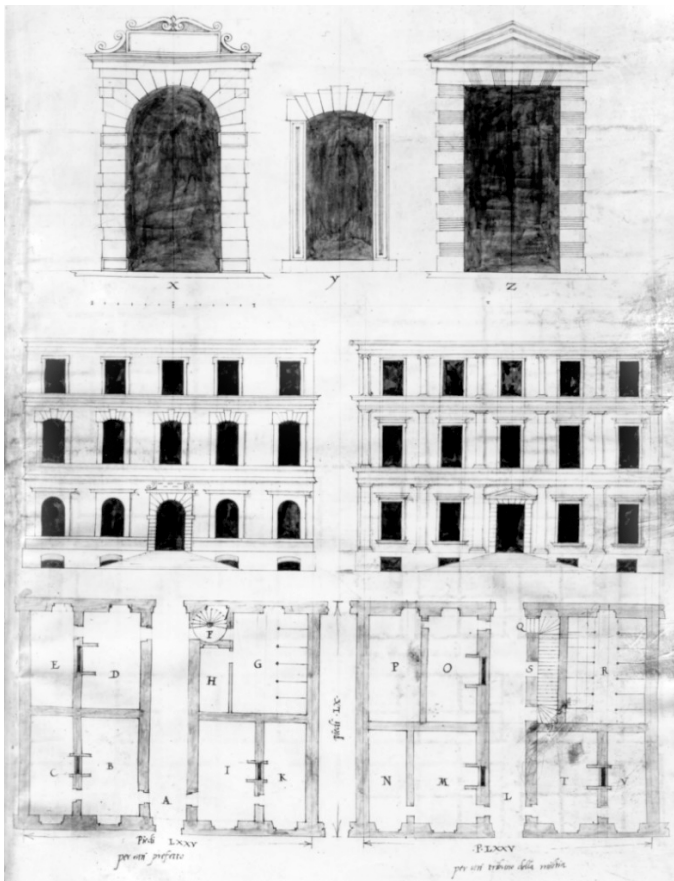


Fig. 99. Serlio, casa para um *prefetto* e um *tribuno della militia*, BAM, Cod. Icon. 190, f. 11r.

Aqui, a distribuição é conseguida graças à implantação de um corredor, que atravessa todo o lote e, ao lado, a uma escada em caracol ou em rampa reta, com degraus de convite, enquanto os quartos dos blocos laterais são abertos. Como em muitos outros casos, as fachadas respeitam a diminuição vitruviana de $\frac{1}{4}$ dos planos sobrepostos, com uma acentuada simplificação dos elementos. A validade do tipo de

planta adotada pode aferir-se pela repetição serial de plantas semelhantes, na *insula* dos soldados de infantaria e dos cavaleiros extraordinários (f. 11v), colocada acima do pretório, do Foro do Questório. O uso da escada em caracol passante reaparece, fruto das experiências francesas de Serlio, modelo ao qual voltará noutras ocasiões. A disposição das casas parece ser mais complexa na correspondência das entradas das *strigae*. No caso daquelas que possuem uma largura de 115 pés (f. 16r) (fig. 100), Serlio imagina habitações com um pátio central acessível pelos três lados, destinadas aos *hastati* auxiliares

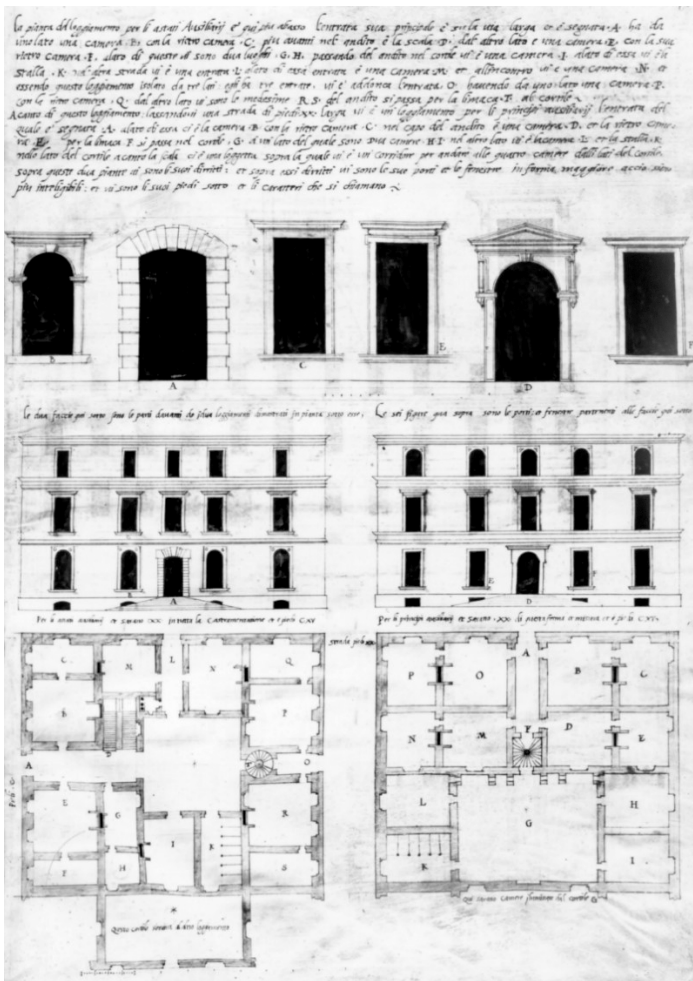


Fig. 100. Serlio, casa para *astati* e *principi ausiliarii*, Monaco, BAM, Cod. Icon. 190, f. 16r.

Aqui, o pátio é colocado ao fundo e acessível através de um longo corredor axial para os *principi* auxiliares, solução frequente na Roma do tempo de Serlio, mas com uma diferença: a existência de uma escada em caracol passante, como as que observara em França, nomeadamente em Lyon. Pelo contrário, no caso das *strigae* com largura de 150 pés (f. 15r), Serlio combina o tipo de 50 pés com corredor passante, com um tipo de 100 pés com pátio assimétrico e pórtico em continuação do corredor, acessível também lateralmente e alinhado com uma escada retilínea com degraus de convite. No caso das *strigae* de 200 pés (f. 15v), associa dois tipos de edifícios de 100 pés: um com um pátio assimétrico para os *principes*, o outro sem pátio e, como tal, sem vista interna, com uma escada em caracol central passante para os *hastati*.

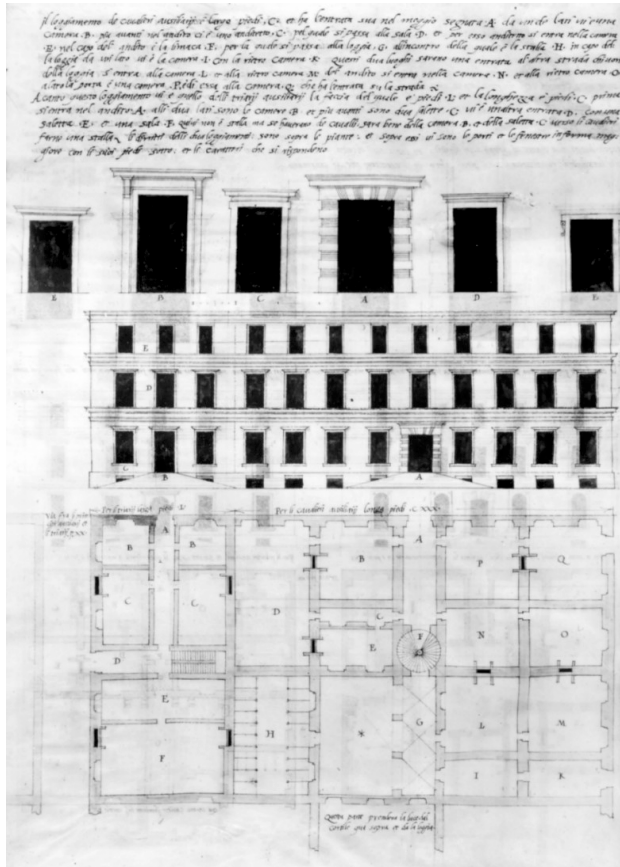


Fig. 101. Serlio, habitações para *triarii* e *cavaleri auxiliaarii*, BAM, Cod. Icon. 190, f. 16v.

Finalmente, para o lote dos cavaleiros auxiliares (de 130 pés de largura) e o dos *triarii* ao lado (de 50 pés de largura) (f. 16v) (fig. 101), o corpo da construção na direita do pátio assimétrico duplica. No caso dos *triarii*, Serlio regressa à tipologia minimalista de que já falámos: duas aberturas ao lado do pórtico que se abre para um corredor profundo, com uma escada transversal no fim. Em todos os casos descritos, as fachadas são da mesma altura e divididas em três andares, diminuídos de $\frac{1}{4}$, seguindo a regra vitruviana, e mostram a série simplificada que será posteriormente adotada na cidade, nas cidadelas ou nos bairros militares.

Nas portas do acampamento permanente, Serlio regressa às ordens arquitetónicas e mistura-as com o uso do rústico, para configurar uma arquitetura que se possa afastar das suas prescrições de tratadista vitruviano, alcançando mais variedade e expressão. É um tema serliano por excelência que aqui se desenvolve, e que conclui com os dois arcos do triunfo que Serlio propôs para fechar a ponte sobre o Danúbio, construída por Trajano e representada a partir da descrição de Dião Cássio (LXVIII: 3).

Chega a altura de nos perguntarmos que valor atribuir à elaboração apaixonada de Serlio do tema *castrum romanorum*. O livro VIII nunca foi publicado e, provavelmente, o seu manuscrito nem sequer teve difusão. Pese embora a elaboração derivasse do interesse de nobres e militares pelas fontes antigas, demonstrado nesses anos passados em França, rodeado pelas edições polibianas: da publicação das *Instructions sur le faict de la Guerre extraictes des livres de Polybe, Frontin, Vegece, Cornazan, Machiavelle, & plusieurs autres bons autheurs* (Paris, 1548) de Guillaume du Bellay, que contém as plantas de dois acampamentos quadrados, de traçado não polibiano⁴, e do *Discours sur la castrametation et discipline militaire des Romains* (Lyon, 1554), de Guillaume du Choul, rico em ilustrações inspiradas nas imagens antigas⁵. Podemos notar, como até agora ainda não foi sublinhado, que nas edições posteriores da tradução italiana deste último livro, impressa pelo mesmo editor em Lyon (1555) e reimpressa em Pádua (1558) e novamente em Lyon

⁴ Du Bellay, 1548: 21r, 27r. A tradução deste texto de Du Bellay deveria ter acompanhado a edição impressa do livro VIII de Serlio, na edição prevista por Jacopo Strada.

⁵ Du Bellay, 1554. Seguiu-se, em 1556, a edição, com não menor sucesso, do mesmo autor, *Discours de la religion des anciens Romains*, posteriormente, editada várias vezes.

(1559 e anos posteriores), que se acrescentou uma planta do acampamento polibiano (imagem 102), que mostra a duplicação da “via larga”⁶. Poderíamos, portanto, pensar na eventual circulação da reconstituição de Serlio, apesar do livro VIII nunca ter chegado a ser publicado.

Não sabemos se a grande planta com lado de 9 pés do acampamento permanente, elaborada por Serlio para Francisco I, rei este que – segundo Strada – pretendia fundar duas cidades no Piemonte e na Flandres, continha o desenho de habitações comparáveis com aquelas que Serlio introduziu no livro VIII. Em qualquer dos casos, o trabalho de Serlio realça como, em meados do século XVI, a influência do livro VI de

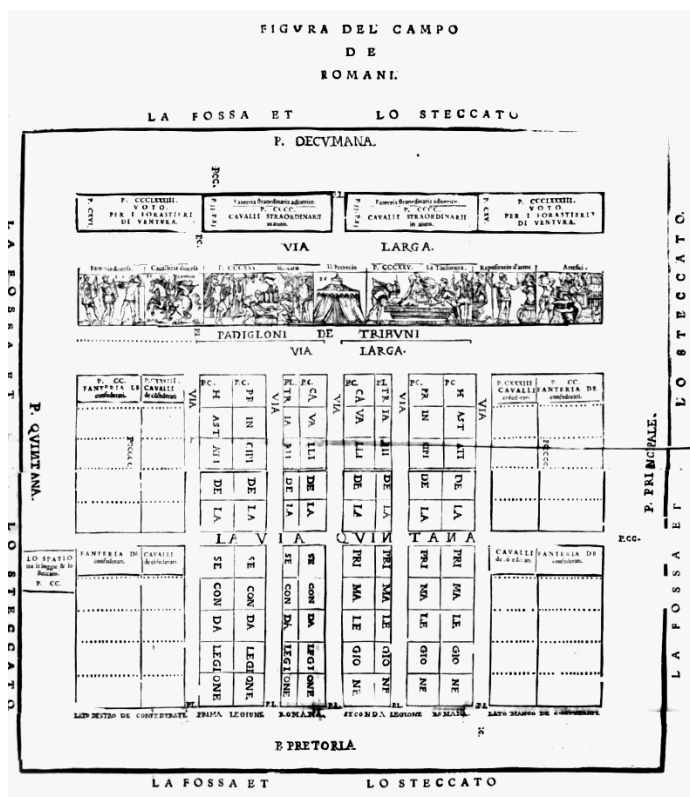


Fig. 102. Acampamento provisório, segundo Políbio, *Discorso del S. Guglielmo Choul gentiluomo lionese*, Padova, 1558.

⁶ Du Bellay, 1555. Reproduz-se a planta anexada à tradução italiana *Discorso del S. Guglielmo Choul gentiluomo lionese* (Padova: Marc’Antonio Olmo, 1558), sem numeração, também presente na edição em italiano posterior. (Lione: Guglielmo Rouillio, 1559).

Políbio levou muitos a reconsiderar o potencial do traçado ortogonal no desenho urbano que, nesses anos, assistia a uma renovada aplicação.

Desde 1545, Marini tinha efetivamente realizado, para Francisco I, as duas cidades fortificadas de Vitry-le-François (no Marne), e de Villefranche-sur-Meuse, utilizando um traçado ortogonal, embora integrado por ruas radiais no caso da segunda povoação.

Em Itália, poderíamos encontrar uma demonstração do sucesso do traçado ortogonal na realização, em 1551, da nova Carlentini, pelo vice-rei espanhol do reino de Sicília Juan de Vega, e seu arquiteto Pedro Prado. O traçado fecha, dentro de uma muralha de bastiões, um tecido urbano inspirado pela extensa declaração do vice-rei sobre o acampamento dos romanos descrito por Políbio (Aricò, 2016). Em 1554, também Vespasiano Gonzaga, desde sempre ligado à corte de Espanha, fundou a cidade de Sabbioneta, perto de Mântua, cuja malha ortogonal foi enclausurada dentro das muralhas poligonais (Bertelli (ed.), 2017). Em todos estes casos, a distância para uma interpretação textual da castrametação é evidente, mas tal facto não diminui o valor da referência a Políbio no desenho das cidades ou cidadelas fortificadas. É o mesmo tema que emergiu, ainda em 1554, quando Pietro Cataneo publicou, em Veneza, *I primi quattro libri di Architettura*. Este tratado abrangente, seguindo Vitrúvio e a tradição de Francesco di Giorgio, abordou os temas da arquitetura e do traçado da cidade em conjunto com a problemática das novas defesas bastionadas, aceitando a aparente contradição entre tecido ortogonal e muralhas poligonais. Na segunda edição do seu tratado, de 1567, Cataneo ilustrará também os traçados do acampamento romano segundo Políbio, e do acampamento na versão moderna utilizada pelas tropas de Carlos V, embora não torne explícita a ligação entre este tema e as suas plantas de cidades (Fiore, 2017: 205-13).

A atenção centrada nas razões militares levará, em muitos casos posteriores, ao sucesso do traçado radial, cujo exemplo mais célebre é o de Palmanova (Fiore, ed., 2014: 221-39). Porém, a contribuição de Sebastiano Serlio assinala o peso que o VI livro de Políbio teve no desenho da cidade, que, no século XVI, juntamente com a realização das defesas bastionadas, continua a ser problema de arquitetura militar designado pela expressão francesa *tracé italien*. O sucesso deste traçado na Europa justifica-se pela convergência entre as razões puramente militares, a eficiência das geometrias ditadas pelo uso das armas de fogo, mas também pela cultura arquitetónica e construtiva, com a devida referência à cidade vitruviana, integrada e renovada graças a Políbio.

DE ARZILA A ALCÁCER QUIBIR: ITINERÁRIO DE UMA CIDADE EM MOVIMENTO

Luís Falcão Fonseca
(CH – Universidade de Lisboa)

Luís Costa e Sousa
(CHAM – NOVA/FCSH)

Começando o campo de se formar e armarem as tendas, em breve tempo se fez fora dos muros um arraial mui soberbo, em forma de uma populosa cidade... (Bernardo da Cruz, v. 2, 1903: 234)

Vegécio, a principal influência bélica europeia e dos tratadistas que a teorizaram, reconheceu que a essência da guerra supera o seu momento mais dramático – a batalha. Neste tratado militar clássico, dividem-se os aspetos práticos da guerra em três fases principais, a marcha, o acampamento e a preparação para a batalha (Vegécio, 2009: 97). Os manuais do século XVI, especialmente aqueles escritos por veteranos como Francisco de Valdés, retornam a essa divisão tripartida como fundamental na organização ordenada de um exército, durante qualquer campanha – o “gobierno del orden en el marchar, alojar y pelear” (Valdés, *op. cit.*: 35).

Vegécio descreve a batalha como menos perigosa do que a marcha, colocando, assim, o confronto campal como nada mais do que um momento sangrento, na cronologia de um exército. Assim, mesmo sendo a batalha decisiva – ou não –, como ato final de uma campanha militar, a natureza da guerra constitui um universo mais complexo, sendo, afinal, “the cumulative impact of the movement and actions of this great conglomeration of violent strangers” (Wood, 2002: 237). Não se trata, portanto, apenas da análise detalhada do confronto em si, mas, sim, como a estrutura dos exércitos muda, conforme marcham, lutam ou repousam dentro dos limites do acampamento, ou seja, como a divisão tripartida do tempo de guerra articula todo o processo que envolve a mobilidade.

O conceito de *cidade em movimento*, proposto por Lauro Martines (Martines, 2013: 151-83), que relaciona a mobilidade do exército com

o espaço físico ocupado pela sua população, oferece a oportunidade para um aproveitamento eficaz da investigação multidisciplinar do fenómeno da guerra, afastando-se do tradicional enfoque na estratégia e condução das operações militares. Afastando-nos de uma análise estrita dos momentos estáticos da guerra – que colocam o itinerário dos exércitos como mero prólogo à atração fatal da batalha –, o conceito de Martines enfatiza a movimentação dos exércitos como parte de um processo mais amplo, que se desenrola no espaço e no tempo.

A batalha de Alcácer Quibir é um caso de estudo bem conhecido, no contexto militar português da Época Moderna, documentado por um vasto acervo de fontes bibliográficas – coevas e contemporâneas. Esses relatos devem ser lidos enquadrados no contexto da sua produção; isto significa que deve ser dada atenção especial às motivações de cada escritor. Como se sabe, a expedição de 1578 suscitou diferentes opiniões, que podem ser resumidas nos dois campos antagónicos dos seus defensores e detratores. Por mais simplista que seja esta generalização, é importante analisar os detalhes das várias testemunhas oculares, no devido ambiente histórico. O endossar da responsabilidade pelo desastroso resultado da expedição às decisões do rei resulta, muitas vezes, de outras motivações que tanto se ligam com a oposição das oligarquias ao recrutamento centralizado introduzido pelo *estado*, na pessoa do rei, ou como justificação para uma União Ibérica sob uma égide mais responsável do monarca espanhol. Assim, a polémica que a última expedição sebástica ainda hoje suscita, torna-a um tema de pesquisa que merece ser debatido sob diferentes perspetivas. O conceito de *cidade em movimento* é uma dessas novas abordagens.

Não há dúvida de que o exército que o rei português levou para Marrocos, em 1578, envolveu números muito elevados, uma raridade em Portugal antes de 1578, apenas atingidos pela expedição destinada à conquista da cidade marroquina de Azamor, em 1513. Assim, o que sucedeu entre 1513 e 1578? Após o desastre de Mamora, em 1514, os portugueses votaram-se a um papel estritamente defensivo, ainda que tenham participado no grande ataque de Tunes de 1535 e no assalto, de menor dimensão, de Peñon de Velez, em 1564 (Braudel, v. 2, 1995: 375-76). Do lado espanhol, a situação é muito diferente. Tiveram lugar várias expedições ibéricas ao Norte da África, na sua esmagadora maioria organizadas pela coroa espanhola. Alguns padrões se identificam: relativamente ao objetivo, verifica-se que se trata de operações quase exclusivamente dirigidas contra portos da costa norte-africana; no que respeita às forças em jogo, trata-se de exércitos com dimensão muito semelhante:

em 1535, o rei espanhol Carlos V comandava cerca de 100 navios de guerra e 25.000 homens, quase os mesmos números que seguiram para Argel, em 1540 (500 navios e 24.000 soldados); em 1573, já muito perto da expedição portuguesa de 1578, D. Juan de Austria comandou cerca de 200 navios de guerra e 20.000 homens, para conquistar Tunes.

Na verdade, o contexto militar português do século XVI continua a suscitar mais perguntas do que respostas. Reconhece-se que a lei de 1570, um dos primeiros diplomas de caráter militar publicados pelo jovem rei D. Sebastião, foi o ponto de partida para a construção de nova realidade, cujo principal objetivo seria dotar o rei de um poder de recrutamento eficaz e centralizado. Em 1572, foi organizada uma frota significativa e mobilizados 4.000 soldados (Fonseca e Sousa, 2023), ainda que o seu destino permaneça algo incerto. No ano seguinte, o rei inspecionou cerca de 20.000 homens no Alentejo e Algarve; em 1574, foi organizada uma expedição ao Norte de África, de âmbito limitado. Nos dois anos subsequentes, o rei seguiu novamente para o Algarve, com a intenção – gorada – de passar, novamente, a Marrocos. Finalmente, cerca de 10.000 homens foram recrutados para a expedição fatal de 1578. É também interessante notar que, mesmo depois da desastrosa derrota em Marrocos, com a perda da totalidade do exército, um mesmo número de efetivos recrutados em Portugal enfrentou o exército espanhol na batalha de Alcântara; nove anos depois, outros 12.000 estavam prontos para enfrentar o desembarque inglês de 1589; finalmente, durante o alarme de 1595, os soldados portugueses, *levantados* em Lisboa e no seu termo, atingiram uma cifra ainda maior, 14.000 homens (Pereira, 1595). Assim, parece claro que níveis tão elevados de recrutamento deixaram de ser uma situação esporádica a partir de 1570, depois do início das iniciativas reformistas do rei D. Sebastião.

Outro facto a reter: os “mais de vinte mil homens, afora mil e cem gastadores” (*Jornada del-rey dom Sebastião/Cronica de D. António*, 1978: 73) seriam, naturalmente, um peso significativo para as características demográficas de Portugal. Com exceção de Lisboa, que sempre impôs uma distorção no panorama demográfico português, apenas Porto e Évora possuíam mais de 10.000 habitantes, pouco mais de metade do exército de D. Sebastião (Serrão, 1996: 10-11). A grande dimensão dos exércitos do século XVI é reconhecida pela historiografia, como se verifica pelos 47.000 soldados que Carlos V levou para invadir a França, em 1544 (Martines: 151-153), total comparável ao total da população das vinte maiores cidades europeias mais populosas da época. Na prática, trata-se de aglomerados populacionais que se

transformam em verdadeiras cidades itinerantes, seja qual for o reino onde se movimentam. É o caso do exército de D. Sebastião, sem paralelo em todo o reino, e que consistiu, afinal, na segunda cidade mais populosa, durante todo o século XVI português.

Os acampamentos

Grandes exércitos como aquele que fez a campanha marroquina de 1578 constituíam-se como verdadeiras cidades itinerantes que, tal como os aglomerados urbanos tradicionais – estáticos – eram igualmente povoadas por “women, children and lackeys (...) craftsmen such as carpenters, wheelers, moneylenders, healers, veterans, and all sorts of parasites” (Martines, *op. cit.*: 170). A forma destes organismos dinâmicos altera-se, no espaço e no tempo, ao longo de três tempos: a ordem de marcha, a ordem de batalha e a ordem de alojamento, articulando de forma ordenada os componentes do exército no espaço que é o território. Falar de *ordem* é intencional, já que a literatura militar do século XVI coloca este conceito como uma característica essencial na guerra, em especial quando se trata de um desdobramento bem-sucedido de tropas no campo.

Os acampamentos militares, que, no caso de exércitos de grandes dimensões, atingiam largas centenas de metros quadrados de extensão, eram construídos de acordo com a ciência da castrametação, descrita por escritores clássicos como Políbio (Fiore, 2017: 196). A *castrametação*, termo com que se designou a escolha do lugar e organização do alojamento do exército, consiste no *tempo* no qual a componente arquitetónica se encontra particularmente vinculada. A escolha do local de alojamento em função das características físicas do território, a organização dos vários aquartelamentos destinados aos diferentes tipos de tropas, os armazéns, os diversos arruamentos que ligam os núcleos funcionais, praças de armas, etc., estão profundamente enraizados no desenho urbano. Na verdade, a modelação deste largo espaço habitado, ainda que efêmero, preside, de forma mais sensível, na castrametação, mais do que na atividade oposta – a poliorcética –, que contempla as operações de cerco.

A evolução da castrametação do século XVI seguiu a tradição clássica, assim como a maioria das atividades militares. As primeiras propostas teóricas da castrametação do século XVI podem ser encontradas em tratados militares, como os de Maquiavel (1521), Dürer (1527) e Du Bellay (1548). Esses autores seguem a forma quadrangular do acampamento romano; a descrição do acampamento romano, no Livro VI de Políbio, foi, de facto, frequentemente reproduzida, incluindo algumas

O alojamento do exército espanhol antes da invasão de Portugal, em 1580, é um dos poucos casos sobre o qual existe informação detalhada, descrita na forma de imagem e texto. Trata-se do relatório do “colonoel Stefano Angarano” (Angarano, 1580), e dá-nos a rara possibilidade de comparar a teoria com a prática. Este acampamento (fig. 104), foi implantado perto de Badajoz, nas imediações da ponte de Cantillana – construída, sobre o rio Xévora (Gévora), pelo arquiteto Gaspar Mendez, entre 1531-35.

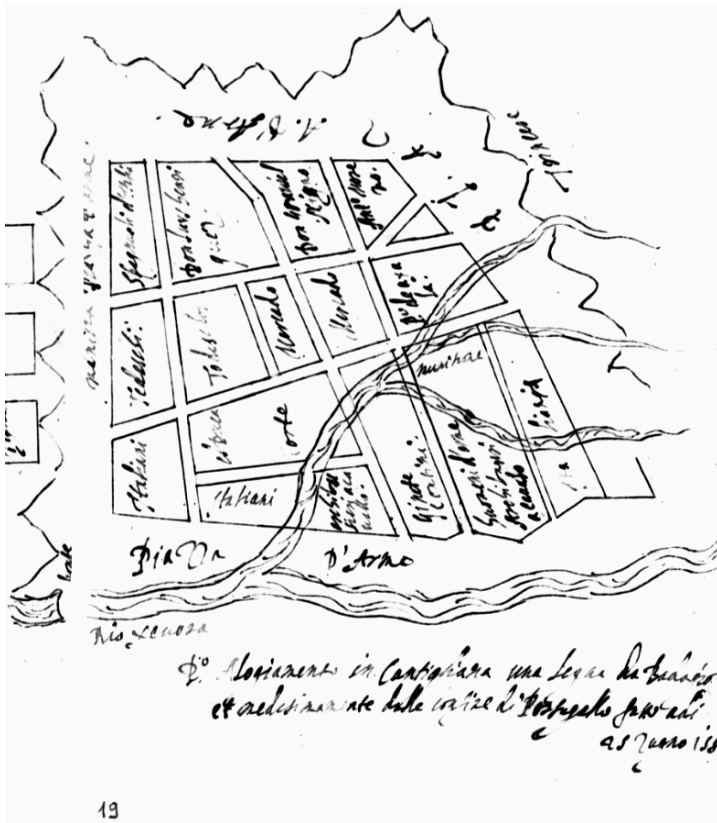


Fig. 104. *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portugallo L'anno 1580*, BMV, cod. It. VI 181 (=5841), fl. 19.

A urbe provisória possuía arruamentos retilíneos, cuja ortogonalidade (parcial) combina uma regularidade de tradição clássica com as propostas mais *orgânicas* – passe a expressão contemporânea – que encontramos nos tratados de vínculo mais *tecnológico*, como é o caso dos que foram escritos por Cataneo e Maggi. Ao contrário, a análise

dos acampamentos erguidos durante a campanha de 1578 confronta-se com grande escassez de detalhes. Ainda assim, é possível tecer algumas ilações, a partir dos testemunhos presenciais da batalha de Alcácer Quibir, nomeadamente a relação anónima conhecida como *Sumário*, e publicada com o título *Crónica do xarife Mulei Mahamet e del-rei D. Sebastião*. Todas estas fontes referem que o exército se alojou em Arzila, depois de uma primeira escala da frota em Tânger.

O primeiro acampamento foi erguido em Arzila, onde o exército permaneceu cerca de 2 semanas, entre 14 e 27 de julho. Alguns cronistas descrevem a utilização de “trincheiras e carros” (*Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um Homem Africano*, 2008: 17), para proteger o alojamento, especificando a construção de “reparos de terra e faxina” (*Jornada del-rey dom Sebastião..., op. cit.: 79*). Aproveitaram-se “alguns valados que havia pelo meio das extremas de algumas hortas e vinhas” (*Crónica do xarife..., op. cit.: 117*). O levantamento de Adolfo Guevara (Guevara, 1940) dá-nos pistas sobre a amplitude do local para alojar os cerca de 20.000 homens e a eventual posição de alguns destes *valados*. As tendas mais afastadas encontravam-se junto ao *facho* (*Crónica do xarife..., op. cit.: 111-120*), portanto, não será de excluir a possibilidade de o alojamento de 1578 se enquadrar entre a paliçada que ligava esta posição ao antigo perímetro fortificado e o outeiro de Fernando da Silva, situado a Norte da cidade. Outras fontes descrevem um acampamento desorganizado, sem mais fortificações que os *valados* que existiam. Os *valos*, corredores entrincheirados protegidos com *tranqueiras* de madeira, eram utilizados nos sistemas

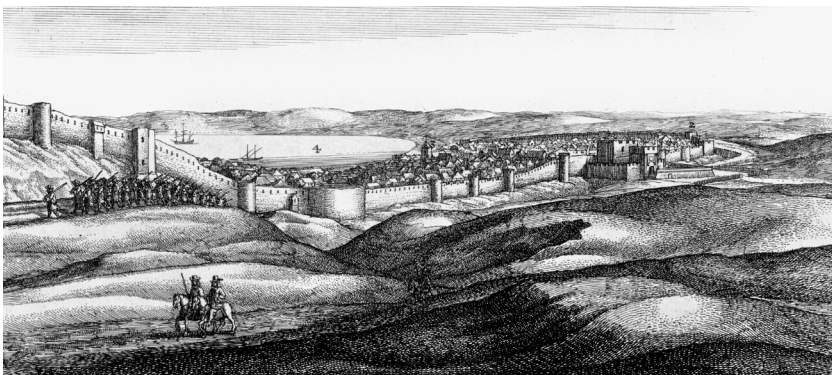


Fig. 105. O “revelim dos pumares”, muralha de Tânger no lado de terra, gravura de W. Hollar (1669-1673), *University of Toronto – Wenceslas Hollar Digital Collection*.

defensivos de Marrocos. Nos dois combates que tiveram em Tânger, durante a *Jornada* de 1574 (fig. 105), os *valos* faziam parte integrante do dispositivo defensivo em torno das posições defensivas, articulados com o fosso, o “revelim dos pomares” – recentemente construído – e a muralha, protegendo os destacamentos de soldados aí estacionados (Sousa, 2019).

Por outro lado, recorde-se que Arzila tinha regressado à posse dos portugueses em 1577, depois do abandono, em 1550. Ao contrário das

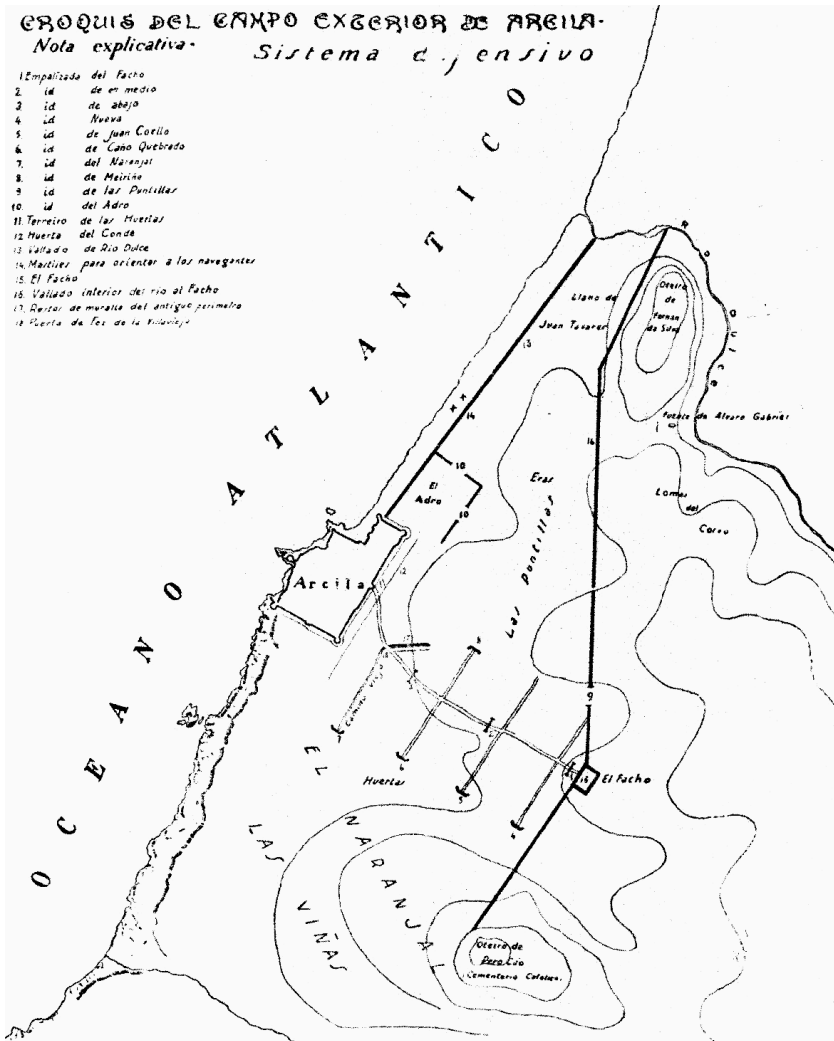


Fig. 106. Os arredores de Arzila, levantamento de Adolfo Guevara, 1940.

três restantes praças sob domínio luso, cujos perímetros fortificados haviam sido objeto de reformulação profunda, Arzila mantinha uma estrutura defensiva considerada obsoleta, aliás, uma das razões para a evacuação. Em todo o caso, o perímetro muralhado era claramente insuficiente para albergar um grande exército, como o notam alguns dos testemunhos oculares da expedição de 1578. Podemos, portando, colocar a hipótese de que o sistema de valados, articulado com a artilharia colocada na cortina contígua, terá sido considerado suficiente para proteger este alojamento.

O levantamento de Adolfo Guevara (Guevara, *op. cit.*) (fig. 106) dá-nos pistas sobre a área ocupada pelos cerca de 20.000 homens – incluindo perto de 2.000 tendas (*Crónica do xarife..., op. cit.*: 112) – do exército. O extremo Nor-Nordeste do acampamento chegava perto do “outeiro Fernão da Silva”, estendendo-se para Sul-Sudoeste, até ao “outeiro de Pero Cão”, encostado à ribeira hoje desaparecida; utilizava-se, assim, a topografia como forma de fortificar o perímetro, como, aliás, se verifica em todos os lugares depois escolhidos, durante a marcha do exército até ao local da batalha. A “paliçada” assinalada por Guevara ligaria estes dois acidentes topográficos dominantes, tendo o “facho” como pivô central, e deveria proteger, eficazmente, todo o lado este do acampamento que, no total, ocuparia uma área com cerca de 5.000 m².

O exército ficou em Arzila por mais de duas semanas; aguardava-se a chegada dos carros destinados ao transporte da bagagem – cerca de 500 (*Crónica do xarife..., op. cit.*: 130-131) –, que não puderam embarcar em Lagos, por falta de navios. Os alojamentos seguintes foram escolhidos em função da topografia. A existência de fontes e rios revela-se fundamental, não só para prover o exército de abundante abastecimento de água; os locais elevados, aproveitando o leito dos cursos de água como proteção adicional, são elementos potenciadores da defesa. Ainda assim, não se dispensam trabalhos defensivos, orientados pelos arquitetos/engenheiros militares que acompanhavam o exército (Sousa, 2019: 776-778).

Filippo Terzi, que serviu também como “capitão de artilharia”, e Nicolau de Frias, “sitiador de campo” (Cruz, 1904, v. 2: 57), são os mais conhecidos, mas refira-se também o veterano de Marrocos António Mendes, envolvido nas obras de construção da fortaleza de S. Julião (Geão) da Barra, João Nunes, que fez parte do grupo que trabalhou na reformulação do sistema defensivo de Tânger, e o seu filho “Jerónimo Nunes, engenheiro” (*Crónica do xarife..., op. cit.*: 168).

Com tão escassa informação acerca do acampamento de Arzila, e ainda menos sobre os outros cinco, construídos ao longo do itinerário do exército, é necessário recorrer à comparação com outros casos semelhantes. Aquele que se encontra melhor documentado e cronologicamente mais próximo é o acampamento espanhol de Cantillana, de onde saiu o exército espanhol que fez a campanha de anexação de Portugal, em 1580. Sabemos que vários engenheiros militares acompanhavam as tropas, um dos quais, Giovan Battista Antonelli, é particularmente relevante para a nossa análise. Este veterano, com muitos anos de serviço à coroa espanhola, foi o autor do primeiro tratado sobre castrametação que se afasta decisivamente de uma mera leitura dos clássicos, como Políbio, o *Epitomi della maniera de di alloggiare un campo* (Antonelli, 2009 [1560]), acrescentando a experiência pessoal do autor, no campo de batalha moderno. O autor descreve várias tipologias de acampamentos, retirados da sua participação na campanha de São Quintino, mas é uma curta passagem do texto que nos interessa, em especial:

Havendo poco sospetto, ovolvendovi star poco, bastarà fare una trincerata solamente intorno al campo com molti reflesi et fianchi che la guardino molto bene com artiglieria et archibugieri, servendosi in qualche necessità de carri et arbori, circondandone il campo. (Antonelli, 2009 [1560]: 352-353).

Uma vez que Antonelli fazia parte do corpo de engenharia do exército de invasão espanhol, será credível supor que esteve envolvido no desenho do acampamento, tanto mais que foi nesta qualidade que se propôs integrar o exército: “Si la jornada passa adelante por la noticia que tengo de la tierra, y de las cosas de la guerra, y en particular de alojar un ejército, entendo podré servir a S. M.” (Antonelli, 2009 [1560]: 33). Voltando à expedição portuguesa de 1578, sabemos que um dos oficiais espanhóis que participaram era o veterano Francisco de Aldana, protegido do duque de Alba. Aldana já se encontrava envolvido nos preparativos desde a sua nomeação para, com Diego de Torres, efetuar o reconhecimento do objetivo oficial da expedição, a captura do porto de Larache. Regressado da sua missão, Aldana serviu o rei português, na jornada fatal, com o cargo de sargento-mor, portanto, encarregado das mesmas atribuições que, dois anos depois, Antonelli iria reclamar junto do rei espanhol: “las cosas de la guerra, y en particular de alojar un ejército”.

Dos cinco acampamentos que foram construídos ao longo do itinerário, apenas temos algumas – escassas – informações sobre a respetiva configuração e arranjo defensivo; descreve-se, de forma breve, a localização, aproveitando os rios ou ribeiros como parte do dispositivo defensivo.

O alojamento dos “Moinhos” (noite de 28 de julho) “estava uma parte fortificado pelo mesmo ribeiro que corre por entre balsas muito espessas e da outra com a subida cerrada com a carriagem” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 136);

O alojamento dos “três ribeiros” (noite de 1 de agosto) “foi erigido entre os três ribeiros que o rodeavam, que requeriam pouca fortificação” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 162);

O alojamento do “Soveral de Larache” (noite de 2 de agosto) estava “fortificado por uma parte com a ribeira e da outra com uma fraca trincheira que por ser terra de areia não se pode fazer mais” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 167).

Os trabalhos de fortificação resumem-se ao reforço do perímetro do acampamento com a carriagem – os carros que transportavam a bagagem e munições do exército – e a eventual escavação de uma trincheira. Apesar de pouco detalhada, a descrição é compatível com as recomendações de Antonelli, “basta fare una trincerata solamente intorno al campo (...) servendosi in qualche necessità de carri et arbori, circondandone il campo...”. A informação sobre o último alojamento (noite de 3-4 agosto de 1578) é mais completa:

(...) Do levante ficava fortificado com um cabouco grande que corre ao longo do rio mais de uma légua e da outra parte fronteira e dos lados com o rio e carriagem guarnecidos bastantemente com os reparos necessários e com uma sacada de enxadas de boa largura que Cristóvão de Távora (da parte del-Rei) mandou fazer de noite ao redor do alojamento, por Simão Lopes de Mendonça, com quatrocentos gastadores... (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 175)

Talvez por se encontrar na proximidade do exército inimigo, o último acampamento português cumpre todos os requisitos formulados por Antonelli, “trincerata intorno al campo ... servendosi in qualche necessità de carri”, que o cronista confirma “fortificado com um cabouco grande ... dos lados com o rio e carriagem guarnecidos bastantemente com os reparos necessários e com uma sacada de enxadas de

boa largura”. A referência à escavação da trincheira é interessante, porque especifica o número de trabalhadores envolvidos, “400 gastadores” e, eventualmente, o apetrecho utilizado – “sacada de enxadas”. Ainda de notar o reconhecimento do itinerário do dia seguinte, nomeadamente, o vau que deveria servir para o exército atravessar o rio Makhazen, “quinze de cavalo, o nosso almocadém de Tânger e outro do xarife, mouro muito cavaleiro chamado Guoady e com eles Jerónimo Nunes, engenheiro” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 168).

O itinerário

Apesar de ser, provavelmente, um dos temas mais investigados da historiografia portuguesa moderna, pouca atenção tem sido dada a aspetos fundamentais da expedição que culminou com a batalha ocorrida na várzea do baixo Lucos. Um destes é, sem dúvida, a reconstituição da paisagem e, em particular, das vias de comunicação utilizadas. O território onde se desenrolou a campanha de 1578 está abundante e detalhadamente documentada por fontes primárias que, unanimemente, localizam o teatro de operações do exército português no triângulo geográfico Arzila-Alcácer Quibir-Larache. De resto, os elementos topográficos identificáveis de maior significado tático – caminhos e caminhos, cursos de água, vaus, eminências –, e a sobrevivência de estruturas edificadas diretamente relacionadas com a marcha e a batalha – pontes e necrópoles –, permitem uma identificação razoavelmente precisa do itinerário percorrido pelo exército português, dos vários acampamentos construídos e do campo de batalha localizado na várzea do baixo Lucos.

O objetivo oficial da expedição de 1578 foi confirmado dois anos antes, no encontro de Guadalupe. Em finais de 1576, reuniram-se os dois monarcas ibéricos, a pedido do rei português, para estabelecerem as bases de um acordo de cooperação militar. O Larache era uma reconhecida base de corsários, e o seu porto o mais importante do território magrebino. D. João II já havia tentado senão a captura, pelo menos, o controlo do rio Lucos, aquando da tentativa falhada de fundação da fortaleza da Graciosa. Tivesse esta iniciativa sido bem-sucedida, e o objetivo da derradeira expedição sebástica teria sido atingido, com um século de antecedência.

A formas de conseguir a conquista de Larache estiveram, desde o início, envolvidas numa longa discussão, sem decisão definitiva. Cer-

tamente que o concurso das forças espanholas era essencial, sobretudo, a presença de parte substancial da frota de navios de remos, fundamentais para apoiar o desembarque. Tanto mais que um assalto anfíbio a Larache consistia numa operação de alto risco, como, aliás, o próprio Francisco Aldana verificou *in loco*. Não tendo acesso direto ao relatório elaborado por Aldana e Torres, é de crer que a avaliação deste experimentado soldado se encontra plasmada no texto de Jerónimo de Mendonça, que refere a situação da fortaleza, “situada sobre um banco de areia, à entrada da barra”, a dificuldade de colocar as tropas em terra, “no rolo do mar na costa brava” (Mendonça, 1904: 40-41). A decisão de marchar por terra acabou por ganhar a discussão – “permaneceu a opinião d’el-Rei”, como afirma Mendonça, aliás confirmado por outros cronistas veteranos da batalha. Ainda assim, havia que escolher qual o itinerário terrestre a trilhar. O roteiro costeiro permitia o apoio da frota, mas confrontava-se com a necessidade de atravessar o rio Lucos, na sua maior extensão, no estuário, o que, afinal, se configurava como uma operação anfíbia. Acrescia ainda a dificuldade de acesso das embarcações ao próprio estuário, em virtude da existência de um banco de areia; sem navios de menor caldo – as cinquenta galés prometidas por Filipe II –, o apoio ao desembarque ficava comprometido. Restava seguir pelo itinerário do interior.



Fig. 107. *Lixus* e o itinerário Antonino, Rebufat, 1992.

No que respeita ao itinerário, a região era servida pela antiga rede viária romana da Mauritânia Tingitana (fig. 107). Esta é constituída pela ligação local entre a cidade portuária de Arzila e a chamada “estrada de Alcácer” referida pelas fontes portuguesas, e a rota regional Tânger-Fez que passava por Alcácer Quibir (a *Tingi* e *Opido Novo* romanas) estabelecendo a comunicação entre o Norte e o Sul do território do reino de Fez (pelo menos), desde aquela época remota.

De acordo com as fontes, conclui-se que o exército português utilizou o itinerário interior, a *estrada de Alcácer*, que intersetava a rede de trilhos locais que permitiam a ligação entre as aldeias – os *douars* –, e com os vaus dos intrincados cursos de água subsidiários do rio principal Lucos.

A manutenção de uma cidade militar com várias dezenas de milhares de soldados exigia o concurso de outros tantos milhares de pessoas, que, sem serem combatentes, eram também imprescindíveis. No exército de D. Sebastião, eram os “*muitos moços e outros servidores sobejos que para os efeitos da guerra eram de nenhuma utilidade*” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 162), que acompanhavam os fidalgos mais importantes, nos quais se incluíam aqueles que se encontram mais próximos de uma função bélica: eram os gastadores – os homens encarregados dos trabalhos de fortificação – fosse em situação de assédio ou para implantar os alojamentos. Se a engenharia – arquitetura militar – tinha a seu cargo a proteção do exército no alojamento; durante a marcha, o outro *tempo* da cidade militar, eram os soldados a ocupar-se da proteção da extensa comunidade de “gente desnecessária”, incluindo outros mais necessários, os gastadores (Martines, *op. cit.*: 170).

A formatura de marcha do exército de D. Sebastião encontra-se razoavelmente descrita em detalhe:

E a ordem com que se caminhou nesse dia, que foi a mesma que se levou nos seguintes, era com a infantaria dos terços ordenada em esquadrões ... repartidos na vanguarda, retaguarda e batalha, com elas situadas em distância conveniente para poder ir a bagagem no meio dos esquadrões... (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 137) (fig. 108).

Sabendo-se que o itinerário atravessava território hostil, os esquadrões – designação atribuída aos dispositivos táticos de combate – organizaram-se “em forma não muito engrossada”, o que, provavelmente, significa que marchavam formados em colunas; eram protegi-

dos pela cavalaria, que se desdobrava pelo exterior, os cavaleiros pesados – designados por “acobertados” – nas alas, e os ligeiros, da estradiota e da jineta, na frente e retaguarda. As descrições presenciais dão a entender de que não se tratava de uma longa coluna com vários quilómetros de extensão (Martines: 165-166). Uma estimativa muito geral, baseada nos números adiantados pela literatura militar da época¹, dá-nos uma formatura de marcha com cerca de 200 metros de frente e, pelo menos, 500 de profundidade. Mas estamos no plano das intenções, e apenas apoiados na teoria, porque a dispersão da formatura era inevitável, ao fim de um dia de marcha árdua, através de um terreno difícil.

Para atalhar este alongamento, e recolher os homens que iam ficando para trás sujeitos à captura pelos inimigos que acompanhavam o



Fig. 108. Ordem de marcha do exército de D. Sebastião, 27 de julho a 4 de agosto de 1578.

¹ Como seja Girolamo Cataneo (1563), Martim Afonso de Melo (c. 1573) e Juan de Carrión Pardo (1590).

itinerário, destacaram-se 40 cavaleiros, apoiados por alguns carros (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 170). Em todo o caso, mesmo com as deficiências que se apontaram – como a “fraqueza da boiada” (*Crónica do xarife...*, *op. cit.*: 130), ou o escasso trem de carros –, foi com esta formatura, que sabemos ser muito próxima da ordem de batalha, que o exército percorreu, praticamente intacto, os cerca de 70 km que separam Arzila do local onde se deu a batalha.

Não é possível apresentar uma conclusão definitiva sobre a logística do exército que o rei D. Sebastião levou a Marrocos, nesse ano de 1578 – entenda-se aqui logística no sentido do detalhar das características dos vários alojamentos. Em todos os cenários militares, o movimento é o que menos vestígios materiais produz, mesmo considerando alojamentos temporários de curta duração, onde se sabe terem ocorrido mobilizações defensivas de terreno. É também o menos referenciado na documentação militar, pelo que a sua reconstituição exige, por isso, uma investigação multidisciplinar, combinando disciplinas como a história, a arqueologia, a geografia, a cartografia e a geofísica. Elementos topográficos identificáveis de maior significado tático – caminhos e caminhos, cursos de água, vaus, eminências – e a sobrevivência de estruturas edificadas diretamente relacionadas com a marcha e a batalha – pontes e necrópoles – permitem uma identificação razoavelmente precisa do itinerário percorrido pelo exército português, dos vários acampamentos construídos e do campo de batalha localizado na várzea do baixo Lucos. É caso para dizer que este estudo ainda tem um longo caminho a percorrer...

MARCHAR E LUTAR AO SOM DOS TAMBORES: OS RITMOS MILITARES NO SÉCULO XVI

Pedro Marquês de Sousa

(Academia Militar; CESEM – NOVA/FCSH)*

Luís Costa e Sousa

(CHAM – NOVA/FCSH)

Indeed, far greater importance to the military revolution than the advent of gunpowder warfare was the discipline that enabled the Swiss to mobilize large numbers of men in a coordinated fashion. (Van Orden, 2005: 197).

Esta afirmação põe em equação uma grande questão sobre a guerra, nos séculos XV e XVI: a incorporação dos soldados em aglomerados funcionais, sobre os quais fosse possível exercer um comando eficaz. Tal como noutros domínios da sociedade e da cultura, na atividade militar também se verifica que o início da idade moderna é marcado pela recuperação de diversos princípios da antiguidade, numa tendência de *renascimento* da cultura da Antiguidade Clássica.

No final da Idade Média, o processo de perda de protagonismo da cavalaria foi acompanhado pela progressiva reafirmação da tropa apeada, com crescente poder de choque. Reproduziam-se, pelo menos em parte, algumas das características da antiguidade, nomeadamente, a movimentação ordenada de enormes formaturas de soldados armados com longas lanças, cujos principais protagonistas eram os suíços, e os seus congéneres – e inimigos –, os *Landsknechts* germânicos, e depois os soldados espanhóis. A esta revisitação e reapropriação da tradição bélica greco-romana juntou-se-lhe a novidade tecnológica entretanto desenvolvida, o poder de fogo pirobalístico – canhões e armas individuais funcionando com pólvora, cuja utilização, no campo de batalha, se generalizou de forma sistemática.

* <https://orcid.org/0000-0002-4959-5725>.

A geometria rigorosa destas formaturas implicava a movimentação dos soldados rigorosamente disciplinados, sem a qual esta mole de homens que a compunham não passaria de um mero aglomerado de gente, sem capacidade militar relevante. A necessidade de disciplina, associada à complexidade da organização das formaturas militares quinhentistas, a *ordem* recorrentemente referida pela tratadística que então ganhava fôlego, passou a utilizar novas formas de comando e controlo, na manobra das tropas no campo de batalha, na coordenação das diversas ações táticas e para transmitir ordens (Sousa, 2013). No espírito da renascença, o ritmo era a versão sonora da geometria; portanto, a música passa a assumir um papel fundamental na atividade militar, a par do papel da matemática no emprego da artilharia, ou da geometria euclidiana na construção das novas fortificações.

O *tercio* consistiu na inovação espanhola mais referida pela historiografia, organização militar instituída pela legislação de Carlos V, promulgada em Génova, no ano de 1536. Contudo, mesmo tendo em consideração o carácter identitário de algumas destas formações, batizadas com nomes próprios e dirigidas por oficiais de reconhecido prestígio e carisma, a estrutura de base era a companhia. No caso português, os primeiros *terços* foram apenas estabelecidos em 1572, e integrarem a expedição de 1578. Contudo, o enquadramento dos soldados, neste âmbito orgânico mais alargado, foi uma realidade esporádica, antes da União Ibérica, pelo que o alicerce estruturante do recrutamento em Portugal consistiu na existência de companhias de carácter permanente. Não existem estudos sistemáticos sobre a projeção destas estruturas na totalidade do reino. Podemos concluir, por referências em várias fontes da época, que estas companhias existiram, em diversas localidades, desde a época joanina, eventualmente organizadas a partir da divisão administrativa das Comarcas: concelho, cidade, vila e lugar.

As reformas militares sebásticas da segunda metade do século estabeleceram em Portugal, definitivamente, a companhia como unidade militar nuclear. Um aspeto fundamental desta reestruturação foi a introdução, para cada companhia, de um corpo estável de oficiais articulados por uma relação hierárquica. A normativa de base para a formalização do novo paradigma militar, representado pelo *Regimento dos Capitães-Mores* (Borrego, 2006: 867-76), publicado em 1570, foi, muito provavelmente, a legislação espanhola, conhecida como ordenança filipina. Esta lei foi instituída em 1562, e o efetivo das companhias, 250 homens, bem como o respetivo enquadramento de oficiais, foi inteiramente plasmado na lei de D. Sebastião.

Os tambores da guerra

A lei portuguesa de 1570 discriminava este quadro com detalhe, desde o posto mais elevado, o sargento-mor, aos restantes cargos, por ordem decrescente de hierarquia: “Capitão, alferes, sargento, meirinho, escrivão e dez cabos” (Borrego, *op. cit.*: 869). Cada capitão de companhia deveria possuir “a sua Bandeira de Ordenanças”, eventualmente, com as respetivas cores heráldicas representadas como fundo (Almeida, 1952 [1573]: 161) do motivo corrente das bandeiras da infantaria portuguesa, as *aspas* (fig. 109). A bandeira funcionava tanto no plano simbólico – a marca de posse do capitão, em relação à companhia que comandava –, como no plano funcional: em batalha, servia como polo aglutinador que agregava os combatentes.

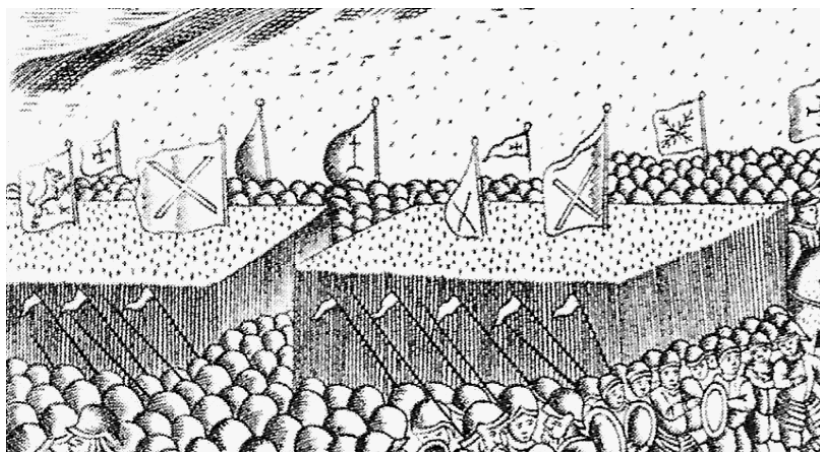


Fig. 109. As *aspas* nos estandartes portugueses (sécs. XVI-início do XVII), Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (porm. da 1.^a gravura), 1629.

O capitão devia ainda ter um outro *instrumento*, não menos importante para o exercício da chefia: um tambor pessoal, para o qual deveria nomear “um criado seu que para isso mandará ensinar” (Borrego, *op. cit.*: 870). O tambor consistia no elemento de ligação entre os oficiais – o capitão de companhia – e os soldados. Isidoro de Almeida, veterano das guerras do Piemonte e tratadista¹, dedicou ao tambor o

¹ Autor do *Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções militares*, o primeiro impresso português que se conhece sobre arte militar.

último capítulo do seu manual militar, dizendo: “os modernos, para mandarem os infantes, usam o tambor”.

A informação disponível sugere que, até meados do século XVI, tanto os ritmos como os instrumentos de percussão conviviam na realidade civil e militar (Carter (ed.), 2012). O tratado de Isidoro de Almeida foi inteiramente dedicado à descrição dos *cargos militares*, antecipando aquele que seria, mais tarde, o texto de referência sobre este tema, *il Carichi militare*, de Lelio Brancaccio (1610). Alguns textos de referência dão-nos informação sobre as características físicas dos tambores do século XVI, nomeadamente, no tratado sobre dança, escrito por Thoinot Arbeau, *Orcheosographie* (1589)², que descreve este instrumento musical como construído “of hollow wood about two and a half feet deep, closed at each end with parchment skins, secured by two bands, about two and a half feet in diameter, and bound with cords to keep it taut” (Arbeau, *op. cit.*: 18-19) (fig. 110). O segundo livro do tratado *Syntagma Musicum*, do músico alemão Michael Praetorius (1619), possui outra preciosa descrição do tambor. O texto é acompanhado pela respetiva representação gráfica, como no tratado de Arbeau. Estes dois textos são conformes com o tratado de Isidoro de Almeida, que também descreve o tambor com grande detalhe: “um

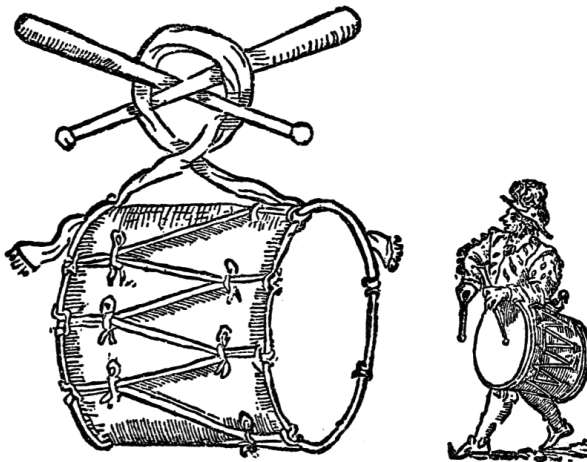


Fig. 110. O tambor e o *temperador*, Thoinot Arbeau, *Orcheosographie* (1589).

² Arbeau, 2011. Originalmente publicado em 1589, a obra *Orcheosographie*, do clérigo Thoinot Arbeau, aborda 99a relação dos ritmos das danças renascentistas com os ritmos usados na antiguidade.

instrumento de madeira, com duas bocas”, forradas com pele “de bezerro, ou pergaminho”. Não adianta as dimensões, mas acrescenta alguns detalhes ausentes na descrição de Arbeau: as “peles” que cobrem as duas superfícies “estão fixas em uns arcos, e sobre estes outros arcos”; os arcos eram colocados por meio de “cordéis”, e dever-se-ia “repartir o redondo do tambor em catorze partes iguais” (Arbeau, *op. cit.*: 182), por onde se colocavam os ditos cordéis de fixação.

Almeida esclarece que o tambor se tocava “com dois paus” (Arbeau, *op. cit.*: 181-182), e, sendo mais preciso que o tratadista francês, especifica que a batida deveria ser aplicada sobre a superfície forrada com “o melhor dos dois couros”. O tom do toque era controlado mediante “temperadores, ou apertadores”, colocados nos cordéis, cujo funcionamento é mais desenvolvido por Thoinot: os temperadores, que Almeida designa por *bordões*, puxavam-se para o centro dos cordéis – “slipping the straps towards the centre” –, permitindo, dessa forma, esticar a superfície onde se aplicava o golpe. Ao contrário, quando o tambor não se encontrava ao serviço, aligeirava-se a tensão nos dois cordéis: “slipping the straps towards the bands and edges” (Arbeau, *op. cit.*: 19) (fig. 111).

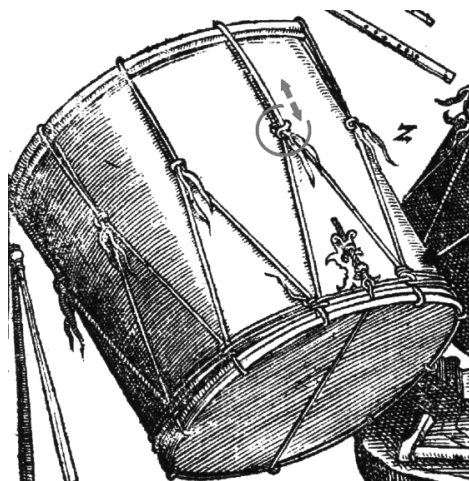


Fig. 111. Michael Praetorius, *Syntagma Musicum*, 1619.

No advento da idade moderna, a presença da música no cerimonial e na atividade militar operacional também revela a herança dos ritmos das danças de guerra da antiguidade, como podemos reconhecer, através dos ritmos das marchas e da antiga dança pírrica, presentes nos toques de tambor. Os ritmos pretendiam-se *formativos*, isto é, destinados

a preparar a índole dos soldados para uma atitude mais agressiva. A importância dos sinais no campo de batalha é sobejamente referida por Thoinot: “The sounds of these various instruments serves as signal and warning to the soldiers, to break camp, to advance, to retreat, and gives heart, daring and courage, both to attack the enemy and to defend themselves” (Arbeau, *op. cit.*: 20).

O acelerar da cadência de toque, que concede um caráter onomatopéico à frase musical – aproximando-se do ruído dos disparos dos atiradores, de que temos um exemplo em *La Guerre*, de Janequin, é um exemplo. Encontramos traços destas evidências funcionais – funcionais porque se trata de aspetos operativos, ou, na linguagem militar contemporânea, *operacionais* – no impresso de Isidoro de Almeida. De facto, encontramos, no *Quarto livro das Instruções militares*, a sugestão de qual o compasso que o tambor deveria tocar: maior para os movimentos ofensivos (uma cadência lenta), ou mais frenética, no caso da ordem de avançar, *avante, avante*.

Foi, no entanto, como elemento ordenador das batalhas que os tambores desempenharam um papel crucial, manifestação sonora de uma complexa codificação dos movimentos dos soldados. O manual de Jacob de Gheyn, *Maniement d’armes* (1608), contém os protocolos para os diferentes exercícios militares necessários à manobra dos soldados de infantaria. No caso dos piqueiros, armados com a lança comprida denominada *pique*, Gheyn definiu três posturas básicas que os tratadistas portugueses designaram como *calar o pique ao ombro, o pique no chão para receber carga, e mão em pique para arremeter*.

Isidoro de Almeida (1573)	Scarion de Pavia (1598)	Barriffe (1639)
Mão em pique, mão em pique	Caminar	Shoulder
Avante, avante	Adelantar	Advance
Arma, arma	Dar armas	Charge to front
Carga, carga, de mão em mão	Bateria	–
Retirarpra trás: retirar	Recoger	Charge to reer

Vozes de comando, sécs. XVI-XVII.

Os protocolos de Gheyn têm correspondência com as vozes de comando referidas em vários tratados quinhentistas de diferentes nacio-

nalidades. E sugere que se procurava estabelecer alguma forma de padronização, ainda que, ao longo do século XVII, tivesse uma curiosa diferenciação entre as ordens e ritmos militares, entre as várias nacionalidades europeias (Carter (ed.), 2012). Cada um destes movimentos seria executado dividido em três tempos distintos, por exemplo, para cumprir a ordem do oficial para formalizar uma posição específica como *remettez* ou *planter la pique*. Em Portugal, esta ordem corresponde à voz de comando n.º 2 de Almeida, *avante, avante*, também designada por *arremeter*: o pique devia passar da posição vertical para a horizontal – *baixar os piques para arremeter*. O *vice-versa*, *planter la pique*, recolocava a arma na posição vertical. Esta mudança de postura, passar de ofensiva para a defensiva, implicava que o soldado executasse uma sequência de três posições (fig. 112).

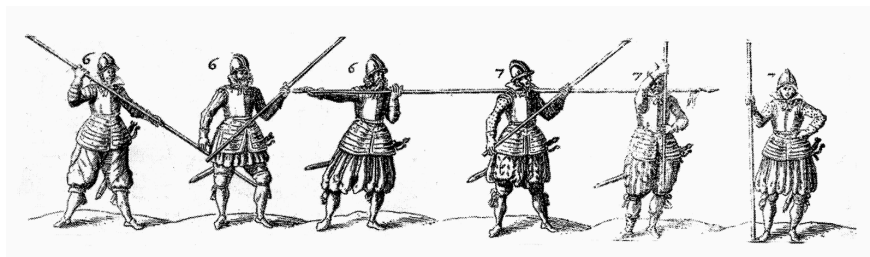


Fig. 112. O manusear do pique, Jacob von Wallhausen, 1615.

Os toques de tambor no século XVI

No advento da idade moderna, a presença da música no cerimonial e na atividade militar operacional, também revela a herança dos ritmos das danças de guerra da antiguidade, como podemos reconhecer através dos ritmos das marchas e da antiga dança pírrica, da qual se falará mais à frente, presentes nos toques de tambor. Através do trabalho de Arbeau, podemos conhecer o ritmo de base da marcha militar dos franceses e dos suíços; constatamos que o ritmo base do seu passo de marcha era, basicamente, o mesmo (com o passo de marcha definido através de 8 tempos). Apesar das diversas combinações possíveis, alternando batidas e pausas (silêncios), havia um padrão constante e presente em todos os casos: o 1.º tempo era sempre tocado (para definir o pé esquerdo no chão), tal como o 5.º tempo (para definir o pé direito no chão), e, em todos os casos, os três últimos tempos eram de pausa/silêncio (na transição do pé direito para iniciar um novo passo,

novamente assentando o pé esquerdo). Como padrão constante, podemos ver sempre um momento de silêncio (durante três tempos) a encerrar o ciclo (do passo que termina para começar outro). Apesar de muito semelhantes, os ritmos usados por franceses e suíços tinham algumas diferenças. O ritmo base do passo de marcha francês, expresso através da notação musical do século XVI, era o seguinte (fig. 113):

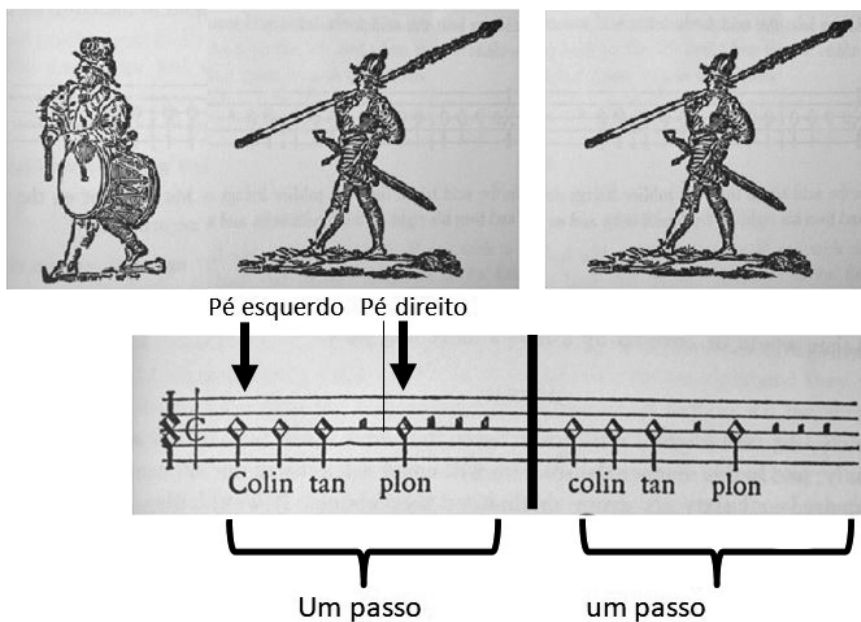


Fig. 113. Ritmo de base do passo de marcha francês.

O mesmo ritmo, agora escrito com a notação musical atual (fig. 114):

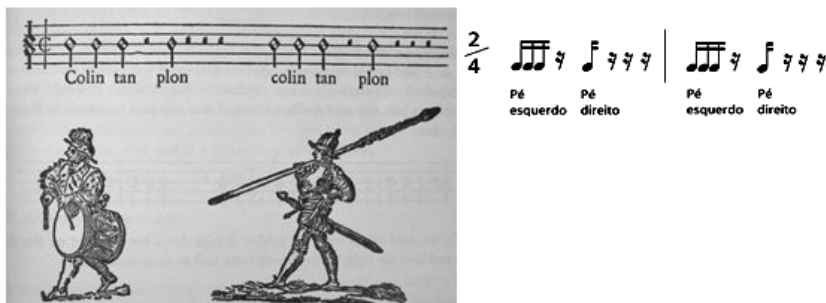


Fig. 114. Ritmo do passo de marcha francês, na notação moderna.

O modelo suíço era ligeiramente diferente, conforme podemos constatar através da seguinte notação musical (fig. 115):

Dedans d:dans dedans dedans dedans dedans

Ritmo de ataque: a "pirrica"

Colin ran plon Colin tan plon.

Ritmo de marcha

Fig. 115. Ritmo de base do passo de marcha suíço, na notação moderna.

O sistema suíço tinha uma diferença em relação ao francês, que era um tempo de silêncio (pausa) após a 3.^a batida (ao 4.^o tempo), mas, também como o francês, tinha sempre os últimos três tempos em pausa (silêncio). Na notação musical moderna, o ritmo de marcha suíço pode ser assim representado (fig. 116):

Tan tan tan tan tan

$\frac{2}{4}$

Pé esquerdo Pé direito | Pé esquerdo Pé direito

Fig. 116. Ritmo de base do passo de marcha suíço, na notação moderna.

A dança *pírrica* e a origem da marcha militar, em Portugal

Como vimos, a cadência da marcha normal dos franceses e dos suíços era articulada em 8 tempos, mas, no desenvolvimento do combate, quando a força militar estava próxima do inimigo, a cadência usada era mais rápida e *marcada* com um carácter binário (2 tempos), para melhor coordenar a fase de aproximação ao inimigo e manter a formação dos combatentes mais cerrada e coesa, com os homens em passo mais curto, todos colocando o pé esquerdo em simultâneo.

Tal como no ritmo da marcha, o início do passo era sempre com o pé esquerdo de cada combatente (o primeiro a avançar, coincidente com o 1.º tempo da música, era sempre o pé esquerdo), pois, como a maioria dos homens era destra (ou direitos), esta norma pretendia resolver melhor eventuais situações de desequilíbrio (para acertar o passo), sendo mais fácil ao destro avançar rapidamente com o seu pé direito. A marcha para iniciar o combate era, assim, mais rápida e, para manter o alinhamento e a coesão dos grupos de homens, tinha uma cadência binária, baseada em dois tempos bem marcados em cada passo.

No século XVI, o ritmo de marcha pírrica era usado pelos piqueiros – que utilizavam o pique, arma herdeira da *sarissa* macedónica (Carrión Pardo, 1595) –, que funcionavam como *núcleo duro* das formaturas táticas. Este tipo de marcha permitia, assim, que os homens mantivessem não apenas o passo certo, como também o movimento dos ombros e dos piques.

A pírrica era uma dança guerreira dos gregos, que era interpretada a solo ou em grupo, representando o vigor do combatente, em diversas fases de um combate, como mostra a gravura seguinte de guerreiros gregos dançando a pírrica. Segundo o filósofo grego Aristóxenes³, a pírrica era uma dança originária de Esparta (a cidade grega onde a formação militar dos jovens era mais intensa), e a preparação física exigida para manter o ritmo rápido e repetitivo servia bem a finalidade de preparar os jovens, com disciplina e vigor físico (Van Orden, *op. cit.*).

Ao longo do século XVI e no século XVII, o uso de tambores para marcar a cadência de marcha das unidades de tropa apeada foi sempre

³ Aristóxenes, discípulo de Aristóteles, escreveu sobre ética, filosofia e sobre música. No seu tratado de música *Elementa harmónica*, no 2.º livro (*Elementa ritmica*), fala dos ritmos usados pelos gregos.

muito importante, como testemunham as sucessivas escolas militares que marcaram este período. Entre o modelo dos suíços até às tropas de Nassau, no século XVII, as formações foram ficando gradualmente mais pequenas (com menor quantidade de combatentes e maior proporção de armas de fogo), ganhando mais capacidade de manobra e poder de fogo. O modelo de organização de Nassau, usando formações mais pequenas, em escalões, com fileiras de homens empenhados alternadamente, antecipou o sistema da infantaria de linha, coordenada por tambores, que vigorou durante os séculos XVIII e XIX.

Os sinais sonoros desempenharam um papel fulcral na guerra, claramente desenvolvido em paralelo com a crescente complexidade do campo de batalha do início da época moderna. As vozes de comando desdobraram-se numa multiplicidade de sinais específicos, relacionados com cada um dos movimentos dos soldados para manusear tanto a tecnologia militar mais recente, como o armamento de origem clássica. O veículo de transmissão desta parafernália sonora foi o tambor militar. Por outro lado, a música, no seu sentido mais lato, desempenhou o papel de ponte entre o guerreiro e o cortesão, coexistiu tanto no treino militar como no espetáculo público, fossem festivais, bailes de corte, procissões religiosas ou paradas de soldados; no seu conjunto, manifestações de complexa coreografia:

Estavam em muito boa ordem nove bandeiras da Ordenança, e passando El-Rei por cada uma abaixavam três vezes – como é costume de quem sabe –, e faziam sua salva de arcabuzaria. Mais adiante estavam quatro pélas e oito danças de diferentes invenções, algumas de mulheres, e outras de homens, e uma “soisse” de amazonas com seus arcos e flechas e sua bandeira; e uma dança de monstros cobertos de hera.⁴

⁴ *Relação da jornada D’El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora (1573)*, Loureiro, Rui e Pereira, Daniela Nunes (ed.), Faro-DRCA e Projeto Magallanes-ICC, 2023, p. 85. A edição *online* pode ser consultada em <https://cultalg.gov.pt/magallanes-icc/menu/24>.

NOTA CONCLUSIVA

Ao encerrar o projeto “De Re Militari”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e ao publicar este livro, abre-se um novo capítulo na investigação que desenvolvemos em torno da “arte da guerra” e do modo como esta se representou ao longo dos séculos. Assim, o desocultar a sua participação e incorporação numa História das comunidades humanas permite-nos traçar memórias, compreender vivências e entender o modo como se foi constituindo uma identidade. Tomámos como centro da nossa investigação o espaço português e a construção de uma História tanto no espaço europeu como extra-europeu, focando-nos num arco temporal preciso, que acompanha o reinado de D. João III até 1621.

Ao longo da nossa investigação delimitámos e adaptámos as nossas metas investigativas, ultrapassando os vários constrangimentos colocados pela situação pandémica, tendo conseguido traçar quadros contextualizadores de um tempo, efectuando paralelamente todo um levantamento de fontes que foram, são e serão a matéria investigativa, por excelência, para as nossas investigações.

Este livro oferece tanto aos investigadores como a um público mais alargado o processo de construção, desconstrução e reconstrução de uma da escrita da guerra, desocultando a(s) imagem(ns) do campo de batalha, no espaço português de 1521-1621. Assim ao analisar a “De Re Militari” conseguimos, como o próprio painel de avaliação do projecto declarou, demonstrar a natureza inovadora do mesmo: “no que respeita à relação entre as diversas fontes documentais, tanto escritas como visuais”¹

Ao percorrer estas páginas o leitor seguiu um itinerário investigativo que se revelou desafiante, e cujo nóculo de partida foi toda a reflexão em torno das “margens e contra-margens” que foi possível desenhar a partir da revisitação analítica da batalha de Alcácer Quibir². Tomámos

¹ <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/blog.aspx?lang=PT&cid=99&pid=45>.

² Cf. <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/blog.aspx?lang=PT&cid=99&pid=45>.

como vectores estruturantes do nosso trabalho a palavra escrita, enquanto solo expositivo de como na guerra os seus atores intervieram e as comunidades vivenciaram a guerra do Portugal de Quinhentos, alterando espaços físicos e ritualidades. Concomitantemente, não deixámos de ter em atenção os aparatos e itinerários bélicos, os quais fomos analisando, partindo muitas vezes de estudos de caso. Recorde-se, que muitas das nossas reflexões foram amplamente debatidas no seio do nosso projecto de investigação e daquela que foi sendo a nossa disseminação dos resultados obtidos. É exactamente nesta esfera que devemos assinalar as intervenções apresentadas no seminário “Marching armies, Moving cites”³, e no facto de aí se ter amplamente refletido sobre a presença dos exércitos no território, nomeadamente a conversão do espaço bélico do acampamento militar em modelo de uma urbe Renascentista.

Refira-se que ao participarmos no “Portuguese Military History Workshop Pannel” incluído na “LSA International Conference “The Lusophone World: Global and Local Communities”⁴ visámos descodificar e debater aquele que teria sido o desenho do campo de batalha, onde pontuam as inovações bélicas da época – as armas de fogo pirobalísticas individuais. Mas se estes anteriores momentos corporizaram vectores explícitos de investigação e reflexão que, à medida que o nosso projecto avançava, importava debater já o encontro que realizámos na reta final do nosso trabalho, o *workshop* “Representations of War (Portugal, 1521-1621): Images and Texts”⁵ permitiu dialogar sobre os nossos resultados e projectar aquele que seria o nosso percurso prospectivo, onde a reconstrução das plurais imagens da arte bélica continuarão a ser o nosso nódulo investigativo.

Este livro é, pois, um dos testemunhos do nosso trabalho, exibindo para além das contribuições dos investigadores envolvidos em múltiplos espaços de diálogo que procurámos desenvolver, membros da equipa, participantes nos vários encontros que organizámos, e colaboradores que aceitaram partilhar e integrar tópicos da sua investigação no “nosso” – palavra que empregamos no sentido mais lato de pertença coletiva – projecto *De Re Militari*.

³ <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/detail.aspx?lang=PT&cid=107&bid=334&pid=42>.

⁴ <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/detail.aspx?lang=PT&cid=107&bid=337&pid=42>.

⁵ <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/detail.aspx?lang=PT&cid=107&bid=323&pid=42>.

Agora, após o fecho desta etapa, continuaremos o nosso caminho, enveredando pelo estudo seja de manuais com conteúdo militar, que, como escreveu Antonio Espino López, foram “veículos de disseminação de conhecimentos padronizados”, participantes de uma tradição iconográfica editorial de caráter militar”, seja contextualizando os “homens da guerra” e os indivíduos e comunidades tocados pelo conflito armado, reconstruindo ambiências e momentos históricos, seja ainda reedificando o espaço-tempo urbano/arquitetónico da batalha, plasmado no movimento e organização da cidade militar.

Contudo, como Geoffrey Best declarou: “War, to sum, is a unique human interest and activity, with its own character, its own self-images, its own mystiques, its own forms or organization and, to crown all, a prime place in determining the standards of national societies and their political viability as States.” (Hale:1998, 9) Por isso, impõe-se continuar o nosso trabalho, isto é, desocultar aquela que foi a construção de um “ars bellica” ao longo dos séculos.

Ana Paula Avelar (Universidade Aberta e CHAM – NOVA/FCSH)
Luís Costa e Sousa (CHAM – FCSH/NOVA)

ABREVIATURAS

AEM	<i>Archivio di Stato di Mantova</i> (Mântua)
AGS	<i>Archivo General de Simancas</i> (Madrid)
AHPM	<i>Archivo Histórico de Protocolos</i> (Madrid)
AIC	<i>Art Institute of Chicago</i>
APM	<i>Alte Pinakothek</i> (Munique)
ANTT	<i>Arquivo Nacional da Torre do Tombo</i> (Lisboa)
ARM	<i>Armería Real de Madrid</i>
ART	<i>Armeria Reale di Torino</i> (Turim)
ASB	<i>Archivio di Stato di Bologna</i> (Bolonha)
BAM	<i>Bayerische Staatsgemäldesammlungen</i> (Munique)
BCB-UG	<i>Biblioteca del Campus Barri Vell</i> (Universidade de Girona)
BAV	<i>Biblioteca Apostolica Vaticana</i> (Roma)
BM	<i>British Museum</i> (Londres)
BMV	<i>Biblioteca Marciana</i> (Veneza)
BNA	<i>Biblioteca Nacional da Ajuda</i> (Lisboa)
BNE	<i>Biblioteca Nacional de España</i> (Madrid)
BNF	<i>Bibliothèque Nationale de France</i> (Paris)
BNP	<i>Biblioteca Nacional de Portugal</i> (Lisboa)
BN-RJ	<i>Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro</i> (Brasil)
BR-PRM	<i>Real Biblioteca del Palacio Real</i> (Madrid)
CIM-N	<i>Centro de Interpretação de Montemor-o-Novo</i>
CODOIN	<i>Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España</i>
CS	<i>Galeria Sabauda</i> (Turim)
KHM	<i>Kunsthistorisches Museum</i> (Viena)
MAB	<i>Museo delle Armi Luigi Marzoli</i> (Bréscia)

MAF	<i>Musée des Armes</i> (Fez)
MSF	<i>Museo Stibert</i> (Florença)
MAM	<i>Musée d'Armée</i> (Meknès)
MML	<i>Museu Militar de Lisboa</i>
MNAA	<i>Museu Nacional de Arte Antiga</i> (Lisboa)
MSLE	<i>Monnasterio de San Lorenzo del Escorial</i>
MNT	<i>Museu Nacional do Traje</i> (Lisboa)
MPTP	<i>Museo Parroquial de Tapices de Pastrana</i> (Guadalajara)
ONB	<i>Österreichschen National Bibliothek</i> (Viena)
PDVV	<i>Palácio Ducal de Vila Viçosa</i>
SIHM	<i>Sources Inédites de l'Histoire du Maroc</i>
WC	<i>Wallace Collection</i> (Londres)

FONTES

- ÁLAVA Y VIAMONT, Diego de, *El perfeto capitán, instruido en la disciplina militar y nueva ciencia de la artillería*, Madrid, Pedro Madrugal, 1590.
- ALMEIDA, Isidoro de, *O quarto livro de Isidoro de Almeida das instruções militares*, in A. Faria de Moraes, “Arte Militar Quinhentista”, sep. do 2.º v. do *Boletim do Arquivo Histórico-Militar*, 1953, pp. 122-203.
- ANDRADA, Miguel Leitão de, *Miscelânea*, ed. Miguel Marques Duarte, Lisboa, INCM, 1984.
- s.a., *Jornada del-rei dom Sebastião à África – Crónica de dom Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978.
- Anónimo, *Sumario de todas as Cousas succedidas em Berberia*, Biblioteca Nacional de Portugal, cod. 13282;
- , *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d’el-rei D. Sebastião*, Loureiro, F. S. (ed.), Odivelas, Europress, 1987.
- Anónimo, *Relação da rota delrey dom Sebastião em Africa*, Biblioteca Nacional de Portugal Cod. 8570/40.
- ANDRADA, Miguel Leitão de, *Miscellanea do sitio de N. S.ª da Luz do Pedrogão Grande*, Lisboa, Matheus Pinheiro, 1629.
- ANGARANO, Stefano, Biblioteca Marciana de Veneza, *Relatione do Co. Stefano Angarano de la guerra di Portogallo L’anno 1580*, cod. It. VI 181 (=5841).
- Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (CDS DH)*, lv. 20, fl. 341 e lv. 36, fl. 58.
- , lv. 31, fl. 117.
- , (Privilégios), lv. 5, fl. 125v.
- ANTONELLI, Giovan Battista, *Epitomi dela manera de alloggiare un campo*, Sartor, M. (ed.), Udine, Forum, 2009.
- ARBEAU, Thoinot, *Orcheosographie*, New York, Dover Publications, 2011.
- Archivio di Sato di Bologna*, Reggimento, Instrumenti, Scritture, Lib. 14, n. 53.
- , Reggimento, Instrumenti e scritture, Lib. 14, n. 35.
- Archivio di Sato di Mântua* – Arquivo Gonzaga, Correspondência de Mântua e dos países do Estado, B 1167.
- ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo, *La nobleza de Andalucía*, Sevilla, Imp. Fernando Díaz, 1588.

- , *Descripción del Bosque y Casa Real del Pardo de su Discurso sobre el Libro de la Montería* (1582), in Sánchez Cantón, Francisco Javier, *Fuentes literarias para la historia del arte*, Madrid, Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes, 1941.
- BAIÃO, José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria: historia chronologica de suas acções e successos desta monarquia*, Lisboa, António de Sousa da Silva, 1737.
- BEJA, Frei António da (1965), *Breve Doutrina e ensinança de príncipes*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.
- BECHER, Charlotte, GAMBER, Ortwin e IRTENKAUF, Walter, *Das Stuttgarter Harnisch-Musterbuch 1548-1563*, Wien, Schroll, 1980.
- BLUTEAU, Rafael, *Diccionario Portuguez, & Latino...*, V, Coimbra, Colégio das Artes, 1716.
- BOCCARDO, Piero, “Fonti d’archivio per una storia degli arazzi a Genova”, *Studi di storia delle arti*, 5, Università di Genova, Génova, 1983-1985.
- BUSTAMANTE, Agustín, “Espejo de hazañas: la historia en el Escorial de Felipe II”, *Cuadernos de Iconografía*, Tomo IV, N. 7, 1991: pp. 197-206.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, 3.^a edição, Emanuel Paulo Ramos (coord.), Porto, Porto Editora, s/d.
- Cartas de D. Sebastião a Rui Barreto*, Biblioteca Nacional-Rio de Janeiro.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Almeida, M. L. de Almeida (ed.), 2 vols. Porto, Lello & Irmão, 1979.
- CASTRIES, Henry de, a c. di, *Les sources inédites de l’histoire du Maroc 1530-1845*, vol. 1, Première série, Dynastie saadienne 1530-1660. Archives et bibliothèques de France 1, Paris-La Haye, Ernest Leroux, 1905.
- CASTRO, João de, *Obras completas de D. João de Castro*. Cortesão, A. e Albuquerque, L. (eds.), vol. III. Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976.
- CASCÃO, João, *Relação da Jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*, in Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 77-136.
- “Colectânea de Documentos acerca de D. Sebastião”, Ribeiro, L. (ed.), in *Studia*, 5, janeiro de 1960, pp. 135-257.
- COSTA, D. Francisco da, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, introd. e notas do padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.
- Comentario del Illustre Señor don Luis de Avila y Çuñiga, comendador mayor de Alcántara: de la Guerra de Alemaña, hecha de Carlos V*, Amberes, 1550.

- CORREIA, Diogo Álvares, *O Livro de Valo. Um tratado 'de re militari' português do século XVI*, Avelar, A. P. e Sousa, L. C., Coimbra, IUC, 2023.
- CORTE REAL, Jerónimo, *Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d'Austria, en el golfo de Lepanto de la poderosa armada othomana, En el año de nuestra salvacion de 1572*, Lisboa, 1578, António Ribeiro, <https://purl.pt/15186>.
- COUTO, Diogo do, *O primeiro soldado práctico*. Martins, A. C. (ed.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- , *O soldado práctico*. Editado por M. Rodrigues Lapa, M. R. (ed.), Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- CRUZ, Bernardo da Cruz, *Chronica D'el-Rey D. Sebastião*, 2 vol., Lisboa, Escriptorio, 1904.
- DELAFORCE, Angela, "The collection of Antonio Pérez, secretary of state to Philip II", *Burlington Magazine*, 124, 1982: pp. 742-752.
- Descrittione de gli apparati fatti in Bologna per la venuta di N. S. Papa Clemente VIII*, Bologna, Vittorio Benacci, 1599.
- Deux restes du sixiesme livre de Polybe, avecq'un extrait touchant l'assiete du Camp des Romains qu'on peult coniecturer estre une mesme partie du sixieme. Et oultre un traicté du seizciesme: traduitz en François par Loys Meigret Lyonnais*, Paris, J. Longis and V. Sertenas, 1545.
- Documentos Inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, Serrão, J. V. (ed.), *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIV, 1958.
- DU BELLAY, Guillaume, *Instructions sur le faict de la Guerre extraictes des livres de Polybe, Frontin, Vegece, Cornazan, Machiavelle, & plusieurs autres bons auteurs*, Paris, Michel Vascosan, 1548.
- , *Discours sur la castrametation et discipline militaire des Romains*, Lyon, Guillaume Rouille, 1554.
- , *Discours de la religion des anciens Romains*, Lyon, Guillaume Rouille, 1556.
- , *Discorso sopra la castrametatione, et disciplina militare dei Romani*, Lyon, Guglielmo Rouillio, 1555.
- , *Discorso di S. Guglielmo Choul gentilhuomo lionese*, Padova, Marc'Antonio Olmo, 1558.
- ÉVORA, André Rodrigues de, *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião. Fac-simile do manuscrito inédito da Casa do Cadaval*, Lisboa, 1993.
- FABRIANO, Giovanni Battista Venturino da, Biblioteca Apostólica Vaticana, Cod. Urb. Lat., 1697.
- FANTUZZI, Giovanni, *Notizie degli scrittori bolognesi raccolte da Giovanni Fantuzzi*, vol. VIII, Bologna, S. Tommaso D'Aquino, 1790.

- FONTANINI, Giusto, *Biblioteca dell'eloquenza italiana, con le annotazioni di Apostolo Zeno*, v. II, Parma, Luigi Mussi, 1804, <https://books.google.it/books?id=npxbAAAACAAJ>.
- FRONSPERGER, Leonhard, *Von Kayserlichem Kriegßbrechten, Malefitz vnd Schuldhändlen, Ordnung vnd Regiment...*, Frankfurt am Main, Feyerabend, 1564.
- San GERONIMO, Frei Juan de, *Memorias*, Madrid, Patrimonio Nacional, 1984.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols., Carvalho, J. M. T., e Lopes, D. (eds.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- , *Crónica do Príncipe D. João*, Rodrigues, Almeida, G. A. (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- HENIN, J., *Del sitio, de la disposición y humor de los marruecos y de sus modos de pelear*, 1614 [mss.] *Biblioteca Digital Hispanica*. <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000243022&page=1>.
- , *Discurso que trata de los requisitos Y órdenes que debe haber en la economía conventual de la Monarquía española, para que sea perfecta*, 1620 [mss.] *Biblioteca Digital Hispanica* <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000236955&page=1>.
- HERRERA, Antonio de, *Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal*, Madrid, Pedro Madrigal, 1591.
- HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- , *Da Ciência do Desenho*, 1571, Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 52-XII-24.
- , *Da Pintura Antiga*, Lisboa, INCM, p. 281.
- Inquisição de Lisboa* (IL), A.N.T.T., processo (proc.) 5393.
- Inventario de las cosas que al presente están en la Casa del Pardo a cargo de Juan Gil, conserje de la dicha casa*, in “Archivo General de Palacio, Patrimonios”, Pardo, C^a 9380, exp. 8, 1564.
- Jesus, Frei Tomé de, *Trabalhos de Jesus*, Porto, Lello & Irmão, 2 vols, 1951.
- S. JOSÉ, frei Jerónimo de, *História Chronológica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Província de Portugal*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, vol. 1, 1739.
- Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Loureiro, Rui Manuel e Pereira, Daniela Nunes (eds.), 2023, Direção Regional de Cultura do Algarve, Projeto Magallanes, e-book, <https://cultalg.gov.pt/magallanes-icc/menu/24>
- Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*, Lisboa, Livro Aberto, 2004.
- Jornada del Rey D. Sebastião a Africa e desbarate do seu exersito*, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 1569.
- LALANDE, Maria de Lourdes (ed.), *Colecção de São Lourenço*, vol. III, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

- LARCARI, Janus Lascaris, *De Militia Romanorum et castrorum metatione ex Polybii Historiis excerptus* [...], Parrhisiis, Pierre Gromors, c. 1523.
- , *Liber ex Polybii Historiis excerptus de militia Romanorum, et castrorum metatione inventu rarissimus a Jano Lascare in Latinam linguam translatus. Ipso etiam Graeco libro ut omnis conferri possint, adiuncto*, Venezia, Iannes Antonius de Sabio, 1529.
- LOMAZZO, Giovanni Paolo, *Trattato dell'arte de la pittura, scoltura et architettura*, (1584), Milán, t. II, 1974.
- LONDOÑO, Sancho de, *Discurso sobre la forma de reducir la Disciplina Militar a mejor y antiguo estado*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1993.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses*, t. III e IV, Lisboa, José Antonio da Silva, Regia Officina Sylviana, 1747 e 1751.
- MACHIAVELLI, Niccolò, *Libro della arte della guerra*, Firenze, heredi di Philippo di Giunta, 1521.
- MENDONÇA, Jerónimo de, *Jornada de Africa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1607.
- MORELLO, Benedetto, *Il funerale d'Agostin Carraccio: fatto in Bologna sua patria da gl'Incaminati academici del disegno*, Bologna, Vittorio Benacci, 1603.
- NIETTO, Frei Luis, *Relación de las guerras de Berbería y del suceso y muerte del Rey don Sebastián* (1578), MSS/2860, Biblioteca Nacional de España. 1926.
- , *Histoire Véritable des dernières guerres adventues en Barbarie*, Paris, Nicolas Chesneau, 1579.
- , *Historia de bello africano*, Nuremberg, Catherina Gerlachin and heirs of Johann Montanus, 1580.
- OXEDA, Luis de, *Relation de la bataille de el-Ksar el-Kebir*, in Henry de Castries, «Les sources inédites de l'Histoire du Maroc», Paris, Ernest Leroux, 1905.
- O livro de Valo. Um tratado militar português do século XVI*, Avelar, A. P. e Sousa, L. C. (coords.), Coimbra, IUC, 2013, <http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/337/762/1335-2>.
- PALLADIO, Andrea, a c. de, *I Commentari di C. Giulio Cesare*, Venezia Pietro de Franceschi, 1575.
- PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (ed.), *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1893.
- PAVIA, Bartolomé Scarion de, *Doctrina militar*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1598.

- PEREIRA, Maria Laura de Sousa Lopes Monteiro, e CRUZ, Maria Augusta Lima (eds.), *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia: anónimo do século XVI*, Ericeira, Mar de Letras, 2003.
- PEREIRA, Francisco da Costa, *Tratado do provimento de guerra*, 1595, MS Port 10. Houghton Library, Harvard University. <https://id.lib.harvard.edu/alma/990092661870203941/catalog>
- , BN Portugal cód. 8114.
- PIDAL Y MIRAFLORES, Marqueses de, e Salvá, D. Miguel, dir. *Collección de Documentos para la Historia de España*, Madrid, Imprenta de la viuda Colero, 1861-2.
- PINA, Rui de, *Crónicas*, M. Lopes de Almeida (ed.), Porto, Lello & Irmão, 1977.
- POLÍBIO, *Storie. Libri I-XL*, trad. ita. Vimercati, A.; Criniti, C. (intr.); Criniti, N. e Golin, D. (notes, appendices, bibl.), Milano, Rusconi, 1988.
- , *Histoires, livre VI*, texte établi et traduit par R. Weil avec la coll. de C. Nicolet, Paris, Les Belles Lettres, 1977.
- , *Polibio del modo dell'accampare tradotto di greco per M. Philippo Strozzi. Calcolo della castrametatione di Messer Bartholomeo Cavalcanti. Comparatione dell'armadura & dell'ordinanza de Romani & Macedoni di Polibio tradotta dal medesimo. Scelta de gli Apophtegmi di Plutarco tradotti per M. Philippo Strozzi. Eliano de nomi & de gli ordini militari tradotto di greco per M. Lelio Carani*, Firenze, Lorenzo Torrentino, 1552.
- Portrait du site et ordre de La bataille donnee entre Le sr. Don Antonio nommé roy de Portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp. ne general du Roy cath. Don Philippe 2, devant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. D'aoust 1580*, COD. 8570, BN Portugal.
- PRAETTORIUS, Michael, *Syntagma Musicum III*, Kite-Powell, J. T. (ed.), Oxford, Oxford University Press, 2004.
- QUEIROZ, Fernão de, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceilão*, editado por P. E. Pieris. Colombo, 1916.
- Relação da jornada D'El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora (1573)*, Loureiro, Rui e Pereira, Daniela Nunes (ed.), Faro-DRCA e Projeto Magallanes-ICC, 2023, <https://cultalg.gov.pt/magallanes-icc/menu/24>.
- “Regimento dos capitães mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da orden que terão em se exercitarem”, in Borrego, N., *As ordenanças e as milicias em Portugal*, Lisboa. Guarda-Mor, 2006, pp. 867-76.
- “Regimento de Guerra”, in *Um tratado português do século XVI revisitado: O Regimento de Guerra de Martim Afonso de Melo*, Avelar, A. P., e Sousa, L. C. (coords.), Lisboa, Colibri, 2023, pp. 49-100, <https://run.unl.pt/handle/10362/155276>.

- RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Álvaro J. da Costa (ed.), Lisboa, INCM, 2003.
- RIBEIRO, João, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, Lisboa, 1836.
- ROBORTELLO, Francesco, *Aeliani De militaribus ordinibus instituendis more graecorum liber a Francisco Robortello Utinensi in Latinum sermonem uersus, & ab eodem picturis quàmplurimis illustratus*, impressum Venetiis, apud Andream & Iacobum Spinellos, 1552.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, 2 vols., David Lopes (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1919.
- ROJAS, Cristobal de (1598), *Teórica y práctica de fortificación*, Madrid, Luis Sanchez.
- SANTOS, Fr. Manuel dos, *Historia Sebastica, Contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os Sucessos Memoraveis do Reyno, e Conquistas no seu tempo*, Lisboa, Antonio Pedroso Galram, 1735.
- SAVORGNAN, Mario, *Della Milizia Terrestre e Marittima*, Venezia, Francesco de' Franceschi, 1599.
- SCHEURL, Christophorus Joannes, *Einrit Keyser Carlen in die alten keyserlichen Hauntstatt Rom den Aprili*, 1536, Nuremberg, Osterreichische Nationalbibliothek, Sammlung von Inkunabeln, Alten und Wertvollen Drucken, Viena, 44.S.42.
- SECO, Luís Álvaro, “Anotações ao quarto livro das instruções militares”, in A. Faria de Moraes, “Arte Militar quinhentista”, sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 23, Lisboa, 1953, p. 211.
- SÉRGIO, António (ed.), “Naufrágio da armada portuguesa em França, ano 1627. Epanáfora trágica segunda de D. Francisco Manuel, escrita a um amigo”, in *Naufrágios e combates no mar; textos seleccionados, anotados, comentados e acompanhados de um estudo*, v. 1, Lisboa, Editorial Sul, 1958: pp. 7-86.
- SILVEIRA, Francisco Rodrigues. *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*. Editado por Luís Filipe Barreto, George D. Winus, e Benjamin N. Teensma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.
- SOUSA, A. Caetano de, *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III, Lisboa, Officina Sylviana e Academia Real, 1744.
- SPONTONE, Ciro, *Raguaglio fedele e breve del Cavalier Ciro Spontone del fatto d'arme seguito nell'Africa tra D. Sebastiano re di Portugallo et Mulei Avda Malucco*, Bologna, Vittorio Benacci, 1601.
- , *La corona del Principe*, Verona, Girolamo Discepolo, 1590.
- , *Il Savorgnano ovvero del guerriero novello*, Bologna, Vittorio Benacci, 1603.
- , *Le attioni del Re d'Ungheria*, de 1603.

- STRADA, Jacopo, a c. de, *C. Iulii Caesaris Rerum gestarum commentarii XIV*, (Francofurti ad Moenum, Georg Rab Corvinus, 1575.
- , *Il Settimo libro* de Sebastiano Serlio, in Dirk Jacob Jansen, *Jacopo Strada and Cultural Patronage at The Imperial Court*, vol. 2: *The Antique as Innovation*, Leiden, Brill, 2019, <https://doi.org/10.1163/9789004359499>.
- Crónica do xarife Mulei Mahamet e D'el Rey D. Sebastião*, Lisboa, Europress, 1989.
- TORRES, Diego de, *Relación del origen y suceso de los Xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.
- VALLE, Battista della, *Vallo Libro continente appartenente à capitani, retener e fortificare una città con bastioni, con novi artificii de fuoco aggiunti*, Napoli, Antonio Frezza, 1521.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Arte Militar*, Alenquer, Vicente Alvarez, 1612.
- VALDÉS, Francisco de, *Espeio y diciplina militar*, Brussels, Roger Velpius, 1589.
- , *Espejo y disciplina militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1989.
- VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, Braga, J. E. e Monteiro, J. G. (eds.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, F. Maria Esteves Pereira (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.
- , *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Larry King (ed.), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- , *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Lisboa, I.N.C.M., 2015.

BIBLIOGRAFIA

- ÁGOSTON, Gábor, *O império otomano e a conquista da Europa*. Oeiras, Edições Saída de Emergência, 2023.
- AGUIRRE, Ricardo de, “Documentos relativos a la pintura en España, Juan Pantoja de la Cruz, pintor de cámara”, in *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones*, XXXI, 1923: pp. 201-205.
- ALONZO, Giuseppe, “Storiografí, diplomatici e mitografí secenteschi tra Italia e Portogallo”, *Giornale Storico della letteratura italiana*, 187, fasc. 620 (2010): 543-60.
- ANADAYA, Leonard, “Interactions with the Outside World and Adaptation in Southeast Asian Society, 1500-1800”, in *The Cambridge History of Southeast Asia*, vol. I: *From Early Times to c. 1800*, Tarling, N. (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 1992: pp. 345-401.

- Andrea Palladio and the Architecture of Battle with the Unpublished edition of Polybius Histories*, Beltramini, Guido (ed.), Venice, Marsilio, 2009.
- ANDRADE, Tonio, *The Gunpowder Age: China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History*, Princeton, Princeton University Press, 2016.
- ANGLUCCI, A., *Catálogo da Armeria Reale de Turim*, Turim, 1890.
- ARICÒ Nicola, *La fondazione di Carlentini nella Sicilia di Jan de Vega*, Firenze, Olschki, 2016.
- AVELAR, Ana Paula, «A construção de uma imagem de Oriente na escrita e no desenho do Portugal de Quinhentos: Gaspar Correia e Jerónimo Corte-Real», in *Renascimentos na Europa do século XVI [Recurso electrónico]: formas, ritmos e convergência: actas do colóquio*, Lisboa, Fundação Gulbenkian (cd-rom), 2011.
- , José Daniel Colaço, Barão de Colaço e Macnamara, in Marta Pacheco Pinto (coord.), *A participação portuguesa nos Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)*, Lisboa, Húmus, 2019.
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39995/1/TECOP-volume-Digital.pdf>.
- , *Veredas da Modernidade – Escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Colibri, 2022.
- , “How tradition and innovation echoes in Jorge de Henin’s Memorial-in”, MONTEIRO, Maria do Rosário and KONG, Mário (eds.), *Creating through mind and emotions*, London, CRC Press, Taylor & Francis Group, 2021.
- BALASUBRAMANIAM, R., *The Saga of Indian Cannons*, New Delhi, Aryan Books International, 2008.
- Bandeira, Luís Stubbs Saldanha Monteiro, *Glossário armeiro (Séculos XI a XIX)*, Vila Viçosa, FCB, 1993.
- BATTELLI, Guido Battelli, *Filippo Terzi, architetto e ingegnere militare in Portogallo: 1577-97*, Firenze, Alfani e Venturi, 1935.
- BEBIANO, Rui. “A arte da guerra: estratégia e táctica”, in *Nova história militar de Portugal*, Hespânia, A. M. (ed.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004: pp. 112-51.
- , “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, in *Nova história militar de Portugal*, Hespânia, A. M. (ed.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004: pp. 36-62.
- BELTRAMINI, Guido (coord.), *Andrea Palladio e l’architettura della battaglia*, Venezia, Marsilio, 2009.
- , “Palladio e l’architettura della battaglia: le edizioni illustrate di Cesare e Polibio”, in *Palladio – Il simposio*, a c. di Franco Barbieri e Renata Battilotti, Venezia, Marsilio, 2008: pp. 217-229.

- BERTELLI, Paolo, “I Gonzaga e l’Impero: Storia di nobiltà e di dipinti”, *Atti dell’Accademia Roveretana Degli Agiati. A, Classe di Scienze Umane, Lettere ed Arti*, v. 6, 2006, série 8: pp. 93-149.
- , *Costruire, abitare, pensare: Sabbioneta e Charleville città ideali dei Gonzaga*, Mantova, Universitas Studiorum, 2017.
- BLACK, Jeremy, “Modernisation Theory and some of the Conceptual Flaws of the Early-Modern Military Revolution”, in *Storia militare moderna*, 1, n.º 3, 2020: pp. 3-7.
- BLAIR, C., *European Armour circa 1066 to circa 1700*, London, B. T. Batsford, 1958.
- , “The Emperor Maximilian’s Gift of Armour to King Henry VIII and the Silvered and Engraved Armour at the Tower of London”, in *Archaeologia, or, Miscellaneous Tracts Relating to Antiquity*, vol. 99, 1965: pp. 1-52.
- BOCCARDO, Piero, “Fonti d’archivio per una storia degli arazzi a Genova”, in *Studi di storia delle arti*, 5, Università di Genova, Génova, 1983-85: pp. 122-123.
- BOCCIA, L. G. e COELHO, E. T., *L’arte dell’armatura in Italia*, Milano, Bramante Editrice, 1967.
- BONACKER, W., *Le baron Michael von Eitzing (H. 1530-1598) e a ‘Belgica Leonis Chorographia’*, in *Belgisch Tijdschrift voor Filologie en Geschiedenis*, XXXVII: pp. 950-66.
- BÖREK, Günhan, “A Contribution to the Military Revolution Debate: The Janissaries Use of Volley Fire during the Long Ottoman-Habsburg War of 1593-1606 and the Problem of Origins”, in *Acta Orientalia*, 59, n.º 4, 2006: pp. 407-38.
- BORREGO, Nuno, *As ordenanças e as milícias em Portugal*, Lisboa, Guarda-Mor, 2006.
- BOUZA, Fernando, *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultura del reinado de Felipe II*, Madrid, 1998, Akal: pp. 31-68.
- , *Portugal no tempo dos Filipes: Política, Cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Ed. Cosmos História, 2000.
- BOVILL, E. W., *The Battle of Alcazar*, London, Batchworth Press, 1912.
- BRAGA, Paulo Drumond, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (eds.), vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.
- , *Uma Lança em África: História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.
- BRAUDEL, Fernand, *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell’età di Filippo II*, Ed. Orig. Paris, 1949, 2 vols., Torino, Giulio Einaudi, 2010.
- BRUGUERO, Alfonso Danvila y, *Don Cristóbal de Moura, primer marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madrid, 1900.

- BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe – Discurso normativo e representação (1525-1549)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- BURBANK, J. e Cooper, F., *Empires in World History – Power and the Politics of Difference*, Princeton, Princeton University Press, 2010.
- BULGARELLI, Tullio, a c. di, *Gli avvisi a stampa in Roma nel Cinquecento: bibliografia – antologia*, Roma, Istituto di studi romani, 1967.
- BUNES IBARRA, Miguel Ángel de, “Vermeyen y los tapices de la Conquista de Túnez. Historia y Representación”, in García, Bernardo, *La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos*, Madrid, Universidad Complutense, 2006: pp. 95-134.
- BURKE, Peter, *El Renacimiento*, Barcelona, Crítica, 1999.
- BUSTAMONTE, Agustín (1991), “Espejo de hazañas: la historia en el Escorial de Felipe II”, in *Cuadernos de Iconografía*, t. IV, N. 7, 1991: pp. 197-206.
- CAMPBELL, Thomas P., *Tapestry in the Renaissance Art and Magnificence*, New York, 2002.
- CANTERA, Francisco, “El ‘Purim’ del Rey Don Sebastian”, in *Sefarad*, 5, 1954: pp. 219-25.
- CARTER, Stewart (ed.), *A Performer’s Guide to Seventeenth-Century Music*, Indiana, Indiana University Press, 2011.
- CARTESEGNA, M. e DONDI, G., *Schede di catalogo*, in L’Armeria Reale di Torino, a cura di F. Mazzini, Busto Arsizio, 1982.
- CAVALLO, Guglielmo y CHARTIER, Roger (dirs.), *Historia de la lectura en el mundo occidental*, Madrid, Taurus, 1998.
- CARRASCO, Marta (2000), “Carlos V en Roma: el triunfo de un nuevo Escipión”, in Checa, F., *Carolus*, catálogo exposición, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, Toledo, 2000: pp. 81-101.
- CARTER, Stewart (ed.), Kite-Powell, J. (rev.), *A Performer’s Guide to Renaissance Music*, Indiana, Indiana University Press, 2007.
- CHARLES, R., *La collection Georges Pauilhac au Musée de l’armée*, Paris, Revue française, 1965.
- CHARNE, Michael W., “Arakan, Min Yazagyi, and the Portuguese: The Relationship Between the Growth of Arakanese Imperial Power and Portuguese Mercenaries on the Fringe of Mainland Southeast Asia 1517-1617”, disertación de Mestrado, Ohio University, 1993.
- , “From Merchants to Musketeers in Ayutthaya: The Culture of Warfare, and the Changing Relationship Between the Portuguese and the Thais in the Sixteenth Century”, in *Five Hundred Years of Thai-Portuguese Relations: A Festschrift*, Smithies, M. (ed.), Bangkok, Siam Society, 2011.
- , *Southeast Asian Warfare, 1300-1900*, Leiden, Brill, 2004.
- CHECA, Fernando, *Carlos V y la imagen del poder en el Renacimiento*, Madrid, El Viso, 1999.

- , “El retrato del Rey: la construcción de una imagen de la majestad en la Casa de Austria durante el siglo XVI”, in Falomir, Miguel y Portús, Javier, *Carlos V. Retratos de familia*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000: pp. 139-55.
- , “Un príncipe del Renacimiento. El valor de las imágenes en la corte de Felipe II”, in *Felipe II. Un príncipe del Renacimiento*, catálogo exposición, Madrid, Museu Nacional do Prado, 1998: pp. 25-55.
- , “Arquitectura y decoración en el Alcázar de Felipe II”, in *El Real Alcázar de Madrid. Dos siglos de arquitectura y coleccionismo en la corte de los reyes de España*, catálogo exposición, Madrid, Nerea, 1994: pp. 142-7.
- , *Cristobal Plantino. Un siglo de intercambios culturales entre Amberes y Madrid*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 1995.
- , *Felipe II. Mecenas de las artes*, Madrid, Nerea, 1992: pp. 153-61.
- , *Inventarios de Felipe II. Inventario post mortem. Almoneda y Libro de remates. Inventario de tapices*, Madrid, Fernando Villaverde ediciones, 2018.
- , “Felipe II coleccionista. Los inventarios del Guardajoyas del Real Alcázar de Madrid y de la colección de tapices”, in *Inventarios de Felipe II*, 2018: pp. 9-20.
- , *Carlos V, a caballo, en Mühlberg de Tiziano*, Madrid, TF Editores, 2002.
- CHARTIER, Roger, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza, 1993.
- , *El orden de los libros. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XVI y XVIII*, Barcelona, Gedisa, 1994.
- CIPOLLA, Carlo M. *Guns, Sails and Empires; Technological Innovation and the Early Phases of European Expansion, 1400-1700*, New York, Pantheon Books, 1965.
- CLAIR, C., *Historia de la imprenta en Europa*, Madrid, Ollero & Ramos, 1998.
- A Mão que ao Ocidente o Véu Rasgou – Armaria* [Catálogo de exposição], Lisboa, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.
- CONDE PAZOS, M., *La Monarquía Católica y Los confines orientales de la Cristandad. Relaciones entre La Casa de Austria y Los Vasa de Polonia*. Madrid, Universidad Autónoma, 2016. file:///C:/Users/Utilizador/tudo%20disco%20fora%20e%20outro%20computador/Desktop/condepazosmiguel.pdf.
- CONTINISIO, Chiara, *La corona del principe di Ciro Spontone per Rodolfo Gonzaga di Castiglione. Platonismo, ermetismo e altre questioni in un trattato politico di fine Cinquecento*, Mantova, Il Rio Arte, 2014.

- COSME, João (ed.), *A Guarnição de Safim em 1511*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.
- COSTA, Fernando Dores, “O estatuto social dos militares”, in *Nova história militar de Portugal*, Hespanha, A. M. (ed.), II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004: pp. 93-101.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, “Exiles and Renegades in Early Sixteenth Century Portuguese India”, in *The Indian Economic & Social History Review*, 23, n.º 3, 1986: pp. 249-62.
- , *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, separata especial *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, s.d.
- CRUZ, Maria do Rosário. *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. I, Lisboa, INCM, 1992.
- CRUZ, Miguel Dantas da, “From Flanders to Pernambuco: Battleground Perceptions in the Portuguese Early Modern Atlantic World”, in *War in History* 26, n.º 3, 2018: pp. 316-41.
- CUNHA, Mafalda Soares da, “Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação, séculos XV-XVI”, in A. L. de Carvalho Homem, J. A. de Sottomayor Pizarro e P. Pinto Costa (coord.), *Ibéria, Quatrocentos/Quinhentos*, Porto, CEPES, 2009.
- CUZMÁN, T. P., *Descripción de los reinos de Marruecos (1603-1613): Memorial de Jorge de Henin*. Rabat, Reino de Marruecos, Universidad Mohamed V – Instituto de Estudios Africanos, 1997.
- DAEHNHARDT, R., 1998, *Acerca das Armaduras de D. Sebastião*, Lisboa, Publicações Quipu, s/d.
- , *D. Sebastião, o elmo e Alcácer Quibir*, Portimão, Apeiron, 2011.
- DARNTON, Robert, “What is the History of the Books?”, *Daedalus*, t. 111/3, 1982: pp. 65-83.
- , *El coloquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 2003.
- DE ANTONIO, Trinidad, *El Palacio del Viso del Marqués y sus pinturas*, Memoria de Licenciatura inédita, Universidad Complutense de Madrid, y López Torrijos, Rosa, 1972.
- DELAFORCE, Angela, “The collection of Antonio Pérez, secretary of state to Philip II”, in *Burlington Magazine*, 124, 1982: pp. 742-52.
- DINSMOOR, William Bell, “The Literary Remains of Sebastiano Serlio”, in *The Art Bulletin*, 24, 1942, 2, I: 55-91, e II: 115-54.
- DIOS, Ángel Marcos de, “Itinerario hispánico del chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, en 1604”, *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 42, I, 1986: pp. 139-86.

- DISNEY, Anthony, “A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807”, vol. 2: *The Portuguese Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.
- DONDI, G., *La fatica del bello. Tecniche decorative dell'acciaio e del ferro su armi e armature*, Oxford, 2011.
- DUARTE, Luís Miguel, “África”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores: pp. 392-441.
- , *Ceuta, 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015.
- EATON, Richard M., e Philip B. Wagoner, “Warfare on the Deccan Plateau, 1450-1600: A Military Revolution in Early Modern India?”, in *Journal of World History*, 25, n.º 1, 2014: pp. 5-50.
- ELLIOT, J., *A Europe of Composite Monarchies*. Past & Present, n.º 137, 1992, pp. 48-71 <http://www.jstor.org/stable/650851>.
- ERAMO, Immacolata, “Disegni di guerra. La tradizione dei diagrammi tattici greci nell'Arte della guerra di Niccolò Machiavelli”, in *Scienza antica in età moderna. Teoria e immagini*, Bari, Cacucci Editore, 2012: pp. 35-60.
- ESAGUY, José de, *O Minuto Vitorioso de Alcácer-Quibir (Batalha de Mohacén – 4 de Agosto de 1578)*, Lisboa, Divisão Geral das Colónias, 1954.
- , *Um Relato Inédito sobre o desembarque d'El-Rei Dom Sebastião em Tanger. Viagem que precedeu a Batalha de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, s/d.
- ELLIOTT, John H., “The court of Spanish Habsburgs: a peculiar institution”, in *Politics and culture in early modern Europe. Essays in honour of H. G. Koeningsberger*, Cambridge, 1987: pp. 9-11.
- FALOMIR, Miguel (2000), “Imágenes y textos para una monarquía compleja”, in Portús, Javier, *El linaje del Emperador*, catálogo exposición, Madrid, Julio Soto Ed., 2000: pp. 60-77.
- , “Imágenes de poder y evocaciones de la memoria. Usos y funciones del retrato en la corte de Felipe II”, in *Felipe II, un Príncipe del Renacimiento...*, 1998: pp 203-27.
- FARA, Giovanni Maria. *Albrecht Dürer teorico dell'architettura*, Firenze, Leo S. Olschki, 1999.
- FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.
- FERNÁNDEZ BAYTON, Gloria, *Inventarios reales. Testamentaría de Carlos II (1701-1703)*, Madrid, Museo Nacional del Prado, II, 1982.
- FEIO, Gonçalo, *A problemática militar no reinado de D. Sebastião: instituição e reforma*. dissertação de mestrado, Lisboa, FLUL, 2003.

- , *A Guerra no Renascimento – Ensino e Aprendizagem militares, em Portugal e no Império, de D. Manuel I a Felipe II*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2018.
- FIORE, Francesco Paolo, *Sebastiano Serlio and the Roman encampment*, in Beltramini, G. (ed.), *Andrea Palladio and the architecture of battle*, Venezia, Marsilio, 2019: pp. 272-297.
- , “Architettura e arte militare. I trattati alla metà del Cinquecento”, in *Architettura e arte militare. Mura e bastioni nella cultura del Rinascimento*, Roma, Campisano, 2017.
- , “Sebastiano Serlio and the Roman encampment”, in Beltramini, G. (ed.), *Andrea Palladio and the architecture of battle*, Venezia, Marsilio, 2019: pp. 272-297.
- , *L’architettura militare di Venezia in terraferma e in Adriatico fra XVI e XVII secolo*, Firenze, Olschki, 2014.
- , *L’architecture de Sebastiano Serlio et la castrametation des Romains selon Polybe*, in Deswarte-Rosa, S. (ed.), *Sebastiano Serlio à Lyon. Architecture et imprimerie*, Lyon, Memoire Active, 2004, v. I: pp. 211-219.
- , *Introduzione a Sebastiano Serlio, Architettura civile. Libri sesto, settimo e ottavo nei manoscritti di Monaco e Vienna*, Fiore, F. P. (ed.), Milano, Il Polifilo, 1994.
- FLORES, Jorge Manuel. “Zonas de influência e de rejeição”, *História dos portugueses no Extremo Oriente*, in Marques, A. H. O. (ed.), I, 1: pp. 137-78. Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
- , “Hum Curto Historia de Ceylan. A Short History of Ceylon: Five Hundred Years of Relations Between Portugal and Sri Lanka”, Lisboa, Fundação Oriente, 2001.
- FLORES, Maria da Conceição. *Os portugueses e o Sião no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- FLORESCU, Radu, “Les phases de construction du castrum Drobeta (Turnu Severin)”, in *Studien zu dem Militärgrenzen Roms*, Vorträge des 6. Internationalen Limes-kongresses in Süddeutschland, Köln-Graz, Böhlau Verlag, 1967: pp. 144-151.
- FRACCARO, Fraccaro, “Polibio e l’accampamento romano”, *Athenaeum*, n.s. 12, 1934, I: pp. 154-61.
- FROMMEL, Sabine, *Sebastiano Serlio*, Milano, Electa, 1998.
- GALEN, Stephan van, *Arakan and Bengal: The Rise and Decline of the Mrauk U Kingdom (Burma) from the Fifteenth to the Seventeenth Century Ad.*, tese doutoramento, Leiden University, 2008.
- GALERA, Monserrat, *Antoon van den Wijngaerde, pintor de ciudades y de hechos de armas en la Europa del Quinientos*, Barcelona, Fundación Carlos de Amberes e Institut Cartogràfic de Catalunya, 1998.

- GARASANIN, Milutin V., VASIC, Miloje, «Le Pont de Trajan et le castellum Pontes. Rapport préliminaire pour l'année 1979», *Cahier des Portes de fer*, 1, 1980: pp. 25-50.
- GARCÍA, Bernardo, “Los regalos de Isabel Clara Eugenia y la Corte española. Intimidación, gusto y devoción”, in *Reales Sitios*, 143, 2000: pp. 16-27.
- GARCÍA-ARENAL e M., WIEGERS, G. (eds.), *The Expulsion of the Moriscos from Spain: A Mediterranean Diaspora*, Leiden, Brill, 2014.
- , “Los judíos de Fez a través del proceso inquisitorial de los Almonino (1621)”, in *Entre el Islam y Occidente. Los judíos magrebíes en la Edad Moderna*, García-Arenal, M. (ed.), Madrid, Casa de Velásquez, 2003: pp. 153-87.
- , “*Vidas ejemplares: Said Ibn Faray al-Dugali (m. 987/1579), un granadino en Marruecos* in «Relaciones de la Península Ibérica com el Magreb», Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid, 1988, pp. 454-485.
- GARCÍA-FRÍAS, Carmen, “Artistas genoveses en la pintura decorativa de grutescos del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial”, in *Genova e l'España: Opere, artista, committenti, collezioni*, Boccardo, P., Colomer, J. L., y di Fabio, C. (dirs.), Milán, Ed. Silvana, 2002: pp. 126-43.
- , “Una nueva visión de la Sala de Batallas del Monasterio de El Escorial tras su restauración”, in *Reales Sitios*, 2003: pp. 2-20.
- , “Las series de batallas del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial (frescos y pinturas)”, en García, Bernardo, *La imagen de la guerra ...*, 2006: 138-152.
- , “La estampa de un emperador en su retiro: Carlos V en Yuste”, in *Carlos V en Yuste. Muerte y gloria eterna*, catálogo da exposição, Patrimonio Nacional, Mosteiro de San Jerónimo de Yuste, 2008: pp. 12-43.
- , “Imágenes para la glorificación del poder político. La fortuna del retrato en armadura en los palacios de la Casa de Austria española”, in Soler, Álvaro, *El arte del poder*, catálogo exposición, Museu Nacional do Prado, 2010: pp. 89-101.
- GARCIA, José Manuel, *O Terrível: a grande biografia de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2017.
- GARCÍA Y MORALES, Baltasar, *o Herói*, Lisboa, Frenesi, 2003.
- GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. II, Braga, Edições de Carvalho de Basto, 1992.
- GERARD, Véronique, “La decoración del Alcázar de Madrid y el ceremonial en tiempo de Felipe II”, in VV.AA., *Felipe II y el arte de su tiempo*, Madrid, Fundación Argenteria, 1998: pp. 331-41.
- , *De castillo a palacio. El Alcázar de Madrid en el siglo XVI*, Madrid, Xarait, 1984.
- GODIN, B., *Innovation: The History of a Category*, 2008, <http://www.csiic.ca/PDF/IntellectualNo1.pdf>.

- GODOY, J.-A., LEYDI, S., *Parate trionfali. Il manierismo nell'arte dell'armatura italiana*, catálogo da exposição, Geneva, Musée d'Art et d'Histoire, 2003.
- GONZÁLEZ DÁVILA, Gil, *Teatro de las grandezas de la villa de Madrid, corte de los Reyes Católicos de España*, Imp. Thomas Iunti, 1623.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Juan Luis, “Pinturas tejidas. La guerra como arte y el arte de la guerra en torno a la empresa de Túnez (1535)”, *Reales Sitios*, XLIV, 17, 2007: pp. 24-47.
- GONZÁLEZ de LEÓN, Fernando, “Spanish Military Power and the Military Revolution”, in *Early Modern Military History, 1450-1815*, Mortimer, G. (ed.), Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Palgrave MacMillan, 2004: pp. 25-42.
- GRAAF, R. de, “Het soldatenleven in Oostende”, in Thomas, W. (dir.), *De val van het Nieuwe Troje. Het beleg van Oostende 1601-1604*, Lovaina, Brepols, 2004: pp. 101-11.
- GRIFFIN, Clive, *Los Cromberger de Sevilla: la historia de una imprenta del siglo XVI en Sevilla y México*, Madrid, ICI & Comisión Nacional del V Centenario del Descubrimiento de América, 1991.
- GUEDES, Maria Ana de Barros Serra Marques, *Interferência e integração dos portugueses na Birmânia: ca. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.
- GUEVARA, Adolfo L., *Arcila durante la ocupación portuguesa 1471-1549*, Tânger, IGF, 1940.
- GUILLEN BERRENDERO, José António, HERNÁNDEZ FRANCO, Juan e ALEGRE CARVAJAL, Esther (eds.), *Ruy Gómez de Silva, príncipe de Éboli. Su tiempo y su contexto*, Madrid e Frankfurt, Iberoamericana e Vervuert, 2018.
- HALE, John, “Palladio and Polybius Histories”, in *Renaissance War Studies*, London, Hambledon Press, 1984: pp. 471-86.
- , “Andrea Palladio, Polybius and Julius Caesar”, in *Renaissance War Studies*, The Hambledon Press, London, 1983: pp. 471-86.
- , “A humanistic visual aid. The military diagram in the Renaissance”, *Renaissance Studies* 2, fasc. 2, 1988: pp. 280-290.
- , *Artists and Warfare in the Renaissance*, Yale, Yale University, 1990.
- HALLET, Jessica e CRISTÓVÃO, Inês, “Pinturas tecidas: a arte da tapeçaria e a construção do poder”, in *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I, I – Estudos*, Jessica, H. e Senos, N. (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2018: pp. 155-174.
- HARARI, Yuval Noah, *Special Operations in the Age of Chivalry 1100-1550*, Woodbridge, The Boydell Press, 2007.

- Heroic Armor of the Italian Renaissance: Filippo Negroli and his Contemporaries*, catálogo da exposição, New York, The Metropolitan Museum of Art, S. Pyhrr, s. e Godoy, J-A. (org.), New York, 1999.
- Hespanha, António Manuel, “Introdução”, in *Nova história militar de Portugal*, Hespanha, A. M. (ed.), v. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004: pp. 9-33.
- HORTAL MUÑOZ, José Eloy e LABRADOR ARROYO, Felix. *La Casa de Borgoña: la Casa del Rey de España*, Lovaina, Leuven University Press, 2014.
- INGLEBERT, H., *Histoire universel ou Histoire globale*, Paris, PUF, 2018.
- “Il Palazzo di don Alvaro de Bazan”, in AA.VV., *La pittura in Liguria. Il Cinquecento*, Génova, Le Mani-Microart’s Ed.: pp. 229-44.
- Inventarios Reales. Bienes muebles que pertenecieron a Felipe II*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2 vols.
- “Inventarios reales. Testamentaria de Carlos II (1701-1703)”, in Fernández Bayton, G., Madrid, Museu Nacional do Prado, II, 1982.
- IGNIA, Y., *The armor of A young general by van Dyck and associated objects*, in *Heavy Metal. Acciaio, oro e polvere da sparo nel Museo delle Armi Marzoli di Brescia*, M. Merlo (org.), Milão, 2023.
- IRIA, Alberto. *Da importância geo-política do Algarve, na defesa marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976.
- JANSEN, Dirk J., “Le rôle de Strada comme éditeur du Settimo libro de Serlio”, in Deswarte-Rosa, S. (ed.), *Sebastiano Serlio à Lyon. Architecture et imprimerie*, Lyon, Memoire Active, 2004, vol. I: pp. 177-184.
- , “Le catalogue d’Editeur de Jacopo Strada”, *ibidem*, pp. 185-188.
- , *Jacopo Strada and Cultural Patronage at The Imperial Court. The antique as innovation*, 2 vols., Leiden-Boston, Brill, 2019.
- JESUS, Roger Lee de, e Castro, Tiago Machado de (eds.), “Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia (1553)”, *Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática*, 2, 2014: pp. 129-37.
- JESUS, Roger Lee de, “Abastecer a guerra noutro oceano: o Armazém das Armas de Goa em 1545-1546”, in *Actas do XXIV Colóquio de História Militar “Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial”*, Domingues, F. C. (ed.), Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2016: pp. 169-220.
- , “A governação do “Estado da Índia” por D. João de Castro (1545-1548) na estratégia imperial de D. João III”, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2021.
- JORDAN, Anne Marie (1998), “La imagen del rey: retratos de corte en la colección de Felipe II”, in Navascués, P., *Philippus II Rex*, Barcelona, Lunberg, 1998: pp. 399-422.

- , *The manufacture and marketing of Flemish tapestries in Mid-Sixteenth Century* 9, Brussels, 2005.
- , “The manufacture and marketing of Flemish tapestries in Mid-Sixteenth Century Brussels. Two Habsburg Patrons and Collector: Mary of Hungary and Catherine of Austria”, en García, Bernardo y Grilo, Fernando, *Ao Modo de Flandes. Disponibilidade, Inovação e Mercado de Arte (1415-1580)*, Brussels, 2005: pp. 91-113.
- JUNQUERA, Paulina, “La batalla de Lepanto en el arte de su tiempo”, in *Reales Sitios*, 1971, 29: pp. 17-28.
- JUNQUERA, Paulina y HERRERO, Concha, *Catálogo de tapices del Patrimonio Nacional*. volumen I: *Siglo XVI*, Madrid, 1986:73-92.
- , “La batalla de Lepanto en el arte de su tiempo”, in *Reales Sitios*, 1971, 29: pp. 17-28.
- KAFAS, Samir, *Les fortifications et l'architecture militaire au temps des Saadiens (XVIe-XVIIe siècles): Eléments pour une typologie*, Bulletin D'Archeologie Marocaine, El Jedida, Ministère de la Culture – Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine, t. XXI, 2019, pp. 311-346.
- KAHN, David, “Intelligence, Military”, *The Osprey Companion to Military History*, ed. de COWLEY, R. e PARKER, G., Londres, Osprey, 1996: pp. 225-7.
- KHAN, Iqtidar Alam, *Gunpowder and Firearms: Warfare in Medieval India*, New Delhi, Oxford University Press, 2004.
- KAMEN, H., *Empire: how Spain became a world power, 1492-1763*, New York, Harper Collins Publishers, 2003.
- KANTAROWICS, E., *Mourir pour la patrie*, Paris, PUF, 1984.
- KEMP, Martin, *The Science of Art. Optical Themes in Western Art from Brunelleschi to Seurat*, New-Haven, Yale University Press, 1990.
- KUSCHE, María, “La antigua galería de retratos del Pardo: su reconstrucción arquitectónica y el orden de colocación de los cuadros”, in *Archivo Español de Arte*, 253, 1991a: pp. 1-29.
- , “La antigua galería de retratos de El Pardo: su reconstrucción pictórica”, in *Archivo Español de Arte*, 255, 1991b: pp. 261-283.
- , “La antigua galería de retratos del Pardo: su importancia para la obra de Tiziano, Moro, Sánchez Coello y Sofonisba Anguissola y su significado para Felipe II, su fundador”, in *Archivo Español de Arte*, 257, 1992, 1-22.
- , “La nueva galería de El Pardo. J. Pantoja de la Cruz, B. González y F. López”, *Archivo Español del Arte*, 286, 1999: pp. 119-232.
- , “Imágenes y textos para una monarquía compleja”, in Portús, J., *El linaje del Emperador*, 2000: pp. 61-77.

- , *Juan Pantoja de la Cruz y sus seguidores B. González, R. de Villandrando y A. López Polanco*, Madrid, Fundación para el Apoyo a la Historia del Arte Hispánico, 2007.
- LAMARCA, Montserrat, *La imprenta a Barcelona (1501-1600)*, Barcelona, Generalitat de Catalunya, 2015.
- LAPUERTA, Magdalena, *Los pintores de la corte de Felipe III. La Casa Real de El Pardo*, Madrid, Comunidad de Madrid, 2002.
- LAREDO, Abraham, “Les ‘Purim’ de Tanger”, in *Hesperis*, 35, 1984: pp. 193-203.
- LA ROCCA, D., *How to Read European Armor*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 2017.
- LLANOS Y TORRIGLIA, Felix de, *Contribución al Estudio de la Reina de Portugal, Hermana de Carlos V, Doña Catalina de Austria*, Madrid, Imp. de la Rev. De Arch. Bibl. y Museos, 1923.
- LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.
- LÓPEZ SERRANO, Matilde, “Lepanto en sus representaciones grabadas”, in *Reales Sitios*, VIII, 29, 1971: pp. 12-16.
- LOUREIRO, Francisco, *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- , *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970.
- , *O Algarve na época moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Universidade do Algarve, 2012.
- , “Panorama Social e Económico do Algarve na Época de D. Jerónimo Osório”, separata dos *Anais do Município de Faro*, Faro, 1982.
- MANDROU, Robert, *Dagli umanisti agli scienziati. Secoli XVI e XVII*, Bari, Laterza, 1975.
- MANN, J., “Notes on the armour of the Maximilian period and the Italian wars”, in *Archaeologia*, vol. 79, 1929, pp. 217-44, London, Society of Antiquaries of London.
- MARÍAS, Fernando, “Batalla de Mühlberg”, in *Carlos V, las armas y las letras*, catálogo de exposición, Sociedad Estatal para la conmemoración de Felipe II y Carlos V, Granada, 2000: pp. 398-400.
- , “El Palacio Real de El Pardo: De Carlos V a Felipe III”, in *Reales Sitios*, n.º extraordinario, XXV Aniversario, 1989: pp. 137-46.
- , “Una estampa con el arco triunfal de don Juan de Austria (Messina, 1571): desde Granada hacia Lepanto”, in *Lexicon. Storie e architettura in Sicilia*, 5/6, 2007-8: pp. 65-74.

- MARCONI, Paolo, “Un progetto di città militare. L’VIII libro inedito di Sebastiano Serlio”, *Controspazio*, 1, 1969: pp. 51-59; e *Controspazio*, 4-5, 1969: pp. 52-59.
- MARQUES, João Martins da Silva (ed.), “Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História”, 5 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- MARTÍN Abad, J., *Los libros impresos antiguos*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004.
- MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.
- MARTÍN GONZÁLEZ, M.^a Angeles, *El Real Sitio de Valsaín*, Madrid, Ed. Alpuerto, 1992.
- MARTINES, Lauro, *Un tiempo de guerra. Una historia alternativa de Europa 1450-1700*, Barcelona, Critica, 2013.
- MARTINEZ CUESTA, Juan, “Ecos de guerra en el Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial”, *Reales Sitios*, 134, 1997: 4-19.
- MARTINEZ LEIVA, Gloria y RODRÍGUEZ REBOLLO, *Quadros y otras cosas que tienen su magestad Felipe IV en este Alcazar de Madrid. Año de 1636*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 2007.
- , *Quadros y otras cosas que tienen su magestad Felipe IV en este Alcazar de Madrid. Año de 1636*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 2007.
- , *El Inventario del Alcázar de Madrid de 1666. Felipe IV y su colección artística*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2016.
- MARTÍNEZ de IRUJO, Luis, *La batalla de Mühlberg en las pinturas murales de Alba de Tormes*, Discurso na Academia Real de Belas Artes de San Fernando, Madrid, 1962.
- MARTYN, John R. C., *The siege of Mazagão. A perilous moment in the defence of Christendom against Islam*, New York, Peter Lang, 1994.
- Masquerade. Elegance & extravagance in ancient fencing masks*, R. Gotti (org.), Botticino, 2017.
- MEDELÉNAT, Daniel, *L'épopée*, Paris, PUF, 1986.
- MENDIRATTA, Sidh Daniel Losa, “Dispositivos do sistema defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739”, tese doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012.
- MERLO, M., *Armaioli, orafi e disegnatori: affinità tecniche e circolazione di modelli nella produzione di armi di lusso*, in *Giulio Romano. La forza delle cose*, catálogo da exposição (Mantua, Palazzo Te 8 de outubro de 2022-8 de janeiro de 2023), organizado por B. Furlotti, G. Rebecchini, Veneza, Marsilio, 2022.

- MÍNGUEZ, Víctor, *Infierno y gloria en el mar. Los Habsburgo y el imaginario artístico de Lepanto (1430-1700)*, Madrid, 2017.
- MOLL ROQUETA, Jaime, “Problemas bibliográficos del Siglo de Oro”, in *Boletín de la Real Academia Española*, vol. LIX, 1979: pp. 49-107.
- , *De la imprenta al lector: estudios sobre el libro español de los siglos XVI al XVIII*, Madrid, Arco Libros, 1994.
- MONTEIRO, João Gouveia, e BRAGA, José Eduardo, *Vegécio: Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- MORENO VILLA, José e SÁNCHEZ CANTÓN, Francisco Javier, “Noventa y siete retratos de la familia de Felipe III por Bartolomé González”, in *Archivo Español de Arte y Arqueología*, 38, 1937: pp. 127-57.
- MULCAHY, Rosemarie, “La imagen real o la real imagen. Imágenes y percepciones de Felipe II”, in *La monarquía de Felipe II a debate*, Madrid, Seacex, 2000: pp. 473-96.
- , “Celebrar o no celebrar: Felipe II y las representaciones de la batalla de Lepanto”, *Reales Sitios*, 168, 2006: pp. 2-15.
- MUKHERJEE, Rila, “The Struggle for the Bay: The Life and Times of Sandwip, an Almost Unknown Portuguese Port in the Bay of Bengal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9, 2018: pp. 67-88.
- MUNSLOW, Alain, *Deconstructing History*, London, Routledge, 2003.
- MURTEIRA, André, “The Military Revolution and European Wars Outside of Europe: The Portuguese-Dutch War in Asia in the First Quarter of the Seventeenth Century”, in *The Journal of Military History*, 84, 2020: pp. 511-35.
- NEWITT, Malyn, *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*, London, Routledge, 2005.
- NUOVO, Angela, *Il commercio librario nell’Italia del Rinascimento*, Milano, Franco Angeli, 1998.
- ORSO, Steven N., *Philip IV and the decoration of the Alcazar of Madrid*, New Jersey, Princeton University Press, 1986.
- PACIFI, Vincenzo, *Ippolito II d’Este, cardinale di Ferrara*, Tivoli, Società di Storia e Arte, 1923.
- PAMMENT, Salvatore J., *Roman Republican castrametation: a reappraisal of historical and archeological sources*, British Archoeological Reports – International Series 630, Oxford, Tempus Reparatum, 1996.

- PARKER, Geoffrey, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- PARKER, Geoffrey, e SANJAY, Subrahmanyam, “Arms and the Asian: Revisiting European Firearms and their Place in Early Modern Asia”, in *Revista de Cultura – Review of Culture*, 26, 2008: pp. 12-48.
- PELÚCIA, Alexandra, *Corsários e piratas portugueses, aventureiros nos mares da Ásia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- , *Afonso de Albuquerque: corte, cruzada e império*, Lisboa, Temas e Debates, 2016.
- PELTRE, Christine, *Orientalism*, Paris, Terrail/Edigroup, 2004.
- PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso E., “La pintura en el Alcázar”, in Checa, F., *El Real Alcázar de Madrid*, 1994: pp. 176-95.
- PÉREZ de TUDELA, Almudena, “La decoración pictórica del Alcázar de Madrid durante el reinado de Felipe II”, in Jonge, K., García García, B. J. e Esteban Estríngana, A. (eds.), *El legado de Borgoña. Fiesta y Ceremonia cortesana en la Europa de los Austrias*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 2010: pp. 109-41.
- , “Cercos y toma de la ciudad de Calais, ...”, in Díaz Borque, *ibidem*, 2000, 452-453.
- PETRUCCI, Armando, *Libros, editores y público en la Europa Moderna*, Valencia, Institució Alfons el Magnànim, 1990.
- , Armando, *Libros, escrituras y bibliotecas*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2011.
- PINTO, Vítor Manuel da Silva Viana, *De Olhar atento e Ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*, dissertação de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015.
- PIRANI, Cenan. “The Military Economy of Seventeenth Century Sri Lanka: Rhetoric and Authority in a Time of Conquest”, doutoramento, University of California, Los Angeles, 2016.
- PISSARRA, José Virgílio, “Portugal e o desenvolvimento das marinhas oceânicas: o galeão português, 1518-1550”, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2016.
- PORTÚS, Javier, “Miserias de la guerra de Brueghel a Velázquez. De Brueghel a Velázquez”, in García, Bernardo, *La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2006: pp. 3-27.
- PUPPI, Lionello, “Palladio e l’arte della guerra”, in *Contributi su Andrea Palladio*, Venezia, Ateneo Veneto, 1982: pp. 11-32.

- PYHRR, S., “Some Elements of Armor Attributed to Niccolò Silva”, in *Metropolitan Museum Journal*, 18, New York, The University of Chicago Press/The Metropolitan Museum of Art, 1983: pp. 111-121.
- QUATREFAGES, René, *Los tercios espanoles (1567-77)*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1979.
- QUINA, Maria, *A série de tapeçarias dos “sucessos e triunfo de D. João de Castro” na Índia*, in “Tapeçarias de D. João de Castro”, Lisboa CNCDP/MNAA/IPM, 1995, pp. 112-141.
- RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha. Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca. 1800)*, Coimbra. Minerva, 2002.
- REBUFFAT, René, *La frontière du Loukos au Bas-Empire*, in “Lixus. Actes du colloque de Larache” (8-11 novembre 1989), Rome, École Française de Rome, 1992. pp. 365-377,
http://www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1992_act_166_1_4318.
- REVERSEAU, R., *Musée de l’armée, Paris: Les armes et la vie*, Paris, Dargaud, 1982.
- RICHELSON, Jeffrey T., “Espionage”, in *The Osprey Companion to Military History*, ed. de Robert Cowley e Geoffrey Parker, Londres, Osprey, 1996: pp. 156-7.
- RICOEUR, P., *Memory, history, forgetting*, Chicago, University of Chicago Press, 2004.
- RIMER, G., RICHARDSON, T., COOPER, J. P. D. (cords.), *Henry VIII: Arms and the Man*, Leeds, Royal Armouries, 2009.
- ROBERTS, Michael, “The Military Revolution, 1560-1660”, in *The Military Revolution Debate: Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, Rogers, C. J. (ed.), Boulder, Westview Press, 1995: pp. 13-35.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580”, in *Oceanos*, 19-20, 1994: pp. 212-18.
- , “A guerra na Índia”, in *Nova história militar de Portugal*, editado por António Manuel Hespanha, A. M. (ed.), v. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004: pp. 198-223.
- , “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Matos, A. T. e Carneiro, R., (eds.), Lisboa, CHAM, 2004: pp. 185-95.
- , “Armas e Equipamentos de Guerra Portugueses no Oriente nas Primeiras Décadas de Quinhentos”, in *Revista de Cultura – International Edition*, n.º 26, 2008: pp. 43-55.
- , “A armaria da casa de Bragança e a sua organização militar: a resposta de D. Teodósio e seu pai aos desafios impostos pela revolução da

- pólvora”, in *E todas as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 210-279.
- ROSENFELD, Myra Nan, *Sebastiano Serlio on Domestic Architecture*, Cambridge-London, MIT Press, 1978.
- RUIZ FERNANDEZ, O. A., *England and Spain in the Early Modern Era: royal love, diplomacy, trade and naval relations, 1604-25*, London, Bloomsbury Academic, 2019.
- SALA, Andrea (1536), “Ordine, Pompe, Apparati et Ceremonie della solenne intrata di Carlo V Imperatore sempre Augusto nella città di Roma, Biblioteca Moreriana, Florencia y BLL, 4º, sig. A-D”, in Fabrizio, C., *Teatro nel Rinascimento, Roma, 1450-1550*, Roma, Bulzoni, 1983: pp. 575-9.
- SAN GERÓNIMO, frei Juan de, *Memorias* (1584), Madrid, Patrimonio Nacional, 1984.
- SANCHÉZ, Carlos José Hernando, “Los Toledo y la política de la fortificación en el siglo XVI”, in *er hechura de: ingeniería, fidelidades y redes de poder en los siglos XVI y XVII*, Cámara, A. e Vázquez Manassero, M. A. (eds.), Madrid. Fundación Juanelo Turriano, 2019.
- SÁNCHEZ CANTÓN, Francisco Javier, *Las pinturas de Óriz y la guerra de Sajonia*, Pamplona, 1944.
- SANTA CRUZ, Alonso de, *Crónica del Emperador Carlos V*, Madrid, 5 vols., III, 1920-25.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1955.
- SCALLINI, M. (coord.), *Giovanni delle Bande Nere*, Milano, Silvana Editore/Banca Toscana, 2001: pp. 123-4.
- SERRÃO, José Vicente, “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, in Oliveira, C. (dir.), *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996: pp. 63-77.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, 2.ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1987.
- , “D. Sebastião à luz dos seus itinerários”, in *Colóquio O Sebastianismo: Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004.
- , *História de Portugal*, III – *O Século de Ouro (1495-1580)*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.
- SERRÃO, Vítor, *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2008.
- SEUIL TORMO, Elías, *Las viejas series icónicas de los reyes de España*, Madrid, Junta de Iconografía Nacional, 1916: pp. 57-62.
- SHILS, E., *Tradition*, Chicago, University of Chicago Press, 1981.

- SIGÜENZA, Frei José de (1605), *La fundación del Monasterio de San Lorenzo* *El Real*, Madrid, Turner, 1988.
- SILVA MAROTO, Pilar (2002), “Pintura de amor y guerra en España en El Renacimiento”, in Díaz Borque, José María, *Arte y poesía. El amor y la guerra en el Renacimiento*, catálogo da exposição, Madrid, El Viso, 2000: pp. 145-6.
- SOKOLOFF, Michael, “The Date and Provenance of the Aramaic *Toledot Yeshu* on the Basis of Aramaic Dialectology”, in *Toledot Yeshu (“the Life Story of Jesus”) Revisited. A Princeton Conference*, ed. Peter Schäfer, Michael Meerson and Yaacov Deutsch, Tübingen: Mohr Siebeck, 2011: pp. 13-26.
- SOUSA, Luís Costa e, “From Tangier to Alcácer Quibir: The Portuguese Military Revolution (Re)Visited”, in *Encounters in Borderlands. Portugal, Ceuta, and the ‘Other Shore’*, Elbl, M. (ed.), PSR Edited, volume n.º 2, Peterborough, Baywolf Press, 2019: pp. 305-33.
- , “Les Portugais et les fortifications Saadiennes de Larache et Fès”, in *Le Maroc et le Portugal. Histoire Partagée et Mémoire Croisée*, t. 2, Kénitra, ACCOMML, 2019: pp. 776-778.
- , “O caminho de Alcácer Quibir: Plano, marcha e batalha, ou a dinâmica da forma militar”, *e-Strategica. Revista da Asociación Ibérica de Historia Militar (siglos IV-XVI)*, 2018.
- , *Construir e desconstruir a guerra em Portugal (1568-1598)*, Lisboa, IUM, 2015.
- , *Escrita e prática de guerra em Portugal, 1573-1612*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013.
- , *Alcácer Quibir. Visão ou Delírio de um rei?*, Lisboa, Tribuna, 2009.
- , *Campanha da Etiópia, 1541-1543: 400 portugueses em socorro do Preste João*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- , *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna, 2006.
- SOUSA, Pedro Marquês de, *História da Música Militar Portuguesa*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- , *Toques de Ordenança Militar*, Lisboa, Tribuna, 2013.
- SOYER, François, *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal. King Manuel I and the End of Religious Tolerance (1496-7)*, Leiden, Brill, 2007.
- STAGNO, Laura e CAPPELLETTI, Francesca, *Palazzo del Principe. La galleria de Giovanni Andrea Doria*, Génova, Sagep, 1997.
- STRUNCK, Christina, “The barbarous and noble enemy: pictorial representations of the Battle of Lepanto”, in Harper, J. G. (ed.), *The turk and Islam in the Western Eye, 1450-1750, Visual imagery before Orientalism*, Ashgate, Farnham, 2011: pp. 217-40.

- SUBRAHMANYAN, Sanjay, “The Kagemusha Effect: The Portuguese Firearms and the State in Early Modern South India”, in *Moyen orient et océan indien, XVIe-XIXe siècles*, 4, 1987: pp. 97-123.
- , *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*, London, Longman, 1993.
- TANNER, Marie, *The last descendant of Aneas: the Habsburgs and the Mythic figure of the emperor*, 1993, New Haven, Yale University Press.
- TARTAKOFF, Paola, “The Toledot Yeshu and Jewish-Christian Conflict in the Medieval Crown of Aragon”, in *Toledot Yeshu (“the Life Story of Jesus”) Revisited. A Princeton Conference*, Schäfer, P., Meerson, M. and Deutsch, Y. (eds.), Tübingen, Mohr Siebeck, 2011: pp. 297-309.
- TAVARES, Maria José P. Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, FCSH-UL, vol. 1, 1982.
- , *Judaísmo e Inquisição, Estudos*, Lisboa, Presença, 1987.
- , “Judeus e conversos castelhanos em Portugal”, in *Anales de la Universidad de Alicante*, 6, 1987: pp. 341-68.
- TAVIM, José Alberto R. Silva, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades numa comunidade*, Braga, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 1997.
- , “Educating the Infidels within: Some Remarks on the College of the Cathecumens of Lisbon (XVI-XVII centuries)”, in *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, serie 5, 2009: pp. 445-72.
- , “Juifs de *Mafoma* dans le Portugal catholique (XVIe-XVIIe siècle)”, in *Les musulmans dans l’histoire de l’Europe*, Paris, Albin Michel, vol. 2, 2013.
- , “Passages et contacts en Méditerranée”, Dakhliya, J. et Kayser, W. (eds.), 2013: pp. 613-38.
- , “A ‘Fantastic’ Tale of the New Christians concerning the immigration of the Jews to Portugal”, in *Hispania Judaica Bulletin – Between Edom and Kedar. Studies in Memory of Yom Tov Assis*, p. 2, Aldina Quintana, A., Ibáñez-Sperber, R. and Ben Shalom, R. (eds.), 11, 2015: pp. 151-68.
- TERJANIAN, P. (ed.), *The Last Knight – The Art, Armor, and Ambition of Maximilian I*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2019.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.
- , “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia”, in *Mare Liberum*, 9, 1995, pp. 481-519.
- THOMPSON, Carl, *Travel Writing*, London, Routledge, 2011.
- TITTERTON, James, *Deception in Medieval Warfare. Trickery and Cunning in the Central Middle Ages*, Woodbridge, The Boydell Press, 2021.
- TORMO, Elías, *Las viejas series icónicas de los reyes de España*, Madrid, Junta de Iconografía Nacional, 1916: pp. 57-62. (CAMBIADO DE LUGAR).

- TRAKULHUM, Sven, “Suspicious Friends. Siamese Warfare, Portugal, and the ‘Military Revolution’ in Southeast Asia (1540-1700)”, in *Southeast Asian Historiography Unravelling The Myths: Essays in Honour of Bar-end Jan Terwiel*, Grabowsky, V. (ed.), Bangkok, River Books, 2011: pp. 198-217.
- TUDOR, Dimitru, *Drobeta*, Bucuresti, Editura Meridiane, 1965.
- , “Les Ponts Romains du Bas-Danube”, *Bibliotheca Historica Romaniae, Etudes*, 51, Bucarest, Academia Republicii Socialiste Romania, 1974: pp. 47-134.
- TUTTLE, Richard J., *Sebastiano Serlio bolognese*, in Thoenes, C. (ed.), *Sebastiano Serlio*, Sesto Seminario Internazionale di Storia dell’Architettura (Vicenza 31 de agosto-4 de setembro 1987), Milano, Electa, 1989: pp. 22-29.
- “Two Habsburg Patrons and Collector: Mary of Hungary and Catherine of Austria”, in García, Bernardo y Grilo, Fernando, *Ao Modo de Flandes. Disponibilidade, Inovação e Mercado de Arte (1415-1580)*: pp. 91-113.
- UNTERKIRCHER, Franz (1960), *Hieremias Gundlach: Nova Hispaniae Regnorum descriptio*, Cod. 6481 der Österreichischen National Bibliothek, *Jahrbuch der Kunsthistorischen Sammlungen in Wien*, 56, 1960, pp. 166-96.
- VALENSI, Lucete, *Fables de la Mémoire. La glorieuse bataille des trois rois*, Paris, 1992.
- VAN ORDEN, Kate, *Music, Discipline and Arms in Early Modern France*, Chicago-London, University of Chicago Press, 2005.
- VELOSO, J. M. Queiroz, *Don Sebastián (1554-1578)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1943.
- , “Fr. Bernardo da Cruz e a ‘Chronica d’El-rei D. Sebastião’”, in *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1950: pp. 135-96.
- VERONNE, Chantal de la, *Les sources inédites de l’Histoire du Maroc*, v. 3, Paris, Paul Geuthner, 1961.
- VERÓNIQUE, Gérard, *De castillo a palacio. El Alcázar de Madrid en el siglo XVI*, Madrid, Xarait, 1984.
- , “La decoración del Alcázar de Madrid y el ceremonial en tiempos de Felipe II”, in *Felipe II y el arte de su tiempo*, Madrid, Fundación Argenteria, 1998: pp. 331-41.
- VEIGA, Carlos Margaça, *A perda da independência de Alcaçer Quibir aos Açores 1578-1583*, Matosinhos, QuidNovi, 2008.
- VELLOSO, José Maria Queiroz, *D. Sebastião, 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.
- VENTURA, Sandra Verardi, “L’ordinamento bolognese dei secoli XVI-XVII”, *L’Archiginnasio. Bollettino della biblioteca comunale di Bologna*, 1979: pp. 181-425.

- VENTURELLI, Paola, “Vincenzo I Gonzaga (1562-1612): abiti e armature per il duca tra Mantova e Milano”, *Nuova rivista storica*, XCVII, 2, 2013: pp. 375-404.
- VILA-SANTA, Nuno, *Entre o reino e império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde, 1516-1581*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2015.
- , “Do Algarve ao Império e “O Duque como conselheiro”: D. Teodósio e a Coroa em meados de Quinhentos”, in *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança D. Teodosio I*, Hallet, J. e Senos, N. (coords.), Lisboa, tinta-da-China, 2018.
- , “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, *Maracanan*, 19, jun.-dez., 2018: pp. 26-29.
- WALBANK, Frank William, *A historical commentary on Polybius*, Oxford, Clarendon Press, 1957.
- , *Polybe: neuf exposés suivis de discussion*, actas do colóquio, Vandoeuvres-Genève, 27 agosto-1 setembro 1973, Genève, Fondation Hardt, 1974.
- WILKE, Carsten, *The Marrakesh Dialogues. A Gospel Critique and Jewish Apology from the Spanish Renaissance*, Leiden, Brill, 2014.
- WINIUS, George D., *The Fatal History of Portuguese Ceylon: Transition to Dutch Rule*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1971.
- , *The Black Legend of Portuguese India: Diogo Do Couto, His Contemporaries and the Soldado Prático: A Contribution to the Study of Political Corruption in the Empires of Early Modern Europe*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1985.
- , *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*, Aldershot, Ashgate-Variorum, 2001.
- WOOD, James B., *The King’s Army. Warfare, Soldiers, and Society during the wars of Religion in France, 1562-1576*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- YUN-CASALILLA, B., *Iberian World Empires and the Globalization of Europe 1415-1668*. Palgrave, 2019, <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-13-0833-8>.
- YOUNGS, Deborah, e HARRIS, Simon, “Demonizing the Night in Medieval Europe: A Temporal Monstrosity?”, *The Monstrous Middle Ages*, ed. de Bettina Bildhauer e Robert Mills, Toronto/Buffalo, Toronto University Press, 2003: pp. 134-54.
- ZARCO, Julián, *Pintores italianos en San Lorenzo el Real de El Escorial 1575-1613*, Madrid, Instituto Valencia de Don Juan, 1932.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park

– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões

TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**

www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt

A publicação do livro "Representações do Campo de Batalha em Portugal (1521-1621)" encerra o projeto "De Re Militari", que iniciou o levantamento exaustivo das fontes escritas e iconográficas durante 100 anos de conflito no espaço de influência portuguesa.

Trata-se de uma seleção das contribuições dos membros da equipa, participantes nos vários fóruns, e colaboradores que aceitaram partilhar e integrar tópicos da sua investigação no "nosso" – palavra que empregamos no sentido mais lato de pertença coletiva – projecto *De Re Militari*.

O itinerário pelo mundo do "De Re Militari" tem como ponto de partida a batalha da Alcácer Quibir, mas daqui partimos para uma abordagem multi-disciplinar da guerra, articulando um amplo espectro de temas que os vários autores desenvolveram nas "margens e contra-margens" do conflito.

"DE RE MILITARI: Da escrita da Guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/>

